

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

FLÁVIA AMBOSS MERÇON LEONARDO

Imprensados no tempo da crise:

A gestão das afetações no desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) e a crise como contexto no território tradicionalmente ocupado na foz sul do rio Doce

BELO HORIZONTE

2022

FLÁVIA AMBOSS MERÇON LEONARDO

Imprensados no tempo da crise

A gestão das afetações no desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) e a *crise como contexto* no território tradicionalmente ocupado na foz sul do rio Doce

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Área de Concentração: Antropologia Social

Linha de Pesquisa: Território, Poder e Ambiente

Orientadora: Prof.^a. Dra. Andréa Luísa Zhouri Laschefski

306	Leonardo, Flávia Amboss Merçon.
L581i	Imprensados no tempo da crise [manuscrito] : a gestão das afetações no desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) e a crise como contexto no território tradicionalmente ocupado na foz sul do rio Doce / Flávia Amboss Merçon Leonardo. - 2022.
2022	
	274 f. : il.
	Orientadora: Andréa Luisa Zhouri Laschefski.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Antropologia – Teses. 2. Minas e mineração - Teses. 3. Degradação ambiental – Mariana (MG) -. 4. Barragens de rejeitos – Teses. 5. Calamidades públicas - Teses. I. Zhouri, Andréa. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA DE FLÁVIA AMBOSS MERÇON LEONARDO (MATRÍCULA N.º 2017656270)

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2022 (dois mil e vinte dois), reuniu-se às 13 hs no Auditório Carangola, 1º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH/UFMG, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Tese intitulada: ***"Imprensados no tempo da crise: A gestão das afetações no desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) e a crise como contexto no território tradicionalmente ocupado na foz sul do rio Doce"***, requisito final para a obtenção do Grau de Doutora em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelas professoras doutoras: **Andrea Luisa Zhouri Laschefski – (PPGAN/UFMG) – Orientadora; Felisa Cançado Anaya (Unimontes) - Por videoconferência; Aline Trigueiro Vicente (UFES) - Por videoconferência; Raquel Oliveira Santos Teixeira (FAFICH/UFMG); e Ana Flávia Moreira Santos (PPGAN/UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Andrea Luisa Zhouri Laschefski, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra a doutoranda Flávia Amboss Merçon Leonardo para apresentação da sua Tese, por videoconferência. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição das examinadoras, a Comissão se reuniu, sem a presença da doutoranda, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 25 de abril de 2022.

Membros da Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Andrea Luisa Zhouri Laschefski - Orientadora

Profa. Dra. Felisa Cançado Anaya

Profa. Dra. Aline Trigueiro Vicente

Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira

Profa. Dra. Ana Flávia Moreira Santos



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Luisa Zhouri Laschefski, Professora do Magistério Superior**, em 13/05/2022, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Aline Trigueiro Vicente, Usuário Externo**, em 13/05/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELISA CANCADO ANAYA, Usuário Externo**, em 14/05/2022, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Oliveira Santos Teixeira, Professora do Magistério Superior**, em 14/05/2022, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1455712** e o código CRC **9D3D5007**.

AGRADECIMENTOS

O caminho para chegar até aqui não se trilha sozinha. Ao longo da trajetória que resultou nesta tese de doutorado, muitas pessoas e instituições contribuíram para a condução e concretização desta pesquisa. Certa de que não é possível contemplar todas e todos, gostaria de prestar agradecimentos a alguns que foram fundamentais e que possibilitaram a conclusão deste trabalho.

Neste sentido, gostaria de agradecer aos atingidos e atingidas no estado de Minas Gerais e no estado do Espírito Santo, especialmente, os moradores da vila de Regência Augusta, Entre Rios e Areal. Mesmo diante de uma situação de intenso sofrimento, receberam-me sempre da melhor maneira possível. Sempre estiveram dispostos a sentar, conversar, compartilhar e ensinar. Agradeço em especial a Nilton, Carmem, Robson, Aline, Adélia, Arnoilton, Luciana, Zé de Sabino, Glaucimar, Elisangela, Solange, Budega, Zenaide, Thalena, Glória, Zé Barcelos, dona Ziza, dona Derília, Celinho, Adilson, Adrielly, seu paizinho, Fabrício, Fernanda, Lucas, Bianca, Matheus, Miguel, Hauley. Dona Helena, dona Ilda e dona Ziula (*in memoriam*). Agradeço a acolhida das irmãs Ana Helena e Judith. Também agradeço aos integrantes do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

Agradeço o carinho, atenção e torcida de toda a família, em especial à minha mãe Grayce e ao meu pai Alexandre. O amor e a oportunidade que vocês me deram possibilitaram-me chegar até aqui. Também agradeço as minhas avós Iracy e Marilda (*in memoriam*). Esta última faleceu, ao longo da pandemia, deixando um vazio imenso nessa jornada.

Agradeço ao João Paulo, pelo carinho, paciência e companheirismo no dia a dia. Sou grata por estar ao meu lado apoiando indireta e diretamente na execução da pesquisa. Também agradeço aos seus pais, Elsa e Álvaro e aos seus tios, Preta e Joaquim. A acolhida e a convivência durante parte do período de escrita da tese, que coincidiu com o período de isolamento social, medida de precaução frente à pandemia da Covid-19, foram fundamentais.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, sou grata especialmente à professora Andréa Zhouri, pela orientação e o carinho com que acompanhou essa trajetória de pesquisa. Também agradeço aos integrantes do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG)

pela acolhida, diálogo interdisciplinar, disponibilização de textos e trocas constantes de ideias. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e aos colegas do curso pelas trocas e discussões em sala de aula. E agradeço a Ana Lúcia Mercês, secretária da Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN). Sua competência e disponibilidade tornaram os assuntos burocráticos que envolvem a relação com o PPGAN um pouco mais leves.

Também agradeço a acolhida e as amizades construídas em Belo Horizonte, em especial à Lúnia Costa Dias que compartilhou comigo um lar cheio de afeto. Agradeço ainda à Luana, Vânia, Ana Beatriz, Alice, Isadora, Bruna, Bárbara, Natália, Agustina, Maryellen, Ilkyn e Jéssica. Além de me apresentar os horizontes mineiros, a amizade dessa turma ajudou a preencher o vazio provocado pela distância entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Às professoras Raquel Oliveira, Ana Beatriz Mendez e Ana Flávia Moreira Santos, agradeço pela leitura atenta e reflexões realizadas ao longo das bancas de qualificação. Também agradeço às professoras Felisa Cançado Anaya, Aline Trigueiro e ao professor Marcos Zucarelli pelo interesse e disponibilidade em fazer parte desta banca de avaliação.

Agradeço ainda aos integrantes do Grupo de Pesquisa e estudos em Populações Pesqueiras e Desenvolvimentismo no ES (GEPPEDES/UFES) que contribuiu com a minha formação acadêmica, durante a graduação e o mestrado, possibilitando ainda a interlocução, através de atividades de pesquisa e extensão com os pescadores e pescadoras artesanais no estado do Espírito Santo. Em especial, agradeço à professora Aline Trigueiro, coordenadora do grupo, e às professoras Eliana Creado e Daniela Zanetti que estiveram juntas nas atividades de campo que precederam a minha inserção no doutorado.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante o curso de Doutorado em Antropologia no PPGAN/UFMG e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento da pesquisa “O Desastre e a Política das Afetações: compreensão e mobilização em um contexto de crise”, realizada pelo GESTA/UFMG, viabilizando atividades de campo no estado de Minas Gerais.



Figura 1: Lama na foz do rio Doce, março de 2018. Autoria: Flávia Amboss.

É uma cena que eu não esqueço nunca e toda vez que eu lembro, eu choro. Eu choro quando lembro daquela individua daquela lama, quando lembro daquela avalanche de lama, chegando no nosso rio. Tá marcado, tá gravado Todo dia eu lembro.

(Adélia Peçanha, moradora de Regência, outubro de 2019)

LEONARDO, Flávia Amboss Merçon. Imprensados no tempo da crise: A gestão das afetações no desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) e a crise como contexto no território tradicionalmente ocupado na foz sul do rio Doce [tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais; 2022.

RESUMO

Imprensados no tempo da crise

A gestão das afetações no desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) e a crise como contexto no território tradicionalmente ocupado na foz sul do rio Doce

O rompimento da barragem de rejeitos de mineração, na cidade de Mariana, MG, em 2015 e o carregamento desses rejeitos no leito do rio Doce engendrou uma crise em diversos municípios e povoados atingidos nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Dentre as regiões atingidas, essa tese analisa a região litorânea do estado do Espírito Santo, onde está situada a foz sul do rio Doce. O desastre sociotécnico é compreendido como um momento crítico na vida dos moradores na vila de Regência Augusta e nos povoados adjacentes, engendrando mudanças no cotidiano da localidade, mesmo antes de os rejeitos atingirem suas imediações. Com a chegada da *lama da Samarco* e o transcorrer do tempo, os múltiplos efeitos do desastre são ampliados na vida dos moradores. As afetações engendradas com o desastre são vivenciadas no cotidiano dos interlocutores como uma desordem crônica, ou seja, elas ampliam situações de conflitos ambientais vivenciados anteriormente naquela região. A tese examina os procedimentos institucionais e corporativos adotados no contexto do desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) no rio Doce, enfatizando as tecnologias dedicadas à gestão da crise e suas afetações entre os moradores nesse território tradicionalmente ocupado na foz sul do rio Doce.

Palavras-chave: desastre; conflito; mineração; desordem crônica; foz sul do rio Doce.

ABSTRACT

Trapped in the time of crisis

The management of damages in the Samarco disaster (Vale and BHP Billiton) and the crisis as a context in the traditionally occupied territory at the southern mouth of the Rio Doce

The rupture of the mining tailings dam in the city of Mariana, MG, in 2015 and the carriage of these tailings to the Rio Doce bed engendered a crisis in several affected municipalities in the states of Minas Gerais and Espírito Santo. Among the affected regions, this thesis analyses the coastal area of the state of Espírito Santo, where the southern mouth of the Rio Doce is located. The socio-technical disaster is understood as a critical moment in the lives of the residents in Regência Augusta and the adjacent villages, engendering changes in the daily life of the locality, even before the tailings reached its surroundings. With the arrival of the mud and the passing of time, the multiple effects of the disaster are heightened in the lives of residents. The damage caused by the disaster are experienced in the daily lives of the people involved as a chronic disorder. That is, it broadens situations of environmental conflicts previously experienced in that region. The thesis examines the institutional and corporate procedures adopted in the context of the Samarco (Vale and BHP Billiton) disaster in the Rio Doce, emphasizing the technologies deployed to crisis management and their effects among the residents in this traditionally occupied territory at the southern mouth of the Rio Doce.

Keywords: disaster; conflict; mining; chronic disorder; southern mouth of the Rio Doce.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Lama na foz do rio Doce.....	08
Figura 2: Croqui da região da Planície Costeira do rio Doce	50
Figura 3: Eucaliptos na estrada entre a Vila do Riacho e Regência	52
Figura 4: Base do Projeto Tamar na Rebio de Comboios	53
Figura 5: Terminal de Regência (TEREG) no interior da Rebio de Comboios	54
Figura 6: Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda	54
Figura 7: Dutos na Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda	55
Figura 8: Banda de Congo de São Benedito	61
Figura 9: Festa Caboclo Bernardo – capela ornamentada	62
Figura 10: Festa do Caboclo Bernardo – Igreja Católica, vila de Regência	62
Figura 11: Reunião na Associação de Moradores de Regência	97
Figura 12: Reunião na Associação de Moradores de Regência	98
Figura 13: Tentativa (dentre várias) de abertura da foz do rio Doce	99
Figura 14: Entrevista sobre a <i>lama</i> , realizada na Boca do rio	100
Figura 15: Foz do rio Doce, 20 e 21 de novembro de 2015	107
Figura 16: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta	111
Figura 17: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta	111
Figura 18: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta	112
Figura 19: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta	112
Figura 20: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta	113
Figura 21: Foz do rio Doce	115
Figura 22: Audiência Pública, Centro de Ecológico, Vila de Regência.....	125
Figura 23: Posto de atendimento dos afetados	155
Figura 24: Moradores manifestam-se contra a Samarco	156
Figura 25: Samarco, reconheça os direitos de todos!	156
Figura 26: Samarco, assuma as suas responsabilidades!	157
Figura 27: Aplicação do cadastro na casa de família ribeirinha	179
Figura 28: Camisa “Não sou facebook para ter perfil”	184

Figura 29: Faixa na entrada de residência	184
Figura 30: Chapa e panela para fazer arroz com peixe	191
Figura 31: Utensílios para cozinhar e pescar com a família no rio Doce	192
Figura 32: Rejeitos de mineração na foz do rio Doce	194
Figura 33: Rejeitos da mineração	195
Figura 34: Caminhão-pipa abastecendo o distrito de Regência	196
Figura 35: Foz do rio Doce, travessia em direção a Povoação	199
Figura 36: Praia de Regência e a lama da Samarco	201

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ADR	Alternative Dispute Resolution (Resolução Alternativa de Disputa)
AFE	Auxílio Financeiro Emergencial
AGU	Advocacia-Geral da União
ALES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
AME	Associação dos Meliponicultores do Espírito Santo
AMOR	Associação de Moradores de Regência
ANA	Agência Nacional das Águas
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ASPER	Associação de Pescadores de Regência
ASL	Associação de Surf de Linhares
ASR	Associação de Surf de Regência
CBH-DOCE	Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce
CIF	Comitê Interfederativo
CONAR	Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente
DNOS	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DP	Defensoria Pública
DPES	Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo
DPF	Defensoria Pública Federal
DPMG	Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELAPN	Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear
ETA	Estação de Tratamento de Água
FBDH	Fundo Brasil de Direitos Humanos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
GEPSA	Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais
GEPEDES	Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal

MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MPT	Ministério Público do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ORGANON	Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais
PCAP	Plano de Compensação da Atividade Pesqueira
PCPDCS	Programa Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social
PIM	Programa de Indenização Mediada
PLCI	Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados
PTCEL	Programa de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer
POEMAS	Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
REBIO	Reserva Biológica
RGP	Registro Geral de Pesca
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMAM	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais
SistCon	Sistema de Conciliação da Justiça Federal
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAP	Termo de Ajustamento Preliminar
TCSA	Termo de Compromisso Socioambiental
TEREG	Terminal Aquaviário de Regência
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TRF	Tribunal Regional Federal
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UC	Unidade de Conservação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHE	Usina Hidroelétrica

SUMÁRIO

Introdução	17
A “violência lenta” no cotidiano	20
Caminhos percorridos e metodologia de pesquisa	24
O desastre da Samarco e seus efeitos	31
Desastre como crise processual	38
Estrutura da tese	41

I. Colonialidades em curso

CAPÍTULO 1: “Porque a gente vive imprensado aqui”:. Sobre as terras tradicionalmente ocupadas e a desordem crônica como contexto na região da foz sul do rio Doce..... 44

1.1. Sobre as terras tradicionalmente ocupadas na Planície Costeira do rio Doce	44
1.2. Regência Augusta e os povoados adjacentes: caracterização da área de estudo	51
1.3. Panorama histórico e a construção ideológica do “vazio demográfico”	55
1.4. “Foi quando a gente passou a viver imprensado”	64
1.5. Contexto neoextrativista na Planície Costeira do rio Doce	70

II. Na vila, esperando a lama

CAPÍTULO 2: *Esperando a morte chegar* e percorrendo alguns agenciamentos da lama na foz sul do rio Doce80

2.1. Sobre o anúncio e a <i>espera pela lama</i>	87
2.2. A interrupção da vida cotidiana na foz do rio Doce	95
2.3. A chegada física da lama à foz do rio Doce	101
2.4. “ <i>O rio é doce e a vale é amarga</i> ”: Ato-velório do(no) rio Doce.....	109

III. Sobre os arranjos institucionais e as estratégias corporativas

CAPÍTULO 3: *Vendo o navio passar*: Sobre os arranjos institucionais e o protagonismo corporativa gestão local das afetações116

3.1. <i>Reunião de portas abertas</i> : O MPF e a apresentação do TCSA	117
3.2. “ <i>Fazer o que deve ser feito</i> ”: as dinâmicas corporativas para o controle do território	127
3.3. A celebração dos acordos	158

3.3.1. Apontamentos sobre as tecnologias de resolução de conflitos ambientais	167
3.3.2. <i>A renovação do desastre</i>	173

CAPÍTULO 4: A produção local das incertezas e o insustentável dano da dúvida188

4.1. Puxando o fio: descrevendo algumas situações em campo.....	188
I. “ <i>Era piquenique que a gente fazia lá no rio</i> ” (situação 1)	188
II. <i>Vamos lá que eu te mostro essa lama no fundo</i> (situação 2)	192
III. <i>Se eu pensar nisso todo dia, eu não vivo mais!</i> (Situação 3)	195
4.2. A negação do dano pela Samarco e os embates criados em torno das pesquisas	204
4.3. Espaços destinados ao <i>diálogo</i> : disciplinamento e poucas respostas elucidativas.....	214
I. Situação	214
II. Situação	227
4.4. As estratégias corporativas para limitar as responsabilidades da empresa e a construção local das incertezas	229
Considerações finais.....	252
Referências bibliográficas	258
Documentos Técnicos, Reportagens de Referência e Documentários.....	269

Introdução

A questão que motiva a escrita deste trabalho é apresentar como a *chegada da lama da Samarco* e os agenciamentos engendrados por ela – refiro-me aos “procedimentos administrativos adotados para a gestão do desastre” – afetaram e permanecem afetando a vida dos moradores atingidos no distrito de Regência Augusta, município de Linhares, situado no litoral norte do estado do Espírito Santo. O distrito integra a região da Planície Costeira do rio Doce, onde vivem diversas comunidades litorâneas com características tradicionais e campestres: ao norte da foz do rio Doce, destaca-se a Vila de Povoação (Pescadores Artesanais) e a Comunidade de Degredo (Quilombolas e Pescadores Artesanais); ao sul da foz do rio Doce, destaca-se a Terra Indígena de Comboios (Indígenas Tupiniquim), a Vila de Regência (Pescadores Artesanais), a Comunidade de Entre Rios (Ribeirinhos) e a Comunidade do Areal (Indígenas Botocudos). Esses grupos sociais tiveram seus modos de vida e respectivas estratégias de reprodução severamente alterados em função da crise engendrada com a chegada da *lama* e os procedimentos administrativos adotados no contexto da gestão deste desastre, que afetou todo o vale do rio Doce e o litoral do estado do Espírito Santo.

A *lama da Samarco* – nome popular para aquilo que o jargão científico nomeia de *rejeitos ou pluma* – foi despejada no ambiente em decorrência do rompimento de uma barragem localizada em Mariana, no estado de Minas Gerais, em 05 de novembro de 2015. A estrutura era operada pela Samarco Mineração S.A., que é controlada por duas gigantes da mineração mundial, a Vale S.A e a BHP Billiton. Na ocasião do rompimento, aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de *rejeitos* foram despejados no ambiente e carreados pelo leito do rio Doce em direção ao Oceano Atlântico, percorrendo cerca de 600 quilômetros até a sua foz. Além das milhares de toneladas de peixes e outros animais mortos, 19 pessoas também morreram em decorrência imediata do rompimento da barragem e centenas de moradias foram destruídas nos municípios de Mariana e Barra Longa (MG). Além desses danos a descida da *lama da Samarco* pela calha do rio Doce espalhou prejuízos nas atividades produtivas de comunidades urbanas e rurais situadas na margem do rio, além de crises de abastecimento de água (ZUCARELLI; LEONARDO, 2021) e produção de alimentos, atingindo milhões de pessoas que convivem e dependem economicamente do rio Doce.

A situação elencada é compreendida neste trabalho como um momento crítico na vida dos moradores da foz sul do rio Doce, engendrando mudanças no cotidiano desta localidade, mesmo antes de os *rejeitos* atingirem suas imediações (CREADO *et al.*, 2016; LEONARDO *et al.*, 2017). O termo momento crítico é recuperado a partir das reflexões da antropóloga Veena Das sobre a categoria “eventos críticos”¹ e as relações que ela estabelece entre “evento e cotidiano” (DAS, 1995, 2020). As reflexões da autora partem da análise antropológica sobre dois eventos na Índia – a Partição, em 1947, e o assassinato da então primeira-ministra Indira Gandhi, em 1984 – situações em que a violência sobressai de forma avassaladora, e impõe diversas vulnerabilidades à vida ordinária das suas interlocutoras. Através da “descida ao ordinário”, Das (2020) “narra a vida de pessoas e comunidades particulares que estiveram profundamente inseridas em tais eventos e descreve o modo como o evento se prende, com seus tentáculos, a vida cotidiana e penetra os recessos do ordinário” (DAS, 2020, p. 21). Em face a essa relação entre evento e cotidiano, este trabalho tecerá reflexões acerca dos processos relacionados à vivência cotidiana do desastre da Samarco pelos moradores que residem na vila de Regência Augusta. Nesse sentido, buscar-se-á compreender como o desastre se inscreve nos cotidianos das pessoas atingidas, enquanto um processo contínuo no tempo.

Entre o dia do rompimento da barragem de Fundão e a chegada dos rejeitos até a foz do rio Doce transcorreram dezesseis dias. Com a notícia do rompimento da barragem, o cotidiano dos moradores na vila foi drasticamente abalado. O ritmo das atividades observadas foi perceptivelmente alterado. Se por um lado o período foi marcado por uma pausa no cotidiano, tendo em vista que as atividades econômicas relacionadas à pesca e ao turismo foram imediatamente suspensas, por outro lado observou-se uma aceleração das atividades corporativas na vila, a partir da adoção de um conjunto de práticas classificadas como *emergenciais*, pelos representantes das empresas que atuaram em Regência durante o período em questão. Ademais, a intensa presença de jornalistas, pesquisadores e curiosos também movimentou o cotidiano da vila que já se mostrava devastado pela *lama* antes mesmo da sua chegada física.

¹ Por uma opção metodológica e ética evito usar a palavra evento neste trabalho, pois ela passou a fazer parte da gramática adotada pela Samarco Mineração e pela Fundação Renova, ao longo do processo de gestão do desastre (ZHOURI *et al.*, 2018; OLIVEIRA, 2018). A utilização da categoria evento, pelas corporações busca reduzir a situação de crise ao momento da emergência, caracterizado pelo rompimento da barragem e o carreamento dos rejeitos pelo leito do rio Doce. Sendo assim, o uso da categoria simplifica os efeitos do desastre e desconsidera o caráter processual da crise ensejada no vale do rio Doce e no litoral do Espírito Santo.

Foi no dia 21 de novembro de 2015 que a *lama* chegou fisicamente à foz do rio Doce e encontrou o mar, espalhando-se em seguida, pelo litoral capixaba. Ela se espalhou por todo litoral capixaba, chegando ao extremo sul da Bahia e ao extremo norte do Rio de Janeiro (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, 2017). A *lama* também foi identificada no Parque Nacional de Abrolhos, situado a 250 metros da foz do rio Doce. Ambientalistas e profissionais da conservação alertam para as incertezas em torno dos efeitos desses rejeitos da mineração no ambiente, especialmente a médio e longo prazo (ICMBio, 2017). Em linhas gerais, a *lama* permanece no ambiente estuarino da foz do rio Doce junto com os demais agenciamentos provocados por ela. E a cada novo ciclo de chuvas, geralmente concentradas no período do verão, a coloração da água no ambiente fluvial e no ambiente marinho se altera novamente. A turbidez aumenta e fica novamente visível a cor alaranjada, marcando a sua dolorosa presença no cotidiano de Regência.

Para Das (2020), o tempo é compreendido como um elemento decisivo, pois é através dele que as vítimas se confrontam cotidianamente com o desastre (VIANNA, 2020). Com a chegada desta *lama* e o transcorrer do tempo, os múltiplos efeitos do desastre não cessaram. Pelo contrário, foram ampliados na vida dos interlocutores situados na foz sul do rio Doce que passaram a conviver com a presença física da *lama* e os “procedimentos administrativos adotados para a gestão do desastre”. Dessa forma, em virtude da permanência da *lama*, a crise passa a ser experimentada no cotidiano daquela comunidade através de um sentimento de descontrole e perda da ordem social, da estabilidade econômica e da segurança hídrica e alimentar outrora vivenciada naquela região.

Ao longo da vivência com o desastre, esse sentimento de descontrole e perda, bem como a relação estabelecida com os agentes da reparação, revolveu entre os interlocutores o histórico de transformações capitalistas impostas na região da foz do rio Doce desde meados do século passado, que engendrou conflitos territoriais e ambientais. A memória dessas transformações no território outrora praticada pelo Estado, através da implementação de políticas desenvolvimentistas e conservacionistas é acionada e mobilizada pelos interlocutores durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Os testemunhos são compartilhados no âmbito privado, durante conversas esporádicas ou entrevistas semiestruturadas realizadas em diversos momentos de campo, mas também são protagonizados em espaços públicos como reuniões e audiências públicas, apresentando, inclusive, um caráter público de denúncia. Apesar do tempo, os relatos apontam similaridades entre as ações praticadas pelas instituições e

corporações na região. Esses relatos apontam para a existência de uma *experiência crônica da crise* (VIGH, 2008) na foz sul do rio Doce que é experimentada no formato de uma “violência lenta” (NIXON, 2007), possibilitando a perpetuação das relações de poder e engendrando vulnerabilidades diversas.

A “violência lenta” no cotidiano

Os conflitos ambientais constituíram temas de meu interesse desde o final de 2000, quando ingressei na faculdade de Ciências Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo. Desde então, fiz um percurso dentro das Ciências Sociais, voltado para a compreensão do *campo ambiental* (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Nesse percurso a relação entre a temática dos conflitos ambientais envolvendo grupos pesqueiros que habitam o litoral do Espírito Santo veio através da participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em População Pesqueira e Desenvolvimento (GEPPEDES/UFES), quando atuei com as atividades de extensão e pesquisa no âmbito da iniciação científica e do mestrado.

Os problemas ambientais no estado do Espírito Santo são de ordens diversas e sempre me chamaram a atenção. Nesse amplo universo, a relação que os grandes projetos voltados para a extração da natureza – como Aracruz Celulose S.A. (atual Suzano), Arcelor Mittal (antiga CST), Vale (CVRD), Samarco – estabelecem com o ambiente e, particularmente, com as pessoas que vivem nos territórios onde esses empreendimentos são instalados, chamam a atenção no estado. A instalação desses empreendimentos na segunda metade do século XX marcou um período caracterizado pela modernização tardia do estado capixaba. De um lado, observa-se a “vontade de progresso” (LI, 2007, p. 4) a partir da construção de narrativas oficiais e locais que estimulam a instalação dos empreendimentos, tratando-o como uma intervenção necessária capaz de produzir o bem-estar e a prosperidade da população, bem como o chamado desenvolvimento local.

De outro lado, a realidade nos territórios aponta para um acúmulo desigual entre as benesses desses empreendimentos, especialmente quando comparamos a arrecadação econômica das gestões municipais e as condições estruturais e materiais de reprodução da vida nos territórios onde estes estão instalados. Os efeitos de tais empreendimentos se mostraram nefastos tanto no meio ambiente como nos territórios e na vida das pessoas. Em linhas gerais os problemas ambientais e prejuízos no território – como o desmatamento e a contaminação das águas e das

áreas férteis que acompanham as atividades de cunho extrativistas – não são incorporadas ao custo desses empreendimentos sendo consideradas como *externalidades ambientais* (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Na costa litorânea do Espírito Santo somam-se a essas relações territoriais já conflituosas, a inserção dos embates acerca das áreas protegidas destinadas à conservação da biodiversidade, em especial as de proteção integral, que legalmente impedem a permanência de grupos sociais em seu interior (CREADO; TRIGUEIRO; TORRES, 2018). Segundo Bis dos Santos (2017), das vinte e seis UC's implementadas no estado, dezesseis são classificadas como proteção integral. Dentre as categorias de manejo escolhidas, as áreas de proteção ambiental (APAs) e as florestas nacionais (FLONAS) se destacam, sendo que são duas categorias que “não respaldam necessariamente os direitos dos chamados povos e comunidades tradicionais e moradores locais” (CREADO; TRIGUEIRO; TORRES, 2018, p. 20). No período compreendido entre 2010 e 2018, todas as UC's criadas no estado foram costeiras/marinhas, “demonstrando uma tendência atual do conservacionismo nacional e internacional de focar os ambientes marinhos” (ibid., p. 20).

Concomitantemente à ampliação dessas UC's marinhas desde 2000, em face a um contexto neoextrativista e de reprimarização da economia (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2013; MILANEZ; SANTOS, 2013; ARAOZ, 2020), observa-se um aumento dos chamados grandes projetos de desenvolvimento no território capixaba. Durante o boom das commodities entre 2002 e 2011, grandes projetos de mineração se multiplicaram e foram acompanhados pela proliferação de conflitos ambientais (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Para atender a demanda logística de produção e exportação de *commodities*, torna-se necessária a implantação de um conjunto de infraestrutura logística, como portos, superportos, estaleiros, rodovias e ferrovias, criando zonas ou territórios de sacrifícios (LOSEKANN; VERVLOET, 2016). O estado do Espírito Santo tem sido desde então caracterizado como um importante polo portuário de exportação de minério de ferro, além de ser produtor de petróleo, gás natural, extrair granitos e rochas e possuir florestas para a produção de celulose (Ibid., 2016).

Criam-se dessa forma áreas que são mais ou menos sacrificadas ambientalmente, ou seja, áreas que são cedidas para o desenvolvimento e áreas que são (ou deveriam ser) contrabalanceadas através da conservação (CREADO; TRIGUEIRO; TORRES, 2018). Os efeitos dessa intensificação das atividades extrativistas, bem como de conservação ambiental,

têm sido vivenciados nos territórios, inclusive nos ambientes litorâneos e costeiros, conforme identificado entre os interlocutores na foz sul do rio Doce.

O distrito de Regência Augusta, espaço privilegiado para as interações em campo, está localizado na região da Planície Costeira do rio Doce, no entroncamento mais ao sul entre o rio Doce e o mar. O lugar é classificado como uma típica vila de pescadores artesanais, da qual também faz parte um conjunto de moradores que se “refugiaram” na vila em busca da tranquilidade, da qualidade de vida em meio à preservação da natureza e das condições ambientais favoráveis à prática de surfe na região. Distante cerca de 30 km da sede do município de Linhares, a estrada de acesso e as ruas do vilarejo são de terra batida, e a dificuldade de acesso reforça a atmosfera pacata do vilarejo. Essa situação somente se altera no verão, nas temporadas propícias para a prática de surfe e nas ocasiões festivas, quando há um significativo movimento turístico no vilarejo. Dessa forma o cotidiano da vila é marcado pelas atividades em torno da pesca e do turismo e é na conjunção dessas atividades, articuladas ao assalariamento temporário junto às empresas de pesquisa e prospecção de petróleo e gás, que os pescadores e demais moradores mantêm suas estratégias de reprodução social (OLIVEIRA; ZUCARELLI, 2021). Nos arredores da vila, especialmente no povoado de Areal (indígenas botocudos) e na Fazenda Entre Rios (ribeirinhos da foz do rio Doce) também predominam, além da pesca, a pequena agricultura e atividades de assalariamento rural, sobretudo nas fazendas produtoras de cacau e gado.

Desde meados dos anos de 1960/1970, em face ao momento de “modernização tardia” experimentado no estado do Espírito Santo com a instalação de grandes empresas produtoras de *commodities*, os chamados Grandes Projetos (ROCHA; CASSETI, 1983; BITTENCOURT, 1987; ROCHA; MORANDI, 1991; ZORZAL e SILVA, 2010), a região da foz sul do rio Doce tem sido palco simultâneo de ações tanto desenvolvimentistas quanto preservacionistas/conservacionistas. De um lado temos o incentivo e o fortalecimento das atividades relacionadas à extração e produção de *commodities*, especialmente as atividades de pesquisa, prospecção e armazenamento de petróleo e gás, realizado inicialmente pela empresa Petrobras e, na sequência, com o auxílio das suas terceirizadas. Desde os anos 2000, a partir da descoberta de petróleo e gás em águas profundas – o chamado pré-sal –, a atividade se constituiu o carro-chefe dos rumos econômicos preconizados pela agenda estratégica do estado do Espírito Santo (FERREIRA, 2016). Para atender a essa “nova era desenvolvimentista”, intensificaram as atividades sísmicas na região da foz do rio Doce,

acarretando novas alterações no ambiente marinho e ampliando as dificuldades relacionadas à atividade pesqueira (BICALHO, 2012; BICALHO *et al.*, 2014; LEONARDO, 2014).

O estudo da conjuntura internacional aponta para um período marcado pelo boom das commodities entre 2002 e 2011 (ARÓZ, 2020; MILANEZ; SANTOS, 2013; SVAMPA, 2019). Nesse contexto ao norte do rio Doce são projetados um porto e um mineroduto destinados ao transporte e exportação de minério de ferro oriundo da região do Morro do Pilar (Médio Espinhaço-MG), inicialmente planejados pela empresa Manabi S.A (atualmente Mlog) (FERREIRA, 2016; OLIVEIRA; ZUCARELLI, 2021). Este empreendimento não foi concretizado, tendo sido vetado após intensa atuação do movimento ambientalista na região, todavia, já teve as suas obras iniciadas no estado mineiro (OLIVEIRA; ZUCARELLI, 2021).

De outro lado cresce também, desde os anos de 1960/1970, a preocupação com a preservação ambiental, observada a partir da criação e da implementação de áreas destinadas à preservação ambiental, especialmente as de proteção integral como a Reserva Biológica de Comboios (Rebio Comboios), tendo como principal objetivo a proteção das tartarugas marinhas e seus locais de desova (IBAMA, 1997). Em função dessa bandeira preservacionista, o distrito passou a ter destaque nacional com o trabalho de preservação de tartarugas marinhas, pelo qual o Projeto Tamar – Programa Brasileiro de Conservação das Tartarugas Marinhas – é responsável desde então. Tanto as ações relacionadas a Rebio de Comboios, quanto as ações do Projeto Tamar desencadeiam um processo de restrição às práticas tradicionais na região (SUASSUNA, 2007; LEONARDO, 2014; FONTINELLI, 2016). A partir dos anos 2000, surgem movimentações pela criação de novas unidades de conservação na região (LEONARDO, 2014; TORRES *et al.*, 2018) Apesar de não terem sido concretizadas até o momento, os agenciamentos e embates em torno da sua efetivação provocam alterações nas dinâmicas sociais e políticas na vila de Regência e povoados situados nos arredores.

Essa conjunção de processos de cunho desenvolvimentista e conservacionista, observados de forma concomitante na região da foz do rio Doce, impôs transformações no ambiente e nas relações sociais, provocando um processo de expropriação territorial e de restrições a práticas tradicionais na região da foz do rio Doce. Ademais, também possibilitou o estabelecimento e enraizamento de uma dinâmica política, econômica e cultural centrada na compensação ambiental. Essa situação é relatada pelos mais velhos a partir de um processo

chamado de *imprensamento* acerca das dinâmicas tradicionais naquele território, acarretando a necessidade de rearticulação dos modos e das estratégias de vida (BEBBINGTON, 2007) experimentada na região da foz do rio Doce. O termo também é mobilizado pelos quilombolas no norte do estado do Espírito Santo frente às disputas em torno das plantações de eucalipto da Aracruz Celulose, atual Suzano e a constituição de grandes fazendas de gado (LACRUZ *et al.*, 2013). Processo semelhante também é vivenciado pelas comunidades tradicionais vazanteiras no norte de Minas Gerais, cuja experiência em relação à sobreposição das terras na baixada média do rio São Francisco foi classificada localmente pelo termo “encurrados” que dá origem política aos sujeitos atingidos classificados então como “vazanteiros em movimento” (ANAYA, 2012, 2014).

Somam-se, portanto, a esse processo de *imprensamento* em relação ao território e às dinâmicas tradicionais identificadas na foz do rio Doce – vivenciadas desde meados dos anos de 1960/1970 e ampliadas no contexto de boom das commodities – as severas alterações provocadas pelo desastre sociotécnico no rio Doce, deflagrado no ano de 2015. É interessante salientar que o efeito perverso da mineração na região da foz do rio Doce não veio a partir da instalação de um porto destinado ao escoamento do minério de ferro, mas veio com o rompimento de uma barragem, distante mais de 600 km da região da foz do rio Doce. Essa situação evidencia de forma dramática os alcances dos danos oriundos dessas atividades extrativistas e as limitações dos procedimentos adotados na formalização jurídico administrativa para implementar e fiscalizar esses empreendimentos (SANTOS; FERREIRA; PENA, 2018). Observa-se, portanto, o efeito derrame (GUDYNAS, 2016) dessa lógica neoextrativista, que permite a mobilização de mecanismos para flexibilizar as normas e possibilitar a fragmentação desses empreendimentos, e assim possibilitar o subdimensionamento dos *impactos* (SANTOS; FERREIRA; PENA, 2018) previstos nos estudos de impacto ambiental realizados pelas corporações, para atender ao interesses das empresas durante processo de licenciamento ambiental. Tal situação pode ser verificada tanto no caso Manabi (OLIVEIRA; ZUCARELLI, 2021) quanto no caso Minas Rio (SANTOS; FERREIRA; PENA, 2018).

Caminhos percorridos e metodologia de pesquisa

O desastre enquanto tema de pesquisa no doutorado em Antropologia emergiu a partir da experiência com o desastre sociotécnico (ZHOURI *et al.*, 2018) provocado pela Samarco no

vale do rio Doce. Na ocasião do rompimento da barragem e da chegada da lama de rejeitos à região da foz do rio Doce, eu residia na vila de Regência Augusta e foi dessa posição que acompanhei os primeiros agenciamentos da *lama* na região. Eu e meu companheiro mudamos para a vila em março de 2015. Nossa expectativa na ocasião era morar em um lugar pacato e próximo à praia. Nesse intuito, aluguei – junto ao meu companheiro e mais um amigo – uma casa com um espaço amplo para realocar quatro suítes. No período de maio a novembro de 2015, hospedamos amigos e turistas que visitavam a vila nos períodos de festas e também rotineiramente, de acordo com as condições favoráveis para a prática de surfe. Naquele período o turismo na vila estava em franca ascensão. Apesar da pouca estrutura que a gente tinha com o espaço alugado, não era difícil preencher a lotação em dias de festas e celebrações na vila. Lembro que durante a Festa de Caboclo Bernardo, em junho de 2015, conseguimos encher a hospedagem sem nenhum esforço de divulgação. A expectativa era enorme para os próximos meses. Naquele ano outros amigos que inclusive permanecem ainda hoje na vila, também estavam em busca desse mesmo deslocamento da cidade grande para uma vila de pescadores.

Em novembro de 2015 fomos surpreendidos, assim como os demais moradores da vila, com o anúncio do desastre deflagrado com o rompimento da barragem de Fundão. Em face ao problema vivenciado, nosso projeto pessoal sucumbiu. A chegada da *lama* alterou abruptamente as relações sociais e o turismo na vila. Sem a possibilidade financeira para continuar morando na vila de Regência e receosos com o recente problema da contaminação da água com os rejeitos da mineração de ferro despejados no leito do rio Doce, finalizamos o acordo de aluguel e retornamos para a capital, Vitória. É preciso ressaltar que a saída da vila não foi fácil; como dizem os moradores e amigos “*quem ama Regência não abandona a vila*”.

A vila de Regência Augusta me afeta de maneira muito forte e diante da tragédia em curso, senti a necessidade de manter o vínculo com os amigos de alguma forma. O tempo em que estive acompanhando a espera e a chegada da lama entre os moradores da vila de Regência e povoados adjacentes me afetaram de forma especial, algo próximo ao que Favret-Saada (2005) relata em sua pesquisa sobre a feitiçaria no Bocage francês. Os acontecimentos que marcaram sua presença entre os interlocutores fizeram a autora reconsiderar a noção de afeto como um problema metodológico. Ela passou a trabalhá-lo como um elemento central do fazer etnográfico sendo compreendido como uma modalidade específica. Favret-Saada (2005) descreve que, em determinada situação de campo, ela abandonou seus diários e passou a

vivenciar as interações a partir de outra ordem metodológica. Na situação que eu vivenciei, especialmente os vinte e um dias de espera pela chegada da lama, o caderno em si não foi abandonado, pois as situações de interações entre os moradores e os gestores da crise, como as reuniões, por exemplo, permitiam-me seguir com essa ferramenta metodológica. Apesar disso, a vivência com o desastre também foi experimentada por outra ordem de interações.

Após três meses de intensa vivência na vila de Regência acompanhando alguns procedimentos administrativos adotados para a gestão do desastre na região, retornei para Vitória em março de 2016. Desde então venho acompanhando os demais agenciamentos da *lama da Samarco* não mais como moradora da vila, mas como pesquisadora engajada nesta luta, com os amigos e interlocutores que estabeleci na vila ao longo de alguns anos de aproximação. Nessa dupla função social, atingida e pesquisadora, atuei em distintas situações de campo e mantive diferentes vínculos institucionais ao longo desses seis anos de desastre. Situações que me permitiram construir uma pesquisa que contemplou diferentes “escalas de análise” (REVEL, 2010).

A pesquisa estendeu-se por seis anos, dos quais em quatro realizei pesquisa de campo. A primeira etapa de campo ocorreu, portanto, antes de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPAGAN/UFMG). Inicialmente vivenciei o desastre enquanto moradora da vila de Regência. Na sequência, no período de maio de 2016 a março de 2017, atuei como pesquisadora colaboradora no Grupo de Estudos e Pesquisa em População Pesqueira e Desenvolvimento (GEPPEDES/UFES), desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão em duas localidades do litoral norte do Espírito Santo atingidas pela lama: Barra do Riacho (Aracruz) e Regência (Linhares). As atividades de pesquisa e extensão integravam o Programa de extensão “Áreas Protegidas e Grandes Projetos de Desenvolvimento no horizonte de vivências das comunidades locais: os impactos socioambientais e seus desdobramentos”², financiado pelo Ministério da Educação (via Edital PROEXT 2016).

Em paralelo, com João Paulo Izoton e com Hauley Valim, morador da vila de Regência, propusemos e coordenamos a pesquisa “Depois da lama”: os atingidos e os impactos na foz do rio Doce, que resultou na elaboração do relatório “Rompimento da barragem de Fundão

² O trabalho de extensão resultou na produção da cartilha, livro e dois documentários sobre o tema em questão.

(Samarco, Vale e BHP Billiton) e os efeitos do desastre na foz do rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)”, no período de maio de 2016 a março de 2017. A pesquisa foi contemplada pelo edital público “Mão na massa e pé na lama”, promovido pelo Greenpeace em parceria com o Projeto Colaborativo Rio de Gente, para pesquisas independentes sobre o desastre no rio Doce, e foi realizada em parceria com o GEPPEDS. Nesse ínterim, acompanhamos na foz do rio Doce os efeitos sociais e os conflitos que se desdobravam em decorrência da lama presente na região e da gestão do desastre, a partir da interlocução com os moradores da área atingida na foz sul e na foz norte do rio Doce.

Quando apresentei meu projeto de doutoramento ao PPGAN, buscava compreender as transformações sociais na vila de Regência em face ao desastre em curso. Com o meu ingresso no doutorado, em 2017, passei a integrar também o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), ampliando os horizontes da pesquisa para a gestão das afetações do desastre da Samarco, através da pesquisa realizada pelo grupo: “O Desastre e a Política das Afetações: compreensão e mobilização em um contexto de crise” (Chamada FAPEMIG/CAPES 04/2016) contando também com o apoio do CNPq, da PROEX/UFMG e do PRPq/UFMG). Ao longo da atuação junto ao grupo, passei a acompanhar e examinar os efeitos do “desastre sociotécnico”, realizando etnografias em reuniões e audiências entre as instituições, as empresas e os sujeitos atingidos ao longo da bacia do rio Doce, especialmente nos municípios de Mariana, em Minas Gerais (MG) e Linhares, no Espírito Santo (ES). Em Mariana, as atividades de campo envolviam outros integrantes do grupo, especialmente no contexto de realização dos trabalhos de extensão voltados ao fortalecimento da luta por direitos e reparação dos atingidos, como a Cartografia Comunitária de Paracatu de Baixo³. Já em Linhares, minha inserção passou a ser individual desde o meu ingresso no doutorado⁴.

³ O trabalho de extensão resultou na produção de um Boletim Coletivo e dos Acervos familiares a partir de narrativas dos atingidos e mapas elaborados a partir de croquis desenhados pelas pessoas da comunidade com pontos georreferenciados. A Cartografia Comunitária de Paracatu de Baixo contou com a colaboração do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGAS/UFAM) e da Cáritas Brasileira.

⁴ Ainda sobre as distintas posições sociais ocupadas ao longo desses cinco anos de desastre e pesquisa, torna-se importante ressaltar também que meu companheiro passou a integrar as atividades de campo – “trabalho de base” - organizadas a partir do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) na região da foz do rio Doce. Ele passou a atuar junto ao movimento social em destaque no período em que residi em Minas Gerais, para me dedicar às disciplinas presenciais no âmbito do doutorado, no período de março de 2017 a dezembro de 2018. Apesar de essa relação de trabalho dele não interferir diretamente na minha atuação profissional, tendo em vista que somos independentes e autônomos nos nossos fazeres profissionais, em determinados momentos essa relação me possibilitou acessar determinadas informações privilegiadas no contexto da pesquisa e de certa forma, interferiu na construção de engajamentos e desengajamentos das relações estabelecidas com os interlocutores nesta pesquisa.

Sendo assim, o deslocamento geográfico para a realização do doutorado que inicialmente foi visto como um período de ausência no campo, possibilitou a construção de uma abordagem ampliada no que se refere às escalas de análises (REVEL, 2010). O modelo analítico proposto por Revel (2010), convida a pensar que

é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio-históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas. Somente essa multiplicidade desordenada e em parte contraditória nos permite dar conta da complexidade das transformações do mundo social (REVEL, 2020, p.443).

Em face a essa perspectiva metodológica, incorporei as relações sociais mais abrangentes, ampliando assim a “escala da observação e seus possíveis efeitos” (REVEL, 2010, p. 437), no intuito de relacionar os “microsistemas identificados em campo com a matriz mais ampla da organização social e do mercado que influi nela” (WOLF, 2003, p.357). Ao longo das etnografias realizadas em reuniões e audiências entre instituições, empresas e sujeitos atingidos ao longo da bacia do rio Doce, fui identificando algumas semelhanças e diferenças nas práticas adotadas para a gestão do desastre entre as regiões atingidas em Mariana e em Linhares. A partir dessa variação de escala, a etnografia apontou o desarranjo entre as ações observadas no âmbito institucional adotadas para a gestão do desastre – que envolvem a negociação de conflitos e celebrações de acordos – e os seus efeitos na vida cotidiana dos interlocutores na foz sul do rio Doce.

Por estar diante de um processo em curso, muitos são os elementos que podem ser refletidos e abordados no que se refere aos efeitos do desastre no território da foz sul do rio Doce. Um dos maiores desafios em torno dessa etnografia passou pela definição de quais interações examinar. Ao longo da pesquisa, por diversas vezes fiquei perdida com as inúmeras possibilidades de abordagens e olhares acerca dos problemas vivenciados naquele território. Sem saber muito bem por onde seguir, busquei no diálogo com os interlocutores delimitar o recorte analítico desta pesquisa. Portanto os objetivos da pesquisa foram sendo construídos conforme as interações eram vivenciadas no campo. Na medida em que os diálogos eram estabelecidos, pude perceber o interesse dos interlocutores em relatar e questionar os procedimentos administrativos adotados no contexto de gestão do desastre, que envolvem diferentes momentos e instituições. Procedimentos estes que contribuíram para a produção da invisibilidade dos modos e das “estratégias de vida” (BEBBINGTON, 2007) vivenciados na região da foz sul do rio Doce e foram assentados a partir de uma relação de poder

historicamente construída naquele território.

Sendo assim, o escopo do meu trabalho está concentrado na descrição e no exame dos procedimentos administrativos adotados no contexto de gestão do desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) no rio Doce, protagonizados tanto por agentes corporativos quanto por agentes públicos, enfatizando as “tecnologias dedicadas à gestão da crise e suas afetações” (ZHOURI *et al.*, 2018; ZUCARELLI, 2018) entre os moradores atingidos em uma região litorânea do município de Linhares, onde o rio Doce deságua no Oceano Atlântico.

Além da experiência dividida com os interlocutores durante o período de *espera pela lama*, no decorrer da pesquisa realizei diversas outras interações em campo. Entre elas, destaca-se a etnografia dos encontros entre as pessoas atingidas e as instituições dedicadas à gestão da crise. O intervalo de tempo que compreende as interações sociais que foram incorporadas efetivamente nesta pesquisa consiste no período de novembro de 2015 a novembro de 2019. Outro caminho metodológico priorizado ao longo da pesquisa foi a leitura e análise de documentos técnicos, jurídicos e acadêmicos produzidos para os casos. Sobre as interações sociais e documentos analisados, destaco no quadro síntese 01 apenas aqueles que foram de fato incorporados ao texto. Foram feitas observações participantes em outras interações sociais, além daquelas descritas no quadro, mas foram utilizadas de forma indireta na construção da pesquisa.

Também utilizei como instrumento metodológico a história oral e realizei um conjunto de entrevistas semiestruturadas e gravadas com sujeitos atingidos no distrito de Regência Augusta e povoados adjacentes, como é o caso de Areal e da Fazenda Entre Rios. Os interlocutores que participaram dessa etapa são moradores antigos da região. Em seu conjunto, eles representam a diversidade dos modos e das “estratégias de vida” adotadas na foz sul do rio Doce, em face às transformações capitalistas identificadas ao longo do tempo. As entrevistas foram realizadas no período de novembro de 2015 a março de 2019. Todas elas foram transcritas. Optou-se por manter o anonimato dos interlocutores por questões de confidencialidade e segurança. Sendo assim, os nomes foram alterados no decorrer do texto. Também foram realizadas conversas informais, ao longo de todo o trabalho de campo. É importante ressaltar que ao longo da pesquisa, alguns desses moradores tornaram-se interlocutores principais, contribuindo em diferentes etapas da pesquisa, ajudando inclusive na definição do escopo deste trabalho.

QUADRO SÍNTESE: SITUAÇÕES DE CAMPO

Data	Situação de campo (interações sociais e documentos)	Agentes envolvidos	Especificação da fonte
05/11/2015	Rompimento da barragem de Fundão	Empresas	Meios de comunicação
09/11/2015	Reunião da Federação das Associações de Pescadores do ES com os pescadores artesanais de Regência	Federação de Pescadores/ES e ASPER	Participação
16/11/2015	Assinatura do Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA) do Ministério Público com a Samarco	MPF e empresas	Documento / Meios de comunicação
21/11/2015	Lama chega em Regência – Ato “velório do rio Doce”	Atingidos Regência	Participação
26/11/2015 a 05/12/2015	Expedições feitas para a foz do rio Doce, no navio da Marinha, e que resultou no Levantamento Ambiental Expedido em Regência /ES.	Marinha do Brasil, IBAMA, ICMbio UFES	Documento / Meios de comunicação
04/12/2015	Assinatura do primeiro aditivo ao Termo de Compromisso Socioambiental preliminar e emergencial	MPF e empresas	Documento
14/12/2015	Audiência Pública em Regência – Linhares (ES)	MPF e atingidos	Participação
13/02/2016	Reunião do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce em Regência.	Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce e atingidos	Participação
22/02/2016	Interdição da pesca solicitada pela ACP 0002571-13.2016.4.02.5004, instaurada na vara federal da Subseção Judiciária de Linhares –ES	MP/ES	Documento / Meios de comunicação
02/03/2016	Assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta	União, governos estaduais e empresas	Documento / Meios de comunicação
05/05/2016	Homologação do Acordo (TTAC)	União, governos estaduais e empresas	Meios de comunicação
02/05/2016	ACP para reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, com valor da causa estimado em R\$ 155 bilhões.	MPF	Meios de comunicação
12/05/2016	Reunião em Regência para apresentação do TTAC	Empresa e atingidos	Participação
29/06/2016	Audiência Pública da Frente Parlamentar Estadual Pró-Rio Doce e da Comissão de Meio ambiente: O desastre ambiental em Mariana e suas consequências causadas pela Samarco Realizada na Assembleia Legislativa ES.	ALES, Fórum capixaba em defesa do rio Doce, atingidos, empresa.	Participação
18/08/2016	Tribunal Regional Federal da 1ª Região anula a decisão de homologação judicial do TTAC,	TRF	Documento / Meios de comunicação
30/11/2016	Audiência Pública: “Estudos e devidos esclarecimentos sobre os impactos causados e futuros por metais pesados, carreados junto a lama da barragem da Samarco, nas águas, mariscos, peixes, crustáceos da foz do rio Doce e na saúde do cidadão capixaba”, ocorrida na Assembleia Legislativa ES.	ALES, Fórum capixaba em defesa do rio Doce, atingidos, empresa.	Participação
18/01/2017	Assinatura do Termo de Acordo Preliminar com as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton do Brasil	MPF, Empresas	Documento / Meios de comunicação

10/03/2017	Oficina de Trabalho, na sede do MPF em Belo Horizonte (MG), com representantes da sociedade civil e de comunidades atingidas, movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e grupos de pesquisa.	MPF, MP/MG, Grupos de pesquisa MAB	Relato de campo
17/11/2017	Assinatura do Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (TAP)	MPF, DPU, DP/ES, DP/MG, Empresas	Documento / Meios de comunicação
25/06/2018	Assinatura do TAC Governança	MPF, MPMG, MPES, DPU, DPES, DPMG, Estado, Empresas	Documento / Meios de comunicação
12/11/2018	Audiência Pública para escolha da Assessoria técnica navila de Regência	FBDH, MPF, MPF/ES, DPU DP/ES MAB, moradores davila	Participação
22/05/2019	Nota Técnica 08/2019 – ANVISA	ANVISA	Documento / Meios de comunicação
23/09/2019	Homologados pelo Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte todos os processos de escolha das assessorias técnicas independentes às populações atingidas	12ª Vara Federal de Belo Horizonte	Documento / Meios de comunicação
29/11/2019	Audiência de conciliação no âmbito da ACP 0002571-13.2016.4.02.5004, realizada na 1ª Vara Federal de Linhares	MPF, MP/ES, Estado, Empresas	Participação

Quadro 1: Quadro síntese sobre as situações de interações sociais observadas pela autora ao longo do trabalho de campo e integradas no presente texto, em associação com outros eventos ou documentos que estão comentados indiretamente no corpo do texto⁵.

O desastre da Samarco e seus efeitos

A compreensão do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana como um desastre, um “fenômeno processual”, conflita com outras abordagens sobre o assunto. Com o rompimento da barragem observamos uma disputa no tocante às diferentes formas de nomear o trágico acontecimento: *acidente*, *crime*, *tragédia*, *desastre*, *evento*. Não obstante as distintas formas de nominá-lo, compreendem uma tentativa paralela de achar respostas ou causas para o ocorrido, cujas responsabilidades são geralmente polarizadas entre agentes humanos e não humanos (VALENCIO, 2014). Ademais, a discussão implica também em debates e confrontos acerca dos modelos de reparação, compensação e indenização.

Em nota divulgada pela mineradora no dia do ocorrido, a Samarco declarou que “ainda não é possível saber as causas e a extensão do *acidente* e que estava priorizando o atendimento às vítimas e a recuperação dos danos ambientais”. Dias após o ocorrido, foi acionada a possibilidade de um tremor de terras na região ter provocado o rompimento da barragem. Seguindo essa mesma linha de *acidente natural*, ainda em novembro de 2015, o governo federal emitiu um decreto – com a finalidade de agilizar a liberação do FGTS àquelas

⁵ Modelo de síntese construído a partir de LEONARDO, et al (2017) e CREADO et al (2018).

populações atingidas (Decreto 8276 de 13/11/2015) – que considerou o evento como *desastre natural*. O uso do termo provocou questionamentos por parte da sociedade civil organizada e pessoas atingidas, que consideraram uma forma de desresponsabilizar as empresas envolvidas. Em face aos questionamentos, o uso do conceito foi posteriormente justificado como forma de dar celeridade às respostas burocráticas centradas na assistência social às pessoas que na época estavam em situação de vulnerabilidade provocada pelo rompimento da barragem.

As narrativas sobre acidente ou desastre natural, evidenciam uma perspectiva centrada na teoria de *hazards* que, alicerçada nas “ciências duras”, enfatizam acontecimentos naturais para explicar eventos catastróficos, excluindo do processo de investigação analítica as relações sociais e as dimensões políticas, econômicas, culturais e emocionais também envolvidas nos eventos trágicos. A partir dessa perspectiva dos *hazards*, os eventos calamitosos como inundações, terremotos e disfunções tecnológicas são explicados como eventos inevitáveis e que a sociedade só consegue responder, mas nunca os evitar (OLIVER-SMITH, 1999). De maneira geral, o tempo cronológico dessas abordagens é centrado na data do evento catastrófico e os demais efeitos do fenômeno são tratados como pré-desastre ou pós-desastre (VALENCIO, 2014a).

Por outro lado, existem abordagens teóricas no campo da Sociologia e da Antropologia que compreendem que a forma como a sociedade se relaciona com o ambiente pode carregar em si potencial para a ocorrência de eventos calamitosos (OLIVER-SMITH; HOFFMAN, 2002), uma vez que o “resultado de relações homem-ambiente aumentam as capacidades socialmente e materialmente destrutivas dos fenômenos geofísicos e das avarias tecnológicas” (BARRIOS, 2017, p. 3). Sendo assim aspectos sociais, políticos e econômicos também são acionados para fornecer respostas aos acontecimentos trágicos, cujas abordagens visam ressaltar as “relações de poder desiguais envolvidas na extração de recursos, produção de commodities e distribuição das riquezas” (Ibid., p. 4). São abordagens analíticas que compreendem os desastres como um processo que tem referências no passado e desdobramentos no futuro. Diferente dos enfoques centrados na teoria dos *hazards*, as reflexões trazidas à luz pelas abordagens sociológicas e antropológicas nos permitem compreender a concepção de desastre “como um fenômeno social ou, mais precisamente, um evento de caráter disruptivo da estrutura ou sistema social” (VALENCIO, 2010, p. 749). Neste sentido, o desastre deve ser entendido como um acontecimento coletivo trágico, que resulta na perda e danos súbitos e

involuntários e que por isso tende a desorganizar os modos de vida e trabalho da coletividade atingida (ZHOURI *et al.*, 2016a).

Nessa perspectiva, o desastre é entendido como uma *crise social* que ocorre em um tempo social que carrega distintas dimensões da realidade (VALENCIO, 2010, 2014a). É por isso que no âmbito da teoria dos desastres, as reflexões teóricas sobre a realidade trágica não devem ser feitas apenas com base no tempo cronológico das emergências, mas sim, através da concepção processual do evento, dando conta de sua totalidade social (VALENCIO, 2010a; ZHOURI *et al.*, 2016), ou seja, envolvendo os conflitos pretéritos e aqueles deflagrados com o evento trágico.

Neste trabalho compreendo o desastre da Samarco como um processo produzido historicamente que culmina no rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro. A partir deste “evento crítico” (DAS, 1996) os efeitos prolongam-se no tempo enquanto crise crônica, sobretudo nas vidas das pessoas atingidas (OLIVER-SMITH; HOFFMAN, 2002; VALENCIO, 2010; SILVA, 2010; ZHOURI *et al.*, 2016a, 2016b, 2017 e 2018). Por ora, concentro as reflexões numa tentativa de síntese da compreensão analítica já mobilizada por outros autores acerca das situações que contribuíram para deflagrar a crise em curso.

À vista dessa abordagem processual, ressalto que as atividades minerárias, assim como outras atividades extrativistas, são marcadas por um processo histórico de injustiças ambientais, não obstante serem sustentadas por princípios ideológicos como o *desenvolvimento sustentável* ou a *modernização ecológica*, princípios que se tornaram hegemônicos e invisibilizam a diversidade cultural, além de impor regimes assimétricos de exploração da natureza.

Nos últimos anos a alta demanda por combustíveis e metais tem suscitado novos investimentos extrativos. Visando sobretudo o mercado asiático, os países latinos têm investido portanto na extração e exportação de produtos primários, os chamados extrativismos (GUDYNAS, 2012, 2016; SVAMPA, 2013; 2019; MILANEZ; SANTOS, 2013; ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016b; ARAOZ, 2020). Dessa forma, o Brasil, bem como outros países da América Latina, tem passado por um processo de (re) primarização da economia, ou seja, de investimento na extração de bens primários (*commodities*) voltados à exportação, como é o caso da mineração.

Em face a essa conjuntura, Svampa (2013, 2019) chama a atenção para a produção do *consenso de los commodities*. A autora argumenta que no início do século XXI, prevalece nos países latinos a emergência de “governos progressistas, de esquerda ou centro-esquerda, que, apesar, das diferenças, combinaram políticas econômicas heterodoxas com a ampliação do gasto social e a inclusão por meio do consumo” (SVAMPA, 2019, p.17). De acordo com a autora, em consonância com o “boom das commodities” verificado neste período, as ações institucionais desses países visaram à reorientação das economias para as atividades primárias extrativas que possuem baixo valor agregado. De modo deliberado

multiplicaram os grandes empreendimentos mineradores e as megarrepresas, ampliaram as fronteiras petrolíferas e agrárias. Essas ações ensejam um aprofundamento da dinâmica de desapropriação, que pode ser de terras, recursos naturais e territórios, produzindo assim, novas formas de dependência e dominação (SVAMPA, 2013, p. 32).

Para Gudynas (2012; 2016), a mineração, bem como as atividades petrolíferas e monocultivos, correspondem a um tipo particular de apropriação dos recursos naturais que podem ser classificadas como extrativismos. De modo geral, o termo se aplica a um conjunto de atividades que se apropriam dos recursos naturais de uma região envolvendo grandes volumes e alta intensidade, sem processamento industrial e voltadas para o mercado externo. As atividades extrativistas desempenham um papel relevante no processo de crescimento econômico do país, tendo em vista o alto preço das matérias primas no mercado externo, no entanto expressam também um modo específico de compreender o desenvolvimento e as relações com a natureza, por vezes ocasionando impactos sociais e ambientais como o deslocamento de comunidades locais e contaminação de solo e água, por exemplo (GUDYNAS, 2012; 2016).

Neste modelo identificado por Gudynas (2012), o Estado tem papel ativo nas atividades extrativistas e busca a legitimidade das suas ações a partir da apropriação e distribuição de parte da renda gerada, sobretudo nos governos definidos como progressistas, como é o caso do Brasil, no início do século XXI (MILANEZ; SANTOS, 2013). Os autores destacam o caráter institucional híbrido do Estado, a partir de funções tradicionais – provisão de financiamento e infraestrutura e da regulamentação pública – bem como a sua nova função de “Estado compensador” – a partir de políticas sociais de redistribuição de renda (MILANEZ; SANTOS, 2013).

Neste cenário de intensificação das atividades extrativistas e de infraestrutura, o ambiente

(territórios e recursos naturais) torna-se então espaço de disputa, ou objeto de disputas, cujos agentes envolvidos possuem interesses distintos e por vezes antagônicos e condições assimétricas de poder. Isto posto, grandes empreendimentos se instalam em espaços que outrora eram lugares de reprodução da vida material e simbólica de diversas coletividades, provocando desapropriações territoriais e apropriações privadas de recursos naturais que antes eram coletivos. Nesse contexto, perpetuam tensões latentes e inúmeros “conflitos ambientais” (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

As consequências desse modelo de exploração têm somado um conjunto de “efeitos derrames” (GUDYNAS, 2016) nos lugares explorados, onde novas fronteiras econômicas avançam sobre territórios historicamente ocupados por grupos étnicos, camponeses e demais comunidades tradicionais. Atualmente esse avanço ocorre, sobretudo, pela perene aliança entre interesses econômicos e a atuação do estado (GUDYNAS, 2016; MILANEZ; SANTOS, 2013), ao exemplo da flexibilização da legislação ambiental, cujo processo ocorre para atender os interesses estatais e empresariais em detrimento das populações atingidas por tais empreendimentos extrativos.

Ademais, diversas instituições reguladoras vêm apostando na possibilidade de pacificação dos conflitos ambientais que emergem no avanço dessas fronteiras econômicas sobre os territórios tradicionalmente ocupados, e para isso seguem receituários de agências de financiamento internacionais (ZUCARELLI, 2018). Tais estratégias e suas consequências configuram uma “coerção harmoniosa” (NADER, 1994) no processo de negociação e resolução de conflitos, cujas partes interessadas devem dialogar e formar acordos consensuais a partir da mediação de especialistas e operadores do direito. Todavia, o que se observa nessas tentativas de acordos “é a imposição de ideias e de instrumentos construídos de forma verticalizada, sem a autoria ou protagonismo daqueles que, normalmente não possuem os capitais simbólicos exigidos neste campo de disputa” (ZUCARELLI, 2018, p. 23).

No caso do rompimento da barragem de Fundão, é importante situá-lo enquanto um *desastre sociotécnico* (ZHOURI *et al.*, 2018), ao contrário das descrições que o enquadram meramente como “evento”, focando na data do acontecimento trágico. Sobre a primeira expressão, elucida a equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG): “processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que

expuseram, de fato, a população ao risco” (ZHOURI *et al.*, 2018, p.41). Nesse sentido, os autores compreendem que:

“[...] a questão central não repousa na confiabilidade técnica do sistema, mas na localização geográfica das instalações perigosas, no montante de investimentos em segurança e prevenção, nas decisões políticas relativas ao licenciamento dessas estruturas e na escolha técnica das barragens como formas de disposição de rejeitos, fatores que engendram a produção e reprodução de injustiças ambientais” (Ibid., p.41).

A estrutura que rompeu integra a unidade minerária de Germano, que por sua vez está inserida no complexo de Alegria, cujas reservas de minério de ferro são estimadas em quatro bilhões de toneladas (POEMAS, 2015). A unidade de Germano, localizada no município de Mariana (MG), era responsável pelas operações de extração e beneficiamento do minério de ferro. Os rejeitos gerados eram depositados em barragens – estruturas de terra construídas para armazenar os resíduos (Ibid., 2015). Da região partiam três minerodutos que transportavam – através da água – a produção do minério de ferro até o porto, instalado na unidade de Ubu, no município de Anchieta, no estado do Espírito Santo, localizado fora do território da bacia hidrográfica onde era feita a pelotização do minério (ANA, 2016). O empreendimento em colapso é propriedade da Samarco Mineração S.A., uma *joint venture* das corporações Vale S.A. e BHP Billiton (cada uma detentora de cinquenta por cento das ações).

Apesar da grandiosidade do empreendimento, os funcionários que trabalhavam na barragem na ocasião descrita e os moradores de povoados próximos foram surpreendidos pela *onda de lama* sem poder contar sequer com um alerta de sirene, o que implicou 19 mortes, sendo 13 trabalhadores terceirizados e 5 moradores de Bento Rodrigues. Sem o recurso da sirene, os próprios trabalhadores da barragem e moradores do povoado de Bento tiveram, ao mesmo tempo, a difícil tarefa de sobreviver e informar aos demais sobre o perigo iminente. Quanto às notícias referentes às mortes, estas foram dadas gradualmente ao longo dos dias, a partir do momento em que sobreviventes eram resgatados ou os corpos eram localizados pela equipe de busca do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil da cidade de Mariana, MG. Ademais, um trabalhador da Samarco Mineração S.A. que estava na barragem foi dado posteriormente como desaparecido, pois o corpo não foi encontrado pelas equipes de busca. Além disso, uma mulher, moradora de Bento Rodrigues, sofreu um aborto enquanto tentava sobreviver à chegada da lama em sua residência. Os rejeitos foram então carreados pelo leito do rio Doce até chegar à sua foz, na vila de Regência Augusta, onde espalhou-se pela costa do estado do Espírito Santo.

Apesar da magnitude do evento em destaque, não é prudente considerá-lo como um evento único ou um caso isolado. Há estudos que problematizam outros rompimentos de barragem ocorridos no estado de Minas Gerais, também ocasionando mortes, destruição, desalojamentos e graves problemas de abastecimento de água nos municípios afetados. Santos e Wanderley (2016) identificaram, nos últimos vinte anos, oito rompimentos de barragens ligadas à atividade de mineração no estado de Minas Gerais, ocasionando mortes e desalojamentos familiares. Para os autores os “frequentes casos de rompimento de barragem de mineração estão associados às condições geológicas dos depósitos atuais e as tecnologias de baixo custo utilizadas no processo de extração e beneficiamento primário” (SANTOS; WANDERLEY, 2016, p. 91). Os autores também apontam que “o rompimento de barragem é um risco inerente ao setor extrativo mineral, potencializado nas etapas de pós-boom das commodities (DAVIS; MARTIN, 2009 apud SANTOS, WANDERLEY, 2016).

Ademais, em relatório produzido após o rompimento da barragem, MANSUR *et al.* (2016) apontam para uma “relação estrutural entre eventos de rompimento de barragens de rejeitos e oscilos econômicos da mineração” e ressaltam “[...] indícios de que existe um aumento do risco de rompimentos de barragens no novo ciclo pós-boom do preço dos minérios” (MANSUR *et al.*, 2016, p. 19). Diante desse prisma analítico, os autores destacam que a barragem de Fundão iniciou suas operações em 2008, no pico dos preços internacionais de minério de ferro, enfrentando em seguida um período de crise nos preços, período que coincidiu com o aumento significativo dos acidentes de trabalho na empresa, aspectos que são dignos de registro e que antecedem o rompimento da barragem de Fundão (MANSUR *et al.*, 2016).

Nesse ínterim, segundo Zucarelli (2018), falhas na barragem e a possibilidade do rompimento apareceram pelo menos dois anos antes em um relatório técnico encomendado pelo Ministério Público de Minas Gerais (INSTITUTO PRISTINO, 2013, apud ZUCARELLI, 2018, p. 26). Os riscos foram evidenciados no relatório técnico, que recomendou uma série de medidas a serem providenciadas. Infelizmente as devidas providências não foram tomadas pelas empresas de mineração, nem pelo estado brasileiro, em seu papel de fiscalização do cumprimento de suas próprias determinações (ZUCARELLI, 2018).

Desastre como crise processual

Passados seis anos da crise deflagrada com o rompimento da barragem, que comprometeu os modos e as estratégias de vida na foz do rio Doce, a produção do *sofrimento social* (DAS; KLEIMAN; LOCK, 1996) é ampliada pelas ações institucionais para gerir a crise em curso. De acordo com Das e outros,

O sofrimento social resulta daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais. Incluídas na categoria sofrimento social estão situações que eram normalmente divididas em campos separados, casos que simultaneamente envolvem saúde, bem-estar, questões legais, morais e religiosas” (DAS et al, 1996, p. IX, tradução nossa).

A esse propósito, vale mencionar os acordos assinados sem a participação da população atingida, a criação e implantação da Fundação Renova e a implementação de um sistema de governança na bacia hidrográfica do rio Doce.

Desde o início, chama-se a atenção para o despreparo das instituições em lidar com a situação crítica deflagrada. Em Mariana “as vítimas imediatamente constituíram-se em alvo de instâncias governamentais diversas que, ao enquadrarem a questão como um conflito ambiental ou socioambiental, apresentaram-se como mediadores entre a empresa e os atingidos” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 32). Assim, as vítimas, que perderam parentes e tiveram suas residências destruídas pela lama de rejeitos, foram colocadas em mesas de negociação com as empresas responsáveis (ZHOURI *et al.*, 2018). Ademais, a empresa não possuía um plano de emergência e contingenciamento dos rejeitos.

No outro extremo geográfico, distante quase 600 quilômetros, as vítimas aguardavam angustiadas a chegada da onda de lama de rejeitos carregada pelo rio Doce. Antes mesmo da chegada da *lama*, os moradores passaram a viver momentos de angústia e ansiedade em decorrência da espera pela chegada da *lama*. Algumas atividades laborais foram imediatamente interrompidas como foi o caso da pesca artesanal e da agricultura ribeirinha, outras atividades ficaram comprometidas como foi o caso do turismo e comércio. Além disso, uma gama de trabalhadores informais (cozinheiras, lavadeiras, construção civil, entre outros) perdeu o emprego em função das novas dinâmicas impetradas pela lama.

O modo de vida na foz do rio Doce se ancora em um conjunto de saberes e fazeres marcados pela tradicionalidade e práticas do campesinato, cuja pesca artesanal e agricultura ribeirinha

constituem atividades fundamentais no território. Ambas as atividades eram realizadas entrelaçando aspectos familiares e laborais, o que possibilitava a geração de renda, o autoconsumo das famílias e as dinâmicas de reciprocidade entre vizinhos e parentes. Vivendo entre o rio e o mar, a terra e a água tornam-se elementos fundamentais para o estabelecimento das relações sociais, culturais, econômicas e afetivas. Na foz do rio Doce, os habitantes constroem há gerações estratégias e modos de vida entrelaçados com as potencialidades oferecidas pelo ambiente fértil, a exemplo dos pescadores artesanais (em Regência e Povoação), dos ribeirinhos (em Entre Rios), e das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. Estas comunidades enfrentam historicamente um processo de deslocamento compulsório contínuo, tendo em vista as alterações no ambiente e a expropriação territorial que é resultado da implementação de um conjunto de políticas desenvolvimentistas e ambientais implementadas na região.

A pesca continua proibida na linha de 25 metros na foz do rio Doce, o que inviabiliza a atividade para muitos pescadores na região que não possuem embarcações com tamanho adequado para realizar uma pesca além do limite da proibição. Em decorrência desse fato os pescadores recebem um *auxílio emergencial*⁶ para suprir as suas necessidades imediatas e da sua família. Todavia, o provimento deste auxílio – entenda-se o pagamento e reconhecimento do direito individual de cada atingido – ficou a cargo inicialmente da Samarco Mineração S.A. e em seguida, da Fundação Renova, o que tem gerado tensões e conflitos diversos. Em ambas as situações foi aplicado um cadastro para o suposto reconhecimento do morador enquanto atingido. Para além das incongruências no que se refere à ação da empresa em determinar quem foi atingido ou não, os critérios de avaliação não são claros para designar a determinação do sujeito enquanto atingido.

Nesse sentido os questionamentos dos moradores são inúmeros em relação à suposta “*não adequação ao perfil*”, o que significa o não reconhecimento deles enquanto *impactados/atingidos*. Isso aconteceu muito com pescadores que na época do rompimento da barragem possuíam outras atividades laborais, aspecto comum para aqueles funcionários de empreiteiras que trabalham fichados provisoriamente e nos intervalos entre uma contratação e

⁶ O auxílio emergencial foi previsto através do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA), assinado no final de 2015. O auxílio corresponde ao pagamento de um salário-mínimo por pessoa que teve suas atividades laborais comprometidas em decorrência do derrame de rejeitos, acrescido de 20% por dependente e mais o valor relativo a uma cesta básica. O recebimento desse auxílio ocorre a partir de um cartão corporativo fornecido pela empresa.

outra, provêm a família através da pesca, bem como os trabalhadores informais que também se dedicavam à construção civil e outras atividades comerciais na região, além da pesca artesanal. A situação revela contornos ainda mais graves quando observamos a disparidade entre o recebimento do auxílio emergencial por homens e mulheres.

Outro fator que agrava a situação de reconhecimento dos atingidos são as controvérsias científicas e conflitos em relação à contaminação da água do rio Doce e dos lençóis freáticos. Enquanto a Fundação Renova alega que a água do rio Doce não está contaminada, e inclusive atesta o “consumo humano após passar pelo tratamento convencional das ETAs [estação de tratamento de água], antes de chegar às torneiras do consumidor” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019, p. 35), os moradores demonstram desconfiança, insegurança e temor em relação à água do rio Doce, dos poços artesianos e também daquela fornecida pelo SAAE (ZUCARELLI; LEONARDO, 2019). Essa insegurança também se soma ao quadro de sofrimento coletivo que evidencia o *caráter processual* do desastre deflagrado com o rompimento da barragem de Fundão (ZHOURI *et al.*, 2018); sofrimento este que se agrava e perpetua-se a partir das formas de gestão construídas pelas instituições instadas a propor soluções ao desastre.

Diante do exposto, apesar de permanecerem em suas residências, os deslocamentos sociais, econômicos e culturais são vivenciados de maneiras distintas entre os moradores na foz do rio Doce, do que resulta um processo contínuo de vulnerabilização. Tal experiência vivenciada ao longo desse período de crise não se resume ao *tempo cronológico das emergências* (VALENCIO, 2010; ZHOURI *et al.*, 2016) mas pelo contrário, os efeitos do desastre se prolongam no tempo e apontam, portanto, para a *complexidade interna* (OLIVER-SMITH, 1999) do fenômeno estudado, o que “nos força a confrontar as muitas e mutáveis faces da (s) realidade (s) socialmente construída (s). A complexidade é incorporada na multiplicidade de perspectivas tão variadas quanto os indivíduos e grupos impactados ou participantes no evento em processo” (OLIVER-SMITH 1999, p. 21. Tradução nossa).

Todavia as ações de reparação e indenização nesse contexto de governança do rio Doce têm apontado para uma tendência institucional da negação do conflito, e com isso proporciona a invisibilização das diferenças e da diversidade de grupos e indivíduos atingidos. Tendo isso em vista, é notório que o distanciamento, a burocratização e a quantificação decorrentes das práticas institucionais têm contribuído para a ampliação do *sofrimento social* e com isso ensejado novas violências nos territórios (DAS; KLEIMAN; LOCK, 1996).

Estrutura da tese

Esta tese está dividida em três partes, além desta introdução e as considerações finais. Na primeira delas, *“colonialidades em curso”*, apresento a região da foz do rio Doce, espaço privilegiado das interações em campo. Sendo assim o capítulo 1 apresenta uma descrição sobre o processo histórico de ocupação, as terras tradicionalmente ocupadas e os conflitos ambientais e territoriais decorrentes dos diversos interesses manifestos no entorno da região. O texto é construído a partir da análise de referências teóricas sobre o lugar e do recurso metodológico das entrevistas realizadas com alguns interlocutores, e que foram baseadas no método da história de vida. Dito isso, torna-se importante salientar que o tempo das interações etnográficas que confluíram para a construção deste capítulo não se restringe ao tempo da pesquisa de doutorado, uma vez que a autora já realizava pesquisa na região da foz do rio Doce.

Na segunda parte *“na vila, esperando a lama”*, privilegiei a descrição dos agenciamentos vivenciados no período que corresponde à *espera e a chegada da lama da Samarco* à região da foz. Na ocasião descrita estava residindo na vila e de lá pude acompanhar, junto aos demais moradores, as alterações na paisagem e as mudanças sociais vivenciadas neste período crítico. De maneira geral, três aspectos chamaram a atenção neste período: i. a ausência de informações locais qualificadas e confiáveis sobre a tragédia em curso; ii. a chegada de funcionários da mineradora e as ações protagonizadas por eles para administrar a crise e a crítica local; iii. o abalo emocional vivenciado entre os interlocutores na vila de Regência e povoados adjacentes.

Com a chegada física da *lama* e o transcorrer do tempo, os múltiplos efeitos do desastre foram ampliados na vida dos interlocutores, que passaram a conviver cotidianamente com os rejeitos da mineração despejados no ambiente e os agenciamentos provocados pela gestão do desastre naquele território. A terceira e última parte da tese aborda, portanto *“os arranjos institucionais e as estratégias corporativas”* sobre o desastre em curso. Nesse intuito as abordagens metodológicas utilizadas foram a análise de documentos e a etnografia dos encontros entre os atingidos e as instituições dedicadas à gestão da crise. No terceiro capítulo analiso algumas tecnologias adotadas para a gestão da crise e da crítica, que priorizaram uma abordagem resolutiva centrada na consensualidade, ou seja, na ideologia da harmonia, que ainda preconiza o protagonismo corporativo na gestão local das afetações. Já no quarto

capítulo, o tema abordado é a promoção local das incertezas, ou seja, apresento algumas estratégias adotadas pela Samarco e pela Fundação Renova para negar a validade das denúncias e como a experiência da dúvida vai se constituindo enquanto um dano insustentável entre os atingidos na foz do rio Doce, possibilitando o agravamento do *sofrimento social*.

Por fim, nas considerações finais, sintetizo os principais argumentos desenvolvidos na tese, enfatizando que o tratamento institucional adotado no contexto de gestão do desastre, protagonizado por agentes públicos e corporativos, contribui com o agravamento do processo de sofrimento social na região da foz sul do rio Doce.

Parte I

I. Colonialidades em curso

Capítulo 1

“Porque a gente vive impressado aqui”: **Sobre as terras tradicionalmente ocupadas e a desordem crônica como contexto na região da foz sul do rio Doce**

1.1. Sobre as terras tradicionalmente ocupadas na Planície Costeira do rio Doce

O rio Doce⁷ é formado a partir da confluência entre as águas dos rios Piranga e Carmo, cujas nascentes estão situadas nas encostas das Serras da Mantiqueira e do Espinhaço, no estado de Minas Gerais (MG) (ANA, 2016; CBH-DOCE, 2021) e deságua no oceano Atlântico, em Regência Augusta, distrito rural do município de Linhares, no litoral norte do estado do Espírito Santo (ES). Nesse longo percurso de 879 quilômetros entre as nascentes e a foz (CBH-DOCE, 2021) encontramos comunidades urbanas e rurais, cidades e povoados que vivem do rio e com o rio (FERREIRA, 2016). Sendo assim, o rio Doce representa a principal fonte de água, alimento, trabalho, lazer, cultura e espiritualidade para os diversos povos e comunidades tradicionais, rurais e urbanas que integram essa extensa bacia hidrográfica e suas áreas de influência⁸. Além de nutrir a população, as águas do rio Doce também preenchem de significado a vida social e cultural desses povos.

No baixo curso do rio Doce, “o relevo movimentado do território espírito-santense dá lugar a uma ampla planície costeira que se estende por mais de 100 km de extensão norte-sul”

⁷ Segundo ZUNTI (2000), tal nomeação do rio remete ao período colonial da nossa história: “quando os navegadores portugueses, encontrando água doce defronte à foz deste rio, a seis milhas da barra, deram-lhe então o nome de rio Doce” (ZUNTI, 2000 apud REIS, 2003, p. 28). Na época, a água doce avançava em corrente por quase dez quilômetros, o equivalente a seis milhas mar adentro (TEIXEIRA, 2020).

⁸ Localizada na Região Sudeste do Brasil, entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, possui uma extensão total de 853 km e uma área de drenagem com cerca de 83.465 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante (14%) ao Estado do Espírito Santo, sendo, portanto, uma bacia de domínio federal (COELHO, 2009, p. 133). De acordo com as características morfoestruturais variadas é possível distinguir três unidades regionais no interior dessa bacia: alto, médio e baixo rio Doce. No estado do Espírito Santo, são observadas as unidades médio e baixo rio Doce, sendo que na unidade caracterizada por baixo rio Doce, há uma extensa planície costeira quaternária (COELHO, 2009), onde realizei o trabalho de campo.

(PORTUGUEZ, 2019, p. 01). Segundo a geógrafa e estudiosa de comunidades tradicionais no norte do estado do Espírito Santo, Simone Raquel Batista Ferreira (2020), a construção geomorfológica dessa planície ocorre através da “deposição sedimentar do rio Doce, conjugados aos movimentos de regressão e transgressão marinha ao longo da costa do Espírito Santo” (FERREIRA, 2020, p. 130). A partir desta história geológica é que a região constitui-se como um ambiente naturalmente inundado pelas águas fluviais, cujos períodos de grandes cheias, observadas no alto e médio curso do rio, provocam o derrame dessas águas nas terras localizadas no seu baixo curso, contribuindo com a formação e ampliação das lagoas e brejos e fertilizando o solo com o acúmulo de matéria orgânica (FERREIRA, 2020). De acordo com o arqueólogo João Luiz da Cunha Teixeira (2020), essa região, classificada como o baixo curso do rio Doce, integra a *Hileia Baiana*, reconhecida como a floresta tropical mais rica do mundo em termos de biodiversidade. Outrora, essa região já foi comparada à Floresta Amazônica, devido ao porte de vegetação e o regular regime pluviométrico pseudoequatorial (TEIXEIRA, 2020, p. 88). Ademais, observa-se também uma grande influência marinha neste ambiente, formando cordões litorâneos e restingas (INCAPER, 2020). Resgatando um passado não tão distante sobre a área de estudo, alguns interlocutores lembram que a região situada ao sul da foz do rio Doce era chamada de “*Pantanal Capixaba*”, em virtude dessa abundância de água e fertilidade da terra. Segundo Saldanha (2018) esse complexo de lagoas, canais, brejos e alagados que caracterizavam a planície costeira como o “*Pantanal Capixaba*” passa a sofrer drásticas alterações no século passado, especialmente a partir da década de 1960, em função de intervenções capitalistas na região e sobrepondo-se às demais atividades com características tradicionais.

Nessa Planície Costeira do rio Doce, localizada no litoral norte do estado do Espírito Santo, há atualmente um conjunto extenso de “territórios tradicionalmente ocupados” (ALMEIDA, 2005) “por comunidades pesqueiras, marisqueiras, ribeirinhas, agricultoras, indígenas e quilombolas que construíram seus modos de vida profundamente vinculados a este ambiente, formado por um complexo de rios, brejos, lagoas, manguezais, restingas, praias e mar” (FERREIRA, 2020, p. 130). Habitam-na, portanto, uma diversidade de povos e comunidades com características tradicionais e que historicamente construíram e permanecem construindo seus modos e “estratégias de vida” (BEBBINGTON, 2007) a partir dessa relação simbiótica com o ambiente, estabelecida especialmente na confluência entre as águas do rio e do mar. É nessa confluência que esses sujeitos construíram saberes diversos e deram significados culturais às práticas locais, constituindo os meios de vida tão peculiares àquela região.

Em virtude de essas terras serem inundadas periodicamente pelas águas do rio Doce e também pela presença marcante da influência marinha no ambiente, os sujeitos que habitam esta região e seus antepassados desenvolveram um conjunto de saberes, técnicas e práticas culturais que se relacionam com essa potencialidade hídrica. Sendo assim, a pesca e a mariscagem, praticadas inicialmente no ambiente fluvial e posteriormente no ambiente marinho, com o aprimoramento das embarcações e dos petrechos, tornaram-se atividades principais (BICALHO *et al.*, 2014). A agricultura e os extrativismos também se destacam como atividades relevantes na região, apesar da redução das áreas disponíveis para essas atividades no decorrer dos anos, em face às transformações socioeconômicas e ambientais no território. A caça também está presente na memória desses moradores como atividade que outrora já foi muito praticada na região. Esse conjunto complexo de atividades tradicionais e os saberes em torno deles garantem a reprodução social, cultural e material desses grupos. Com essa forte ligação com as águas fluviais, os ciclos das cheias e das vazantes no rio Doce representam na memória local um *período de fartura* para aqueles sujeitos que vivem nesta região costeira e próxima à foz do rio Doce.

Diante desse conjunto extenso de “territórios tradicionalmente ocupados” na Planície Costeira do Rio Doce (ALMEIDA, 2004; FERREIRA, 2020), o trabalho de campo contemplou os limites territoriais do distrito de Regência Augusta, no município de Linhares (ES). Linhares é o município de maior extensão territorial do estado do Espírito Santo, além de possuir a maior faixa litorânea. Nove distritos integram o município, sendo três litorâneos que de alguma forma se relacionam com os interesses desta pesquisa e por isso foram realizadas atividades de campo com periodicidades distintas em cada um deles. Isto posto, destaca-se neste município o balneário de Pontal do Ipiranga, ao norte da foz do Rio Doce; a vila de Povoação, a poucos quilômetros da foz norte do Rio Doce; e a vila de Regência, na foz sul do Rio Doce.

Ao longo de toda a extensão desta costa linharensense, predomina o bioma da Mata Atlântica e a vegetação de restinga. Além disso, a região é área regular de desova de *Caretta caretta* e *Dermochelys coriacea*, duas espécies de tartarugas marinhas, sendo a segunda a mais criticamente ameaçada de extinção no mundo (TORRES; CREADO; CARVALHO, 2016). Por esta razão neste extenso litoral há atividades de conservação dessas espécies de fauna marinha que vêm sendo realizadas pelo Projeto Tamar, há pelo menos quarenta anos. Ademais, desde 2010, essa costa linharensense passou a integrar também o Mosaico da Foz do

Rio Doce (MMA, 2010)⁹. Destaco também neste sentido a presença marcante desses agentes, ligados à conservação ambiental, nas arenas políticas que versam sobre os interesses e práticas de uso sobre os territórios na Planície Costeira do rio Doce, especialmente nos territórios do entorno da foz sul do rio Doce (Regência e povoados adjacentes).

Um pouco mais distante da foz do rio Doce, Pontal do Ipiranga é a sede distrital que abrange quatro povoados: Três Irmãos, Agrovila, Ipiranga e Campo Grande (INCAPER, 2020). A sede de Pontal é um balneário que possui bastante circulação de turistas no verão. Na região, predomina a vegetação de restinga e a ocorrência fora do comum de orquídeas da espécie *Cattyleia guttata*, que implicou a criação recente do Parque das Orquídeas (TORRES; CREADO; CARVALHO, 2016), localizado próximo à vila de Degredo, habitada por comunidade de pescadores, extrativistas e remanescentes de quilombo¹⁰. A certificação de Degredo como comunidade Remanescente de Quilombo foi publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2016¹¹. De maneira geral a economia do distrito baseia-se na pecuária, pesca artesanal e extrativismos, com destaque para a aroeira (INCAPER, 2020) e o turismo.

Ao norte da foz do Rio Doce, está situada a vila de Povoação, distante 38 quilômetros da sede do município, em uma estrada de chão que beira o Rio Doce. É a sede distrital das seguintes comunidades: Povoação, São Luís, Paraíso, Santa Helena, Três Irmãos, e parte de Ipiranga. Os moradores que vivem na vila de Povoação se declaram como pescadores e/ou como

⁹ PORTARIA Nº 489 DE 17.12.2010 – DOU 20.12.2010 (Ministério do Meio Ambiente). <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/portaria-foz-do-rio-doce.pdf>

¹⁰ Em 2015 estive junto à professora Simone Raquel Batista (Departamento de Geografia/UFES) e o professor Osvaldo Martins de Oliveira (Departamento de Ciências Sociais/UFES) na comunidade de Degredo. Na ocasião, os professores em destaque foram demandados para auxiliar no processo de auto-organização dos moradores, que reivindicavam o começo de um diálogo com a Fundação Palmares, a fim de estabelecer o reconhecimento institucional daquele povoado enquanto comunidade remanescente de Quilombo. Na ocasião, fui convidada pela professora Simone para acompanhar a atividade de campo. Foi a primeira vez que estive naquela comunidade e percorri outros povoados, situados à margem norte da foz do rio Doce. Durante a reunião na comunidade de Degredo, os moradores narraram a chegada de seu Atalino Leite, em 1917, naquele território, explicando que a origem do povoado estava relacionada de alguma forma à constituição dessa família. Seu Atalino veio fugido de São Mateus (município localizado mais ao norte do estado do Espírito Santo) e quando chegou naquela região encontrou os indígenas classificados genericamente como botocudos, que já viviam naquele território. Desde então, com a abertura das terras por Seu Atalino, novas famílias vindas de São Mateus foram chegando para viver e trabalhar naquelas terras. Em período mais recente, os presentes naquela região, chamaram atenção para os conflitos vivenciados com a implantação da Petrobrás e as atividades de conservação protagonizadas pelo Projeto Tamar, o que dificultava a permanência dos jovens e adultos na região.

¹¹ A lista atualizada até a Portaria no 104/2016, publicada no DOU em 20/5/2016, está publicada no site da Fundação Palmares, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>. Último acesso em 4 de abril de 2022.

trabalhadores rurais, com destaque para a produção de cacau. O local atrai surfistas devido às boas condições da prática do esporte, embora o turismo ainda seja incipiente especialmente se comparado à vizinha Regência. Povoação conta com um litoral vasto, coberto por vegetação de restinga bem conservada (INCAPER, 2020) e uma base do projeto Tamar.

Do outro lado do rio Doce, está situada a vila de Regência, distante 54 quilômetros da sede do município, percurso que também é realizado por uma estrada de chão batido. A economia é baseada no gado de corte, bubalinocultura, cacau e pesca (INCAPER, 2020), além do turismo. A região é a sede distrital das seguintes comunidades: Lagoa do Aguiar; Areal, Vila de Regência, Entre Rios e parte de Bananal do Sul (INCAPER, 2020). Dentre estas cabe destacar as comunidades de Areal, que se autoidentifica como indígena Botocudo e Entre Rios, comunidade que se autoidentifica como comunidade tradicional ribeirinha. A sede da vila é caracterizada pelos próprios moradores como uma pequena vila de pescadores, que também atrai surfistas e outros esportistas aquáticos, devido às boas condições de onda para a prática do surf e de outros esportes aquáticos. O Projeto Tamar tem forte atuação na região, onde ocorre desova regular de “*Caretta caretta* – conhecida na região como careba amarela ou careba dura – e *Dermochelys coriacea* – conhecida na região como careba mole ou gigante – duas espécies de tartarugas marinhas, sendo a segunda a mais criticamente ameaçada de extinção no mundo” (IBAMA, 1997). A área marinha também está na rota da baleia jubarte.

A região abriga ainda a Reserva Biológica de Comboios (REBIO de Comboios), unidade de preservação criada em 1984, gerida atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Todavia os interesses institucionais para preservação da área já são identificados desde meados de 1950, através da criação do Parque Biológico da Região Leste (BIS DOS SANTOS, 2017). Atualmente a área é classificada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como sendo de proteção integral, não sendo, portanto, permitida a interferência humana direta ou modificações ambientais no seu interior, o que afeta diretamente os manejos locais de uso da terra e da área costeira outrora identificados na região. Sendo assim, há uma série de usos sociais e culturais que conflitam com os objetivos previstos no plano de manejo, elaborado em 1997, para a preservação da área¹². Ademais, desde 2010, a Rebio de Comboios está inserida em dois Corredores Ecológicos Estaduais: o Corredor SOCOMGO (Sooretama-Comboios-Goytacazes) e o Corredor Marinho do Rio

¹² Foi feita uma revisão do Plano de Manejo, publicado em dezembro de 2018, todavia a classificação restritiva da unidade permaneceu.

Doce, ambos criados em 2 de junho de 2010 pelo Decreto 2529-R, e passou a integrar também o Mosaico da Foz do Rio Doce, reconhecido em 17 de Dezembro de 2010 pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Portaria 489.

Sobreposto a essas *terras tradicionalmente ocupadas*, e atualmente geridas no âmbito do Estado por projetos de conservação e preservação ambiental, verifica-se o avanço de atividades econômicas que emergem em diferentes temporalidades, provocando tensões, espoliações e conflitos ambientais. Estou aqui me referindo ao desmatamento das florestas para a produção de carvão com a finalidade de atender à necessidade da indústria siderúrgica e agricultura em larga escala, das drenagens de brejos e das lagoas favorecendo a criação de gado, a monocultura do eucalipto para atender à indústria de celulose e a exploração e produção de petróleo e gás para atender à indústria petroquímica. Essas atividades, que foram implementadas na região pesquisada entre os anos de 1950 até meados de 1980, implicaram transformações no território que foram de encontro à diversidade dos fazeres e dos saberes produzidos pelos diferentes sujeitos e grupos que habitam tradicionalmente esses territórios. Estas são as atividades que trazem consigo o léxico de mercantilização da natureza que dialogava muito bem com as manifestações dos interesses econômicos e políticos que norteavam a racionalidade desenvolvimentista do Brasil à época.

Nessa perspectiva divergente de interesses e partindo do princípio ideológico que classifica territórios como “vazios demográficos” e determinam “vocações” orientadas e planejadas para essas regiões, as terras públicas e coletivas tradicionalmente ocupadas na região da Planície Costeira do baixo rio Doce, especialmente na foz sul do rio Doce, foram sobrepostas por essas outras atividades e processos territoriais. Os sujeitos que tradicionalmente habitam esses lugares foram submetidos por um lado, a um longo e permanente processo de espoliação, protagonizada por ações estatais de planejamento com viés desenvolvimentista, que invisibiliza e inviabiliza os modos e as estratégias de vida que não dialogam diretamente com essa “racionalidade econômica” (LEFF, 2009).

Por outro lado, as políticas ambientais de cunho preservacionistas e conservacionistas – como é o caso da criação de unidades de conservação de proteção integral e da implementação de projetos para conservação de espécies bandeiras como as tartarugas – se sobrepõem aos territórios tradicionalmente ocupados e também são protagonistas de transformações neste ambiente. Essas ações também trazem consigo outra lógica de “racionalidade ambiental”, por

vezes conflitante com os saberes e fazeres dos grupos, povos e comunidades tradicionais que ocupam historicamente aquela região.

A relação entre as políticas desenvolvimentistas e as políticas preservacionistas conservacionistas pode parecer paradoxal para um olhar distante e ingênuo, porém na prática cotidiana dos fazeres no território, tal relação revela por vezes o seu caráter simbiótico, tornando-se portanto políticas indissociáveis (SUASSUNA, 2007). A complexidade conferida aos conflitos ambientais na região a partir dessa relação indissociável entre as políticas desenvolvimentistas e as políticas preservacionistas/conservacionistas é o que apontarei ao longo deste primeiro capítulo.

Por ora apresento um croqui da região da Planície Costeira do rio Doce, Figura 2, com destaque para a margem sul da foz do rio Doce, que compreende a região onde venho construindo nos últimos anos, relações de afeto, pesquisa e extensão com alguns interlocutores e é a região onde direcionei a maior parte das atividades de campo durante a etnografia já no contexto do desastre sociotécnico da mineração no rio Doce (no período de novembro de 2015 a novembro de 2019) e que resultou nesta tese.



Figura 2: Croqui da região da Planície Costeira do rio Doce, com destaque para a região estudada. Elaboração própria da autora, através do Google Earth

1.2. Regência Augusta e os povoados adjacentes: caracterização da área de estudo

Regência Augusta conta com cerca de 1.300 habitantes, distribuídos aproximadamente em 330 famílias (IBGE, 2010), é descrita pelos próprios moradores como uma tradicional vila de pescadores. A relação estabelecida com as águas do rio e do mar torna a pesca uma atividade importante entre os interlocutores, e garante a reprodução cultural e econômica de muitos moradores na região. A atividade extrativa realizada no mar, no rio e nas lagoas é desenvolvida há gerações, possui um saber próprio e caracteriza um modo de vida específico naquela região. Nessa perspectiva de reprodução social e cultural, a pesca atua, portanto, como fonte de alimento, conhecimento e saberes diversificados, além de fornecer identidade a esses moradores (BICALHO, 2012). Atualmente há cerca de 70 pescadores cadastrados na associação de pesca local. Ainda assim, estima-se que o número de pessoas que convivem com a pesca e dependem economicamente do pescado para a reprodução social seja ainda maior, pois a atividade é realizada no contexto familiar, ou seja, mulheres, jovens e idosos que residem na mesma residência atuam em conjunto na atividade, mesmo quando estes não são registrados oficialmente como pescadores. A comercialização do pescado é feita de forma direta na própria vila – que também tem um perfil turístico com uma infraestrutura rústica de pousadas, restaurantes e casas de veraneios – e por atravessadores. Além da relevância comercial, o pescado também se destaca como um importante alimento inserido na dieta alimentar dos moradores da sede da vila de Regência e povoados adjacentes, garantindo portanto, a segurança e a soberania alimentar naquela região.

Da mesma forma o manejo de diversos cultivos agrícolas como cacau, mandioca, milho, abóbora e diversas hortaliças também é realizado em diálogo constante com o movimento das águas nas margens do Rio Doce. Nas áreas conhecidas como *cabruças* as terras são ciclicamente fertilizadas pelas águas do rio em seus movimentos de cheia e vazão. Os alimentos cultivados nessa região ajudam a fortalecer a autonomia alimentar dos moradores dessa região costeira em especial dos povoados de Entre Rios e Areal (que integram o distrito administrativo de Regência Augusta).

Ao longo dos anos os modos e as estratégias de vida dos interlocutores vêm sofrendo alterações em virtude de intensas transformações socioambientais e socioeconômicas identificadas na região. Nas estradas de chão batido que dão acesso à vila de Regência é possível ver tais transformações. No trecho de chão batido da rodovia ES 010, entre a Vila do

Riacho (Aracruz) e a vila de Regência Augusta, a paisagem que predomina atualmente é a monocultura de eucalipto, Figura 3, intercalada com áreas destinadas ao pasto. Um pouco antes de chegarmos na vila de Regência Augusta, na praia de Comboios, existe uma área protegida destinada à preservação da Restinga e à conservação dos ninhos de tartarugas marinhas, a Reserva Biológica de Comboios (REBio Comboios), Figura 4.



Figura 3: Eucaliptos na estrada de chão batido, entre a Vila do Riacho e a vila de Regência Augusta.
Foto: João Paulo Lyrio Izoton



Figura 4: Tanques de tartaruga na base do Projeto Tamar, no interior da Rebio de Comboios.
Foto: Flávia Amboss Merçon Leonardo

Um pouco mais à frente, ainda no interior dessa área protegida, existem cinco grandes tanques para armazenamento de óleo, estrutura instalada na década de 1970 pela empresa Petrobras, atualmente inoperante¹³. Deslocando-se na direção oeste, seguindo o rio Doce, a presença dessa atividade de exploração e produção de óleo e gás, operada pela Petrobras e empresas terceirizadas, torna-se ainda mais intensa naquela paisagem. Além da instalação industrial da Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda, local conhecido também como “o fogo da Petrobras”, antes de chegarmos às localidades de Areal e Entre Rios, é possível verificar ainda as dezenas de bombas de sucção de óleo e gás, chamadas pelos interlocutores de “cavalinhos da Petrobras” e os dutos que percorrem o território, instalados nas estradas e nas proximidades das casas, especialmente em Areal. Seguem abaixo três registros fotográficos, com o intuito exclusivo de documentar e de complementar a narrativa descrita sobre a paisagem e as transformações socioambientais na região da foz do rio Doce.

¹³ Em 2021 iniciou-se o processo de desativação e retirada dos tanques para armazenamento de óleo da praia.



Figura 5: Terminal de Regência (TEREG) no interior da Rebio de Comboios.

Foto: Flávia Amboss Merçon Leonardo



Figura 6: Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda.

Foto: Flávia Amboss Merçon Leonardo



Figura 7: Dutos na Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda.
Foto: Flávia Amboss Merçon Leonardo

1.3. Panorama histórico e a construção ideológica do “vazio demográfico”

A vila de Regência Augusta e os demais povoados localizados na foz sul do rio Doce apresentam parte da sua história ligada ao rio Doce, um dos mais importantes da região sudeste do Brasil. Conversando com os moradores mais velhos e os mais antigos da vila de Regência, testemunhei o orgulho que eles sentem do passado *farturoso*, ao narrarem as histórias da região. O período *farturoso* do rio e os perigos encontrados durante a navegação nessas águas fluviais, especialmente no encontro do Doce com o mar, região estuarina conhecida localmente como *boca da barra*, são rotineiramente apontados pelos interlocutores durante as conversas, como forma de salientar o esplendor natural da região e reverenciar as dificuldades enfrentadas e os saberes desenvolvidos pelos antepassados para lidar com todas as adversidades presentes na região.

A atividade da pesca artesanal sempre foi realizada no local a partir das técnicas e dos saberes locais construídos coletivamente sobre a região. Muitos relatos enfatizam que no passado, quando iam se banhar ou pescar no encontro das águas doces com o mar, os moradores amarravam uma corda na cintura e prendiam a outra ponta em alguma pedra ou pedaço de madeira que ficava enterrado na praia, com o intuito de garantir a segurança ao longo das

atividades mencionadas (REIS, 2003). Diante desses perigos enfrentados na boca da barra, os moradores contam que a pesca no leito do rio Doce foi preferida durante muitos anos em relação à pesca no ambiente marinho. Apesar disso, em virtude das transformações socioambientais vivenciadas na região, a pesca no ambiente marinho foi sendo preconizada como uma *estratégia de vida* naquela região. Ou seja, em virtude dos problemas ambientais que assolam o rio Doce há algum tempo, provocando a perda da sua potência e a diminuição do volume de água na sua foz, os pescadores desenvolveram alternativas para continuar com a atividade e passaram a adentrar as águas oceânicas, através de embarcações maiores e a construção de outras técnicas pesqueiras, para garantir o sustento familiar (BICALHO *et al.*, 2014). Esta era a caracterização do tipo de pesca que predominava na região até o ano de 2015, quando rompeu a barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A.

Essa descrição sobre o local que envolve a fatura e os perigos vivenciados na *boca da barra* também está presente nas narrativas dos moradores mais jovens que contam, com entusiasmo e orgulho, as histórias reproduzidas pelos seus familiares e vivenciadas outrora. É interessante notar, conforme aponta a historiadora Regina Lúcia Paiva Rabello Reis, que a “periculosidade presente na paisagem da *boca da barra* integra-se num clima onde se inserem lendas e acontecimentos locais” (REIS, 2003, p. 27). Dessa forma, é do período imperial um importante fato presente na memória coletiva dos moradores da vila de Regência e dos povoados adjacentes – presente ainda hoje através das festividades locais – que alude à figura de um caboclo que serve de inspiração para a construção da tradicionalidade local baseada no tipo “caboclo” forte e destemido (SUASSUNA, 2007).

O acontecimento histórico em destaque faz referência à noite do dia 07 de setembro de 1887, quando um naufrágio agitou o povoado de Regência Augusta. O navio Imperial Marinheiro, com 142 tripulantes, naufragou na barra do rio Doce, após colidir com o pontal sul da barra do rio Doce. Na ocasião, Bernardo José dos Santos, com 28 anos, morador do povoado, arriscou a própria vida para salvar os marinheiros. Apesar do longo tempo decorrido, narrar o fato histórico em destaque nos permite fazer referência às condições naturais da foz do rio Doce, com destaque para os perigos da boca da barra e contribui com o debate das tradições étnicas e culturais locais. Quem frequenta a vila de Regência Augusta já teve a oportunidade de escutar a história sobre o herói nacional Caboclo Bernardo e, provavelmente, já participou de algum festejo em homenagem a este herói. O nome Caboclo Bernardo é referência de coragem, conhecimento, religiosidade e respeito na vila. Contarei brevemente tal história com

a intenção de relacionar as formas de reprodução culturais e religiosas na vila hoje, a ancestralidade indígena e negra, bem como a violência histórica praticada contra esses povos por meio da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e legitimada pelo fenômeno da pilhagem colonial (MATTEI; NADER, 2013).

Na sequência, reproduzo um trecho do livro “Caboclo Bernardo: História e cultura na barra do rio Doce” (2003) da historiadora Regina Lúcia Paiva Rabello Reis, que narra esse importante episódio vivenciado no povoado de Regência com destaque ao ato histórico do pescador Bernardo José dos Santos, a partir da sua pesquisa de mestrado que envolveu a história oral e fontes oficiais, através de documentos históricos do contexto imperial.

Era uma noite escura e tempestuosa, o que agravava a situação. O navio naufragava na barra do rio Doce. As vítimas – tripulantes do Imperial Marinheiro – desesperadas procuravam todos os recursos possíveis para salvar o navio e suas próprias vidas. Parecia impossível que alguém saísse vivo dali, pois imensas e violentas ondas batiam no navio sem piedade [...]

A esperança da tripulação agonizante era de que o escaler com doze tripulantes tivesse conseguido chegar à praia em busca de socorro. Esse escaler chegou à praia despedaçado, e apenas com oito corajosos marinheiros com vida. Eles imploraram ao capitão-mor, e a comunidade local ajuda para seus companheiros. Todos os habitantes da vila correram para a praia levando socorros improvisados para que pudessem ajudar. Mas parecia impossível qualquer ajuda ao Imperial Marinheiro e seus desesperados tripulantes. [...]

Apesar das tentativas, os habitantes do pacato povoado de Regência não conseguiram atender a agonizante tripulação do Imperial Marinheiro. O dia amanheceu. Da praia, avistava-se os destroços do navio e sua tripulação em desespero. Os recursos disponíveis no povoado eram muito poucos. A tripulação estava condenada a ter como leito de morte a misteriosa barra do rio Doce. Alguns tripulantes já se jogavam no mar, tentando ir ao encontro das areias que pareciam estar tão perto. Mas as ondas e a fúria do mar eram mais fortes. Logo seria a embarcação encoberta pelas águas numa viagem sem volta. Tudo parecia estar perdido. Nesse cenário de total desconforto é que se originou a destemida figura de um nativo, tema deste trabalho.

Esse jovem nativo era Bernardo José dos Santos, um pescador de 28 anos, filho de Manoel dos Santos, conhecido como Manduca, e de Caroline Santos. Tinha quatro irmãos: Ermílio, Orcílio, Tereza e Filomena. Formavam uma família simples, típica da região. Nascido e criado à beira-mar, aprendeu e conviveu, desde menino, com os segredos da enigmática barra do rio Doce. Num ambiente de total desespero, Bernardo propôs-se levar nos dentes um cabo de espia no qual os tripulantes deveriam vir pendurados, um a um. Jogou-se ele ao mar quatro vezes seguidas, sendo devolvido à praia por violentas ondas. Sua mãe, muito aflita, pedia-lhe que não insistisse nessa impossível missão. Mas a coragem, a bravura e a tenacidade desse jovem não o deixavam abater-se ante as súplicas de sua mãe. Na quinta tentativa, conseguiu chegar ao navio levando o cabo salvador. [...]

Essa exaustiva luta durou mais ou menos cinco horas. [...] Dos 142 tripulantes que estavam condenados à morte, graças à audácia desse nobre Caboclo, 128 foram salvos. (REIS, 2003, pp. 71-76).

Reis (2003) narra ainda neste mesmo livro como o Caboclo após o episódio do naufrágio e do salvamento passa a ser homenageado como herói. De início ela utiliza fontes escritas como documentos oficiais e jornalísticos da época para mostrar as homenagens que o pescador de Regência recebeu em Vitória e no Rio de Janeiro, inclusive sendo recebido e condecorado com uma medalha de ouro pela Princesa Isabel. Na sequência ela recorre às fontes orais no próprio povoado para retratar a construção dessa figura mítica na vila de Regência Augusta, através de entrevistas com os moradores e da observação participante em festas e celebrações religiosas que ocorrem na vila em torno das homenagens ao Caboclo Bernardo.

Os naufragos agradecidos não se cansavam de contar com detalhes toda a atuação do salvador durante a tragédia, e de falar sobre a generosidade daquela gente humilde que habitava a margem do rio Doce no povoado de Regência. [...] Em seguida, os acontecimentos convergiram para a criação de um espaço de reconhecimento ao homem simples nativo do local: Bernardo. Os programas foram criados na forma de festividades comemorativas do episódio em torno do destaque do salvador. No dia 20 de setembro do mesmo ano reuniu-se em sua volta uma população que se concentrou em Vitória em um histórico ponto: o Forte São João. À noite, ao som de uma famosa banda da época, o ator foi alvo de muito prestígio. [...] Nessa mesma noite, seguiu o personagem ao palácio do governo. Aí foi recebido pelo presidente da província, dr. Antônio Leite Ribeiro da Almeida, seus auxiliares, deputados demais autoridades. [...]

[...] em 29 de setembro foi recebido no Rio de Janeiro pela alta cúpula Marinha de Guerra brasileira. Por sua influência em um momento de extrema misericórdia. [...] A imprensa do Rio de Janeiro – principalmente os jornais *O País* e *Gazeta de Notícias* – acompanhou de perto a trajetória de homenagens nessa ocasião. O episódio se expandiu, ficou guardado no fundo do coração do povo, e hoje exprime os significados e uma tradição.

A maior de todas as homenagens ao caboclo ocorreu após essa recepção: a grande festa imperial realizada no salão de honra do Paço de São Cristóvão. Reuniram-se nessa ocasião a princesa imperial regente e outras autoridades. A princesa Isabel premiou Bernardo José dos Santos com uma medalha de primeira classe, cunhada em ouro. Além da medalha, Bernardo e companheiros, tripulantes do navio, que se destacaram no salvamento, receberam um envelope fechado da princesa. Acredita-se que ele contivesse um prêmio pessoal da princesa. Um outro envelope continha um diploma oficial. (REIS, 2003, p. 79-82).

O enredo dessa história que entrelaça milagre, coragem, cultura e permeia o imaginário simbólico local é dramatizado anualmente na vila de Regência Augusta através da peça teatral – O Auto do Caboclo Bernardo – encenada pelos atores que integram a Cia de Artes Regência Augusta. Os atores que integram a Cia de Artes Regência Augusta são moradores da vila e representados por diferentes gerações: jovens, adultos e idosos. A peça retrata o nascimento do Caboclo Bernardo pelas mãos de uma parteira. Conta ainda sobre a vida simples que Bernardo levava na vila de Regência, retratada como uma comunidade pesqueira, e explica como o menino nativo aprendeu com os homens da família e do povoado a conhecer as artimanhas da boca da barra e os perigos relacionados ao vento sul, ainda hoje presente no dia

a dia dos moradores. Conhecimentos práticos que são apresentados ao longo da peça como fundamentais para a futura realização do ato heroico do personagem. A peça narra ainda o episódio do salvamento, que fez de Bernardo um herói nacional, a homenagem recebida pela Princesa Isabel e o fim trágico do caboclo, assassinado na vila de Regência (REIS, 2003).

Atualmente a releitura dessa história que é apresentada ao público (demais moradores e turistas) conta também com a participação de um outro importante personagem e morador já falecido da vila de Regência Augusta: Eupídio Angelo de Macedo¹⁴, o seu Miúdo, que dedicou sua vida a contar a história, cuidar do túmulo e, posteriormente, do busto do caboclo Bernardo que foi colocado, a seu pedido, pela Prefeitura de Linhares, na praça central da vila que leva o nome do herói. A encenação geralmente é realizada ao ar livre, no espaço coletivo existente entre a Igreja Católica e a Casa de Congo de São Benedito, que tem o cenário preparado pela própria comunidade durante as festividades locais em homenagem ao Caboclo Bernardo. Sobre o cenário chama a atenção a delicadeza da casa de Caboclo Bernardo, construída com a mesma técnica tradicional do embarreio e do forro de estuque que outrora predominava na vila de Regência. Todo o cenário, inclusive a casa do Caboclo Bernardo, é construído e montado de forma coletiva pelos moradores da vila a partir do mutirão realizado dias antes da festa.

É importante ressaltar, portanto, que todo mês de junho tem festa na vila de Regência. É a tradicional Festa do Caboclo Bernardo. A data da festividade faz alusão ao dia da morte do Caboclo Bernardo¹⁵ que, na interpretação de moradores, representa o momento da morte e do renascimento do caboclo como herói na vila de Regência¹⁶. Além da encenação teatral, os festejos também contam com o Encontro Estadual de Bandas de Congo, onde dezenas de bandas de congo de diferentes localidades do estado do Espírito Santo se reúnem anualmente na vila de Regência para celebrar o feito histórico atribuído ao herói nacional e morador de Regência, o Caboclo Bernardo. É interessante notar que a celebração em destaque é a única que ocorre no Estado do Espírito Santo em devoção a uma pessoa, no caso, o herói nacional Caboclo Bernardo. De maneira geral, as demais celebrações que envolvem as bandas de congo no estado capixaba celebram e homenageiam diferentes santos católicos.

¹⁴ Poeta e músico, Seu Miúdo fez músicas e poemas, inclusive um hino em homenagem ao Caboclo Bernardo. Ele faleceu em 2008, aos 85 anos.

¹⁵ Ele foi assassinado no terreno da casa dele, no dia 03 de junho de 1914. O autor do assassinato foi um outro morador da vila de Regência Augusta.

¹⁶ Live sobre a festa do Caboclo Bernardo, realizada por Adailton (2021).

Na sequência, apresento três fotos que retratam parte das festividades do Caboclo Bernardo, na vila de Regência, com o intuito de complementar a narrativa. A figura 8 retrata a banda de Congo São Benedito, em homenagem ao santo padroeiro da vila de Regência. Na figura 9, é possível observar a imagem do Caboclo Bernardo, pintado em tela, ao lado de outros santos, que integram o universo religioso da fé católica. A Capela, ornamentada para a festa do Caboclo Bernardo fica situada na casa da dona Mariquinha, uma moradora local (já falecida), que durante anos teve a tarefa de receber as bandas de congo, que vinham de outros povoados e municípios, para celebrar o ato heroico do Caboclo Bernardo. No ritual convergem religiosos de diversas etnias – Povos Tupiniquim, Botocudos, Negros e caboclos – com o intuito de prestar homenagem ao herói na capela que leva o seu nome (VALIM, 2008).

Os diversos grupos religiosos chegavam¹⁷ de ônibus até a casa da finada dona Mariquinha, que fica situada logo na entrada da vila de Regência. O horário geralmente é ao amanhecer e o barulho dos fogos registra a presença desses grupos na vila de Regência. Lá, adentravam a capela, ornamentada para a festa, e tomavam o café da manhã oferecido pelos moradores da vila, especialmente os integrantes da banda de congo local. Na sequência do rito, as bandas de congo saem em cortejo, pelas ruas da vila até a Igreja Católica, situada no centro da vila de Regência. Na Igreja Católica, cada banda entra individualmente, para homenagear o Caboclo Bernardo, o São Benedito e a Santa Clara (os dois últimos são considerados os padroeiros da vila). A musicalidade está presente durante toda a festa, com o auxílio de ganzás, casacas, apito e muitos cânticos de devoção aos santos católicos e diversos elementos da cultura local. A festa conta ainda com almoço coletivo, servido a todos os integrantes das bandas de congo, moradores e turistas que prestigiam anualmente o evento.

Segundo Valim (2008) o evento em destaque e suas consequências tornaram-se um marco na história da vila, inclusive o assassinato do herói. Para Suassuna (2007, p.163), “o reconhecimento do heroísmo do Caboclo Bernardo contribuiu para o fortalecimento de um imaginário social fundamento no altruísmo, apresentando-se a ideia de que o indivíduo arrisca a própria vida para salvar outros”. De fato, o acontecimento histórico em destaque é narrado no cotidiano, entre as diferentes gerações de moradores na vila de Regência e contribui com a constituição identitária da vila, para além do seu sentido moral e ético. Ou seja, a história em

¹⁷ Apesar de a celebração continuar acontecendo na vila de Regência, o uso do verbo no passado está relacionado ao fato de que a festa nos últimos anos teve o seu formato alterado. Nas últimas festas em que participei o cortejo não foi realizado pelas ruas da vila, entre a capela Caboclo Bernardo e a Igreja Católica. Situação que tem provocado determinadas insatisfações locais. Mas não cabe aqui explorá-las neste momento.

destaque narra um elemento comum que constitui as identidades locais: a história do Caboclo Bernardo interliga aspectos étnicos como a ancestralidade indígena e o saber fazer imbricado com as águas marinhas e fluviais, que reproduz um modo de vida específico na foz do rio Doce, representado na figura do pescador herói.



Figura 8: Banda de Congo de São Benedito (Regência). Festa do Caboclo Bernardo.
Autoria: Flávia Amboss, Junho de 2012



Figura 9: Capela na casa da dona Mariquinha, ornamentada para a Festa do Caboclo Bernardo. Destaque para fotografia do Caboclo Bernardo ao lado das imagens dos santos padroeiros.
Autoria: Flávia Amboss, Junho de 2011.



Figura 10: Festa do Caboclo Bernardo. Igreja Católica, vila de Regência.
Autoria: Flávia Amboss, Junho de 2011.

Além dessa representatividade ética, cultural e religiosa relacionada aos festejos em celebração ao herói nacional Caboclo Bernardo, contar a história desse ilustre morador da vila de Regência também se torna importante diante do contexto de apagamento e de resistência no que se refere à ancestralidade indígena e dos negros escravizados na região da foz do rio Doce. A narrativa em torno do Caboclo Bernardo, ilustre morador de Regência, mescla a identidade do indígena e do negro – que integra a identidade cabocla¹⁸ – tornando-se parte constitutiva da identidade local (VALIM, 2008; BICALHO, 2014). Assim os acontecimentos em torno da celebração do Caboclo Bernardo podem ser interpretados enquanto atos de resistência frente às narrativas hegemônicas que contribuíram e ainda contribuem com um processo de apagamento das identidades tradicionais locais. Essas narrativas hegemônicas a que me refiro, não questionam a ancestralidade indígena na foz do rio Doce. Todavia elas estabelecem o lugar do passado para se referir a essa ancestralidade. Assim comentários como *os índios foram dizimados*, estão ideologicamente presentes nos discursos oficiais e contemporâneos sobre a região. Nesse sentido, os ritos em torno do Caboclo Bernardo contribuem no processo de microrresistências das identidades locais. Algo em torno do que Scott, Menezes e Guerra (2000) examinam como as “armas” disponíveis e inventadas no cotidiano.

As formações históricas dos territórios em destaque e municípios vizinhos estiveram atreladas à política de aldeamentos de povos indígenas (MOREIRA, 2001; MARINATO, 2008; FERREIRA, 2016). A resistência sempre ocorreu e a recusa à sedentarização nos aldeamentos foi constante, “espalhando-se pelos sertões, promovendo assaltos, correrias e ataques às fazendas e povoados” (FERREIRA, 2016, p. 283). De acordo com Moreira (2001) “progressivamente, portanto, Puri e Botocudos, que sobreviviam ao contato, passaram a engrossar a categoria genérica de “índios” e “caboclos” da região [...] e que [...] estavam sendo incorporados ao sistema produtivo local [...]” (MOREIRA, 2001 apud FERREIRA, 2016). A construção das narrativas modernas sobre a “barreira verde” e o posterior “vazio demográfico” que ainda hoje permeiam o imaginário dos capixabas, sustenta as ideologias de progresso e do desenvolvimento no norte capixaba. A primeira narrativa é mais antiga e está relacionada ao período colonial. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, a região norte do Espírito Santo, especialmente a região do rio Doce, teria funcionado de barreira verde para

¹⁸ De acordo com Zunti (1941), a formação étnica na região constituiu-se pela miscigenação entre povos indígenas, moradores da barra sul do rio Doce, e negros escravizados, através do porto localizado em São Mateus, município localizado mais ao norte do Espírito Santo, daí a referência local como “caboclos”.

impedir a circulação de ouro contrabandeado pelo rio. Nesse mesmo período, para garantir o povoamento da região, criou-se a imagem da violência indígena frente ao processo de colonização. Já no século XX, a narrativa do vazio demográfico a partir do suposto desaparecimento dos povos indígenas, em virtude de guerras e doenças, impera para justificar um novo tipo de povoamento na região.

1.4. “Foi quando a gente passou a viver impressado”

No decorrer do século XX, a violência vivenciada por meio do processo de militarização e dos aldeamentos indígenas implementados no vale do rio Doce (MARINATO, 2007), será atualizada por meio de práticas desenvolvimentistas, focadas em um ideário de progresso e de crescimento econômico que contribuem para a manutenção da espoliação e da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). As transformações socioambientais que marcam esse período na foz do rio Doce estão presentes na memória dos moradores mais antigos que vivenciaram essas mudanças nos seus respectivos territórios. Sendo assim a experiência em torno da crise torna-se um elemento central na relação desses interlocutores com o ambiente em que estão inseridos.

Durante o trabalho de campo testemunhei muitas histórias sobre o passado dos interlocutores. Essas histórias retratam tanto o lugar e as transformações realizadas no espaço geográfico, como as práticas de ser e fazer que forjavam identidades culturais de homens e mulheres que sempre tiveram suas vidas integradas à terra e às águas fluviais e marinhas. Essas histórias também evidenciam um conjunto de espoliações e violências protagonizadas pelo Estado que se configuram como motor dessas transformações sociais. No intuito de narrar o passado e suas histórias de vida, os interlocutores identificam uma temporalidade específica na região, através da cisão entre um *tempo de fartura* e um *tempo de mudanças*¹⁹.

Até meados do século passado, boa parte dos territórios situados na foz sul do rio Doce vivia basicamente da pesca artesanal, da caça e dos gêneros agrícolas plantados ou coletados nas

¹⁹ Essas temporalidades associadas às transformações sociais e ambientais serão novamente acionadas pelos interlocutores, em função do desastre sociotécnico, fazendo referência ao tempo anterior e posterior à experiência da vida com a lama.

extensas matas que cobriam a região. Esse período é representado pelos interlocutores como um tempo de fartura e de liberdade, conforme explica dona Ziza e seu Zé Barcelos, ambos moradores do povoado do Areal:

E nossa vida aqui, muito tempo atrás, há cinquenta anos, era uma vida difícil e não era. Porque a nossa vida era uma vida livre, sabe? Era uma vida livre porque a gente tinha a nossa carne de caça, tinha nosso peixe, a gente pescava, a gente não sabia com-prar nada, o que nós tínhamos era o que nós plantávamos. Colhia o nosso café que era feito de caldo de cana, a minha mãe tinha roça de plantação de cana, de mandioca, abóbora, melancia... tudo a gente tinha. Minha mãe colhia feijão, milho, tudo nós tínhamos, nós não tínhamos como sair pra comprar, tudo nós tinha. [...] E meu pai caçava, era muito gotoso, entendeu, nós íamos pro rio tomar banho, o rio Doce enchia quando ele enchia, alagava aí nós ficava já alegre porque peixe aqui era o que mais vi-nha, você não dava conta de tanto peixe que tinha. Era muito mesmo. Não era dizer assim “ah, eu vou lá na lagoa pegar! Não, você pegava nas poções, onde ia secando, aíficava aqueles peixes, nossa era demais! Tanto a gente comia, como a gente vendia pra tirar aquele dinheiro pra poder a gente ajudar nas coisas que faltava pra casa [dona Ziza, Povoado de Areal, adjacente a vila de Regência].

Mas eu falo bem a verdade, naquela época de setenta era muito mais melhor que hoje em dia, tinha mais fartura, porque você saía para ir no rio Doce ali, com uma hora vo - cê voltava com o peixe e hoje em dia você vai e você volta e não pega nada. E naquele tempo não, naquele tempo tinha mais fartura! Naquela época você saía pra caçar, quando chegasse daqui uma hora, uma hora e meia você já tinha uma caça pra dar pra sua filha comer e hoje em dia não. Hoje se você matar uma caça você correr o risco de você ir preso, você paga uma multa de cinco seis mil reais [...] por causa disso que tá difícil hoje em dia [Zé Barcelos, Povoado de Areal, adjacente a vila de Regência].

Paralelamente às lembranças desse período de liberdade e fartura, dona Ziza também relata as mudanças no território, especialmente com a chegada dos fazendeiros que vão comprando as terras da sua família.

[...] porque naquele tempo era mata, aquelas matas boas, entendeu? Aquelas mata que se você entrava numa mata e se você não soubesse voltar, você não voltava, porque era muita mata mesmo! Só que foi chegando os fazendeiros, foi comprando dos nos- sos avós, que nossos avós não tinham leitura, não tinha nada, acharam que aquele di- nheiro era um dinheiro que dava, aí eles pegavam e compravam as terras da minha avó, mais meu avô e foram comprando e nós fomos enfraquecendo nossa terra... fo- ram comprando, meus avós vendendo e hoje nós separemos aqui só nesse pedacinho de terra que praticamente não dá nem pra família toda porque minha família é grande [...] então, aconteceu essa mudança, né, na forma da gente viver... [dona Ziza, Povoado de Areal, adjacente à vila de Regência].

Além dos fazendeiros que vão chegando no território e contribuindo com as mudanças socioambientais, novos elementos também vão sendo inseridos naquele cotidiano a partir da configuração de políticas desenvolvimentistas e ambientais, conforme explica seu Nilton, morador da Fazenda Entre Rios:

Mas, a Petrobras chegou e o IBAMA, aí já não era guarda-florestal, aí já era IBAMA, chegou junto, entendeu, tudo nessa época. [...] Foi a Petrobras que abriu as estradas. [...]. Foi praticamente quase tudo junto. Porque foi tudo... assim tipo uma

descoberta, entendeu, foi destampando as áreas para plantar mandioca, e aí vem aquele interesse, né, porque tem estrada e fazendeiro entrando. É uns trinta anos atrás você não tinha como passar por aqui para ir no Areal igual passava hoje. Depois que a Petrobras fez aquele negócio ali, aquela estação ali, que começou a ter petróleo de um lado, petróleo do outro e praticamente esses poços, entendeu, que nem aqui, não tinha essa casa no alto, né, é... aqui o rio passava logo próximo, não era tão essa extensão de terra que nem tem hoje, né, e era farturoso! Aí a Petrobras foi e...[Nilton, Fazenda Entre Rios, adjacente à vila de Regência].

A partir de meados de 1950, sensíveis modificações na região da foz do rio Doce, em decorrência do contexto nacional desenvolvimentista e da articulação com as políticas ambientais conservadoras, são identificadas e sentidas pelos interlocutores. Estas modificações engendram transformações no ambiente e nos modos de vida de homens e mulheres que sempre tiveram suas relações econômicas, sociais e culturais ligadas à terra e às águas fluviais e marinhas. Por um lado, os interlocutores apontam a emergência das políticas desenvolvimentistas com a frente de expansão econômica nos anos de 1950, 1960, 1970, especialmente a *chegada dos fazendeiros e da Petrobras*, que provocou uma devastação nas florestas outrora identificadas na Planície Costeira. Por outro lado, a implementação das políticas ambientais, marcadas pelo cercamento das áreas outrora livres e coletivas e desde então destinadas à proteção ambiental, descrita pelos interlocutores através da *chegada do IBAMA e do PROJETO TAMAR* (programa de proteção às tartarugas marinhas), também provoca mudanças sensíveis nesses modos de vida específicos e identificados na região da foz do rio Doce.

Essa temporalidade descrita através da distinção entre um *tempo da fartura* e um *tempo das mudanças*, que se manifesta através da *chegada* do desconhecido, resulta na configuração de *estratégias de vida* (BEBBINGTON, 2007). Em face às transformações capitalistas que são impostas na região, os moradores relatam a necessidade de alterações nas práticas outrora estruturadas na região. Logo, a experiência com a crise é vivenciada processualmente entre os interlocutores na foz do rio Doce. É um tempo de mudanças, como analisam os interlocutores.

Antes de continuar com essa análise descritiva sobre as transformações socioambientais na foz do rio Doce, considero relevante ressaltar que a articulação entre as políticas ambientais conservadoras, também classificadas como preservacionistas e a violência da frente de expansão econômica, protagonizada pelas políticas desenvolvimentistas e que pode ser interpretada inicialmente como um problema paradoxal, apresenta-se na sua prática cotidiana como uma relação conciliatória e bastante trivial no contexto brasileiro e não apenas na região da foz do rio Doce. Sobre o assunto, autores como Antônio Carlos Diegues (2002), Henryo

Barreto Filho (2002, 2006), Neide Esterici e Annelise Fernandez (2009), Felisa Anaya (2012), já apontaram, a partir de etnografias e estudos de casos em diversas regiões do país, tais contradições e articulações convenientes, identificadas entre a expansão econômica engendrada pelas políticas desenvolvimentistas e o conservacionismo das políticas ambientais, sendo que ambas as políticas atuam em direção à expropriação dos territórios tradicionais. Por política ambiental conservadora, entende-se aqui aquele movimento ambiental institucional que se destina a criar áreas naturais protegidas e livres da interferência humana²⁰. É interessante notar que essa conciliação entre a expansão econômica e as políticas ambientais conservadoras não perdeu a sua força²¹.

No período marcado pelo nacional desenvolvimentismo, dos anos de 1950 até meados de 1980 – cujo caráter assumido pelas políticas nacionais demonstra a necessidade de promoção do crescimento econômico alicerçado no investimento industrial – a política ambiental também se destacou no país através da criação de unidades de conservação integrais, especialmente parques naturais, que apresentou um notável crescimento no período em destaque (ESTERCI; FERNANDEZ, 2009). Para explicar tais contradições e articulações convenientes que marcam este período, não é possível olhar apenas para o contexto interno. Dito isso, torna-se importante ressaltar que no contexto externo houve relativos avanços em relação às questões ambientais e uma notável emergência do ambientalismo como um tema global. Nesse período, a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi palco de grandes discussões, inclusive do posicionamento brasileiro contrário às propostas de crescimento zero defendidas durante a conferência. A comitiva brasileira problematizou a discussão e evidenciou o seu interesse com o desenvolvimento acelerado no país, responsabilizando o

²⁰ Uma análise histórica sobre essa corrente do ambientalismo pode ser identificada no contexto político norte-americano, do final do século XIX, sobretudo no movimento que objetivava preservar as áreas virgens nos Estados Unidos cujo principal representante pode ser identificado na figura de John Muir (1838-1914). Diante de um cenário de intensa industrialização, o movimento em questão buscava preservar espaços naturais livres de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional da ação humana, partindo do princípio de que o homem é necessariamente destruidor da natureza. Sobre o assunto ver: McCORMICK, 1992; HANNIGAN, 1995; DIEGUES, 1996; FRANCO; DRUMMOND, 2012. Outro fator importante que contribui à formação do pensamento preservacionista é a relação com as novas descobertas científicas no campo da Biologia. As descobertas não ocorreram em território norte-americano, mas contribuíram na elaboração dos princípios e valores defendidos pela corrente preservacionista norte-americana. Assim, é importante destacar que o movimento também teve “influência de ideias europeias, como a noção de ecologia, cunhada pelo darwinista alemão Ernst Haeckel, em 1866, segundo o qual os organismos vivos interagem entre si e com o meio ambiente” (DIEGUES, 1996, p. 31). Recentemente soma-se a esta influência científica, o campo da biologia da conservação, que se desenvolve desde 1960 e também fornece a base científica que respalda esta corrente do ambientalismo (MARTINEZ-ALIER, 2007).

²¹ Ao contrário, suas ações serão reproduzidas no pós-2000, conforme verificamos no contexto de conflitos neoextrativistas e do desastre sociotécnico.

bloco de países, na época classificados como primeiro mundo, pelo desequilíbrio ambiental vivenciado até então (HERCULANO, 1992).

A despeito desse posicionamento externo, o país assume, internamente, políticas voltadas para a preservação ambiental. Diegues (2002) aponta que nos anos de 1970, o atendimento de solicitações de financiamentos externos por parte do governo brasileiro tinha que ter como contrapartida, sobretudo para a Amazônia, respeito às cláusulas de conservação impostas pelo Banco Mundial. Segundo Esterci e Fernandez (2009),

foi sendo assim construída a ideia de que as frentes de expansão do desenvolvimentismo acelerado poderiam ser equilibradas com a conservação da exuberância e da riqueza (inesgotável) da nossa fauna e flora, e com a manutenção dos modos de vida dos indígenas. A criação de áreas intocadas seria o salvo-conduto para o desenvolvimentismo acelerado, funcionando como medida compensatória para o impacto das grandes obras de infraestrutura, frente as agências internacionais. (ESTERCI e FERNANDEZ, 2009, p. 21).

É interessante notar que as discussões que pautam o surgimento do Projeto Tamar (programa de proteção às tartarugas marinhas), instituição com efetivo protagonismo na região da foz do rio Doce, ocorrem nesse contexto da política brasileira “marcado por pressões internacionais, em que a política estatal se direcionava para a busca do crescimento econômico” (SUASSUNA, 2007, p. 38). O Projeto Tamar é um programa de conservação ambiental, vinculado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão pertencente ao Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (MMA). Com a finalidade de auxiliar a intervenção socioambiental, houve a criação, em 1988, de uma organização não-governamental, a Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-Tamar). A partir de então, o Projeto Tamar se apresenta com uma configuração híbrida (Estado/ONG), pois relaciona ONG e Estado de maneira simbiótica (SUASSUNA, 2007).

Todos esses macroarranjos entre as políticas desenvolvimentistas e ambientais são vivenciados no cotidiano dos interlocutores a partir das transformações no território. Nessa perspectiva, as histórias de vida dos interlocutores estão relacionadas com esse contexto político e as transformações socioambientais decorrentes deste contexto. O enredo de uma desordem crônica torna-se, portanto, o fio condutor dessas narrativas. Suas experiências de vida, quando narradas, evidenciam essas transformações de ordem política, social e econômica, que são implementadas de forma autoritária e violenta em seus respectivos

territórios. Podem ser analisadas, portanto, na forma de conflitos latentes. Feito esse breve parêntese, retomo as análises descritivas sobre as transformações socioambientais nos territórios que integram a foz do rio Doce.

Nos anos de 1950 ocorre um intenso processo de desmatamento das florestas na região da planície costeira do rio Doce, que passam a ser transformadas em carvão vegetal para atender a necessidade da indústria siderúrgica. Em paralelo a essa intensa devastação ambiental, ou mesmo em virtude dela, a região também se torna local de interesses de ambientalistas e cientistas no estado do Espírito Santo. Já nos anos de 1940, a praia de Comboios passou a ser identificada como um celeiro de tartarugas marinhas, fato que incentivou os estudos e pesquisas para preservação da espécie marinha. O interesse institucional para preservação da área veio logo em seguida, em 1950, quando pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz declararam a área como um dos mais importantes remanescentes de restinga do Brasil. Em seguida, em 1953, a área foi constituída no Parque Ecológico da Região Leste, através do decreto nº 1953-1.376, de 22 de junho de 1953 (IBAMA, 1997).

Ainda no final dos anos de 1950 e início de 1960, a partir da atuação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS)²², as áreas que integram a região da Planície Costeira do rio Doce – conhecida outrora como o *pantanal capixaba* – foram alvos de obras de infraestrutura arquitetadas para a contenção de enchentes, canalização de córregos e drenagens (FERREIRA, 2017; SALDANHA, 2018). Essas áreas, antes inundadas periodicamente durante os períodos de cheias do rio Doce, passaram a ser disponibilizadas para a implementação de grandes fazendas voltadas para a criação de gado. As intervenções em destaque alteraram também a hidrografia da região, resultando no desaparecimento de muitas lagoas e brejos na região da foz do rio doce (CBH Rio Doce, 2009). Na lembrança dos moradores mais antigos, essas obras de infraestrutura são marcadas pelo período da chegada dos fazendeiros naquela região, provocando alterações no processo de territorialização e nas relações sociais locais.

Soma-se a essas mudanças na paisagem a chegada da Petrobras, com as atividades de exploração de petróleo e gás, que datam do início dos anos de 1970. Segundo o Plano de Manejo da Rebio de Comboios, a Petrobras iniciou as atividades para a construção de estradas

²² Criado pelo presidente Getúlio Vargas e com abrangência em todo o território brasileiro.

e instalações do Terminal Aquaviário de Regência (TEREG) no período em destaque e sem notificações formais. A primeira descoberta de gás na região da foz do rio Doce – na formação de Regência (na Bacia do Espírito Santo) ocorreu no ano de 1978, o que condicionou a implantação de uma infraestrutura de produção, coleta e tratamento da produção de gás natural nesta região. No local foi instalada a Unidade de Processamento de Gás Natural de Lagoa Parda (UPGN Lagoa Parda).

Durante os anos de 1970, houve uma grande pressão por parte da imprensa capixaba, especialmente do professor e ambientalista Augusto Ruschi²³, para o repasse dessa área ao governo federal, tendo em vista as denúncias que havia de ocupações irregulares na região, além de desmatamento e extração de recursos naturais. Nessa época tiveram início, sem notificações formais, as atividades da Petrobras de sondagem para verificação de ocorrência de petróleo na região. Além disso a empresa ocupou e desmatou áreas na região para a construção de estradas e a instalação de um Terminal Aquaviário²⁴ que permanece até hoje dentro da unidade de conservação de proteção integral²⁵.

1.5. Contexto neoextrativista na Planície Costeira do rio Doce

No começo dos anos 2000, diante dos investimentos realizados nos anos anteriores e com a descoberta de petróleo e gás em águas profundas, recurso denominado pelo governo federal de *pré-sal*, a atividade petrolífera passou a ser o motor da chamada *nova era desenvolvimentista* no estado do Espírito Santo. Nesse período, o Espírito Santo chegou a ser considerado o segundo maior produtor de petróleo e gás natural do país²⁶. Concomitantemente à possibilidade de exploração desse recurso em águas profundas, as transformações no

²³ Augusto Ruschi foi pesquisador no Museu Nacional e professor titular da UFRJ. Como ambientalista, contribuiu na implantação de várias Reservas Ecológicas, como a criação do Parque Nacional do Caparaó e montou duas instituições científicas: o Museu de Biologia Professor Mello Leitão e a estação de Biologia Marinha Ruschi.

²⁴ No ano de 2012, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual entram com uma ação conjunta, com pedido de liminar contra a Petrobras para que a empresa desative o referido terminal e retire todos os equipamentos e instalações da área, deixando o local livre de interferência humana e sem risco de vazamento do petróleo ou derivado de óleo. (Fonte: Jornal A Gazeta, 14/06/2014). No entanto, até o final dessa pesquisa, o terminal continua na localidade (mas sem operação) e o Ministério Público Estadual (MPES) e o Ministério Público Federal (MPF) continuam requerendo à subsidiária (Transpetro) a elaboração de um Plano de desmobilização do Tereg, além da apresentação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD). (Fonte: Jornal Século Diário, 28/09/2014).

²⁵ Entre os anos de 2021 e 2022 a estrutura foi desmontada.

²⁶ Segundo o Plano de Desenvolvimento ES 2030 (2013, p. 06), a produção capixaba de petróleo e gás natural representava 15% da produção nacional desses hidrocarbonetos, com volumes diários de mais de 300 mil barris de petróleo e quase 10 milhões de metros cúbicos de gás natural entregues ao mercado brasileiro.

continente, especialmente na costa litorânea – a exemplo da construção de portos, estaleiros, rodovias e ferrovias para atender a demanda da nova indústria e toda a sua cadeia produtiva – também passaram a permear os projetos e as ações do governo (FERREIRA, 2016; LOSEKANN; VELVLOET, 2016), bem como o imaginário social local. Os documentos de planejamento estratégico como o *Plano de Desenvolvimento ES 2030*, preconizavam o crescimento econômico e o progresso do estado associado a essa produção de petróleo e gás, bem como toda a cadeia produtiva relacionada à exploração de *commodities*.

Além dos dados gerados e disponibilizados pelo estado e agências de pesquisa especializadas, havia também uma regularidade na divulgação deste tipo de informação pela mídia impressa local, o que possibilitava um certo engajamento dessa retórica com marcação ideológica em forte consonância com as ideias do *campo de desenvolvimento* (KNOX; TRIGUEIRO, 2015). O começo dos anos 2000 foi, portanto, um período de bastante euforia com a descoberta de petróleo e gás em águas profundas e fortes expectativas em relação ao crescimento econômico que viria em estreita relação com a *vocação portuária* do estado.

De maneira geral é prudente destacar uma euforia global com o mercado de *commodities*, uma vez que nas duas primeiras décadas do século XXI, a alta demanda por combustíveis e metais proporcionou esse otimismo com os novos investimentos extrativos e engendrou uma *nova ilusão desenvolvimentista* (SVAMPA, 2019). Sendo assim, visando em especial o mercado asiático, sobretudo o crescimento da economia chinesa, os países latinos investiram (e permanecem investindo) na extração e exportação de produtos primários, os chamados *extrativismos*.

O extrativismo – atividade econômica caracterizada pela exploração direta da natureza para obtenção de bens pouco ou nada processados – apresenta-se como um lastro na história política e econômica latino-americana, tendo sido considerada (e permanece sendo) a principal forma de incorporação das periferias globais ao sistema capitalista. Nesse sentido, o extrativismo definiu um padrão histórico de acumulação a partir de um modo predatório de apropriação da natureza, que provoca efeitos perversos no ambiente e engendra um amplo processo de *injustiça e conflitos ambientais*. Em virtude disso observa-se um amplo processo de resistências sociais frente a esse modelo de acumulação exposto.

Nos últimos anos, um novo padrão extrativista ganhou forma, a partir da ascensão de

governos progressivistas na América Latina (GUDYNAS, 2012, 2016; SVAMPA, 2013, 2019; MILANEZ; SANTOS, 2013; ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016). Nessa esteira, o Brasil, bem como outros países da América Latina, a partir da liderança de governos progressistas, apresentou nas últimas décadas um processo caracterizado pela *(re) primarização econômica* (SVAMPA, 2013, 2019). Trata-se da intensificação de novos investimentos na extração de bens primários voltados à exportação, como é o caso da mineração e exploração de petróleo e gás. Maristela Svampa (2013, 2019) observa que o processo contemporâneo em destaque caracteriza a transição entre o *Consenso de Washington ao consenso das Commodities*. No livro *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina (2019)*, a autora apresenta analiticamente como a ascensão desses governos progressistas na América Latina tornou comum a combinação de elementos neoliberais, que se destacavam na década de 1990, com ações neodesenvolvimentistas presentes na atuação dos governos progressistas latino-americanos. De acordo com a autora, as ações institucionais desses países nas primeiras décadas do século XXI visam à reorientação das economias para as atividades primárias extrativas que possuem baixo valor agregado. Nesse sentido, essas ações ensejam um aprofundamento da dinâmica de desapropriação, que pode ser de terras, recursos naturais e territórios, produzindo assim, novas formas de dependência e dominação (SVAMPA, 2019, 2013).

Nesse contexto neoextrativista e com a descoberta do petróleo nas águas profundas, as atividades de sísmicas se intensificaram no litoral do Espírito Santo, espaço de circulação e trabalho dos pescadores artesanais. O estado do Espírito Santo possui um vasto litoral com 521 km de linha de costa e aproximadamente 460 km de extensão. As pessoas que vivem nesse litoral vivenciam, portanto, a intensificação das transformações ambientais decorrentes dessas novas demandas econômicas. Torna-se importante ressaltar que em paralelo à exploração de petróleo em águas profundas, as transformações no continente também são verificadas, uma vez que se faz necessária a instalação de uma infraestrutura complexa para atender o *boom* petrolífero. Nesse sentido, verifica-se a ampliação em larga escala do ciclo de *commodities*, a exemplo da mineração e da siderurgia para atender a própria indústria petrolífera. Ademais, setores de logística naval, ferrovias, rodovias e complexos portuários também precisam ser equipados e ampliados para atender a esse suposto crescimento previsto com a indústria do petróleo (FERREIRA, 2017; LOSEKANN; VELVLOET, 2016).

Segundo Winifred Knox e Aline Trigueiro (2015), pesquisadoras do Grupo de Estudos e

Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES (GEPPEDES/UFES), o litoral capixaba é constituído por catorze municípios com cerca de cinquenta comunidades e distritos pesqueiros. As autoras apontam ainda que a frota pesqueira do Espírito Santo possui um quantitativo expressivo em relação aos dados nacionais, contabilizando um contingente de 2.486 barcos motorizados, 11.517 pescadores ativos e contribuindo com dezoito mil toneladas de pescados capturados em águas marinhas. Além desses dados expressivos, organizados a partir do Macro Diagnóstico da Aquicultura e Pesca (2005), as autoras salientam que nesse extenso litoral capixaba, parte significativa da população vive exclusivamente ou indiretamente da pesca artesanal, como é o caso dos territórios que integram a Planície Costeira do Rio Doce. Entre Conceição da Barra e São Mateus, no extremo norte desta planície, “onze comunidades pesqueiras e duas Colônias de Pescadores (Z1 e Z 12) abrigam um contingente de 2.008 pescadores ativos e uma frota pesqueira de 390 barcos motorizados” (KNOX; TRIGUEIRO, 2015, p. 26). No extremo do sul da planície, “entre os municípios de Linhares e Aracruz há um total de oito comunidades e/ou distritos e duas Colônias de Pescadores (Z6 e Z7) com uma frota de 215 barcos de pesca motorizados e um contingente de 950 pescadores ativos” (Ibid., p. 26).

Quando iniciei as atividades de campo na vila de Regência Augusta, no âmbito das atividades de extensão do GEPPEDES e da pesquisa do mestrado, entre os anos de 2012 e 2014, o contexto observado foi a ampliação das atividades da Petrobras e os seus efeitos no cotidiano dos pescadores artesanais, que na época estavam vinculados à Associação de Pescadores de Regência (ASPER). Trata-se das ações vinculadas ao conjunto de *Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 4D nas Áreas dos Campos de Golfinho, Canapu, Camarupim, Camarupim Norte, Peroá e Cangoá, na Bacia do Espírito Santo*. Na ocasião, a PETROBRAS já estava realizando as *atividades de sísmicas* no ambiente marinho e havia grande expectativa com possíveis descobertas relacionadas ao pré-sal. Em decorrência dessa atividade industrial, a atividade da pesca estava limitada e havia uma grande área de exclusão no ambiente marinho. Como resultado disso, havia uma série de projetos de compensações previstos e que deveriam ser aplicados pela Petrobras, na vila de Regência. Entre as medidas de compensação previstas, duas estavam relacionadas a ASPER, a saber: i. a criação de uma loja na vila para a comercialização de petrechos usados na atividade pesqueira; ii. instalação de câmara de congelamento e melhoria da Unidade de Beneficiamento do Pescado já existente na associação. Diante desse contexto, os pescadores associados a ASPER, interlocutores da pesquisa na época, transitavam entre a expectativa provocada pelo anúncio da ampliação de

novos postos de emprego e os projetos de compensações previstos – e a insatisfação com as novas dificuldades enfrentadas no labor no ambiente marinho, em virtude dos efeitos das atividades sísmicas já sentidos pelos pescadores na região (LEONARDO, 2014).

Segundo informações técnicas reunidas pelo Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (ELPN/IBAMA)²⁷, “o método sísmico consiste na geração de energia, que se propaga sob a forma de ondas acústicas na crosta terrestre”. Este método tem a finalidade de “reconhecer e mapear as estruturas geológicas de subsuperfície do fundo do mar, buscando identificar aquelas que possam conter acumulações de óleo e/ou gás em condições e quantidades que permitam o seu aproveitamento econômico” (ELPN/IBAMA, 2003, p. 04). Na sísmica em ambiente marinho, “as ondas acústicas são geradas por uma fonte de energia que libera ar comprimido à alta pressão”, diretamente na água até atingir o fundo do mar. Nessa etapa, ocorre o “fenômeno físico denominada partição de energia, no qual parte da energia é refletida, parte é refratada e parte é transmitida para as camadas rochosas subjacentes”. A energia refletida nesse processo é captada por “hidrofones que convertem as ondas sísmicas refletidas em sinais elétricos que são transmitidos, digitalmente, para o sistema de registro e processamento, instalado a bordo do navio sísmico” (ELPN/IBAMA, 2003, p. 04). Com o processamento desses dados, é possível a identificação das estruturas geológicas favoráveis à acumulação de hidrocarbonetos, para então iniciar a etapa de extração do recurso explorado pela indústria petrolífera.

Ainda segundo o documento em destaque, todo esse processo que envolve a aquisição de dados sísmicos no ambiente marinho “é realizado por embarcações devidamente equipadas [...] com grupos de canhões de ar e rebocam cabos sismográficos com comprimentos que variam entre 4km e 16km, ocupando superfícies em torno de 10km², e que se deslocam a uma velocidade média de 15km/h” (ELPN/IBAMA, 2003, p. 05 e 06). A atividade é executada “ininterruptamente 24 horas por dia, com disparos realizados de forma regular em intervalos que variam entre 4 e 15 segundos” (ELPN/IBAMA, 2003, p. 06), em áreas “previamente selecionadas e demarcadas por uma malha sísmica” (ELPN/IBAMA, 2003, p. 05). Diante disso, o próprio documento ressalta que a atividade sísmica é incompatível com as atividades

²⁷ O documento classificado como Informação Técnica (ELPN/IBAMA nº 012/03) tem por objetivo avaliar os efeitos ambientais da atividade de prospecção sísmica marítima, a partir de uma revisão bibliográfica sobre os impactos já conhecidos. <http://www.oads.org.br/leis/3468.pdf>. Acessado em 12 de julho de 2021.

pesqueiras, sendo necessário a criação de uma *área de exclusão temporária da pesca*, enquanto houver atividades sísmicas na região.

Portanto, as atividades sísmicas são operações delicadas, que envolvem uma série de riscos ao ecossistema. Entre os riscos apontados no documento, destaco o *aumento do nível sonoro nos oceanos*, podendo causar danos físicos e fisiológicos às diversas espécies de seres vivos marinhos e causar interferências em atividades básicas como a alimentação e a reprodução neste ecossistema (ELPN/IBAMA, 2003, p. 16). O documento também aponta a possibilidade de efeitos crônicos como a diminuição da viabilidade de sobrevivência do animal ou o aparecimento de doenças (ELPN/IBAMA, 2003). São situações que afetam diretamente a vida e o trabalho dos pescadores artesanais na vila de Regência Augusta.

Em virtude desses efeitos provocados pelas atividades sísmicas no ambiente marinho, foi elaborado o *Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP)*²⁸. Entre as estratégias para atender as condicionantes do IBAMA, BICALHO (2012) analisa duas reuniões promovidas pela empresa Cepemar, acompanhada de funcionários da empresa do setor petrolífero, realizadas na vila de Regência Augusta, em 2011. Trata-se do *Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos*, com o objetivo de “auxiliar os atores envolvidos na cadeia produtiva da pesca a escolher e escrever projetos importantes para as comunidades envolvidas” (BICALHO, 2012, p. 83). A descrição de Bicalho aponta duas questões importantes. Por um lado, ela ressalta um contexto de insatisfação entre os pescadores com a medida de compensação prevista pela Petrobras e órgãos responsáveis pelo licenciamento do empreendimento. Por outro lado, a pesquisadora evidencia determinados mecanismos de apaziguamento de conflitos a partir da intervenção de funcionários do Projeto Tamar e da Prefeitura Municipal de Linhares-ES, durante as reuniões com a Petrobras.

O exame detalhado apresentado por Bicalho (2012) ressalta as situações de conflitos ambientais nesse contexto de neoextrativismo em virtude dos efeitos provocados pela ampliação das atividades petrolíferas na região e as formas cotidianas identificadas na vila de

²⁸ Informações reunidas a partir do EIA para a Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 4D nas Áreas dos Campos de Golfinho, Canapu, Camarupim, Camarupim Norte, Peroá e Cangoá, na Bacia do Espírito Santo, disponível em: https://iema.es.gov.br/Media/iema/CQAI/EIA/2010/SISMICA%204D%20PETROBRAS/II.6%20Medidas%20Mitig_rev1.pdf Acesso em 13 de julho de 2021. Sítio eletrônico da empresa: <https://comunicaespiritossanto.petrobras.com.br/programa-ambiental/pcap-da-sismica-maritima-4d.html>. Acesso em 13 de julho de 2021.

Regência para invisibilizar o dissenso e promover o consenso em prol de um suposto interesse comum. Nesse sentido, a descrição da pesquisadora aponta que a presença de agentes do Projeto Tamar e do Estado durante as reuniões tornam-se responsáveis por fazer o papel da mediação entre a empresa e os pescadores artesanais. Ademais, a própria ASPER, também desencadeia esse papel de mediação entre interesses coletivos e empresariais. Bicalho (2012) elucida que a ASPER, apesar de ser uma instituição representativa dos pescadores da vila de Regência, é um ambiente diverso. Há uma minoria que está à frente das decisões tomadas pela associação, fazendo uso dos benefícios e parcerias firmadas. Mas há um outro grupo, visto como maioria, que está dividido entre “associados não pagantes e não associados, que ficam de certo modo à margem das decisões que envolvem a associação, mas que em termos substantivos também lhes dizem respeito” (BICALHO, 2012, p. 91). A situação descrita por Bicalho, que envolve o papel dos agentes responsáveis pela pacificação e a busca do consenso, vem sendo observada em outros momentos da pesquisa, já no contexto do desastre sociotécnico da Samarco no rio Doce e em momentos pretéritos, possibilitando uma interpretação relacionada a um certo tipo de *modus operandi* do campo do desenvolvimento e na vila de Regência, que envolve elementos da conservação e do associativismo para agregar sentido às suas ações.

Em paralelo às discussões sobre as atividades petrolíferas, entre os anos 2012 e 2014, também testemunhei rumores sobre a possibilidade da instalação de um porto localizado ao norte da foz do rio Doce. Uso inicialmente a categoria rumores pois as informações locais reunidas neste período sobre o empreendimento em destaque estavam ainda bastante dispersas. Alguns interlocutores, quando demandados durante alguma conversa, já mostravam ciência sobre o empreendimento. Outros relatavam inclusive já terem participado de alguma reunião informativa. Todavia, até aquela ocasião, não havia ainda nenhuma reunião ou audiência pública nas localidades afetadas na foz do rio Doce para tratar do assunto de forma pública e qualificada. Não obstante a ausência de informações concretas sobre o empreendimento, a *inexorabilidade da obra* já se apresentava como uma realidade concreta entre os pescadores, conforme ressaltou Seu N., pescador e ex-presidente da ASPER: “*então, você quer saber o que eu acho desse porto, né? Olha, quando você escuta falar de um empreendimento desse tamanho assim, é porque ele já existe, né, já aprovaram ele na reunião dos bacanas. Eu não tenho que achar nada*”. Nesse sentido, é importante ressaltar ainda que informações sobre o empreendimento tais como as ações previstas e a possibilidade de geração de empregos e valores relativos a um suposto aporte financeiro previsto para ser investido na região já

circulavam em jornais locais, somando-se, portanto, à euforia em torno da suposta “vocação portuária” do estado do Espírito Santo.

Tratava-se do empreendimento Manabi, que consistiria na implanta o de uma estrutura para extra o de minério de ferro, um mineroduto e um terminal portuário, designado Porto Norte Capixaba. As cavas a céu aberto têm sua instala o prevista no Município de Morro do Pilar, no estado de Minas Gerais, o mineroduto interligando os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além do terminal portuário previsto inicialmente para a região de Degredo, comunidade de pescadores artesanais e remanescente de quilombo localizada no distrito de Pontal do Ipiranga, ao norte da foz do rio Doce. A explora o das cavas teve a licença prévia concedida em novembro de 2014, enquanto o mineroduto e o porto tiveram seu licenciamento prévio arquivado pelo IBAMA em abril de 2016 (OLIVEIRA; ZUCARELLI, 2020).

Aos poucos, os rumores sobre o empreendimento foram se tornando mais intensos na vila de Regência Augusta e povoados adjacentes, especialmente após a aprova o da licença prévia da cava concedida pela SEMAD/MG. Sendo assim, um movimento de resistência foi se formando entre os sujeitos que residem nos povoados localizados nessa região da foz do rio Doce e eram contrários aos empreendimentos. Na sede da vila de Regência Augusta, ainda   possível encontrar alguns registros dispersos que evidenciam alguma oposi o ao empreendimento portuário, reunidas a partir do slogan “Fora Manabi”, que apareciam em algumas picha es, cartazes e interven es artísticas locais. O movimento que pode ser caracterizado por uma participa o difusa, interven es distintas e temporalidades diversas, envolveu atores locais e *outsiders*, como foi o caso de surfistas, ambientalistas e alguns moradores da vila de Regência Augusta. Oliveira e Zucarelli (2020), destacam o contraste entre essa oposi o difusa formada em torno do “Fora Manabi” e o apoio quase irrestrito ao projeto vindo dos pescadores e suas lideranças na vila de Regência Augusta. Havia certa expectativa de alguns moradores, especialmente dos pescadores artesanais, com a constru o do porto, uma vez que a propaganda sobre a amplia o de vagas de empregos era difundida na comunidade. Ademais, a própria dificuldade enfrentada na atividade pesqueira em fun o dos efeitos provocados pelas atividades sísmicas, bem como as restri es ambientais no ambiente marinho e no estuário do rio Doce, são aspectos apresentados pelos pescadores como fatores que contribuem com a desmotiva o do grupo em rela o   atividade pesqueira, desencadeando esse apoio ao empreendimento portuário.

É nesse contexto de disputas e conflitos em torno da instalação do empreendimento Manabi que eu tive a oportunidade de conhecer outros territórios no entorno da foz do rio Doce e de testemunhar outras situações de conflitos ambientais e de resistências locais. Nesse período conheci alguns interlocutores que se tornaram informantes privilegiados durante a pesquisa de doutorado, como foi o caso do Seu Nilton. Em face a todas as situações problematizadas pelos diversos atores sociais, inclusive o grupo formado em torno do movimento de resistência “Fora Manabi”, jamais poderíamos prever um desastre da magnitude vivenciado com o rompimento da barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração, em novembro de 2015.

Parte II

II. Na vila, esperando a lama

*No Brasil houve um desastre
E o mundo inteiro viu
A cidade de Mariana
Foi a primeira que sumiu
Não tem água para beber
Tenho que cavar um poço
A culpada foi a Samarco
Que acabou com o rio Doce*

--**--

*Pocou, pocou, pocou
Uma barragem pocou
A “cidade de Mariana” acabou
E o rio Doce ela matou*

(Versos cantados por integrantes da banda de Congo de São Benedito, ao final de uma reunião com o Fórum Capixaba em defesa do Rio Doce, na vila de Regência, em 13 de fevereiro de 2016)

Capítulo 2

Esperando a morte chegar e percorrendo alguns agenciamentos da lama na foz sul do rio Doce

No cais dos pescadores em Regência Augusta, uma estrutura de madeira adjacente à foz do Rio Doce, encontrei Zé de Sabino. Zé, uma das lideranças informais de Regência, é pescador artesanal e pequeno agricultor. Quando cheguei, o avistei de longe, parado, de costas para a vila e de frente para as águas do rio Doce. Sabino olhava em direção à *boca da barra*, como os nativos se referem ao encontro do rio Doce com o mar. Mais distante no horizonte era possível ver um movimento intenso de trabalhadores que com auxílio de escavadeiras e dragas, tentavam árdua porém improdutivamente reabrir um canal outrora existente entre o Rio e o Mar. Tudo isso observado inclusive por outros pescadores, curiosos com a empreitada que na época já consideravam fadada ao fracasso. Enquanto olhava para as águas do rio Doce, Zé de Sabino conversava com os outros pescadores, posicionados entre os degraus de madeira que dão acesso ao rio, onde se encontrava ancorado seu barco. As redes de espera, utilizadas pelos pescadores tanto no rio quanto no mar, estavam vazias e emboladas nos degraus da escada de madeira. As caixas de isopor utilizadas para manter o pescado resfriado dentro dos barcos, durante a atividade pesqueira, também estavam vazias e armazenadas de cabeça para baixo no pequeno *deck* de madeira situado entre as escadas e o barco. Os barcos dos demais pescadores também estavam atracados, apontando para o fato de que não havia pescadores no rio ou no mar naquela ocasião. Cheguei próximo ao grupo de pescadores e logo os cumprimentei. No dia anterior, já havia combinado com Zé de Sabino essa conversa no porto dos pescadores, que seria gravada com equipamentos da TV UFES. Na ocasião, estavam comigo, além do João Paulo, sociólogo e companheiro, as professoras Eliana Creado (CSO/UFES) e Daniela Zanetti (DPCOM/UFES), que na época atuavam no GEPPEDS (Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo) e Ana Ogioni, colaboradora no respectivo grupo de pesquisa e assistente da TV UFES. A conversa foi realizada no próprio cais; apenas nos afastamos dos demais pescadores e nos deslocamos para um banco próximo. Naquela ocasião, durante quase quarenta minutos, Zé de Sabino falou sobre a situação extraordinária vivenciada por ele – e demais pescadores e outros

moradores da vila de Regência – com a iminente chegada da *lama*²⁹, compostapor rejeitos da mineração de ferro, à foz do rio Doce.

Filho de pescador e com mais de cinquenta anos de idade, Sabino compartilhou na ocasião daquela conversa um conjunto de incertezas sobre a sua vida profissional e pessoal que estavam sendo despertadas a partir do anúncio do desastre em curso no rio Doce. Aparentando muita tristeza e preocupação, ele explicou que a ameaça da *lama* já estava provocando uma enorme alteração no cotidiano dos moradores daquela localidade. Além do receio com os prejuízos ambientais, a interrupção abrupta da atividade pesqueira já suscitava demasiadas incertezas e perdas financeiras entre os pescadores e toda a comunidade, que também dependia da pesca, da agricultura ou da atividade turística praticada naquela região. Ofícios tradicionais e saberes acumulados por gerações – que marcavam o cotidiano daquele lugar – e que seriam impraticáveis com a chegada da *lama*.

Diante da ameaça da chegada da *lama* e do conjunto de problemas que já estava sendo vivenciados na vila, principalmente no que se refere à interrupção imediata da atividade pesqueira, o pescador demonstrava surpresa com o fato de não ter aparecido até aquele momento nenhum *responsável para conversar* com os moradores de Regência: “*a gente ouve falar mermo, né, e tem um monte de vozes que já mandaram até a gente parar de pescar e por ser educado, a gente parou de pescar, mas a gente tem uma vida, né! Os dias tão passando e ninguém vem pra conversar com a gente. Vai ficar parado por quanto tempo?*” Zé de Sabino também questionava naquela ocasião a falta de informações confiáveis sobre o rompimento da barragem e sobre a qualidade da água do rio Doce após a passagem dessa *lama*.

Zé de Sabino soube da tragédia através da imprensa. Apesar da distância geográfica do empreendimento em colapso e da ausência inicial de uma comunicação articulada com os canais institucionais da empresa ou do estado, Sabino sabia que a situação vivenciada com o rompimento da barragem de rejeitos proveniente da atividade minerária no estado de Minas Gerais era *crítica e delicada*, expressões usadas por ele em diferentes momentos da conversa.

²⁹ Em decorrência do derrame de rejeitos no rio Doce, a *lama* e a própria cor alaranjada da água em contato com os rejeitos ganharam adjetivos próprios, ao exemplo da *lama da Samarco e do laranja Samarco*, expressões locais, que usarei ao longo do texto, para me referir ao material com rejeitos da mineração de ferro despejado no leito do rio Doce, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, MG. Por outro lado, o material também é chamado constantemente de *pluma de rejeitos*, ou apenas *rejeitos*, sobretudo, por um conjunto de técnicos, especialistas e funcionários da empresa e do poder público, bem como por alguns moradores.

Para o pescador, a ameaça da chegada da *lama* à foz do rio Doce era um problema complexo, que acarretava prejuízos ambientais, culturais e econômicos diversos. E por isso estranhava na ocasião daquela conversa, a ausência de informações e agenciamentos corporativos na região para lidar com o caso. Isso posto, é importante ressaltar que apesar do dano socioambiental causado pela mineradora, Sabino se mostrava, naquela ocasião, mais favorável a uma atuação direta via empresa para tentar solucionar os problemas causados por ela na região e demonstrava, ao mesmo tempo, desconfiança das ações provenientes dos agentes governamentais e seus parceiros.

A mim causava certo incômodo – mas não um total estranhamento – ouvir de Zé de Sabino que uma atuação direta da própria empresa mineradora seria mais eficaz na solução dos problemas decorrentes do derramamento de rejeitos no Rio Doce. Naquela época, a empresa seguia sendo investigada criminalmente e havia grande comoção e pressão social pela responsabilização da Samarco pela série de negligências na sua operação que levou ao rompimento da barragem. Não era um caso, aparentemente, de disputa isolada frente à mineradora. E é daí que vinha o meu incômodo. Todavia, é preciso salientar que em outras situações em que tive a oportunidade de conversar com Zé de Sabino e demais pescadores na vila de Regência, situações pretéritas à ameaça da lama, as críticas levantadas acerca das contradições que envolvem as ações institucionais provenientes da atuação dos agentes governamentais e seus parceiros sempre foram constantes entre os interlocutores, inclusive pelo próprio Zé, conforme exposto no primeiro capítulo.

Em linhas gerais, enquanto se vivencia um contexto marcado pelo “descaso planejado” (SCOTT, 2009, 2013) no que se refere à infraestrutura e à qualidade dos equipamentos públicos (ou até mesmo a ausência destes), os moradores da vila convivem historicamente com os efeitos causados pela implementação e ampliação de grandes obras relacionadas a empreendimentos de infraestrutura para extração e exportação de *commodities*, no caso petróleo, gás e celulose. Atividades que quando não são protagonizadas por empresas estatais, são autorizadas através dos procedimentos engendrados pelo processo do licenciamento ambiental, por agentes estatais relacionados a Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais (SEMAM), ao Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis (IBAMA).

Instituições bastante conhecidas pelos interlocutores desta pesquisa e demais moradores da vila de Regência. De forma aparentemente contraditória, a longa e duradoura experiência preservacionista e suas restrições à pesca e outras atividades extrativas tradicionais soma-se a esse conjunto de intervenções no território protagonizadas por agentes do Estado e privados como é o caso do ICMBio e projeto Tamar respectivamente. Ambas as instituições atuam na vilade Regência em estreita simbiose (conforme já observado e descrito por Suassuna, 2007).

Retomando a conversa com Sabino, ele elencou ainda a problemática do tempo, para pensar o desastre em curso: *vai ficar parado por quanto tempo?* Na tentativa de responder a própria indagação, o pescador mobilizou diferentes lógicas e respostas para a temporalidade da crise que estava sendo vivenciada na vila de Regência e as suas consequências na atividade pesqueira. Por um lado, Sabino demonstrava certa esperança no seu caráter transitório. A proibição da pesca em função de impactos de outras atividades industriais dificultava o dia a dia dos pescadores, mas de certa forma, não era uma situação totalmente desconhecida por eles.

Ademais, cabe acrescentar que o rompimento da barragem coincidiu com o período do defeso da Pesca no Rio Doce. A Piracema compreende um período de quatro meses entre novembro e fevereiro, quando a pesca fica proibida anualmente no rio Doce com a finalidade de garantir a reprodução das espécies. Nesse período os pescadores cadastrados recebem um valor referente ao auxílio defeso. Segundo os próprios pescadores, como o valor do defeso não é suficiente para manter as necessidades da família e com a finalidade de complementar a renda, eles também exercem outros tipos de atividades remuneradas neste período, a exemplo da construção civil, das atividades relacionadas ao turismo³⁰ e ao comércio na região e até mesmo a pesca exercida em outros ambientes que não estão no defeso.

Por outro lado, acionando seu conhecimento prévio e prático sobre a situação do rio Doce, Sabino também compartilhava sua preocupação com o prolongamento da situação crítica que estava sendo vivenciada naquela ocasião na vila de Regência, enfatizando que a chegada da lama com rejeitos da mineração de ferro acarretaria a morte do rio Doce.

³⁰ Seguindo um fluxo anual, no segundo semestre, sobretudo nos meses de setembro, outubro e novembro, os moradores da vila estão se preparando para a estação do verão: fazendo pequenas reformas nas pousadas, nas casas e quartos para o aluguel de veraneio. Sendo assim, a uma oferta de trabalho alternativa a pesca e também uma expectativa com o período do verão e a chegada mais densa de turistas e veraneios (aqueles que possuem casa na vila e frequentam durante os finais de semana e feriados também).

Segundo Sabino, o rio já estava sofrendo com outros danos ambientais decorrentes de outras atividades industriais praticadas na região e a *lama* com os rejeitos da mineração de ferro seria o golpe fatal: *uns tempos, antes disso aí, antes da morte, no caso, ele já tava doente né, que não tinha água pra ele correr, tava bastante seco, né. Estava doente o Rio Doce. Agora isso aí é a mortedo Rio Doce!*” No intuito de ilustrar o problema que narrava para a nossa equipe, Zé de Sabino apontava na direção da *boca da barra sul*, onde havia naquele momento, um conjunto de maquinário e esforço humano para prover a abertura do canal entre o rio e o mar, que estava fechado há quase um ano, chamando a atenção novamente para a cena observada no momento da nossa chegada ao porto dos pescadores.

A foz situada ao sul, mais próxima da vila de Regência, estava com o acesso restrito ao mar, dadas as várias questões que assolavam o rio Doce antes mesmo da própria chegada da *lama* e afetavam o nível de sua água, dentre as quais é possível destacar duas, que são bastante comentadas entre os interlocutores: a falta de chuvas e o desvio da sua água para os mais variados fins. Sobre esse assunto, trabalhos anteriores (CREADO *et al.*, 2016; TRIGUEIRO; KNOX, 2015; LEONARDO, 2014; KNOX; TRIGUEIRO, 2015) também apontam que a situação do rio Doce e as condições da pesca no contexto local anterior ao desastre já eram uma preocupação entre os pescadores que relatavam problemas relacionados à diminuição do volume de água do rio em decorrência da construção de uma barragem para atender a empresa Aracruz Celulose³¹ e as fazendas próximas – o canal Caboclo Bernardo – provocando a restrição eventual da boca da barra e dificultando a circulação de embarcações na região; a salinização excessiva da água da foz, interferindo, por um lado nas condições ambientais e promovendo a diminuição do volume do pescado e por outro lado, comprometendo a qualidade da água que é usada para abastecimento da própria localidade.

Lembro que durante o ano de 2015, havia muitos questionamentos entre os interlocutores em relação à água que abastecia a vila de Regência: falava-se sobre uma água salobra, salgada. Apesar desses problemas e interferências na atividade pesqueira, a foz sul passou quase que o ano de 2015 inteira fechada, dificultando e, por vezes, impedindo a atividade pesqueira na região. Enquanto os pescadores solicitavam algum tipo de ação, funcionários do ICMBio, que residem na própria vila de Regência, alegavam que a foz é uma região ambientalmente sensível e não poderia receber nenhum tipo de interferência humana e/ou tecnológica nesse

³¹ Na época do rompimento era Fibria e atualmente é Suzano que utiliza a água do rio Doce proveniente do Canal Caboclo Bernardo.

sentido. Sendo assim, o período chuvoso era esperado com bastante expectativa pelos pescadores naquele fatídico ano, já que poderia reabrir o canal com o aumento do volume de água, diminuindo assim o esforço e o risco da navegação na *boca da barra*. No entanto, frustrando todas as expectativas locais, o que veio naquele ano de 2015 foi uma *onda de lama*, com os rejeitos de mineração provenientes da barragem de Fundão.

No que se refere às dúvidas e à produção das incertezas sobre o espaço geográfico e temporal dos danos deflagrados com o desastre no vale do rio Doce, bem como sua suposta recuperação, sobretudo na região da foz do rio Doce, vale a pena ressaltar que, através da imprensa, distintas possibilidades cronológicas para a recuperação do rio e, concomitante, retorno da atividade pesqueira foram apresentadas também por diferentes pesquisadores e especialistas durante os meses de novembro e dezembro de 2015. Apesar do pouco tempo para realização de pesquisas científicas confiáveis sobre o assunto e das inúmeras incertezas e controvérsias científicas referentes aos efeitos do derrame de rejeitos no rio e ambiente marinho, alguns especialistas já indicavam um tempo máximo para recuperação do rio Doce e área costeira no estado do Espírito Santo. Distintas previsões cronológicas eram, portanto, veiculadas pela imprensa local e nacional numa espécie de feira livre de previsões, nos deixando, expectadores e moradores da vila, atordoados com tantas informações distintas e, por vezes, desencontradas sobre o mesmo problema. Sobre o assunto, destaco uma pesquisa de um professor de Engenharia Costeira da COPPE/UFRJ, encomendado pelo Ministério de Meio Ambiente para avaliar os impactos e a extensão da chegada da lama ao mar, que evidenciou pouco ou quase nenhum efeito do desastre nas regiões do médio e baixo rio Doce: “*na maior parte do percurso do rio Doce, as próprias chuvas devem limpar os estragos e os peixes devem voltar ao rio no período de cinco meses, e, no mar, a diluição dos sedimentos deve ocorrer de forma mais rápida, até janeiro do próximo ano*”³². Reitero que esse tipo de informação sobre o desastre era demasiadamente veiculado pela imprensa e, portanto, também circulava entre nós, os moradores da vila, através de conversas informais e compartilhamento de conteúdo via redes sociais, como foi o caso do *Facebook* e dos grupos de *WhatsApp*, ampliando as incertezas, as contradições e as angústias vivenciadas entre os interlocutores já naquele período de espera pela *lama*.

³² Entrevista cedida à BBC News Brasil, disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151127_entrevista_coppe_jp. Acessado em 24 de julho de 2020.

Diante do ineditismo e da complexidade da situação vivenciada com a *lama*, o que Zé de Sabino tinha certeza durante a nossa conversa era da sua relação intrínseca com o rio Doce. Enquanto pescador e morador da vila de Regência, Sabino tinha certeza de que essa relação construída ao longo de sua vida seria drasticamente afetada com a *chegada da lama*. Situação inédita para ele que, apesar de todas as adversidades enfrentadas ao longo da vida, ainda não havia enfrentado a *morte do rio*. Logo, se o rio Doce morresse, a sua vida e a da respectiva família também estariam comprometidas junto com o rio.

É preciso entender que o conjunto de relações – sociais, culturais e econômicas – estabelecidas por ele e sua família naquele território até então estava atrelado às águas do rio e do mar: pela pesca ou pela agricultura, exercida em pequenas ilhas ao longo do Rio Doce, como outras famílias da vila de Regência também o fazem. Além da pesca, Sabino também plantava cacau, banana, milho e feijão, dentre outros gêneros. Além da comercialização dos alimentos, Sabino reiterava que mandava parte daquela produção para os filhos que moravam e estudavam *na cidade*, fora da vila. E com a ameaça da *lama*, ele demonstrava insegurança em relação ao seu futuro e da sua família: *como eu vou continuar mantendo a minha família?* Ao longo da conversa, Sabino indagou a frase em destaque algumas vezes, o que parecia ser uma reflexão não só para nós, pesquisadoras, mas para ele próprio. Por isso, de forma enérgica, ele denunciava: *isso aí [o despejo abrupto no rio Doce de rejeitos da mineração de ferro] é a morte do Rio Doce e vai matar quem tá aqui pra baixo também, na boca do Rio! A morte tá chegando e, por enquanto, não apareceu ninguém pra nos socorrer!*

A conversa em destaque foi realizada no dia 15 de novembro de 2015. Era um domingo, bastante ensolarado, e havia outros moradores e pescadores no cais, com quem na ocasião também buscamos conversar. Estes relataram preocupações semelhantes àquelas apontadas pelo pescador Sabino. Diante da situação trágica vivenciada nesse contexto dramático de espera pela *lama*, Zé e os demais pescadores que estavam no cais durante a nossa conversa, relataram de forma enérgica sua indignação com a ausência, na vila de Regência, dos responsáveis pela crise deflagrada com o rompimento da barragem, bem como as instituições do estado que pudessem remediar o problema causado na região (apesar do descrédito no poder de solução oriundo dos agentes estatais envolvidos no caso em tela): *“estamos olhando o navio passar, porque ninguém chega pra conversar e tem alguém culpado, né! Tomara que esse alguém chegue pra conversar logo, porque a situação é crítica, é muito delicada!”* Na ocasião fazia dez dias que a barragem do Fundão havia rompido. Nesse ínterim, eu, Zé de

Sabino e demais moradores da vila de Regência aguardávamos com bastante preocupação e angústia a chegada da *onda de lama* que vinha sendo carregada pelo Rio Doce, mas ainda não havia atingido o estado do Espírito Santo.

2.1. Sobre o anúncio e a *espera pela lama*

Quando soube pela televisão da tragédia desencadeada com o rompimento da barragem de Fundão, estava em Vitória, capital do estado do Espírito Santo (ES), distante cerca de 120 quilômetros da foz do rio Doce, no litoral norte do estado. Foi da casa dos meus pais, após um dia intenso de trabalho³³, que acompanhei, perplexa, o noticiário nacional que informava sobre a tragédia em Minas Gerais, (MG) com mortes de trabalhadores³⁴ e moradores de povoados próximos, além da destruição de povoados inteiros no município de Mariana e Barra Longa. As informações sobre o evento trágico, compartilhadas pela imprensa, eram assustadoras. Tratava-se do maior desastre envolvendo barragens de rejeitos de mineração no mundo, tendo em vista o volume de material liberado, a extensão geográfica percorrida pelos rejeitos provenientes da mineração de ferro e os prejuízos estimados acerca dos efeitos e os múltiplos danos decorrentes (BOWKER ASSOCIATES, 2015).

Sem o plano de contingenciamento dos rejeitos de minério de ferro, após algumas horas do rompimento da barragem, foi noticiado que a *onda de lama* seria carregada pelo leito do rio Doce e, inevitavelmente, chegaria à sua foz. A notícia do desastre, na imprensa, assustou os moradores na pacata vila de Regência. Desde então, passamos a vivenciar a dolorosa expectativa pela chegada da *onda de lama* que descia o vale do rio Doce e provocava mortes e destruição por onde passava. Nesta seção, busco discorrer sobre o abalo emocional provocado pelo anúncio da tragédia ampliado pela limitação da informação local sobre o desastre e pela ausência de um acolhimento institucional adequado aos moradores da foz sul do rio Doce durante este período de espera pela lama.

No dia seguinte ao rompimento da barragem, eu já estava em Regência, onde acompanhei e

³³ Na ocasião descrita além de residir e trabalhar em Regência Augusta, distrito localizado na foz do rio Doce, eu também trabalhava, lecionando a disciplina de Sociologia, duas vezes por semana, em uma escola estadual, localizada no município da Serra, vizinho à capital, Vitória (ES). Sendo assim, a casa dos meus pais, em Vitória, funcionava como uma base de apoio para evitar as viagens tarde da noite, ao retornar para vila de Regência.

³⁴ Segundo Judith Marshall (2017.p. 31), mais da metade dos trabalhadores da Samarco Mineração eram terceirizados e possuíam um contrato de serviço de curto prazo. As condições de trabalho, sobretudo os salários, eram inferiores aos funcionários com relação direta com a empresa.

vivenciei os primeiros efeitos da *lama* junto aos moradores da vila e arredores, como os povoados de Entre Rios e Areal. Ao todo foram dezesseis dias de espera pela chegada física da *lama*. Nesse ínterim, todos os dias muitos moradores da sede da vila dirigiam-se para a praia e ao porto dos pescadores, situado às margens do rio Doce, na expectativa de conseguir ver a chegada da *lama* e também em busca de informações sobre a situação trágica e extraordinária que estava sendo vivenciada na bacia do rio Doce. Vivemos os dezesseis dias que seguiram o rompimento da barragem de Fundão esperando diariamente a chegada daquela *lama*. Havia muitas previsões sobre a sua chegada. Muitas destas previsões eram feitas por pesquisadores e pela própria mineradora e eram informadas via imprensa. Havia também muitos boatos sobre o assunto que eram compartilhados oralmente e através de redes sociais, como os grupos de WhatsApp e posts em Facebook. No entanto, poucas informações oficiais sobre o desastre eram direcionadas presencialmente aos moradores da vila de Regência e dos povoados localizados aos arredores.

Em face à escassa informação local sobre a tragédia anunciada para a vila de Regência, eu e os moradores da vila assistíamos ao noticiário com informações sobre a tragédia no estado mineiro. Nesse período as dúvidas e a expectativa com a chegada daquela onda de *lama* à foz do rio Doce só aumentavam. Na ocasião descrita eu não tinha aparelho de televisão em casa, acompanhava via internet e quando me deslocava até a casa de algum vizinho e amigo. Uma dessas casas que eu frequentava naquela época era a da Solange, mais conhecida como Sol, pescadora e dona de pousada na vila de Regência. Sempre que chegava à sua casa, a televisão estava ligada e sintonizada na Globonews, porque segundo ela, preferia sintonizar nesse canal, pois ele passava as informações a todo o momento sobre essa tragédia: *“eu deixo ligado nesse canal o dia todo, faço minha faxina, meu almoço e tô vendo essa coisa horrível. Quero ver como vai ser quando chegar aqui, é muito triste isso”*.

Durante todo este período da espera pela *lama*, eu também estava muito abalada e um pouco incrédula com a situação que vivenciava. Como cientista social e também atingida pelo desastre, eu não sabia exatamente o que fazer. Nos dias que antecederam a chegada da *lama*, passei a circular diariamente pelas ruas da vila, em busca de informações sobre a tragédia que pairava sobre nós, buscando também entender como a ameaça da *lama* estava afetando a vida cotidiana dos moradores da vila de Regência. À medida que circulava pelos lugares coletivos da vila, como a praia e o porto dos pescadores, era comum encontrar os moradores reunidos em pequenos grupos. Nesses espaços de diálogo informais, o assunto obviamente,

era o desastre e seus efeitos no rio Doce. Quase todas as conversas com as quais tive a oportunidade de interagir nesses espaços giravam em torno das dúvidas deflagradas com a ameaça da *lama*: Qual era a composição química dos rejeitos? Quando a lama vai chegar? Como a lama vai chegar à foz do rio Doce? Como será feita a captação de água pelo SAAE? Como ficará a água do rio Doce e a do mar depois da passagem da lama?

Havia muitas preocupações e poucas respostas. Muito se falava sobre a destruição do rio, inclusive, falava-se da morte do rio Doce e das pessoas que com ele conviviam e dele dependiam, como os pescadores e ribeirinhos que viviam da pesca, da agricultura e do turismo naquela região. Havia, portanto, uma sensação coletiva de que a vila também poderia ser destruída, e se não fosse pela força brutal da *onda de lama*, colocando abaixo as edificações, como ocorreu no estado de Minas Gerais, os moradores temiam que a mesma *lama* inviabilizasse as águas do rio e do mar na região, impedindo as atividades relacionadas à pesca e à agricultura, bem como afastando os turistas da vila. Sem a possibilidade de executar essas atividades laborais, algumas pessoas falavam, inclusive, em um possível êxodo dos próprios moradores, que teriam que migrar para lugares próximos na busca por novos trabalhos. A possibilidade de uma vila deserta no futuro era um horizonte temido pelos moradores. Além desses aspectos locais relacionados aos problemas que a chegada da *lama* poderia acarretar à vila, também conversamos sobre a tragédia vivenciada em Minas Gerais. Muitos interlocutores se colocavam no lugar daquelas pessoas que tudo perderam em virtude da *avalanche de lama* e que agora estava a caminho da foz. Algumas pessoas, sobretudo aqueles moradores mais velhos, que nasceram e passaram a vida toda na vila, apresentavam uma expressão de choro, inclusive nesses espaços coletivos. Além do mais, essas emoções, que mesclam tristeza e preocupação, também eram possíveis de se observar entre os moradores, através dos gestos e olhares, quase sempre distantes e perdidos, quando por vezes, observavam, silenciosamente, o movimento aparentemente tranquilo das águas do rio e do mar.

De maneira geral o clima na vila durante todo esse período de espera pela lama foi vivenciado como uma espécie de luto coletivo. Nunca havia vivenciado algo parecido em minha vida. E diante dessa fragilidade do momento vivenciado, era difícil buscar uma aproximação com pessoas desconhecidas ou mesmo com pouca intimidade. Por isso, apesar de ter interagido com alguns moradores que encontrava na praia e no porto dos pescadores logo no início, minha estratégia metodológica durante este período de espera pela lama, passou a ser

conversar com aqueles amigos, vizinhos e moradores com quem de alguma forma já havia estabelecido relações pretéritas. Além de facilitar o meu trabalho, porque havia um retorno através de trocas de mensagens via WhatsApp e ligações telefônicas, entendi que com essa ação estaria sendo mais respeitosa e cuidadosa, uma vez que não invadiria um espaço de tanto sofrimento no que se refere àquelas pessoas com quem não havia estabelecido algum tipo de relação de confiança anteriormente. Essa decisão metodológica foi tomada intuitivamente. Como já colocado em outros momentos, meu envolvimento com o desastre em tela não foi provocado por uma ideia convencional de trabalho de campo.

Com o passar dos dias e diante da iminência da chegada da lama da Samarco, novos agentes também chegaram à pacata vila de Regência. Na semana seguinte à conversa com Zé de Sabino, que aparece na introdução deste capítulo, funcionários da própria mineradora e empresas contratadas por ela afluíram em grande número para a vila e passaram a delimitar espaços acessíveis a determinados agenciamentos, afastando mesmo que sem ordem oficial para isso, a mim e outros interlocutores. Além disso, jornalistas, fotógrafos, documentaristas, voluntários (agregados em organizações ou de forma autônoma) e diversas pessoas curiosas passaram a circular diariamente pela vila, implicando um congestionamento de *outsiders* e ampliando o desconforto dos moradores com a situação trágica e extraordinária que já estava sendo vivenciada. Por mais paradoxal que possa parecer, é importante ressaltar que este processo de exposição social das vítimas em situação de desastre resulta em um conjunto de complicações, inclusive, no agravamento do sofrimento social das próprias vítimas, como já ressaltou Valencio (2009) em suas pesquisas. Zucarelli (2018) também observa esse mesmo problema durante sua etnografia entre as vítimas da barragem de Fundão, em Mariana. E entre os moradores na foz do rio Doce a situação não foi diferente.

Isto posto, entre os moradores com quem tinha mais contato na época, havia surfistas, pessoas que trabalhavam em pousadas locais, donos de pousadas, pescadores e pescadoras e ribeirinhos. Aos poucos esse grupo foi se alterando, outras pessoas que tinham interesse em falar sobre a *lama* se aproximavam, ao mesmo tempo em que as pessoas que não queriam falar sobre o assunto se afastavam. Entendo que é um movimento natural durante o trabalho de campo. Entre esses interlocutores que queriam conversar sobre a *lama*, as conversas giravam em torno da tragédia que pairava no estado mineiro e quase sempre centralizavam-se nas incertezas futuras, nas possíveis e também imprevisíveis alterações na vila, em decorrência da chegada da *lama* à foz do rio Doce: falava-se muito sobre o fim da

pesca, do surfe e outros esportes aquáticos, bem como do turismo na região, situações que concretizadas, poderiam provocar um êxodo da população local, cujo trabalho e renda familiar dependiam sobretudo da pesca, agricultura e turismo praticados na região. Ademais, é interessante notar que o desconhecimento sobre a existência das barragens e das atividades da mineradora Samarco também foram aspectos tratados durante essas conversas realizadas naquele período de espera. Os interlocutores evidenciavam o desconhecimento acerca do empreendimento da Samarco, sobre o modelo de barragem de rejeitos característico de Fundão, bem como sobre a própria existência dos povoados de Bento Rodrigues e Paracatu, MG, severamente atingidos pela *lama* da barragem de Fundão. Sendo assim, uma inquietação local centralizava essa discussão: como um empreendimento, tão distante da vila, poderia causar tantos efeitos na região?³⁵.

Após esse breve apontamento no que se refere às estratégias metodológicas, darei seguimento à descrição sobre as minhas andanças, observações e interações pela vila de Regência nesse período de espera pela lama. Na ocasião, pude observar que várias atividades cotidianas não seguiam um fluxo ora considerado normal: ou estavam suspensas ou aceleradas durante este período de espera. As incertezas decorrentes da ameaça da lama deflagraram uma alteração na temporalidade e na realização das atividades cotidianas (CREADO *et al.*, 2016), sobre a qual gostaria de discorrer um pouco.

No final de semana seguinte ao rompimento da barragem, entre os dias 06 e 08 de novembro de 2015, antes da conversa com Zé de Sabino já descrita no início do capítulo, enquanto

³⁵ Uma leitura apressada acerca do desconhecimento dos interlocutores desta pesquisa sobre a barragem, pode nos levar a relacionar a distância entre o empreendimento e a foz do rio Doce como a causa da equação. Porém, LIMA (2018, p. 33) também aponta o mesmo desconhecimento entre os moradores de Paracatu de Baixo, segundo povoado severamente atingido pela *lama* de rejeitos, inclusive muitos relatos dos moradores da região fazem referência à água, ao falar sobre a *lama*, apresentando um grave desconhecimento sobre a composição química do material presente nas barragens e que foram despejados no ambiente. Logo, o desconhecimento das populações atingidas sobre a existência da barragem e as operações realizadas por ela, não podem ser justificados apenas pela distância geográfica entre a atividade de exploração do minério de ferro e os municípios atingidos. Ao contrário é preciso trazer à tona que há uma prática recorrente das empresas de mineração em minimizar e camuflar os riscos dos empreendimentos que a competem (KIRSH, 2014; ZUCARELLI, 2018; GIFFONI, 2020). Ademais, o fato também chama a atenção para as limitações, falhas e negligências reiteradamente já apontadas no processo de Licenciamento Ambiental das grandes obras. Sobre o assunto, ZHOURI (2008) aponta os problemas estruturais – no que se refere ao “jogo de mitigações no paradigma da adequação ambiental” – e os problemas políticos procedimentais do licenciamento, quando a autora questiona a “centralização dos planejamentos”, as fragilidades na elaboração dos termos de Referência e EIA/RIMAs, as dificuldades no acesso à informação sobre o empreendimento que está sendo licenciado, a marginalização dos questionamentos locais e as denúncias nas etapas de audiências públicas, bem como as Falhas na Função de Regulação.

perambulava pelas ruas da vila, era possível observar uma intensificação da atividade pesqueira na região. A atividade pesqueira não havia sido interrompida ainda, mas, conversando com alguns pescadores durante essas caminhadas, identifiquei que eles já imaginavam a suspensão iminente da atividade pesqueira e, com isso, entenderam ser prudente estocar uma certa quantidade de pescado antes da chegada concreta da *lama*. Entendi que a medida era uma preocupação no sentido de garantir o sustento familiar diante de um futuro totalmente incerto na vila de Regência. Essa intensificação da atividade pesqueira foi observada através de caminhadas ao longo da vila: no porto dos pescadores, com a movimentação das embarcações; na praia, observando a presença das redes de pesca, que ficavam presas com estacas no mar; nas ruas da vila, pela intensa movimentação dos pescadores carregando os petrechos e os pescados. Ademais, a situação também foi relatada por moradores através de conversas informais em suas residências, bem como observada no próprio freezer de alguns pescadores mais próximos que ofereciam o pescado com o intuito de comercializar o mesmo. Numa dessas situações, adquiri uma *guaibira* – espécie de pescado comum na foz do rio Doce, de pouco valor comercial, porém, muito comum na alimentação local – e eu e meu companheiro a comemos em nossa residência, após assá-la na brasa. Desde então, assim como alguns outros interlocutores, não me recordo de tê-la preparado e comido novamente.

Esse espaço temporal que compreende o rompimento da barragem de Fundão e a chegada concreta da *lama* com rejeitos da mineração foi marcado por esse clima de luto e despedida coletiva. Quatro anos depois, Adélia, moradora da vila de Regência, também se lembrou dessa sensação de despedida em uma reunião de que participamos, entre tantas, na vila de Regência e ressaltou que “*naqueles dias, [que marcaram a espera pela lama] as águas do rio estavam cristalinas, pareciam até uma mensagem de Deus pra gente se despedir e não esquecer de como esse lugar é especial*”. Lembro que uma outra situação que ilustra essa sensação de despedida foi vivenciada por mim, nas areias e nas águas do mar de Regência. No domingo, posterior ao rompimento da barragem, 08 de novembro de 2015, por volta de dez horas da manhã, a praia, na altura da *boca do rio*, estava repleta de surfistas na água e pessoas na areia. As ondas estavam propícias para a prática do esporte em questão. O dia estava ensolarado e bonito. Era um *dia clássico* de surfe na vila com as famosas *ondas tubulares quebrando na boca do rio* e a água do mar estava realmente bem clara. No entanto, a alegria, emoção adequada para a situação descrita, foi substituída pela tristeza, aflição e frustração, entre as pessoas que lá estavam. Por um lado, algumas pessoas, ainda compartilhavam certa esperança

e comentavam sobre a possibilidade de a *lama* não chegar até a foz, acionando certa confiança na responsabilidade da empresa e do estado em conter os rejeitos que desciam pelo leito do rio Doce, através de um suposto plano de contingência. Por outro lado, um número maior de pessoas com quem conversei naquela ocasião, já mencionava aspectos relacionados à morte do rio Doce e da própria vila de Regência, com a efêmera chegada da *lama*. Alguns interlocutores comentavam que poderia ser a última prática de surfe realizada naquela praia. Não se sabia ao certo quando a lama chegaria, mas já havia um clima de despedida, entre aqueles surfistas e banhistas que estavam na praia. A tristeza em relação a destruição e mortes no estado de Minas Gerais também era mencionada constantemente pelos surfistas e demais pessoas que ali estavam, enquanto estive com eles na praia.

Ainda naquele mesmo dia, enquanto caminhava na areia da praia na altura mais próximo da restinga e em direção contrária à *boca do rio*, observei também funcionários do Projeto Tartarugas Marinhas (Projeto Tamar) realizando um trabalho intensivo de transferência dos ovos de tartarugas marinhas na praia de Comboios na tentativa de protegê-las dos rejeitos minerários que, prontamente, chegariam à foz e a Reserva Biológica de Comboios. Durante todo o período de espera pela *lama*, a atividade de transferência dos ovos de tartarugas foi realizada pelos funcionários do Projeto Tamar, com o apoio de estagiários voluntários, que anualmente deslocam-se para a vila de Regência e para outras bases do projeto, a fim de colaborar e atuar nas atividades de pesquisa durante o período de desova das tartarugas, que ocorre geralmente nos meses de outubro a fevereiro.

Na semana que sucedeu às situações de campo descritas acima, a vivência do desastre foi potencializada a partir das ações institucionais que foram acionadas na vila de Regência para lidar com a crise em curso. A movimentação de pessoas *outsiders* à vila tornou-se ainda mais densa no período entre 16 e 21 de novembro de 2015: inicialmente com os agentes do estado e os jornalistas e, na sequência, os funcionários da mineradora e empresas contratadas por ela. Nesse período eu continuei circulando pelos lugares coletivos da vila, como o porto e a praia, sobretudo na área de convergência entre o rio Doce e o mar, *na boca da barra*, onde era possível assistir ao vivo o momento em que as entrevistas com os gestores do estado – funcionários da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos Naturais (SEMAM), do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – e funcionários da empresa (em momento posterior) eram gravadas pela imprensa. Contudo, apesar de estarem circulando

intensamente pela região durante esse período emergencial, esses agentes institucionais em destaque não se dirigiam com regularidade aos moradores da vila com o intuito de fornecer informações e promover o acolhimento necessário nesse período de crise.

Em síntese, a despeito dos interesses e necessidades dos moradores, não havia naquela ocasião de emergência um canal de comunicação local que fosse direcionado aos moradores com a finalidade de fornecer informações confiáveis sobre o rompimento da barragem, o comportamento e a composição química da lama que ameaçava chegar na região, sobre a qualidade da água no rio Doce e aquela disponibilizada pelo SAAE. De maneira geral, a maior parte da informação que circulava entre os interlocutores era a mesma veiculada pela imprensa, através de meios de comunicação diversos e as redes sociais.

Com o passar dos dias, a preocupação com a chegada da *lama* à vila de Regência foi intensificando-se entre os interlocutores. *De que forma seria a passagem dessa lama pela foz? Seria preciso algum tipo de evacuação da vila?* Essas eram algumas indagações feitas em conversas neste período de incertezas. Sobre o assunto, trago alguns apontamentos feitos por Robson Barros, surfista e comerciante na vila de Regência, durante uma conversa realizada no dia 15 de novembro de 2015, que ilustra essa preocupação que afligiu também outros moradores na região e resultou em abalos emocionais diversos entre os interlocutores. Na ocasião, Robson relatou de forma categórica sua preocupação com uma possível enchente na vila que poderia ser vivenciada na ocasião da chegada da lama a região da foz do rio Doce: *“há uma preocupação iminente hoje da gente que mora aqui em Regência, que é a questão da evacuação da vila, ninguém fala de um plano de emergência, de tirar todo mundo”*.

A preocupação exposta por Robson, apesar de não ter sido concretizada na época da chegada da lama, não era infundada. Ao contrário, a vila está situada na planície costeira do baixo rio Doce, região alagadiça de acordo com os ciclos de cheias do rio, ou seja, os moradores convivem historicamente com as cheias naturais e conhecem os efeitos decorrentes delas. A última grande cheia vivenciada na região foi no ano de 2013, quando as estradas de chão batido ficaram intransitáveis e fechadas pelo transbordamento das lagoas e canais de água na região, causando o deslocamento de famílias em povoados como Entre Rios e Areal e o isolamento dos moradores na vila de Regência.

Outros interlocutores também relataram o mesmo medo daquele exposto por Robson. Alguns

moradores relataram dificuldades para dormir, pois temiam que a lama pudesse chegar durante a noite e provocar uma tragédia similar àquela ocorrida nos povoados localizados em Mariana, MG. Portanto, desde o anúncio da lama foi observado um forte abalo emocional entre os moradores na vila de Regência e povoados adjacentes. Problema de saúde que tem sido gradativamente ampliado ao longo desses seis anos de desastre. Losekann (2018, p. 67), que realiza pesquisas entre os afetados no estado do Espírito Santo, também apontou o mesmo problema, ressaltando o medo, a ansiedade e a tristeza entre os moradores nas demais regiões atingidas no estado capixaba. É importante ressaltar que não havia um espaço destinado ao acolhimento e à orientação dos moradores de Regência naquele período vivenciado pela ameaça da lama. Sendo assim, os interlocutores o vivenciaram, cada um à sua maneira, ou seja, sem uma ajuda profissional adequada para lidar com os abalos emocionais diversos provocados pela expectativa da iminência de uma tragédia coletiva na vila de Regência.

Sobre as ações institucionais pensadas e executadas para gerir a crise que estava em curso, Robson questiona ainda uma separação entre as ações de planejamento, feitas pelas instituições e corporações para gerir a crise e o que estava sendo comunicado e orientado aos moradores na localidade. Conforme explica o morador, não havia diálogo e transparência nessas ações. Com o passar dos dias, fomos vendo a movimentação na vila de pessoas *outsiders*, carros, caminhões, helicópteros e demais equipamentos, contudo, não havia uma explicação pública para as medidas que estavam sendo executadas na região. A vila se tornou um palco de ações institucionais e corporativas e os moradores viraram expectadores daquelas alterações. A ausência do diálogo com as pessoas afetadas ampliava a angústia do morador e demais interlocutores. Enquanto a imprensa nacional e a local transmitiam um conjunto de informações gerais sobre a tragédia em Mariana (mortos, desaparecidos e destruição total de povoados) e o percurso nefasto da lama no leito do rio Doce, a população não tinha e nem recebia informações locais confiáveis sobre o rompimento da barragem, a composição química dos rejeitos despejados e a qualidade da água no rio Doce.

2.2. A interrupção da vida cotidiana na foz do rio Doce

A interrupção da atividade pesqueira foi anunciada no dia 09 de novembro de 2015, durante a reunião que descrevo na sequência. Era uma segunda-feira e a reunião aconteceu no auditório da Associação de Moradores de Regência (AMOR). A reunião contou com a participação do Presidente da Federação das Associações de Pesca do Espírito Santo (Nego da Pesca), do

Presidente da Associação de Pesca de Regência (ASPER), e uma representante da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES). Além deles, no auditório da associação também estava presente o coordenador do Tamar/ICMBio, que reside há anos, na vila de Regência. O convite para a reunião foi direcionado ao grupo dos pescadores locais com objetivo de elucidar aspectos relacionados ao rompimento da barragem e à atividade pesqueira na região. Não obstante, a reunião estava cheia e contou com a participação de muitos pescadores e demais moradores da vila de Regência e povoados adjacentes, como os moradores de Entre Rios. É importante enfatizar esse fato, porque durante a reunião a participação de demais moradores no espaço foi colocada como um problema por alguns pescadores que estavam presentes, que questionaram a finalidade da reunião ser exclusiva para tratar dos assuntos da “classe pesqueira”. A situação foi logo contornada pelos representantes que estavam conduzindo a reunião e todos os interessados conseguiram participar da reunião.

Fui informada da reunião naquele mesmo dia, através de um interlocutor e amigo próximo. Cheguei ao local previsto um pouco antes do horário agendado e antes de começar a reunião, ainda do lado de fora do auditório da associação de moradores, enquanto os demais participantes chegavam, as conversas que tive com alguns pescadores e moradores giravam em torno das notícias transmitidas via imprensa nacional e local sobre o rompimento da barragem de Fundão, as incertezas em relação à qualidade da água e à continuação da atividade pesqueira na região. De maneira geral, os pescadores com quem tive a oportunidade de conversar naquela ocasião, também enfatizavam as expectativas que tinham com aquela reunião, uma vez que eram escassas as informações confiáveis (oficiais) sobre o assunto. Antes da reunião os moradores já estavam supondo que a atividade pesqueira seria interrompida provisoriamente em função da *lama* e obviamente havia muita preocupação em torno da situação financeira desses pescadores. Por isso, havia grande expectativa de que alguma medida emergencial para o grupo pesqueiro fosse anunciada naquela reunião.

Com algum atraso, adentramos o espaço do auditório quando os responsáveis pela reunião chegaram a AMOR. Conforme previsto pelos pescadores, as informações disponibilizadas durante a reunião permaneceram focadas na proibição temporária da atividade pesqueira e da navegação no rio Doce, não atendendo as demais expectativas dos pescadores e moradores da vila de Regência no que se refere às informações confiáveis sobre a chegada da lama à foz do rio Doce. Questões sobre a composição química do material derramado no rio Doce, os

efeitos que poderiam surgir a partir da passagem da lama pela foz do rio Doce e o anúncio de medidas ambientais e sociais para mitigação do dano deflagrado na vila de Regência não foram respondidas, causando, portanto, certo descontentamento entre os presentes, que foram se ausentando da reunião à medida que essas dúvidas não eram sanadas. Nesse sentido, numa óbvia tentativa de acalmar os ânimos dos pescadores que permaneciam na reunião, que a todo momento gesticulavam e questionavam em voz alta sobre a situação trágica vivenciada, foi pontuada algumas vezes pelo presidente da ASPER, a associação de pesca local - que era preciso manter a calma, pois os pescadores não seriam prejudicados com a situação, tendo em vista que o Governo do Estado do Espírito Santo já estava em processo de reunião com a empresa responsável, buscando resolver, inclusive, a situação da classe pesqueira. Não obstante, naquela ocasião parecia haver, entre os presentes na reunião, uma descrença coletiva em relação à atuação do governo do estado. A seguir, seguem alguns registros visuais da reunião, Figuras 11 e 12, que foram publicados pelo Presidente da Federação das Associações de Pesca do Espírito Santo em sua página em rede social.



Figura 11: Reunião na Associação de Moradores de Regência para informar sobre a interrupção da atividade pesqueira, na foz do rio Doce, em virtude do rompimento da barragem de Fundão. 09 de novembro de 2015.

Fonte: Facebook, página pessoal do Nego da Pesca, acessada em 26 de janeiro de 2020.



Figura 12: Reunião na Associação de Moradores de Regência para informar sobre a interrupção da atividade pesqueira, na foz do rio Doce, em virtude do rompimento da barragem de Fundão, 09 de novembro de 2015.
Fonte: Facebook, página pessoal do Nego da Pesca, acessada em 26 de janeiro de 2020.

No mesmo dia que aconteceu a reunião na Associação de Moradores de Regência (AMOR), iniciou-se na praia de Regência, o trabalho de abertura do canal na foz do rio Doce, a *boca da barra sul*, que estava fechado desde o início daquele respectivo ano. O fechamento da boca de barra já era um problema local antigo e denunciado periodicamente pelos pescadores da vila, pois a alteração da *boca de barra* atrapalhava a entrada e saída de embarcações que transitam entre o rio e o mar, dificultando a atividade pesqueira na região. É importante destacar que a situação do rio Doce e as dificuldades enfrentadas pelos pescadores para exercer a atividade laboral na região da foz já eram uma preocupação local, conforme já apontado em trabalhos anteriores (TRIGUEIRO; KNOX, 2013; LEONARDO, 2014; BICALHO *et al.*, 2014). Não obstante, apesar das dificuldades relatadas pelos pescadores, não era permitida nenhuma ação na foz do rio para reverter a situação relatada, tendo em vista a sensibilidade do ambiente e a proximidade com a Reserva Biológica de Comboios. Contudo, em decorrência da chegada da *lama* e o receio de ela ficar represada na foz do rio Doce e adentrar a vegetação, foi então, autorizada, pela Prefeitura de Linhares, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com o apoio do Projeto Tamar, a abertura da respectiva *boca de barra*. Na ocasião, expôs o secretário municipal de Meio Ambiente, através de um jornal local:

“Nós iniciamos os trabalhos essa manhã [09/11/2015] e até o final da tarde, nós vamos terminar uma abertura prévia até a linha de preamar e aí nós vamos aguardar o melhor momento para romper essa linha de barreira da preamar para essa onda que vem de Mariana saia direto no mar e se dilua no oceano” (Rodrigo Paneto,

Secretário de Meio Ambiente de Linhares, entrevista concedida a Rede Gazeta³⁶).

O que parecia ser uma tarefa simples se mostrou impraticável. Algumas retroscavadeiras (Figura 13) e uma draga foram utilizadas para fazer o serviço que teve início no dia 09 de novembro de 2015 e permaneceram diariamente até a chegada da *lama*, entre os dias 20 e 21 de novembro de 2015, tornando-se um evento peculiar na vila de Regência, durante todo o período de *espera pela lama*. Nesse ínterim, alguns moradores de Regência se deslocavam, a pé, até a foz do rio para acompanhar as ações das máquinas e tentar obter informações com as autoridades que ali estavam presentes. O lugar se transformou em um importante palco para a realização de entrevistas, conduzidas pela imprensa e protagonizadas por agentes do estado e demais especialistas para tratar do caso em tela (Figura 14).



Figura 13: Tentativa (dentre várias) de abertura da foz do rio Doce. Foto: João Paulo Lyrio Izoton.

³⁶ Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-2edicao/videos/v/prefeitura-de-linhares-abre-canal-em-regencia-para-passage-m-de-lama-no-norte-do-es/4597187/> (Acessado em 22 de fevereiro de 2017).



Figura 14: Entrevista sobre a lama, Boca do rio. Regência, novembro de 2015. Autoria: João Paulo LyrioIzoton.

Durante este período eu realizava com frequência esse percurso a pé até a foz do rio Doce e nessa circulação, entre a vila e a foz, era comum encontrar os automóveis, sobretudo do Projeto Tamar, fazendo o mesmo percurso, para monitorar o serviço de abertura da foz e também levar os agentes do estado, alguns especialistas e a imprensa, até o lugar em que se encontravam as máquinas. No percurso descrito, bem como na foz, também era comum encontrar com pescadores e demais moradores circulando a pé pelo mesmo espaço.

Dando sequência à descrição dos agenciamentos nesse transcurso entre o anúncio do desastre e a chegada física da lama à foz do rio Doce, destaco que no dia 11 de novembro de 2015, no auditório do Projeto Tamar, em Regência, ocorreu uma segunda reunião pública, desta vez com a presença da Assembleia Legislativa do ES, representada por quatro deputados estaduais que integram a Comissão de Representação da Assembleia Legislativa³⁷, e do Ministério Público do ES, representado pela promotora de Justiça que, na época respondia pelo Meio Ambiente no Ministério Público do ES, em Linhares³⁸. De maneira geral, além da iminência

³⁷ Guerino Zanon (PMDB), Eliana Dadalto (PTC), Josias da Vitória (PDT) e Theodorico Ferraço (DEM).

³⁸ Mônica Bermudes Medina Pretti, que continua atuando como Promotora de Justiça que responde pelo Meio Ambiente no Ministério Público do ES em Linhares, mas não trabalha de forma conjunta com a Força Tarefa,

da chegada da *lama*, que na ocasião da reunião estava prevista para atingir a foz no dia 17 de novembro de 2015, foi falado também sobre a possibilidade de os pescadores serem beneficiados com uma ajuda de custo para minimizar os impactos da *lama* na atividade pesqueira, que já estava paralisada na região. A informação em destaque foi anunciada pela promotora de justiça que ressaltou ainda que a sugestão estava sendo protocolada pelo Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo frente à Samarco Mineração S.A., exigindo que a mineradora garantisse renda para barqueiros, lavadeiras, pescadores e outros profissionais que dependem do Rio Doce para trabalhar. O assunto será abordado no terceiro capítulo.

2.3. A chegada física da lama à foz do rio Doce

Estava em casa preparando o almoço, quando um amigo que dividia comigo a casa onde morava recebeu mensagem em um grupo de WhatsApp de moradores da vila informando que a lama já havia passado pelo centro de Linhares. Isto implicaria na chegada da lama à Regência ainda naquele sábado, dia 21 de novembro de 2015. Era por volta de meio dia e fazia muito calor lá fora, quando me desloquei da minha residência em direção ao porto dos pescadores na vila de Regência, na expectativa de ver a passagem da *lama* que finalmente chegava à região da foz do rio Doce após os angustiantes dezesseis dias de espera. Ao longo de todo o período de espera, muitas informações falsas sobre a chegada da lama circularam entre os moradores, muitas delas compartilhadas via redes sociais e através de aplicativos de mensagens rápidas, como WhatsApp. Sendo assim, na ocasião descrita me desloquei ainda com algumas dúvidas sobre a veracidade da informação.

Quando saí de casa, imaginei que o porto poderia estar vazio, devido ao horário de almoço³⁹. Entretanto, fui surpreendida pela grande quantidade de pessoas, bicicletas e carros circulando pelas ruas já no percurso realizado entre a minha casa e o porto. O barulho dos helicópteros sobrevoando a região também incomodava e assustava a população local. Definitivamente, aquele foi um dia extraordinário no cotidiano dos moradores na vila de Regência.

Caminhando em direção ao porto dos pescadores, já na chegada da praça Caboclo Bernardo,

criada posteriormente, para tratar do caso ao longo da bacia do rio Doce.

³⁹ No cotidiano da vila, o período entre onze e uma da tarde é marcado pela pouca circulação de pessoas na rua. Neste período, muitos moradores estão em suas respectivas casas almoçando e descansando após a refeição e realização do trabalho no período matutino.

fui novamente surpreendida pela grande quantidade de automóveis que estavam estacionados em volta da praça e do gramado ao redor da Igreja Católica. Eram caminhões, carretas e carros de passeio, que dividiam espaço com as grandes bobinas utilizadas para enrolar as boias que haviam sido colocadas dias antes, no leito do rio Doce, por um grupo de pescadores locais, que na época, estavam prestando serviços para a empresa OceanPact. A ação em destaque fez parte de um conjunto de tentativas frustradas, protagonizadas pela Samarco Mineração S.A., para mitigar o previsível contato da *lama* com a vegetação, situada adjacente ao rio Doce, na sua foz. A ação foi prevista no Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA), impetrado pelo Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo contra a Samarco Mineração S.A.

Diante do conjunto de ações mitigatórias realizadas a paisagem na vila, outrora bucólica, estava totalmente alterada. Além das máquinas e equipamentos utilizados pelas empresas, havia também uma grande circulação de funcionários da Samarco Mineração S.A., de empresas contratadas, do poder público e da comunicação social. A vila de Regência, sobretudo, a região da Praça Caboclo Bernardo, Igreja Católica e Porto dos Pescadores se assemelhava, portanto, a um imenso canteiro de obras.

Enquanto me preparava para registrar as imagens da cena observada, Zé de Sabino, pescador local, junto com outros dez pescadores, aproximaram-se e seguiram em direção ao porto. Todos os pescadores estavam caracterizados com a nova vestimenta de trabalho: macacão laranja, com mangas e calças compridas e botas pretas. O calor estava absurdo e as roupas usadas pelos pescadores pareciam ser demasiadamente quentes para o tempo. Na ocasião, ainda causava certo estranhamento vê-los com aquela roupa, quando outrora, estávamos acostumados a vê-los com bermudas, chinelos, regatas ou mesmo sem camisa. Zé de Sabino, logo falou: “*está aí, né, fotografando tudo, né?*”, e passou em direção ao porto, junto com os outros pescadores. Fiquei um pouco constrangida em continuar fotografando e parei.

Diante da situação relatada, considero pertinente uma pausa no relato etnográfico para explicar a situação de constrangimento vivenciada e caracterizada por mim naquele momento e também a estratégia metodológica escolhida por mim na ocasião de campo mencionada. Naquela época, muitos moradores já manifestavam o descontentamento com a quantidade de pessoas desconhecidas, *outsiders*, circulando pela vila em busca de informações sobre a *lama*. Alguns interlocutores já questionavam acerca da procura insistente de jornalistas, fotógrafos,

documentaristas, pesquisadores, curiosos, voluntários e outros que chegavam à vila em busca de informações e também dispostos a ajudar. Inclusive, eu mesma recebi em minha residência, na vila de Regência, pessoas interessadas em realizar pesquisas e documentários sobre o desastre, já neste período de espera. Sendo que algumas situações e encontros foram interessantes e outras nem tanto, pois demonstram ser invasivas em um contexto de luto coletivo. Por mais paradoxal que possa parecer, é importante ressaltar que este processo de exposição social das vítimas em situação de desastre, resulta em um conjunto de complicações e agravamento do sofrimento social das próprias vítimas (VALENCIO, 2009).

Da praça Caboclo Bernardo, continuei minha caminhada em direção ao porto dos pescadores. Havia um certo ritmo acelerado que caracterizava o movimento das pessoas e dos automóveis pelas ruas da vila. Na pequena rua, localizada atrás da praça, bastante arborizada e que dá acesso ao porto, me deparei com uma grande quantidade de banheiros químicos que foram colocados nesse período emergencial caracterizado pela espera da lama, para dar suporte aos trabalhadores da Samarco Mineração S.A. e da empresa contratada, OceanPact, responsáveis pelas medidas de mitigação e prevenção da chegada da lama. Ao passar pela rua, nas proximidades dos banheiros, era possível sentir o odor desagradável vindo dos equipamentos sanitários. Além do mau cheiro, os banheiros, espalhados pela rua e com a vegetação em volta, também provocavam um novo impacto visual naquela paisagem. Ademais, a movimentação de pessoas já era grande nessa rua também, comparada ao cotidiano da vila. As pessoas circulavam na rua, indo e voltando, em meio às bobinas e banheiros químicos. Já os carros, sem condição de transitar pela estreita rua, ficaram posicionados na entrada dela, próximo à praça Caboclo Bernardo e à Igreja Católica. Ou seja, apenas os carros autorizados poderiam passar em direção ao porto, entre eles caminhões, carretas e carros de passeio a serviço da empresa OceanPact e da Samarco Mineração S.A.

Logo na chegada do porto, à esquerda, havia uma tenda, na cor branca, que abrigava alguns funcionários da empresa OceanPact e da Samarco Mineração S.A. Havia ainda uma faixa isolando todo o lado esquerdo do porto, bem como o acesso lateral ao rio, impedindo a aproximação de moradores e demais pessoas. No restante da área não isolada, cerca de cem pessoas, entre moradores, turistas, curiosos, jornalistas, fotógrafos, pesquisadores diversos, funcionários do Projeto Tamar e ICMBio, e demais funcionários da Samarco, sobretudo representantes da equipe de relacionamento com a comunidade, circulavam no local. A movimentação de pessoas foi intensa e durante todo o tempo em que estive no porto, novas

peças chegavam ao local, todas com a mesma expectativa de assistir, acompanhar e registrar a passagem da *lama*.

Observei que alguns pescadores, que na época estavam prestando serviço para a OceanPact, estavam posicionados na parte central e mais ao fundo do porto, embaixo de algumas árvores, e, de certa forma, separados das demais pessoas e moradores que estavam no local. Ao lado deles havia uma faixa branca com a frase “#Somos Regência”, na cor branca e preta, estendida em protesto, dias antes, por um grupo de moradores da vila já preocupados com a possível ausência de turistas, tendo em vista a tragédia anunciada⁴⁰. Esses moradores, de certa forma já preocupados com a questão do turismo, pediam aos turistas para que não deixassem de visitar a vila de Regência e criaram uma espécie de *slogan* com a frase “#Somos Regência”. Mais próximo à água do rio, outros pescadores, em atividade de trabalho, ainda moviam uma bobina contendo metros da boia inflável. Havia ainda alguns moradores que estavam parados, encostados nas madeiras laterais, mais próximo à água. Algumas pessoas estavam em silêncio e observando as águas do rio, outras pareciam um pouco mais aceleradas e conversavam bastante sobre a situação inesperada e trágica que estava sendo vivenciada. Outros moradores, mais em silêncio, estavam sentados nos bancos e no gramado localizados na parte central do porto. De maneira geral, o que se observava era uma centena de pessoas se movimentando pelo porto, sendo que alguns grupos estavam mais acelerados e aparentavam bastante preocupação, a exemplo dos funcionários das empresas, funcionários do Tamar e de órgãos ambientais que estavam trabalhando na região, enquanto os demais moradores, curiosos e turistas manifestavam certa melancolia, tristeza e pesar com a situação vivenciada.

Após uma breve caminhada pelo porto, me aproximei de uma moradora, já conhecida, que estava sentada sozinha em um banco mais centralizado no porto e que também observava o movimento das pessoas que circulavam pelo local. Ela me contou sobre a tristeza que estava sendo passar por toda aquela situação trágica e inesperada. A moradora, que é pescadora, explicou que o marido, a filha e todos na sua casa viviam da pesca artesanal, sobretudo aquela realizada com rede e com pequenos botes motorizados no leito rio Doce. Lembrou que cresceu vendo esse rio, brincando, tomando banho e depois trabalhando nele. Relatou uma

⁴⁰ Na ocasião, alguns interlocutores que trabalhavam com turismo na vila, sobretudo, pousados, alugueiros de quartos e campings, já haviam mencionado sobre o movimento de recuo e desistência de turistas, que já estavam cancelando as reservas feitas antecipadamente para passar o ano novo na vila. Situação que contribuía para ampliar a angústia daqueles moradores que trabalhavam e dependiam do turismo. Os meios de comunicação também reproduziam constantemente esse efeito do desastre na região.

relação de cumplicidade com o rio Doce e por isso explicou que estava sendo muito difícil vivenciar essa tragédia. Apesar de proporcionar muita fartura para sua família e demais moradores da vila, a moradora revelou que o rio Doce já passava por problemas, devido à falta de volume de água, e que, eventualmente, a situação causava transtornos aos moradores e pescadores locais, mas nada era feito por parte do estado e demais autoridades para amenizar a difícil situação dos pescadores na foz do rio Doce. Não obstante, fez questão de enfatizar que nunca imaginou essa completa destruição do rio, conforme estava sendo esperada com a chegada da lama da barragem.

A moradora relatou também questionamentos acerca das ações institucionais para reparar o desastre, ressaltando, sobretudo, a morosidade das ações institucionais para tentar reparar o problema criado na vila. Assim, durante a breve conversa, a moradora reivindicou também ações mais céleres e transparentes por parte dos responsáveis pelo desastre, pois, segundo ela, não havia mais perspectiva de futuro para as famílias que viviam da pesca no rio Doce. Não obstante a tristeza estampada em sua face e a narrativa um tanto crítica apresentada naquela ocasião, a pescadora também demonstrava certa conformidade com a situação vivenciada, apesar das incertezas futuras⁴¹.

Perguntei se ela tinha notícias sobre o percurso da lama e a interlocutora informou que a *água alaranjada*, característica apresentada por ela para falar da *lama* da barragem naquele momento, já havia passado em Povoação, outro distrito litorâneo, situado do outro lado do rio Doce. Os moradores de lá, entre eles familiares e amigos da interlocutora, falaram que junto com a *água alaranjada*, uma grande quantidade de peixes e outros animais mortos também estavam sendo carregados pelas águas do rio e já estavam boiando próximo à vila de Povoação, causando um odor desagradável na região.

Indaguei a moradora sobre a eficácia da medida de mitigação promovida pela Samarco e implementada pela OceanPact, no caso, a instalação das barreiras flutuantes de proteção, também chamadas localmente de *boias* de proteção, para reter parte da *lama*. Na época, a ação de mitigação foi realizada de Povoação até a foz sul do rio Doce, localizada próximo à vila de Regência, abrangendo cerca de nove mil metros de contenção. Ela ressaltou que as boias, colocadas emergencialmente no rio pelos pescadores, inclusive seu marido, que na

⁴¹ Há um esvaziamento do sentido de mundo para interlocutora. A violência institucional é relatada como processo para ela, quando ela fala dos problemas com a água do rio doce.

época estavam prestando serviço para a contratada da Samarco Mineração S.A., não resolveriam o problema da contaminação do rio e da vegetação próxima ao rio, pois a *água alaranjada* passaria, inevitavelmente, por baixo das boias. Ela explicou que o material usado como barreira de contenção não ficava fixo ao fundo do rio, permitindo, portanto, a passagem da *água alaranjada* pela parte de baixo das boias.

Saliento que o questionamento sobre o uso das *boias* como medida de mitigação foi feito também por outros pescadores e moradores da vila de Regência durante todo o processo de execução do trabalho coordenado pela empresa OceanPact. Durante todo o período em que estive em campo, escutei, inclusive de outros pescadores que prestaram o mesmo serviço reclamações a respeito das fragilidades do procedimento contratado pela Samarco Mineração S.A. Já naquele período a atuação da mineradora apresentava pouca ou nenhuma credibilidade entre os moradores ampliando, portanto, as incertezas e a sensação de insegurança na vila.

Apesar da baixa confiança na medida classificada como emergencial, a ação em destaque possibilitou o recrutamento de alguns moradores locais, sobretudo, os pescadores organizados em associação local que receberam uma pequena remuneração durante o tempo previsto para a prestação do serviço. Por um lado, apesar da ineficiência do procedimento emergencial, o pagamento do serviço pela OceanPact foi bem-visto entre os moradores, porque permitiu uma pequena remuneração durante um período crítico na vila, principalmente entre os pescadores que estavam impedidos de exercer sua profissão. Por outro lado, a ação foi alvo de inúmeras críticas, pois a seleção dos pescadores para exercer o trabalho remunerado foi feita de forma pouco transparente e não envolveu todos os pescadores, ampliando divergências já existentes e resultando em novos conflitos internos na vila, conforme apontarei no próximo capítulo.

Com a chegada da *lama*, as fragilidades das boias enquanto estrutura de contenção dos rejeitos na foz do rio Doce tornaram-se visíveis. As barreiras, normalmente usadas para conter vazamentos de óleo, não serviram para barrar o contato da pluma de minério com a vegetação na foz do rio Doce, conforme foi possível visualizar no momento de chegada da *lama*.



Figura 15: Foz do rio Doce, 20 e 21 de novembro de 2015.

No início, sua passagem foi calma e silenciosa, bem diferente do *tsunami de lama* que matou pessoas e destruiu povoados no estado de Minas Gerais, como ocorreu nos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. De forma lenta, então, aquela *água alaranjada* foi passando na frente do porto, ultrapassando as barreiras flutuantes de proteção colocadas pela empresa OceanPact. Do lugar onde estava, na beira do porto dos pescadores, era possível observar lentamente a *lama* adentrando a vegetação na foz do rio Doce, nas proximidades da vila de Regência, inclusive a vegetação situada lateralmente ao porto e no interior do Centro Ecológico, lugares classificados como Área de Preservação Ambiental.

Em poucos minutos toda a água na região da foz do rio Doce ficou laranja. As pessoas se aproximaram e debruçaram-se nas madeiras de proteção do porto para observar de perto a passagem da *lama*. Muitos pareciam não acreditar na cena que estavam presenciando. Entre os moradores de Regência e demais pessoas que acompanhavam a passagem da *lama*, o silêncio foi a linguagem que predominou naquele momento inicial. Na triste ocasião observei que, ao meu redor, as faces dos amigos e dos demais moradores da vila de Regência eram tristes e chorosas. De forma intensa, muitos olhavam em direção ao rio Doce, agora tingido de laranja. Situação que perdurou durante algumas horas, até que a melancolia e o silêncio inicial foram, então, interrompidos por gritos de socorro e raiva na vila de Regência.

Seguindo o fluxo do rio, a *lama* seguiu em direção ao mar. Na ocasião o rio Doce estava com a foz situada ao sul fechada, com acesso restrito ao mar, dadas as várias questões que o assolavam, mesmo antes da própria chegada da *lama* e que afetavam o nível da água, dentre as quais a falta de chuvas e o desvio de sua água para os mais variados fins, como apontado nos capítulos anteriores. Dessa forma, trabalhadores com o auxílio de retroscavadeiras tentavam, apressadamente, mas com pouca eficácia, abrir a barreira de areia que separava as águas entre o rio e o mar, para evitar que a lama com os rejeitos da barragem de mineração ficasse estacionada na foz do rio Doce e comprometesse ainda mais o ecossistema local⁴².

Na ocasião os técnicos e especialistas que trabalhavam na região, sobretudo, do ICMbio e do Projeto Tamar, explicavam através de reportagens realizadas pela imprensa local, que o volume de *água alaranjada* verificada naquele início de tarde na foz do rio Doce representava uma primeira onda da *pluma de rejeitos* oriunda da barragem rompida em Mariana, MG. No

⁴² Conforme apontado no capítulo anterior, o trabalho direcionado à abertura do canal localizado na foz sul foi iniciado em 09 de novembro de 2015.

entanto, havia uma expectativa de que outras duas ondas de *pluma de rejeitos* ainda chegariam à foz do rio Doce nas próximas horas. Diante da expectativa da chegada de mais *lama* ou *pluma de rejeitos*, tornava-se necessária uma ação mais célere de abertura da foz sul para garantir a passagem do material carreado pelo rio e impedir que esse material ficasse estacionado na região da foz, caracterizada como ambientalmente sensível pelos especialistas.

2.4. “O rio é doce e a vale é amarga”: Ato-velório do(no) rio Doce

A melancolia e o silêncio que predominaram no porto dos pescadores durante o momento inicial da passagem da *lama* foram interrompidos, poucas horas depois, por gritos de raiva e por pedidos de socorro na vila de Regência. Ainda no período da tarde, escutei, através de amigos, que alguns moradores da vila estavam iniciando uma reunião na Praça Caboclo Bernardo e me desloquei ao local referenciado. Ao chegar à praça, observei um aglomerado de pessoas, cerca de quarenta a cinquenta, posicionadas em círculo, conversando entre si e segurando alguns cartazes.

O assunto da conversa girava em torno da necessidade de executar alguma ação local que evidenciasse a tristeza e a indignação dos moradores de Regência com a situação vivenciada. Alguns questionavam a passividade dos moradores da vila em relação à tragédia. A conversa se estendeu por cerca de quarenta minutos. Na ocasião ressaltou-se a importância de aproveitar a presença de fotógrafos e jornalistas – que estavam na região para cobrir o acontecimento trágico – no intuito de evidenciar o sofrimento dos moradores na região da foz do rio Doce e cobrar ações emergenciais da mineradora responsável pela tragédia. Também havia uma grande preocupação com a qualidade da água disponibilizada para ingestão humana na vila. Muitos moradores relataram a dificuldade financeira que limitava a aquisição de água mineral engarrafada. Por fim, ficou definido que o grupo faria uma caminhada da praça em direção ao porto, levando cartazes e entoando algumas palavras de ordem. O objetivo era manifestar a indignação, a preocupação e o sofrimento provocado pelo derrame de rejeitos no rio Doce.

Dezenas de pessoas participaram dessa caminhada que teve início na praça e terminou no porto. Acompanhei o grupo durante todo o percurso que passou pela pequena rua que dá acesso ao porto, onde estavam armazenadas as bobinas e os banheiros químicos, e em seguida

passamos em frente à tenda, onde estavam os funcionários da mineradora e da empresa contratada OceanPact, até chegar à parte central do porto. Entre os manifestantes, havia homens, mulheres e crianças; muitos moradores e alguns turistas também. Apesar de estarem no porto no momento da manifestação, os pescadores, que estavam na época a serviço da OceanPact, não participaram do ato. Alguns, posicionados de forma lateral aos demais manifestantes, apenas observavam a manifestação, mas permaneciam em silêncio⁴³.

Durante a curta caminhada, entre a praça Caboclo Bernardo e o porto, o grupo de manifestantes gritava, de forma enérgica e a todo momento algumas palavras de ordem como: “*O rio é doce e a vale é amarga*”. Esta foi a palavra de ordem que predominou no ato, responsabilizando a mineradora pela trágica situação vivenciada na vila de Regência. Vale ressaltar que o aspecto de luto e morte estava em toda simbologia do ato, desde a cor preta em roupas e adereços até as cruzes levantadas durante a caminhada. De certa forma, a chegada da lama foi recebida por um ato-velório do rio Doce.

Entre os manifestantes havia dezenas de cartazes com dizeres sobre a mineradora e que expressavam também o sentimento desencadeado com a situação vivenciada: “*Quanto VALE o rio Doce?*”; “*Luto pelo rio Doce!*”; “*SOS Rio Doce!*”. Havia ainda alguns moradores com o rosto e mãos cobertos de *lama* e outros seguravam pequenas garrafas de plástico transparente contendo a *água alaranjada*, retirada momentos antes no próprio rio Doce.

Posicionados à frente do grupo, dois moradores estavam com uma vestimenta que simbolizava a figura da morte: vestiam uma túnica preta, suas faces estavam encobertas com uma máscara, em suas mãos havia uma foice, onde estava escrito SAMARCO. Durante o percurso, em curtos momentos de pausa da caminhada, algumas crianças, moradoras da vila, que também estavam posicionadas à frente do grupo e ao lado dos moradores vestidos de morte, deitavam-se no chão e levavam às mãos ao peito representando a morte do rio Doce. Na chegada ao porto, o grupo de manifestantes se posicionou em frente à tenda onde estavam localizados os profissionais da Samarco Mineração e da contratada OceanPact. De frente para os profissionais das empresas em destaque, todos gritavam de forma ainda mais enérgica e

⁴³ Ressalto que em nenhum momento os vi gritando ou aplaudindo a reação dos moradores, como tentativa de apoiar o grupo, mesmo sabendo da raiva e indignação de alguns interlocutores. Considero o fato interessante, pois não sei se houve algum tipo de recomendação direcionada pela OceanPact. De maneira geral, a situação em destaque exemplifica a separação entre os pescadores contratados pela OceanPact e os demais moradores da vila neste período de espera e chegada da lama à foz do rio Doce.

repetitiva: “*O rio é doce, a Vale é amarga. A tristeza e a raiva estavam estampadas nos rostos dos moradores. Os profissionais a serviço da mineradora apenas olhavam, aparentemente assustados, a manifestação.*”



Figura 16: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta, 21 de novembro de 2015. Rua que dá acesso ao porto dos pescadores. Fonte: Gazeta online.



Figura 17: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta, 21 de novembro de 2015. Rua que dá acesso ao porto dos pescadores



Figura 18: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta, 21 de novembro de 2015. Rua que dá acesso ao porto dos pescadores. Fonte: Gazeta online.



Figura 19: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta, 21 de novembro de 2015. Porto dos pescadores. Fonte: Ava Produções.



Figura 20: Manifestação no dia da chegada da lama, em Regência Augusta, 21 de novembro de 2015. Dona Ilda no Porto dos Pescadores. Fonte: Ava Produções.

Em seguida e já na parte central do porto, os moradores se organizaram em um grande círculo, com as faixas expostas no seu interior. . Na ocasião iniciou-se uma encenação sobre a morte do rio Doce (Foto 16). Durante a encenação um deles gritava: *“Samarco, vem trabalhar pra mim”* e, em seguida, entoava uma risada sarcástica. O outro, também vestido de morte, gritava: *“Eu vou ter muito minério! E agora, todos vocês estão mortos, mortos”* e novamente uma risada sarcástica, vinda da morte. Outros moradores também gritavam a palavra *“mortos”*. O grito da morte ecoava em nossos ouvidos. Neste momento, novamente as crianças, desta vez em quantidade maior, deitaram-se novamente no chão com as mãos sobre o peito, retratando a morte do rio e o sentimento fúnebre que a comunidade vivenciava naquele dia.

Ainda nesta ocasião e de frente para o rio Doce, Dona Ilda – que era uma moradora antiga da vila muito respeitada por seus saberes com ervas e remédios naturais, falecida em 2016 – ocupou o centro da roda e iniciou uma breve reza: *“Então o Senhor Jesus deixou na terra foi água para nós beber, não água amargosa, não essa água que tão trazendo aqui pra nossas vidas. Quantas vidas estão sendo perdidas? Dos meus filhos, dos meus netos, eu já sou bisavó, como será a vida dos meus bisnetos? Então, Senhor Deus nós queremos a sua benção para continuar vivendo com essa dificuldade (Dona Ilda, moradora de Regência, 21 de novembro de 2015).* Dona Ilda estava visivelmente emocionada e muito entristecida

com aquela situação. Bastante religiosa, Dona Ilda pediu ainda que todos fizessem, em voz alta, as orações do Pai Nosso e da Ave Maria para pedir a proteção de todas as pessoas que naquele momento estavam sem água para viver, tendo em vista a contaminação do rio Doce. Por fim, intercedeu pelo futuro da sua família e de cada morador da vila que sempre dependeu do rio para viver.

Mais uma vez naquele dia o silêncio imperou por alguns minutos entre os moradores. Silêncio que foi quebrado dessa vez pelo forte barulho de choro coletivo. Todos choravam após as palavras de Dona Ilda e diante de um rio com a coloração alaranjada e com a água amargosa, como salientou a moradora. Era difícil não se emocionar diante da situação vivenciada.

O silêncio intercalado pelo choro que ia se acalmando foi novamente quebrado, dessa vez por gritos que chamavam a população ali presente para se dirigir à praia: iniciava-se a operação de passagem de novas máquinas para a operação de abertura da boca sul da barra que ainda se encontrava fechada. Preocupados com a vegetação de restinga, que seria parcialmente suprimida para possibilitar o deslocamento das máquinas, muitos moradores saíram de forma apressada em direção à praia. Naquele momento também me desloquei com os demais e chegando ao nosso destino, me deparei com uma cena assustadora para o cotidiano tranquilo da vila de Regência. Na rua da praia já havia um carro da Polícia Militar parado e com as portas abertas. Ao lado do veículo alguns policiais armados. Sem receio, os policiais apontavam as armas na direção dos moradores que se aproximavam do local. Na ocasião havia homens, mulheres, crianças e idosos. Além das armas, os policiais também portavam granadas e sprays de pimenta. A situação causou um forte impacto entre os moradores que questionavam a ação ostensiva dos policiais. É importante salientar que no cotidiano da vila não há presença de policiais, apenas em situações de emergência, quando estes precisam se deslocar de regiões próximas para atender ocorrências na vila. Mas naquele dia havia um grande efetivo de policiais na região.

Parte III

III. Sobre os arranjos institucionais e as estratégias corporativas



Figura 21: Foz do rio Doce, fevereiro de 2016. Foto: João Paulo Lyrio Izoton.

Capítulo 3

Vendo o navio passar: **Sobre os arranjos institucionais e o protagonismo corporativo na gestão local das afetações**

Em oposição às teorias dos *hazards*⁴⁴, no campo disciplinar sociológico e antropológico, desastres são compreendidos como um tipo específico de problema social, que se manifesta a partir de um evento catastrófico cujos efeitos não se limitam ao dia e ao local da catástrofe, mas se desdobram no tempo e no espaço revelando “as singularidades dos modos de conflito e coesão social que afloram nesse contexto” e corporificando-se em múltiplas formas de sofrimento (VALENCIO, 2014, p. 3633). A crise que se manifesta com o evento catastrófico, no caso em tela com o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração S.A., “*desvela a estrutura social existente*”⁴⁵ e afeta diferentes sujeitos a partir de processos de vulnerabilidade que são anteriores ao próprio evento catastrófico (OLIVER-SMITH; HOFFMAN, 1999) e não finda nele. Ao contrário, se perpetua através dos dispositivos mobilizados para administrar a própria crise e das práticas institucionais e corporativas de ação nos territórios atingidos.

O rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, MG, é caracterizado como o maior desastre minerário do mundo em termos de volume liberado e distância percorrida (BOWKER; CHAMBERS, 2017). Em função da crise que se estabeleceu ao longo de toda a bacia do rio Doce, um conjunto heterogêneo de agentes estatais e corporativos mobilizaram mecanismos institucionais para gerenciar a crise e os conflitos ambientais decorrentes (ZUCARELLI, 2018). Entre as ações observadas, a construção dos Termos de Ajustamentos de Condutas (TAC) – celebrados entre as diferentes instituições (Governo Federal, Governos Estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, órgãos associados, corporações e instituições

⁴⁴ A teoria em destaque enfatiza uma abordagem geográfica que supervaloriza os modelos de mensuração quantitativa das probabilidades de ocorrência de eventos perigosos e suas causas. Tornou-se paradigma hegemônico, englobando diversas áreas das ciências duras. (Ver VALENCIO, 2014, p. 3632-3633).

⁴⁵ Autores como SAHLINS (1972) e OLIVER-SMITH (1996) chamaram os desastres de “crises reveladoras” e “crises revelatrizes” respectivamente.

de justiça) e em momentos cronológicos e sociais distintos – chamam a atenção no caso descrito pois esses dispositivos impuseram a implementação e organização de um sistema de governança do desastre ao longo da bacia do rio Doce. Este capítulo versa sobre os dispositivos jurídicos em questão e os seus efeitos no território e na vida das pessoas atingidas pelo desastre engendrado no rio Doce, especialmente as vítimas situadas na região da foz sul do rio Doce (Linhares, ES).

3.1. Reunião de portas abertas: O MPF e a apresentação do TCSA

Cena 1. [14 de dezembro de 2015, auditório do Centro Ecológico, Regência]. Fiquei sabendo da reunião com o Ministério Público, em Regência, em alguns dias que antecederam a vinda da procuradora, através de interações com alguns interlocutores. A divulgação da reunião para os moradores da vila foi feita no formato informal, no “boca a boca”, como dizem na localidade. Diante dos conflitos vivenciados na vila desde a chegada da lama e da mineradora naquele território, havia entre os interlocutores com quem conversei durante as interações pretéritas à reunião, grande expectativa com a presença do Ministério Público na vila, tendo em vista a credibilidade e a confiança depositadas na instituição. Ademais, aquela seria a primeira reunião após a chegada dos funcionários da Samarco a acontecer de portas abertas na vila de Regência, o que ampliava as expectativas com a ocasião. A expressão “reuniões de portas abertas” era mobilizada pelos interlocutores, em oposição às reuniões que estavam acontecendo naquele período emergencial entre os funcionários da Samarco Mineração e as lideranças locais, representando segmentos diversos, a exemplo da associação de pesca e de moradores. Essas últimas eram chamadas de reuniões de portas fechadas, tendo em vista o formato restritivo da interação⁴⁶.

Quando cheguei ao auditório do Centro Ecológico – que fica localizado dentro da área do Projeto TAMAR, no centro da vila – já me deparei com um número considerável de pessoas atingidas. Ao todo chegaram a participar daquela reunião mais de 200 pessoas, entre indígenas, pescadores, ribeirinhos e moradores de Regência, Povoação, Comboios e Areal. Notava-se que muitos moradores precisaram deslocar-se até a sede da vila de Regência para participar da reunião. Só adentrando o espaço é que se tinha a visão da parte frontal do auditório, onde estava organizada a mesa com a presença da procuradora e os equipamentos

⁴⁶ O assunto será abordado na próxima seção deste capítulo. Mas vale salientar que o termo “reuniões de portas fechadas” já era mobilizado por alguns interlocutores em situações de conflitos ambientais pretéritas.

de projeção. O espaço da mesa também estava ocupado por produtos agrícolas da região: frutas, folhas diversas e legumes em geral, representando a heterogeneidade das atividades econômicas e culturais da região para além da atividade pesqueira. O labor da pesca também estava simbolizado através das redes de malha, estendidas no chão e vazias, simbolizando a interrupção abrupta da atividade pesqueira. Alguns moradores estavam segurando cartazes que responsabilizavam a Samarco e a Vale pelo desastre. Alguns cartazes também indicavam a morte do rio Doce.

Enquanto a reunião não começava, aproveitei para circular pelo auditório e parte externa do Centro Ecológico. Nesse giro pelo espaço da reunião, encontrei muitos rostos conhecidos, com os quais pude estabelecer rápidas conversas. De maneira geral, havia certa satisfação com a reunião “de portas abertas”, pois era uma oportunidade de conseguir informações sobre a complexidade da situação vivenciada. Apesar da presença da empresa no território, poucas informações circulavam na vila. O espaço privilegiado de diálogo entre a empresa e os moradores era uma tenda de informações, posicionada na praça. Apesar de funcionar todos os dias, o espaço era ocupado por funcionários que não possuíam know-how para fornecer explicações para as demandas das pessoas atingidas.

Também senti falta de muitos pescadores da vila de Regência, sobretudo, aqueles que, na época, estavam prestando serviço para a OceanPact, empresa responsável por coordenar o plano emergencial de mitigação da chegada dos rejeitos a região da foz do rio Doce, contratada pela Samarco Mineração. Na oportunidade adiante que estes pescadores – que prestavam serviço para a empresa – chegaram em grupo no transcorrer da reunião e como o auditório estava cheio, se posicionaram em pé, na parte final da sala. No momento destinado à participação pública naquela reunião, eles fizeram uma única e curta fala, indo embora na sequência, antes mesmo do término da reunião. A situação em destaque, que caracterizo como emblemática durante a reunião pública, provocou desconforto e incômodo em muitas pessoas que estavam no auditório, conforme mencionarei mais adiante. Por ora, mantenho a descrição da audiência pública em questão.

Na ocasião, o MPF, na figura da procuradora Walquiria Imamura Picoli, apresentou as obrigações da Samarco decorrentes do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA), assinado entre os Ministérios Públicos Federal (MPF/ES), do Trabalho (MPT/ES) e do Estado do Espírito Santo (MPES), no dia 15 de novembro. A procuradora apresentou também o

primeiro termo do aditivo assinado posteriormente, no dia 4 de dezembro. A representante aproveitou o momento para pedir desculpas em relação à presença tardia da instituição de justiça na vila de Regência e explicou que a demanda de reuniões, classificadas por ela, como “mesa de discussão com a empresa” estava extensa e sobrecarregando o tempo da instituição de justiça em destaque. Reproduzo aqui parte da fala introdutória da procuradora:

A nossa mesa de discussão com a empresa está acontecendo em Vitória e Belo Horizonte, lá em Minas Gerais, em relação a algumas medidas emergenciais e preventivas em relação a outras barragens da empresa lá também e [temos reunião] em Brasília também, né. Então, estamos com um trabalho intenso em outros fóruns. E só estou conseguindo vir aqui, em nome do Ministério Público Federal, hoje. Mas estou vindo aqui com a intenção de trazer as obrigações que nós já conseguimos que a empresa fosse condenada a fazer ou que ela tenha acatado a fazer, através da ação dos Ministérios Públicos que estão atuando [...] São dois termos de ajustamento de conduta, termos de compromisso socioambiental que a Samarco assinou com o Ministério Público Federal, do trabalho e estadual e são obrigações emergenciais que era pra ela estar cumprindo desde o momento que essa lama apareceu por aqui e vamos ver se ela tá cumprindo ou não. (Representante do Ministério Público – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

Após esse momento de breves desculpas e ressaltando o trabalho intenso da instituição de justiça na condução de reuniões e fóruns diversos, a procuradora enfatizou a necessidade de averiguar a partir dos moradores afetados, presentes naquela reunião, como a empresa estava agindo até aquele momento na vila de Regência e se ela estava cumprindo na prática com as obrigações previstas no acordo estabelecido com o Ministério Público. A procuradora continua:

A multa pelo não cumprimento desses termos de compromisso com o Ministério Público é de 1 milhão de reais por dia. Então, hoje é um dia muito bom pra gente saber se a empresa está cumprindo com o que ela diz está cumprindo e traz através de documentos pra nós que está cumprindo. Ou se a empresa diz que tá cumprindo, traz toda uma documentação que também diz que tá cumprindo, mas, que efetivamente na vida dos senhores não está. Nós trabalhamos todos os dias para que aconteça na vida dos senhores o que a gente acordou com a empresa, e não só no papel. Então, no papel tá tudo bonito. No papel ela tá comprovando tudo certinho, eu quero ver se na vida de cada um dos senhores daqui, das comunidades impactadas, ela vem cumprindo o que ela se dispôs a cumprir. E caso não esteja cumprindo os senhores são os fiscais. Os senhores são os fiscais do nosso termo de ajustamento, nossos termos de compromissos com a empresa. Cada um dos senhores, são fiscais desse termo de compromisso da Samarco (Representante do Ministério Público – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

A procuradora aproveita a oportunidade para ressaltar o compromisso das instituições de justiça – representadas na ocasião pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual do Espírito Santo – com a sociedade e a comunidade de Regência:

Nós todos estamos do lado das comunidades pra qualquer enfrentamento que for necessário frente à Samarco e suas acionistas. É esse o compromisso que o Ministério Público veio aqui hoje, pessoalmente, reafirmar. Nós já tínhamos esse compromisso com os senhores, desde muito antes de tudo isso, mas estou vindo aqui, como procuradora, pra trazer essas informações para os senhores [...] (Representante do Ministério Público – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

E, na sequência, enfatiza a necessidade da oitiva em questão:

[...] e claro, vou sair daqui com esse caderninho cheio de demanda [*a procuradora levanta e mostra o caderno aberto*] pra levar a empresa. Inclusive tenho reunião com ela amanhã, lá em Vitória. E quem sabe daqui hoje saia alguma demanda que não esteja sendo cumprida ou não esteja sendo cumprida de forma adequada. O que tá faltando para os senhores em virtude desse impacto que ela causou na vida aqui da comunidade? (Representante do Ministério Público – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

Antes de iniciar a apresentação e leitura do Termo de Compromisso Socioambiental a procuradora relata ainda a sua proximidade afetiva com a vila de Regência, mediada pela prática do surfe:

eu venho aqui em Regência, surfo na boca do rio, pego onda aqui no point 01, no point 02 [...] eu não tinha vindo aqui depois do rompimento da barragem, mas hoje, eu passando ali e olhando eu fiquei triste. Fico triste como uma frequentadora daqui da comunidade de Regência. Sou também uma usuária da praia de Regência (Representante do Ministério Público – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

Prosseguindo a reunião e usando uma apresentação de *Power Point*, a procuradora leu o Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) e citou algumas dessas exigências direcionadas à Samarco previstas no documento em destaque, explicando-as quando julgava necessário.

Algumas das “*exigências*” estabelecidas no documento em destaque e que foram lidas pela procuradora na ocasião foram: i) *estabelecer contrato de trabalho com pescadores locais para resgate de fauna viva*; ii) *recolhimento de espécies do rio Doce e proteção das mesmas em ambiente apropriado*; iii) *abastecimento de água para uso humano e em atividades domésticas (54 litros de água bruta e dois litros de água potável por habitante, por dia)*; iv) *disponibilizar um helicóptero para executar o monitoramento do rio Doce*; v) *estabelecer um canal de diálogo com a comunidade, através da elaboração de um plano de comunicação social adequado a fim de assegurar transparência e informação à sociedade, devendo ser constituída ainda uma comissão, em caráter permanente, que ficará responsável por estabelecer diálogo com as comunidades, receber informações, inclusive, prevendo um e-mail*

de reclamações e ouvidoria (Representante do Ministério Público – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015). Ainda durante a apresentação do instrumento jurídico, a procuradora enfatizou o conteúdo previsto no primeiro aditivo ao Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) preliminar, assinado em 04 de dezembro de 2015, e que previa a elaboração imediata de um “*plano de identificação, manutenção de renda e amparo de todas as pessoas que exerciam atividades laborativas vinculadas ao Rio Doce, seus afluentes e respectivas margens, bem como lagos, lagoas e águas marinhas atingidas pelo impacto do rompimento das barragens, e que estejam impedidas de exercer em sua plenitude essas atividades laborativas*” (TCSA, 2015). Sobre esse plano de manutenção e renda, a procuradora explicou ainda que,

[...] a Samarco deverá conceder aos trabalhadores um auxílio subsistência mensal no valor de um salário-mínimo, com correção na mesma data e nos mesmos índices do salário-mínimo, com o aumento de 20% do valor previsto por cônjuge, companheiro e filhos, independentemente de ser ou não o trabalhador segurado no INSS⁴⁷ (Representante do Ministério Público – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

O aditivo assinado também prevê a entrega de uma cesta básica mensal, via crédito em cartão de débito pessoal no valor correspondente ao divulgado mensalmente pelo Dieese nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (de acordo com a localidade da pessoa beneficiada)⁴⁸. O chamado *auxílio subsistência mensal*, ficou conhecido, posteriormente, como *auxílio emergencial, cartão da Samarco ou benefício da Samarco*⁴⁹.

Dessa forma, o instrumento em questão transferia para a Samarco a responsabilidade de identificar as vítimas do desastre provocado pelo rompimento da sua barragem. Apesar da autonomia corporativa no processo de identificação das vítimas, o aditivo determinava alguns procedimentos que deveriam ser seguidos pela empresa para cumprir a demanda acordada com o MPF. No caso, a procuradora explicou que não poderia haver distinção, por parte da Samarco, entre vítimas com documentação comprobatória ou sem a mesma documentação para o exercício da atividade laboral. Ou seja, todas as pessoas que manifestassem ter algum tipo de relação econômica com o rio Doce e seus afluentes, deveriam ser introduzidas nesse

⁴⁷ Nessa situação a empresa também fica responsável pelo recolhimento da contribuição previdenciária e imposto de renda referente ao pagamento efetuado.

⁴⁸ A data prevista para início da concessão do referido auxílio subsistência e da cesta básica foi definida a partir de 11/12/2015.

⁴⁹ Apesar de muitos interlocutores nomearem o valor recebido como *benéfico*, optei, por questões políticas e metodológicas, nomear neste trabalho como *cartão Samarco* ou *auxílio emergencial*. Sendo assim, a palavra *benefício* só aparece no texto quando é transcrição da fala de algum interlocutor.

plano supracitado, por exemplo: a) pescadores com documentação; b) pescadores sem documentação, mas que possam comprovar a atividade de forma escrita; c) trabalhador na atividade de extração de areia e pedras ao longo do rio Doce; d) pequeno produtor rural (como meio de subsistência), e) demais trabalhadores que se enquadrem nas hipóteses previstas.

Para alguns moradores a leitura daquele documento era uma novidade. Não obstante parte das exigências e negociações mencionadas pela representante do Ministério Público Federal já estivessem sendo colocadas em prática pela Samarco Mineração S.A. na vila de Regência, inclusive antes da chegada física da lama, como foi o caso da contratação dos pescadores locais para atuar no plano emergencial de monitoramento do rio Doce. Sendo assim, o conteúdo que era apresentado pela procuradora, como exigência do MPF – ou negociação com a empresa e suas acionistas – eram práticas que, por já estarem presentes na vila de Regência, estavam sendo identificadas por alguns moradores como um indicativo de proatividade da empresa. Por outro lado, os procedimentos utilizados pela mineradora para o cumprimento das exigências estabelecidas pelo MPF ampliaram e engendraram novos conflitos na comunidade⁵⁰.

Na sequência a procuradora frisou a complexidade e o ineditismo do problema criado com o rompimento da barragem de minério, ressaltando ainda que a *“assinatura do termo não inibe os Ministérios Públicos de adotarem todas e quaisquer medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, em decorrência de eventuais irregularidades constatadas”* (Representante do Ministério Público – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015). Na sequência foi solicitado o início das inscrições para os moradores presentes na reunião se manifestarem.

Nesse momento ficou evidente que não haveria tempo suficiente para todas as pessoas que se interessaram em falar poderem se manifestar. Anotei no caderno de campo quase vinte inscrições e depoimentos de moradores durante aquela reunião. As manifestações se deram em torno dos problemas locais deflagrados com a chegada da lama à foz do rio Doce, entre eles a interrupção das atividades laborais, as dificuldades financeiras advindas desta paralisação, a preocupação da contaminação decorrente do contato com a água do rio e a do mar e os conflitos sociais deflagrados a partir da inserção da mineradora na vila de Regência.

⁵⁰ Na próxima seção serão abordados tais mecanismos e os conflitos decorrentes.

Dentre os depoimentos destaco o de um morador de Entre Rios, um povoado adjacente à sede da vila de Regência, que chamou a atenção para as dificuldades que ele e demais vizinhos enfrentavam para conseguir acessar as medidas emergenciais que constavam no TCSA e foram apresentadas pela procuradora.

A partir da chegada dos funcionários da Samarco na vila de Regência deflagrou-se uma sequência de reuniões entre a empresa e as lideranças das diversas associações locais, que os moradores passaram a chamar de “reuniões de portas fechadas”. A restrição da ampla participação dos moradores atingidos nesses espaços de interação entre empresa e lideranças provocou o descontentamento e o receio dos demais moradores de ficarem excluídos dos benefícios da empresa nesse período de emergência, como disse o morador de Entre Rios. O morador explicou ainda que haveria uma espécie de joguinho para conseguir acessar tais direitos, que em tese já estavam garantidos nesse acordo. Diante dessa estratégia de comunicação adotada pela mineradora, ele pediu o apoio da procuradora para fiscalizar essa relação que estava sendo construída entre a mineradora e as lideranças de associações na vila de Regência:

Eu acho, doutora, que teria que ter uma fiscalização nessas associações de pescadores, comunidade, nessa época agora, que é uma época de emergência, que é uma época que as pessoas estão com as perdas [...] porque o povo sofrido tá aqui ó, com a cara só sofrendo. E você diz que foi firmado um compromisso com essa empresa, mas essa empresa deveria tá atendendo as pessoas e pagando as pessoas. Teria saído um salário [referência ao auxílio emergencial], tal data que ia pagar as pessoas e nada, ela não procurou as pessoas. [...] Eu repito que eu trabalho, eu tenho um nome a zelar, eu não sou vagabundo, não pretendo ficar comendo nas custas de empresa. Agora, tem pessoas aqui que estão necessitadas, mas estão sendo humilhadas, estão sendo sofridas aqui doutora! [aplausos]

[...] Eu falo pra aqueles que ficam aí rindo enquanto pessoas não tem o que comer, porque tem muita cesta básica em casa, porque faz parte de uma panelinha: vocês, sua hora vai chegar! [mais aplausos] Desculpa, porque eu fico emocionado, cara! Mas eu sou flor da pele, eu falo o que eu sinto, entendeu? Eu não guardo segredo, entendeu? Essas pessoas estão de barba de molho aqui. E se ela [aponta para a procuradora] for lá e fiscalizar vai encontrar coisas cabeludas que não teria necessidade. Coisas simples como servir uma água, entregar uma cesta para seu fulano. Isso é uma atitude muito covarde ficar querendo fazer joguinho com aquelas coisas que estão acontecendo aqui. (Morador de Entre Rios – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

Na ocasião, destacou ainda que essa estratégia da empresa de privilegiar o relacionamento com um grupo em detrimento de outros dentro da comunidade não era uma novidade. Explicou que, ao contrário, a estratégia usada pela Samarco era familiar, pois já era realizada por outras corporações na vila. Apresentou como exemplo, em seu relato, a experiência outrora adquirida com os agenciamentos e dispositivos adotados pela Petrobras na região,

para negociar medidas compensatórias dos impactos da exploração de gás e óleo na região costeira do rio Doce. Ou seja, o morador apontava para a existência de um padrão de relacionamento, protagonizado por diferentes empresas naquela comunidade, construído através de uma relação baseada em trocas formais e informais. E, na sua percepção, ocorria algo similar na ocasião do desastre.

Outra coisa que eu quero registrar, igual aquelas boias ali, essa empresa ela veio pra cá e fez uma maquiagem, fez um papel teatral, teatro aqui, puro! E talvez nós aqui, porque somos ribeirinhos, mas não somos burros também não. [...] Eu não gosto dessas empresas. Essas empresas já vêm me massacrando desde a minha infância, com essas Petrobras, com essas empresas. [...] Eu quero deixar claro essa minha indignação aqui. Estou me perdendo com as palavras porque eu fico a flor da pele, porque eu vejo pessoas aqui que são lesadas todos os dias, que são transparentes, são pessoas invisíveis, que gritam e não são ouvidos. Porque se eu chegar aqui de agradinho com a empresa eu posso até comer um churrasquinho e me enturmar, masse você tem uma postura, se você pensa diferente você é doido, você é um nada, você tá falando besteira, porque a empresa é legal [aplausos novamente] (Morador de Entre Rios – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

Enquanto mencionava esse suposto padrão de relacionamento protagonizado pelas empresas na vila de Regência, o morador foi bastante aplaudido. Com o auditório lotado de moradores da vila, os intensos aplausos pareciam corroborar o depoimento do morador.

Na sequência das manifestações, destaco o depoimento dos pescadores que à época estavam prestando serviço para a OceanPact. Esse grupo de pescadores protagonizou uma cena de interação ritualizada, ao chegarem todos juntos já no transcorrer da reunião. Soma-se a esta entrada atrasada o fato de estarem todos uniformizados com a nova vestimenta de trabalho, a saber: macacão com mangas e calças compridas na cor alaranjada e botas pretas. O grupo destoava do padrão de vestimenta dos demais moradores da vila e demais presentes naquela reunião. A chegada em grupo desses pescadores chamou atenção e provocou certa movimentação entre as demais pessoas que estavam no auditório do Centro Ecológico. A figura 22 a seguir ajuda a ilustrar o trecho narrado no que se refere ao contraste visual entre os pescadores, que na ocasião estavam trabalhando para OceanPact e os demais moradores presentes naquela reunião.



Figura 22: Audiência Pública, Centro de Ecológico, Vila de Regência, 14 de dezembro de 2015. Foto: João Paulo Lyrio Izoton.

Como o auditório estava cheio, esses pescadores ficaram em pé, posicionados ao final do auditório e de forma centralizada. Esse posicionamento dos pescadores no interior do auditório contribuiu com a distinção visual entre eles e os demais moradores. Na ocasião, um pescador falou, representando todo o grupo. De forma bem rápida, o pescador se dirigiu ao centro do auditório, segurou o microfone e narrou que a situação dos pescadores já estava sendo normalizada e que a empresa estava tomando as devidas providências para *mitigar o problema sofrido entre a classe de pescadores*. Relatou ainda que até aquele momento os pescadores estavam prestando serviço para a OceanPact e recebendo o valor de diárias específicas de acordo com a situação profissional de cada pescador⁵¹. De maneira geral, sua fala provocou muito ruídos entre as pessoas no auditório. Ao contrário dos aplausos recebidos pelo morador anterior, as pessoas se movimentaram na própria cadeira e fizeram cochichos entre as pessoas mais próximas. Não escutei aplausos, como aprovação. Mas também não escutei vaias. Minutos depois da fala do pescador, ele e os demais pescadores que estavam naquela mesma situação se ausentaram, antes mesmo do término daquela reunião. A situação gerou um visível incômodo entre os demais moradores e pessoas presentes naquela reunião.

⁵¹ No caso ele se referia à situação do barco: pescador sem barco recebia uma diária de R\$150,00 e pescador com barco recebia uma diária de R\$300,00.

Por fim, trago as contribuições de uma terceira moradora da vila de Regência. Ela fez, naquela ocasião, apontamentos interessantes acerca das múltiplas afetações do desastre, ressaltando que os efeitos da tragédia eram vivenciados por diferentes grupos na vila de Regência e não apenas pelos pescadores. Na época, muito se falou (nos meios de comunicação e pela própria empresa) sobre os efeitos do desastre na vida dos pescadores, em decorrência da interrupção da atividade pesqueira, porém, as mudanças no cotidiano da vila apontavam para a multiplicidade dos danos e das vítimas.

[...] não é só os pescadores que são atingidos por essas águas. Nós somos moradores aqui de Regência e atinge a todos, sabe?! A gente não sabe até quando essa água vai [ficar assim]. Ninguém tem certeza disso! E as pessoas se iludem com essa pouca coisa que estão recebendo, mas isso não é suficiente não, gente, porque a gente não sabe até quando vai chegar isso. Quando vai chegar o fim dessa água? A gente que não pesca, mas tem irmão que pesca. Aqui em Regência quem não pesca tem seu restaurante, tem seus barcos, tudo depende do peixe. E quem não pesca, compra, come! Não é só os pescadores que precisam, todos os moradores precisam (Morador da vila de Regência – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

O tempo e as incertezas em relação aos efeitos do desastre também são ressaltados na fala dela. Inconformada com o tratamento da empresa em relação aos moradores da vila de Regência, ressaltou que muitos ali na reunião não estavam confortáveis para falar abertamente o que tem acontecido na comunidade, inclusive, enfatizando que na ocasião daquela reunião, apenas um pescador se dispôs a relatar o que estava sendo vivenciado na vila e enquanto isso, os moradores de Povoação, do Entre Rios e das TIs (Comboios e Areal) estavam se sentindo confortáveis para manifestar a indignação. Segue mais um trecho do depoimento da moradora:

Quando chamaram os pescadores aqui na frente, só o [nome do pescador suprimido] apareceu, será que é só ele que mora aqui em Regência, que é pescador? [...] Se não reclamar é porque estão gostando. Tem que reclamar! Reclamou [nome suprimido], que é da associação de artesão, dos ribeirinhos, de povoação. E não reclamou mais ninguém aqui de Regência. Gente, vocês estão gostando do que está acontecendo? Porque eu não estou gostando! Eu não pesco, mas eu gosto de comer peixe e eu compro e não tá tendo peixe. Então, é difícil, gente! Mas vamos abrir a boca e vamos reclamar (Morador da vila de Regência – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

A moradora então relaciona o fato de os pescadores da vila de Regência estarem recebendo um valor para trabalhar para a empresa e a possível apatia em relação aos questionamentos na ocasião da reunião: *Isso aí é pouco, eles vão pagar isso aí é por pouco tempo. Vocês acham que eles vão ficar toda a vida pagando? [...] Ninguém sabe quando essa água vai voltar ao*

normal. A preocupação com a água, que teve contato com os rejeitos da mineração, e com os desdobramentos do desastre na vila, também são apontados pela moradora:

Ela tá contaminada? Tá! Agora eu queria que eles [a Samarco] pegassem essa água e eles mesmo tomassem pra gente vê. Porque a gente precisa. Todos nós precisamos. Inclusive, as pousadas agora estão todas vazias e porquê? O motivo é essa água. E muita gente aqui vive disso. As pessoas não estão vindo de fora mais. Outro tempo atrás Regência estava cheia de gente, né, dava um movimento para os restaurantes, até a gente tinha movimento, né, tem algum cômodo na casa para alugar, um quartinho na casa para alugar, como eu tenho o meu cantinho para alugar. E isso dava pra gente ganhar o trocadinho da gente. Mas agora por conta dessa água, ninguém quer vir pra cá mais. Então, tem que falar porque quem cala consente (Morador da vila de Regência – Transcrição da Audiência Pública, em 14/12/2015).

3.2. “Fazer o que deve ser feito”: as dinâmicas corporativas para o controle do território

Nós, da Samarco, reafirmamos nossa profunda consternação pelo acidente ocorrido. Já, desde o primeiro momento, mobilizamos todos os recursos disponíveis, humanos e financeiros, para atender às emergências e buscar soluções. Estamos trabalhando incessantemente e contando com muitos apoios. Agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, estão prestando sua solidariedade às comunidades e a Samarco. Neste momento, estamos sendo muito questionados, mas continuamos firmes para esclarecer os fatos. **Somos mais de 3 mil pessoas orgulhosas do trabalho que realizamos há 40 anos no Brasil. E continuaremos fazendo o que deve ser feito.** Esse é o nosso compromisso, o compromisso da Samarco (SAMARCO, 2015)⁵².

O excerto em destaque é um comunicado oficial extraído do site institucional da Samarco Mineração, publicado originalmente em 04 de dezembro de 2015. A mensagem presente nas últimas linhas do comunicado: “*continuar fazendo o que deve ser feito*” anuncia o slogan da campanha publicitária da empresa como resposta institucional ao rompimento da barragem da Fundação e direcionada à sociedade em geral, como tentativa de reconstrução da credibilidade da empresa a partir da “construção de uma realidade favorável a ela por meio de mecanismos de desengajamento moral” (MEDEIROS *et al.*, 2018, p. 84). Para isso, a Samarco realizou a contratação da agência mineira de comunicação “Tom Comunicação”, responsável pela criação da campanha: “*É sempre bom olhar para todos os lados*”, a partir do slogan “*Fazer o que deve ser feito: esse é nosso compromisso*”. O conjunto publicitário de mensagens (em formato de entrevistas, textos e vídeos) que integra a campanha foi veiculado na televisão, na emissora de TV Rede Globo, nas páginas eletrônicas e redes sociais (YouTube, Facebook) da Samarco, conforme aponta Vilela (2020), em sua pesquisa sobre as estratégias discursivas

⁵² Site oficial da empresa. Disponível em: <https://www.samarco.com/noticia/comunicado-91/> Acessado em 23 de set. de 2020.

adotadas pela empresa nesta campanha em questão.

A campanha usava empregados da própria mineradora para relatar as providências tomadas pela empresa até aquele momento. Os depoimentos dos funcionários “expressavam sentimentos sobre os fatos ocorridos e falavam em nome da organização, tornando-se fiadores do que era dito e das intenções da empresa de restabelecer o equilíbrio de suas relações” (VILELA, 2020, p. 53). Além disso, parte dos vídeos também apresentava depoimentos de moradores e lideranças comunitárias atingidas pelo desastre em curso “que apontavam os aspectos positivos da empresa e faziam elogios a sua atuação antes e após o rompimento” (Ibid.). Ao todo treze vídeos, com temas distintos, foram postados nas redes sociais da mineradora, entre o período de 11/12/2015 a 02/05/2016 (VILELA, 2020, p. 54).

Após a veiculação dos vídeos da campanha, o conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (CONAR) recebeu 166 reclamações sobre esse conjunto de vídeos que integram a campanha publicitária da Samarco (SERRA, 2018; VILELA, 2020). Diante das denúncias foi aberto, em maio de 2016, um processo para acompanhar e “averiguar as veracidades das informações divulgadas pela Samarco ao longo da campanha” (VILELA, 2020, p. 55). O caso foi julgado pelos conselheiros na presença de representantes da agência de comunicação e da Samarco. Na ocasião, a campanha foi reprovada por unanimidade e os anúncios deixaram de ser exibidos (SERRA, 2018, p. 258).

O material publicitário chamou bastante atenção entre os interlocutores, pois, um dos depoimentos da campanha foi protagonizado por uma liderança informal da pesca na vila de Regência. Na ocasião da campanha em destaque, divulgada em novembro de 2015, esse pescador e morador da vila de Regência prestava serviço para a OceanPact, empresa subcontratada pela Samarco Mineração para mitigar os efeitos da chegada da lama na região da foz do rio Doce.

O vídeo publicitário com cerca de dois minutos apresenta o pescador vestido com um macacão laranja, o mesmo utilizado pelos pescadores na audiência pública, sentado na parte frontal de um bote motorizado que está atracado no porto dos pescadores, na vila de Regência. O pescador introduz o depoimento explicando que estava *trabalhando para a empresa* responsável por *fazer o monitoramento e “colocar as boias no rio”* com o intuito de

“proteger a vegetação”. Segundo ele, apesar do trágico ocorrido, quando a lama chegou na vila, *“a empresa Samarco já estava por perto para dar uma cobertura e assistência a essa situação e por isso, amenizou bastante a realidade”* que era esperada na região. A edição do material publicitário alterna três planos de imagens: i. o pescador sentado no bote, dando o depoimento; ii. imagens do pescador circulando no Porto e no rio; com as iii. imagens do rio Doce ao fundo, bastante alaranjado. No que se refere às condições do rio após o contato com a lama de rejeitos, o pescador salienta que *“o rio está vivo: a água tá barrenta, porém não tem nenhum tipo de poluição na água, porque os peixes estão todos vivos aí”*. Por fim, ele explica que *o momento não é de preocupação em relação à água e os peixes em Regência*. Ao final, a edição ainda insere uma legenda no vídeo informando que *“o uso de sonar, em dezembro, confirmou a existência de peixes no rio Doce”*, sem indicar a procedência dessa informação. A peça publicitária em destaque possui conteúdo bastante delicado. Por isso optei por não reproduzir a imagem e o nome do pescador, apesar do caráter público do material.

O que chama a atenção em relação à campanha publicitária é a forma como a empresa constrói a narrativa de que o desastre está controlado e ao mesmo tempo alimenta as supostas controvérsias sobre a contaminação do rio Doce. Dessa forma, por um lado, a empresa induz a *fabricação de incertezas* (BENSON; KIRSCH, 2010) sobre a contaminação no rio Doce, através da imagem e do depoimento de uma liderança local. A estratégia da empresa é provocar socialmente a dúvida sobre as proporções do desastre, uma vez que o próprio pescador afirma que os peixes estão vivos no rio Doce, ou seja, a sua atividade econômica não será afetada para sempre. Essa estratégia corporativa se propaga ao longo do tempo, conforme veremos no próximo capítulo.

Por outro lado, a propaganda também induz a percepção social de que a empresa estaria presente nos territórios, garantindo a assistência necessária às vítimas, quando, na verdade, a sua presença era alvo de contestações entre os moradores. No período em que a propaganda circulou, dezembro/2015 e janeiro/2016, o clima era bastante tenso entre os moradores na vila de Regência. Alguns funcionários da Samarco haviam deslocado-se para a vila e montado uma espécie de escritório local em uma das pousadas da região, passando a exercer o controle das ações emergenciais. Alguns pescadores, como era o caso desse pescador exposto na peça publicitária da empresa, foram contratados para prestar serviço para ela. Não obstante, um outro grupo de moradores não conseguia sequer participar de uma reunião com os funcionários da empresa. Tal situação imposta pela Samarco criava e alimentava os conflitos

internos na vila de Regência, ampliando a vulnerabilidade provocada pela chegada da lama.

A Samarco, enquanto um novo agente social no território, passa então a interferir nas relações sociais, políticas e econômicas locais. As práticas e os dispositivos adotados pela empresa para responder as emergências possibilitaram que a mineradora exercesse controle sobre os moradores, através de um *envolvimento estratégico* (BENSON; KIRSCH, 2010) nos territórios. Essas práticas e dispositivos serão aqui apresentados a partir de três mecanismos observados na vila de Regência: (1) a contratação dos pescadores; (2) os espaços de diálogo com os moradores; (3) o cadastro dos moradores. É importante ressaltar que essa fase de *envolvimento estratégico* da empresa ocorre após a assinatura do Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar e seu aditivo (TCSA), que as mineradoras assinaram com os Ministério Público Federal (MPF/ES), Ministério Público do Trabalho (MPT/ES) e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES).

3.2.1. A contratação dos pescadores

Entre o rompimento da barragem em Mariana (MG) e a chegada dos rejeitos à foz do rio Doce, em Regência, distrito de Linhares (ES), transcorreram 21 dias. Nesse ínterim, para além do sofrimento coletivo provocado pelo derrame de rejeitos da mineração no rio Doce, os moradores da vila de Regência se depararam com a inserção de novos agentes no território. Entre eles, os funcionários da mineradora e de empresas contratadas por ela para gerenciar as emergências da crise em curso na região. No que se refere ao gerenciamento dessas emergências, destaco o *Plano de prevenção, mitigação e monitoramento da pluma de rejeitos*, negociado através do TCSA, que deveria ser imediatamente implementado na região da foz do rio Doce. Para a realização e execução do plano em destaque, a Samarco contratou a empresa OceanPact, que ficou responsável pelo suporte técnico e operacional do plano na região da foz do rio Doce, com ações realizadas principalmente na pequena vila de Regência Augusta. Sendo assim, funcionários dessa outra empresa também se deslocaram para a vila, provocando intensas alterações na paisagem. Entre as ações que a OceanPact executou na vila, darei destaque às boias de contenção que foram instaladas às margens do rio Doce.

Os funcionários da OceanPact chegaram à vila na semana entre os dias 16 e 20 de novembro de 2015. A partir da sua chegada, notou-se a intensificação das agências em função do desastre em Regência. Na ocasião, não foram feitas reuniões abertas e direcionadas a todos os

moradores da vila para informar e explicar os objetivos do deslocamento desses funcionários e maquinários para a região. No entanto, através de ruídos locais e de informações veiculadas via imprensa, era possível tomar conhecimento sobre algumas questões, inclusive, sobre o fato de que estavam acontecendo essas reuniões entre os pescadores associados, o Projeto Tamar, o ICMBio, e os funcionários da mineradora e da OceanPact.

A OceanPact é uma empresa brasileira *que desenvolve e implanta soluções seguras, eficientes e inovadoras nas áreas de meio ambiente, operações submarinas e apoio logístico e engenharia* (OceanPact, SITE). Além disso, ela também se apresenta como dotada de *experiência e capacidade em resposta a emergências e gerenciamento de crises [...] em todas as atividades relacionadas ao mar* (OceanPact, SITE). A empresa foi criada em 2007, na cidade do Rio de Janeiro, para atender demandas de consultoria e resposta a emergências ambientais. Desde então, ela diz ter experiência *expressiva em operações de resposta a derramamento de óleo no Brasil e no exterior, ampliando a sua atuação por toda a América Latina* (OceanPact, SITE). Ainda segundo o site oficial da empresa, ela possui: *“profissionais capacitados e experientes para realizar atendimento a diversos tipos de emergência — vazamentos de óleo e produtos químicos, incêndio e queda de homem ao mar, dentre outros — em diferentes modais ou ambientes: offshore, portos e hidrovias, rodovias, ferrovias e áreas industriais”*.

Na semana que antecedeu a chegada da lama a foz do rio Doce, além dos funcionários da empresa OceanPact, um conjunto de maquinários e outros equipamentos foram deslocados para a vila e passaram a ocupar espaços coletivos na região, como praça, igreja e porto. De um dia para o outro, também observamos que os pescadores locais passaram a prestar serviço para a empresa, pois eles passaram a transitar pelas ruas da vila de Regência usando equipamentos e vestimenta de segurança da empresa em destaque. Como na ocasião não se falava o nome da OceanPact, entre os interlocutores dessa pesquisa, era comum escutar a expressão *os pescadores estão trabalhando para a Samarco; usando o macacão da Samarco*. Tentei me aproximar desses pescadores que estavam, naquela ocasião, prestando o serviço para a subcontratada da mineradora, mas tive pouco sucesso e passei por alguns constrangimentos, apesar de conhecer previamente alguns deles. Através da observação em campo e de algumas conversas realizadas com familiares desses pescadores e outros interlocutores, foi possível entender um pouco da jornada de trabalho na época imposta àqueles pescadores. A atividade começava bem cedo, com uma espécie de ginástica laboral no

porto e na sequência os pescadores saíam navegando pelas águas do rio. A duração do dia de trabalho desses pescadores era de oito horas, com um intervalo para o almoço. Não era possível observar o trabalho realizado, pois ele era feito principalmente no interior do rio Doce. Mas era possível observar, enquanto circulava pela área do porto, o vai e vem de pescadores e demais funcionários da empresa e da mineradora.

Sobre o trabalho em destaque, segundo relatório da Samarco, “nove mil metros de barreiras de contenção offshore e Sea Fence foram instaladas na foz do Rio Doce” [...] A instalação teve seu início na parte sul da foz, em Regência, e seguiu até Povoação, na região de Linhares” (SAMARCO, 2015, p. 27). As barreiras foram instaladas com a finalidade de impedir que a lama adentrasse as áreas de proteção ambiental localizadas na foz do rio Doce. Ainda segundo o relatório em destaque, “os estudos para implantação da medida e a escolha da metodologia foram realizados pela Samarco, em conjunto com a Fundação Pró-Tamar, representantes do Instituto Chico Mendes (ICMBio) e pescadores da região” (SAMARCO, 2015, p. 27).

Com a chegada da lama à região da foz do rio Doce, foi possível verificar a ineficiência da medida adotada para a contenção dos rejeitos. Não obstante, a OceanPact continuou atuando no território e os pescadores continuaram durante um período, prestando serviço para a empresa. Diante do exposto, torna-se relevante salientar que enquanto estiveram prestando esse serviço, houve um afastamento, parcial ou integral, do grupo de pescadores em relação aos demais espaços de interação na vila. Inclusive, daqueles espaços onde havia interações sobre o desastre, por exemplo, as reuniões e manifestações locais, conforme situação emblemática descrita na seção anterior, durante a audiência pública no dia 14 de dezembro ocorrida na vila de Regência.

A relação estabelecida entre a mineradora e os pescadores, mediada pela relação de trabalho com a OceanPact, gerou incômodos diversos com os demais moradores da vila de Regência, provocando, inclusive, discussões e potencializando os conflitos internos já existentes na localidade. Nesse período, muitos rumores circulavam pela vila. O conteúdo desses rumores girava em torno de acusações sobre essa relação estabelecida entre a mineradora e as associações locais, especialmente, a associação de pesca e de moradores. Falava-se, inclusive, que para conseguir o serviço das boias era preciso fazer parte da panelinha, *ou seja*, ser membro formal da associação de pesca. O assunto-circulava entre os moradores e através de

conversas, passei a ter acesso a este tipo de comentário também. Dentre meus interlocutores à época, era possível notar uma certa decepção, conformismo e raiva com essa suposta relação estabelecida entre a mineradora e as associações, bem como as demais ações emergenciais implementadas pela mineradora no território da foz sul do rio Doce.

Em conversa com um pescador em janeiro de 2017, período posterior ao trabalho realizado para a OceanPact, ele explicou que *na época da lama* a Samarco fez reuniões com os pescadores para informar que haveria uma contratação de pescadores locais para a prestação de serviço temporário que seria responsabilidade de uma empresa subcontratada pela mineradora para *monitorar a lama*. Ele contou que, diante da vulnerabilidade em que se encontravam, sem poder trabalhar no rio e no mar, os pescadores ficaram interessados e empolgados com o trabalho. De início, ele contou também que os pescadores ficaram satisfeitos com a possibilidade de reverterem a situação crítica que se aproximava da vila, com a chegada da lama. Porém, a expectativa logo se transformou em frustração, pois “*o nosso trabalho não serviu de nada*”, comentou o pescador.

Indagado sobre a falta de efetividade da ação, ele contou que a empresa era *especializada em óleo e não lama*, e por isso a tecnologia disponibilizada por ela era ineficiente: *o óleo boia, né, a lama passava por baixo das boias, [...] elas não estavam presas no fundo do rio*. Além da frustração provocada pela ineficiência da tecnologia oferecida pela empresa e executada pelos pescadores, ele narrou também um desentendimento em relação a assuntos trabalhistas com as empresas. Segundo o pescador, no início do serviço proposto, o pagamento da diária era referente a cento e cinquenta reais, mas depois a empresa baixou a mesma diária para cem reais e ainda reduziu os dias de trabalho de cada pescador, intercalando os dias da semana, ocasionando uma enorme redução nos valores recebidos pelos pescadores para o trabalho de monitoramento no rio. A situação ficou ainda mais delicada quando chegou a ordem para a retirada das boias de contenção e posterior conclusão do trabalho de monitoramento no rio realizado pela OceanPact. A empresa, subcontratada pela Samarco, foi embora da vila de Regência, finalizando o serviço com os pescadores. Ele contou que deve ter tido, ao todo, sete meses de trabalho. Em face a isso, ele contou que os pescadores se reuniram com os funcionários da Samarco para negociar um valor referente a uma possível indenização trabalhista para os pescadores. Todavia, a mineradora negou qualquer responsabilidade contratual com o grupo. Com a negativa da empresa, ele contou que a associação de pescadores, ASPER, iniciou uma ação na justiça para receber essa indenização.

O debate em torno da ineficiência da medida de contenção da lama adotada pela Samarco e implementada pela OceanPact também gerou questionamentos no âmbito científico e judicial. Naquele período que antecedeu a chegada da lama, as barreiras flutuantes de contenção foram tema de diversos veículos jornalísticos. Ainda sobre o assunto destaco uma entrevista com um professor de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que participou de simulações da chegada da lama ao oceano, publicada num jornal local⁵³, que já enfatizava que as barreiras para conter a lama seriam ineficazes: “*É inevitável, a lama vai chegar ao mar, porque é impossível conter. Eu não entendo o porquê de colocar essa barreira. Isso não tem eficácia alguma. Ela tem que sair, se dispersar pelo oceano e isso vai ser feito naturalmente*”. Na ocasião, o professor enfatizava ainda que os efeitos da lama no oceano seriam irrelevantes: “*no mar, eu creio que não será nada relevante. Haverá só uma mancha colorida muito grande que se dispersará normalmente, como se dispersam as manchas que saem dos rios em épocas de grandes chuvas*”. Corroborando essa necessidade, o juiz titular da 3ª Vara Cível de Linhares, determinou, um dia antes da chegada da lama, que a mineradora retirasse as boias de contenção instaladas e abrisse a foz do rio Doce para que a lama pudesse se dissipar no mar⁵⁴.

Ademais acrescento que os próprios funcionários da mineradora, através de entrevistas à imprensa, também ressaltavam que a tecnologia de mitigação utilizada na foz do rio Doce não era a ideal para a *pluma* com rejeitos de mineração, pois era uma tecnologia adaptada das situações de derramamento de óleo no mar. Na sequência, registro parte de uma entrevista jornalística sobre o assunto em destaque, realizada com um funcionário da Samarco.

– Qual o efeito dessa barreira para a vegetação do rio doce aqui na foz?

[Funcionário da Samarco]: - O objetivo da barreira é proteger essas áreas mais sensíveis. A gente discutiu com alguns especialistas locais, pessoas do Projeto Tamar, pessoas da Reserva de Comboios, pescadores da região e a gente identificou as áreas mais sensíveis. O objetivo dessa barreira é fazer uma proteção pra evitar o contato direto desse material com essa parte mais sensível.

– E essa barreira é própria para esse tipo de material que tá descendo?

[Funcionário da Samarco]: - Não! A gente tem um acidente sem precedentes na indústria e por conta disso a gente não conseguiu identificar uma tecnologia

⁵³ A GAZETA (2015d). Acessado em 23 de setembro de 2020.

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2015/11/engenheiro-afirma-que-barreiras-para-conter-lama-sao-ineficazes-1013915310.html>

⁵⁴ Fonte: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lama-de-barragem-chega-ao-mar/330675>.

desenvolvida, dedicada e testada para esse tipo de material. Essa barreira é aplicada na indústria de petróleo, com muita eficiência e ela tá sendo utilizada aqui como a melhor alternativa que foi encontrada. A gente tá mobilizando todos os esforços no sentido de reduzir esses impactos [...] essa barreira ela tem uma boia, existe uma cortina de PVC que é impermeável e essa cortina vai até o fundo do rio, onde tem um lastro e um ancoramento para tentar manter essa barreira o mais próximo possível do rio, que tem um fundo irregular e a gente precisa fazer um cuidado especial. Ela varia entre sessenta centímetros e dois metros e dez [centímetros] que foram as alturas que foram mediadas em cada ponto de colocação de barreira, antes da gente definir qual tipo e barreira era apropriado.

A fragilidade do procedimento de mitigação adotado pela mineradora como tentativa para minimizar os efeitos da lama na região da foz do rio Doce foi apontada por diferentes agentes e não deveria restar dúvidas sobre a ineficiência dessa ação. Diante dos conflitos locais engendrados em um período de forte abalo emocional e das ineficiências da ação de mitigação proposta pela mineradora, torna-se, portanto, necessário indagar: Qual o motivo para a execução do *Plano de prevenção, mitigação e monitoramento da pluma de rejeitos*? A quem essa medida beneficiou?

3.2.2. Os espaços para o diálogo com os moradores: As reuniões de portas fechadas

Concomitantemente às atividades executadas pela empresa OceanPact no âmbito do *Plano de prevenção mitigação e monitoramento da pluma de rejeitos*, a Samarco deu início a uma sequência de reuniões entre seus funcionários e representantes formais e informais das instituições comunitárias da Vila de Regência. A situação provocou a desconfiança e o descontentamento dos moradores que não participavam dessas interações. Rumores sobre o conteúdo discutido nessas reuniões também começaram a circular na vila.

Geralmente as reuniões aconteciam em espaços onde os moradores da vila possuíam acesso, como o Centro Ecológico (Projeto Tamar) e o auditório da associação de moradores (AMOR). No entanto, como não havia uma convocação prévia e pública dirigida aos demais moradores para participarem da reunião, muitos sentiam-se constrangidos em participar de tais espaços. Dito isso, é preciso salientar que algumas reuniões também ocorriam em espaços privados: alguns funcionários estavam hospedados em pousadas locais e passaram a fazer uso desses espaços como uma espécie de escritório local, também chamado de QG por eles. Esses espaços também eram utilizados para a realização de reuniões com a participação de representantes de segmentos locais.

Na outra ponta do desastre, em Mariana (MG), sucessivas reuniões entre os funcionários da empresa e as pessoas atingidas também aconteciam com frequência. Todavia, no município mineiro formou-se uma comissão de atingidos para tratar do assunto. As reuniões eram mediadas pela presença de representantes do Ministério Público e, posteriormente, os atingidos puderam contar com o apoio de uma assessoria técnica independente (ZHOURI *et al.*, 2018; ZUCARELLI, 2018). Na região da foz do rio Doce, não foi formada, inicialmente, uma comissão específica para tratar do assunto. Uma comissão foi formada com o apoio do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) e mediada pelo Ministério Público apenas em 2017. A contratação de assessoria técnica independente também nunca foi realizada, apesar do processo de escolha e homologação em juízo, em 2019. Na região da foz do rio Doce, o modelo de representatividade anteriormente estabelecido na região, cujos grupos de interesses são identificados e representados a partir de associações locais, previamente eleitas, foi imposto ao processo. Sendo assim é importante ressaltar que as reuniões entre funcionários da Samarco e representantes das instituições comunitárias locais não contavam com a participação de membros do Ministério Público, apenas de alguns órgãos institucionais, como era o caso do ICMBio e da Fundação Pró-Tamar, que tinham naquela ocasião (e ainda têm) uma presença forte na região. Em linhas gerais, participavam das reuniões as lideranças de segmentos locais como: Associação de Moradores de Regência, Projeto TAMAR, Associação de Surf de Regência, Associação de Surf de Linhares, Instituto Unidos pela Vida, Associação de Pescadores, Cia de Artes de Regência, Regência Viva, Associação de Ribeirinhos da Foz do Rio Doce, Time de Futebol Veteranos de Regência, Igrejas locais, Associação Comercial de Regência, e Associação Cultural Congo de Regência.

É interessante ressaltar que quase todas as instituições em destaque já existiam anteriormente ao período de crise deflagrado com a iminência da chegada da lama, com exceção de duas instituições que foram criadas no processo de mobilização face à *lama*. O contexto de transformações provocadas no âmbito das políticas preservacionistas e desenvolvimentistas implementadas na região no final do século passado possibilitou a criação dessas instituições, de caráter representativo. O funcionamento do modelo institucional, através das grandes empresas de exploração de *commodities* e das unidades de conservação, impõe a necessidade dessa estratégia de comunicação com a comunidade via a representatividade de uma pessoa jurídica, no caso, a associação. Ou seja, para adentrar ao modelo de compensações das atividades econômicas dessas empresas, como exemplo a Petrobras, era necessária essa institucionalização da comunidade.

As primeiras instituições formadas foram a Associação de Moradores de Regência (AMOR), criada em 1987 e a Associação de Pescadores de Regência (ASPER), criada em 1998. Quando a associação de pesca foi criada, havia apenas 12 pescadores associados. Com o passar dos anos, ela foi crescendo, mas nunca representou a totalidade de pessoas que viviam em torno da atividade da pesca na vila de Regência. Em 2007, a associação contava com 29 pescadores registrados, enquanto havia 60 pescadores inscritos na Colônia de Pesca (SUASSUNA, 2007). Em 2014, a associação contava com 54 pescadores registrados, enquanto a estimativa de pessoas que viviam em torno da atividade pesqueira passava de três centenas (BICALHO, 2012; LEONARDO, 2014). Muitas pessoas, especialmente homens da comunidade, buscavam a pesca por se tratar de um trabalho autônomo (SUASSUNA, 2007). Ademais, as mulheres e os jovens também se envolvem na atividade ao longo da cadeia produtiva: limpando, beneficiando e comercializando o pescado. Em um contexto em que o trabalho temporário, mobilizado pelas *firmas*, predominava na região, a atividade da pesca complementava o ciclo anual de atividades econômicas e renda da comunidade, contribuindo com as diversas “estratégias de vida” (BEBBINGTON, 2007) desenvolvidas naquele território.

A Associação de Moradores de Regência (AMOR), apesar de contar com mais associados, também não representava a totalidade de moradores da vila de Regência. Para integrar a associação e ter direitos políticos integrais (votar e ser votado para o conselho diretor da associação) era necessário apresentar uma comprovação equivalente a pelo menos três anos de moradia na vila de Regência e estar em dia com suas obrigações tributárias perante a associação. Em face dessa dificuldade, em 2015 e 2016, circulou na vila de Regência um abaixo-assinado para reverter essa situação em relação ao tempo para a comprovação de moradia.

A relação em torno dessas instituições representativas na vila de Regência já era uma questão que merecia atenção no que se refere à compreensão das dinâmicas locais de poder e sociabilidade. Há uma forte cultura de representação via associação na vila, ao mesmo tempo em que as fragilidades e embates em torno dessa representação são recorrentes; a própria expressão *reunião de portas fechadas* já era um termo usado pelos interlocutores desde antes da experiência da tragédia que se abateu sobre Regência em novembro de 2015. Não obstante a inserção dos funcionários da Samarco durante este período de crise aguda, provocada pelas diversas incertezas que acompanhavam a chegada (e acompanham a permanência) da lama na

região, tornou mais visível e potencializou diversos conflitos entre os interlocutores em face ao descontentamento com a escolha da Samarco de adotar a dinâmica de reuniões exclusivas com os representantes das associações locais.

Diante das restrições e dos constrangimentos que caracterizaram a participação nessas reuniões, eu não acompanhei presencialmente tais situações de interações entre a empresa e os moradores em campo. Contudo, através de um diálogo constante estabelecido com alguns interlocutores que participavam dessas reuniões, foi possível acompanhar em certa medida o que estava sendo discutido durante essas interações entre os funcionários da mineradora e os representantes de segmentos locais.

Nessas reuniões cada representante de segmento apresentava para os funcionários da Samarco Mineração as demandas e as propostas de projetos referentes ao segmento que representava. De acordo com esses interlocutores, a postura dos funcionários da Samarco durante as reuniões era evitar as situações de conflitos com os representantes das instituições, ou seja, eles não negavam a situação crítica vivenciada na foz e a responsabilidade da empresa em face à tragédia, mas, buscavam minimizar a gravidade dos efeitos da *lama* com rejeitos da mineração de ferro na região da foz do rio Doce.

O tom imprimido a essas reuniões pelos funcionários da empresa era “propositivo”, girando em torno da apresentação de possíveis soluções para os problemas gerados pela lama. Nesse sentido as discussões centravam em demandas e propostas de projetos, e não sobre os efeitos do desastre em si. A sequência dessas reuniões mobilizou os representantes de instituições comunitárias formais e informais na vila de Regência no processo de criação e discussão de projetos sociais, culturais e de infraestrutura e que poderiam ser implementados a curto, médio e longo prazo. É interessante destacar que alguns desses projetos já existiam (na etapa de elaboração) antes da *lama*, mas não contavam com o apoio financeiro de instituições públicas e/ou privadas para a sua efetivação. Diante do exposto, compreendo que a dinâmica introduzida pela mineradora na vila de Regência pode ser interpretada a partir da noção de “*engajamento estratégico*”, cunhada por Benson e Kirsch (2010). Ou seja, em alguma medida, a inserção dessa dinâmica de reuniões na vila pode indicar que a empresa aceitou escutar e debater determinadas questões com a comunidade, não obstante a sua interferência buscasse influenciar nas medidas que iriam ser tomadas para “resolver” o problema, tal como Benson e Kirsh examinam.

O ritmo de reuniões no período entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016 foi intenso. Em meio às incertezas deflagradas com o derrame de rejeitos da mineração no rio Doce, os distintos segmentos—passaram a discutir projetos sociais e de infraestrutura para o desenvolvimento da vila de Regência. Além dessas reuniões com a presença dos funcionários da mineradora, também aconteciam neste mesmo período reuniões entre os representantes de segmentos para discutir os projetos que seriam apresentados aos funcionários da mineradora. Dentre essas reuniões destaco uma acontecida em 24 de fevereiro de 2016 cuja ata me foi cedida por uma interlocutora que esteve presente. Através da ata foi possível identificar o conteúdo das abordagens e quais projetos estavam sendo discutidos pelas lideranças da vila de Regência naquele período marcado pela espera e chegada da lama à foz do rio Doce. Durante esta reunião, cada representante de associação apresentou os projetos que poderiam ser implementados para atender as demandas identificadas previamente pelo segmento específico. No intuito de facilitar a descrição desses projetos, a tabela abaixo foi elaborada contendo o registro e a sistematização desses projetos divididos por segmento social.

Tabela 1: Demandas e projetos elencados pelos representantes de segmento da vila de Regência, durante reunião realizada no dia 24 de fevereiro de 2016

Associação	Demandas e/ou projetos apresentados durante a reunião
Associação Surf de Regência	(a) Criação de um complexo turístico e esportivo: Piscina de ondas, Skate parque, Aquário de Regência, Parede para rapel, Concha acústica, Academia de ginástica, Sala de fisioterapia, Consultório, enfermaria, Área de alimentação. (b) Criação de um espaço para a realização de atividades com caráter acadêmico: planetário, laboratório, turismo científico.
Associação	(c) Criação de uma escola de surfe, com espaço voltado para desenvolver as habilidades sócio
Surf Linhares	emocionais das crianças e jovens; (d) Fomento de campeonato e transporte para os alunos envolvidos surfarem em outras praias.
Movimento Regência Viva	(e) Atividades que priorizem a importância da educação física; (f) Curso de natação para moradores; (g) Curso de salva-vidas na vila e (h) recuperação do meio ambiente principalmente do Rio Doce
Igrejas locais	(i) Sugeriu alterações na praça de eventos já existente.
Cia de Artes de Regência	– Atividades culturais: Construção de um Espaço cultural; Valorização do Programa mais cultura com oficinas permanentes; Construção do museu Naif e museu de disco de Vinil; Apoio e adequação do Museu Pelissari; Aquisição de materiais e indumentárias.
Esporte de Regência	– Melhoria do campo de futebol: iluminação e alambrado; Apoio a escolinha de futebol; Criação de complexo esportivo: vila olímpica do Rio Preto; Patrocínio para campeonatos.
Instituto Unidos Pela Vida	– Criação de site sobre a vila e criação de um programa de intercâmbio cultural de idiomas para formação sócio profissionalizante das crianças e jovens da vila.

Associação de Moradores de Regência e Associação comercial	<p>Obras para o desenvolvimento social, cultural e turístico: Construção do portal com guarita policial, criação de pedágio verde; Placas turísticas indicativas; Ornamentação de atrativos turísticos; Pontos de ônibus de madeira; Iluminação baixa nas avenidas principais; Limpeza e recuperação dos canais e afluentes do rio Doce no interior da vila e rio Preto; Praça do Museu com adequação do vôlei de areia; Arborização das ruas com frutas e árvores nativas; Latões de lixo ecológicos na praia e rua; Evento mensal musical; Estrutura de lazer nas lagoas; Formação de condutores mirins; Pacotes turísticos no mercado; Passarela de acessibilidade na praia; Incentivo ao turismo na natureza; Calendário anual de eventos; Passarelas ecológicas ligando portos e manutenção das existentes; Adequação do palco para eventos culturais; espaços de lazer para crianças em locais já existentes-finais de rua por exemplo; Divulgação positiva de regência em mídias audiovisuais; Praça do farol e skate parque; Criação de rádio comunitária; Beneficiamento de resíduos urbanos orgânicos e aquisição de trator; Paisagismo da área verde do interior da vila; Reserva de hospedagens nas pousadas; Tratamento de água para a vila de regência; Kit caixa d'água para casas de regência; Concha acústica na área de eventos do museu; Apoio escolinha de surf e futebol; Estrutura de barracas e som para realização de feirinhas semanais; Ponte no brejo da rua da praia e outra na bifurcação da Avenida Principal com a Avenida do Farol; Asfalto – estrada parque com ciclovia</p> <p>Obras relacionadas a infraestrutura da vila: adequação do projeto existente para a pavimentação das rodovias ES-440 e ES-010, que ligam respectivamente Regência até a sede do município e a vila do Riacho (Aracruz); Finalização da obra do esgoto com estação ecológica de tratamento; Reformas nos equipamentos públicos como posto de saúde e CEMEI. Reforma de espaços culturais: como a cúpula do farol; o clube carnavalesco valete de ouro; Construção de uma sede e aquisição de matéria prima para as artesãs.</p>
Associação de CONGO	– Melhoria e ampliação da casa do congo.
Associação Ribeirinhos Foz Rio Doce	– Construção de poço artesiano para cada família e construção de sede física para associação de ribeirinhos.
Projeto TAMAR	– Melhorias de espaço do Museu de Regência e Centro Ecológico.

Fonte: Elaboração própria a partir da ata de reunião, realizada em 24 de fevereiro de 2016.

Na ocasião da conversa, realizada em março de 2016, a interlocutora manifestava certo cansaço e estranhamento com aquela sequência de reuniões deflagradas com a chegada da Samarco à vila de Regência. Segundo a moradora, cada representante das associações estava sendo orientado para apresentar as demandas da vila e elaborar os projetos que poderiam ser implementados a curto, médio e longo prazo para contemplar tais demandas. Não havia uma garantia de que esses projetos seriam implementados, pois os funcionários da Samarco que participavam das reuniões com os segmentos locais estavam mapeando e estudando as possibilidades de intervenções na vila. De imediato, ela já estranhou a apresentação de demandas por parte de seus colegas que não tinham relação direta com a lama, como exemplo ela mencionou a pavimentação da estrada, que apesar de ser um desejo antigo da comunidade, não era um problema diretamente relacionado ao rompimento da barragem e contaminação da água do rio Doce e do oceano.

Ademais, outro fato deixou a interlocutora ainda mais intrigada com aquela sequência de reuniões. Após a reunião supracitada, cujo objetivo foi a elaboração e apresentação de projetos a serem sistematizado em documento único e apresentado à equipe de diálogo da Samarco, ela identificou um ofício da Samarco, endereçado à associação de moradores, com data anterior àquela reunião, negando todos os pedidos de melhorias previstos para a vila de Regência e discutidos durante a reunião das lideranças que ela havia participado e relato em nossa conversa. No ofício em questão, a mineradora já havia alegado que “seu principal objetivo é utilizar toda a sua infraestrutura e atenção às solicitações de caráter emergencial” (OFÍCIO Samarco, p. 2). Diante do fato, a interlocutora questionava como os pedidos dos representantes de segmentos já haviam sido negados pela mineradora, antes mesmo da realização da reunião entre as lideranças? Segundo a interlocutora, *se esses pedidos já haviam sido negados, qual seria a finalidade da reunião interna das lideranças e das demais reuniões com os funcionários da Samarco Mineração?* A moradora disse que questionou a associação de moradores e os demais representantes dos segmentos para saber o que poderia ter acontecido, mas não teve respostas confiáveis. Desde então, ela foi se afastando do processo de diálogo conduzido pela mineradora.

Com o transcorrer do tempo e os novos arranjos institucionais mobilizados para administrar a crise em curso, houve uma reestruturação das relações de poder local e das dinâmicas corporativas na região. Com a inserção da Fundação Renova, como agente da reparação, parte dos projetos, anteriormente apresentados, se transformaram arbitrariamente no Programa “*Projetos da Foz*”. Segundo a Fundação Renova, “alguns compromissos firmados na foz do rio Doce antes da criação da Fundação Renova foram incorporados à missão da entidade como resposta às demandas das comunidades para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem” (VOZ DA FOZ, 2019, p. 7). No mesmo jornal de circulação impressa e eletrônica, ela informa que:

Esses compromissos são conhecidos como Projetos da Foz e englobam diferentes ações para a retomada das atividades pesqueiras, o apoio ao turismo, cultura, esporte, lazer, à diversificação da economia local e à melhoria da infraestrutura básica. Todas as soluções foram construídas a partir de uma escuta sobre as necessidades das comunidades. (VOZ DA FOZ, 2019, p. 7).

Apesar de a Fundação Renova apresentar os mesmos como projetos sugeridos pela comunidade, é importante salientar que não houve uma discussão coletiva, envolvendo uma participação ampla dos moradores, sobre as prioridades para a execução dos projetos. As

reuniões em que as supostas discussões dos projetos foram realizadas ocorreram com restrição da ampla participação da comunidade. E, de maneira geral, diante do que os representantes das associações apresentaram de demandas e solicitaram à equipe de diálogo da Samarco, poucas demandas ou projetos foram concretizados pela fundação e implementados no período de quatro anos na vila de Regência e nos povoados arredores. Ademais, as medidas que foram concretizadas pela Fundação Renova até a ocasião descrita são, por vezes, pontuais. Ou seja, são ações que se restringem ao apoio parcial e provisório de recursos financeiros para a realização de projetos elaborados e financiados por outras instituições, como é caso do Projeto Inova Pesca, realizado pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e pela Associação de Pescadores de Regência (Asper) em parceria financeira com outras instituições, como o Banco do Brasil. Através do informativo local divulgado pela Fundação Renova, veiculado em setembro de 2019, é possível verificar que até a ocasião citada, poucas demandas apresentadas pelas lideranças, em janeiro e fevereiro de 2016, foram efetivadas pela fundação.

Tabela 2: Projetos da Foz – Fundação Renova

Nome do Projeto	Início da ação	Instituição responsável	Descrição
Qualificação profissional	De agosto a dezembro de 2017	Fundação Renova, em parceria com o SENAI-ES	Cursos de capacitação para as comunidades de Regência e de Povoação. Foram disponibilizadas 220 vagas para os cursos de pedreiro de alvenaria, cozinha capixaba, costura, carpinteiro de obra e modelagem
Reativação da horta comunitária de Regência	Concluído	Fundação Renova	A Fundação Renova doou materiais e equipamentos para a comunidade, contratou mão de obra para trabalhar na horta e garantiu o pagamento da energia elétrica por um ano.
Reforma da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Regência	Abril de 2018	Fundação Renova	A reforma da ETA foi entregue aos moradores de Regência. Desde então, a qualidade de água é monitorada todo mês por meio da análise de amostras da saída da estação para o reservatório.
Apoio Inovapesca de Regência	Concluído	Fundação Renova	A Fundação Renova apoiou o Projeto Inovapesca, realizado pela Associação de Pescadores de Regência (ASPER), em parceria com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e a Fundação Banco do Brasil. Na ocasião, foi realizada a adequação e o calçamento do terreno e o enchimento dos tanques com água de caminhão-pipa. Além disso, um gerador foi doado para a segurança energética do projeto

Meliponicultura	Suspensão por problemas na prestação e alinhamento dos resultados esperados	Fundação Renova, em parceria com a Associação dos Meliponicultores do Espírito Santo (AME)	O projeto tinha como objetivo diversificar a economia local a partir da criação de abelhas nativas sem ferrão. A Fundação Renova iniciou os trabalhos com a entrega de colônias nas comunidades e a realização de visitas técnicas para o manejo e multiplicação dos enxames. O projeto foi suspenso por problemas na prestação de contas e alinhamento dos resultados esperados. Contratação de técnico para a manutenção dos enxames até a definição de futuras etapas
Praça da Praia e Passarela Ecológica de Regência	Em andamento Projeto conceitual concluído em 2018 e o Básico em 2019.	Fundação Renova	Construção de uma passarela que dá acesso à praia e à foz, com recursos de acessibilidade e de educação ambiental para melhorar o turismo e a qualidade de vida dos moradores, além de gerar oportunidade de trabalho e renda. Aguarda as exigências de licenciamento do ICMBIO.
Projeto de Paisagismo em Regência	Em andamento (teve início em agosto de 2018)	Fundação Renova	O projeto de paisagismo contempla a reforma do campo de futebol, a construção de pontos de ônibus, de portais para as trilhas e de um grande portal turístico na entrada da vila. A proposta é dar uma unidade visual a esses locais, beneficiando o dia a dia da comunidade e o turismo. O projeto aguarda a negociação do aditivo do contrato para concluir as obras.
Grupos de costura, bordado e artesanato em tecido de Regência	Em processo de conclusão de convênio	Fundação Renova	Foi assinado um convênio com a Associação dos Artesãos e Assemelhados de Regência e Região (Arte) que inclui a contratação de uma equipe administrativa para apoiar as atividades internas, como controle de recebimentos e pagamentos. Também foram destinados recursos para a Arte e o grupo Pimenta Nativa adquirirem materiais, equipamentos e para a reforma da sede do Pimenta. A ação aguarda o processo de conclusão de convênio
Divulgação da Foz do Rio Doce	Fevereiro de 2019	Fundação Renova em parceria com a agência Voga	Criação de site da foz do rio. A página possui conteúdo sobre a história, o turismo e as opções de lazer de Povoação, Regência Degredo, e Pontal do Ipiranga. As informações e a atualização são feitas por moradores que foram capacitados em oficinas de comunicação e receberão suporte de profissionais da área por 12 meses.
Circuito de Surf da Foz	2018 e 2019	Fundação Renova, junto à Associação de Surf de Linhares (ASL)	Apoio financeiro ao Circuito Tríplice Coroa Quebra Onda de Surf, com o objetivo de estimular o esporte, a retomada do turismo e gerar oportunidades de trabalho e renda nas comunidades
Reestruturação urbana de Regência	Em andamento Projeto conceitual aprovado em abril de 2018.	Fundação Renova	Prevê a reforma da praça, da academia ao ar livre, do campo de bocha, da Casa do Congo e dos vestiários. A ideia é oferecer bem-estar para moradores e visitantes

Rampa desubida debarcos	Em andamento	Fundação Renova	Prevê a construção de uma rampa para reparo de barcos na Associação de Pescadores de Regência (ASPER). Status: revisão de dimensões da rampa no projeto básico e, conseqüentemente, no processo de licenciamento
Miniestação de energia limpa	Em andamento	Fundação Renova	Instalação de miniestação de energia sustentável como forma de fortalecimento das unidades produtivas e estruturas da Associação de Pescadores de Regência (ASPER) por meio de segurança energética – produção de tilápia do projeto Inovapesca, unidade de beneficiamento de pescado, loja de venda de material de pesca, rampa de subida de barcos, entre outros. Uma consultoria foi contratada para avaliar a necessidade de energia da associação e que tipo de tecnologia poderia ser utilizada. Enquanto a miniestação não é instalada, a conta de energia é paga pela Fundação Renova.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações que integram o Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova, setembro 2019 | Edição 9.

Outro ponto que merece a nossa atenção sobre a relação entre os *Projetos da Foz* e as reuniões conduzidas pela equipe de diálogo social da Samarco, no período de janeiro e fevereiro de 2016, está relacionado com a necessidade de legitimidade das ações conduzidas respectivamente pela Samarco e a Fundação Renova. Ou seja, durante um período sensível para os moradores da vila de Regência, em virtude das recentes transformações engendradas pela chegada da lama à região da foz do rio doce, estes foram conduzidos a sucessivas reuniões para apresentar projetos que teriam a sua execução iniciada a partir de meados de 2017. Situação que causa estranhamento quando questionamos a necessidade daquelas reuniões em um período de intensa crise, forte abalo emocional e incertezas sociais e ambientais no que se refere aos efeitos do desastre na vida dos moradores situados na região da foz do rio Doce. Em linhas gerais, a atuação em formato de *envolvimento estratégico* (BENSON; KIRSCH, 2010) operacionalizada pela mineradora no contexto de crise descrito possibilitou que ela neutralizasse as críticas em torno da sua atuação. Ademais, a execução dos *Projetos da Foz*, na vila de Regência, foi conduzida por uma fundação, no caso a Fundação Renova, que atuou *alegalmente*, no sentido atribuído por Gudynas (2016), ao “atribuir sua legitimidade de origem a um acordo não homologado judicialmente” (MELENDI; LOPO, 2021, p. 225), assunto que será abordado ao longo do capítulo. Por ora, seguimos com as estratégias adotadas pela Samarco para controlar o território ainda na fase classificada como *emergencial*.

3.2.3. O cadastro dos moradores e o “cartão da Samarco”

Cena 2. [29 de março de 2016 – anotações caderno de campo: O telefonema]. Estava em

Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Diante da crise engendrada com a chegada da lama foi preciso finalizar o acordo de aluguel da casa em que residia na vila e por isso, havia retornado, há menos de um mês da vila de Regência. Do outro lado da linha telefônica, estava Eliane, que ligava de Vila Velha, cidade vizinha de onde eu estava. Fazia pouco mais de um mês que estivéramos juntas em Regência. Mesmo sem conseguir vê-la durante aquela conversa, sentia que ela estava muito nervosa e sua voz, um pouco chorosa, evidenciava que ela não trazia boas notícias. Na ocasião, Eliane comunicava que havia recebido uma *ligação da empresa Samarco* naquela mesma tarde, para informá-la que seu *cadastro não se enquadrava no perfil de impactada*. Diante da negativa recebida da Samarco Mineração, ela me perguntava como isso era possível, a empresa negar que ela havia sofrido dano em virtude do rompimento da barragem, sendo que ela estava vivenciando um deslocamento forçado em virtude da própria *lama*? Durante a ligação telefônica, Bianca me interpelava para saber o motivo para ela não se enquadrar, naquela ocasião, no *perfil de impactada* pelo rompimento da barragem de Fundão e, chorando, ela me contava novamente tudo o que eu já sabia sobre as alterações em sua vida, desde novembro de 2015, na tentativa de evidenciar, mais uma vez que ela foi atingida pela chegada da lama na foz sul do rio Doce: “[...] minha casa está fechada porque eu não tenho dinheiro para pagar as contas de água e luz [...] estou morando na casa dos meus pais, procurando um novo emprego na cidade [...] a vida que eu tinha eu não tenho mais.

Eliana é moradora de Regência e nos últimos dezoito anos, construiu com seu marido um espaço comercial destinado ao turismo de surfe na vila de Regência. O empreendimento engloba uma casa, uma lanchonete, um camping, a locação de quartos individuais e uma página na internet com informações diárias, no formato de texto e imagens, sobre o esporte em questão. Em virtude da chegada da lama na foz do rio Doce e a consequente ausência de hóspedes em seu estabelecimento comercial, a interlocutora precisou fechar o espaço de trabalho. Em paralelo à ameaça da lama, o casal viveu um momento de sucessivos cancelamentos das reservas para os meses de dezembro e janeiro, sobretudo para a festa de Ano-Novo. Impossibilitada de trabalhar e sem condições de arcar financeiramente com as contas do espaço, que não paravam de chegar nos meses posteriores, foi preciso deslocar-se da vila de Regência para a casa dos seus pais, com o intuito de reduzir as despesas da família e contar com o apoio e a contribuição financeira dos seus genitores naquele momento.

É importante destacar que o rompimento da barragem da Samarco ocorreu nas vésperas do

verão, período em que a vila litorânea recebe expressivo fluxo de turistas em virtude das festas de fim de ano, férias escolares e carnaval. Nesse período a vila sempre apresentou uma programação diversificada – com atrações musicais, esportivas e ambientais – organizada pelas diversas associações locais e com apoio da Prefeitura Municipal, a fim de atrair e receber turistas. Além desse movimento no período do verão, a vila também contava com um público de turistas durante todo o ano, em virtude das condições climáticas que contribuem com ondulações propícias para a prática de surfe. Sendo assim, o período do verão gera grande expectativa nos moradores, especialmente aqueles que trabalham com o comércio e o turismo na região. Essa expectativa se materializa através da dinâmica anual de reformas nas edificações e reorganizações do espaço interno nos estabelecimentos comerciais voltados ao turismo. Geralmente na baixa temporada os comerciantes e donos de pousada por vezes contraem débitos – no mercado formal e informal – para tais reformas, contando com a alta temporada. Infelizmente, em decorrência da lama, o turismo no verão de 2015 e 2016 foi severamente prejudicado. Muitos comerciantes não teriam condições de saldar seus débitos, e essa era a situação da Eliana e sua família.

Diante daquela situação crítica vivenciada, Bianca me interpelava, querendo saber os motivos para ela não se enquadrar no *perfil de impactado*. Na ocasião da conversa, ela questionava que somente o grupo dos pescadores estava sendo considerado impactado pela mineradora e os demais moradores da vila, que possuíam outros ofícios também relacionados à dinâmica das águas na região, estavam sendo invisibilizados ao longo do processo. “*Eles têm coragem de falar que eu não me enquadro no perfil de impactada porque eu não usava o rio como fonte de renda [...] O que eles querem? Que eu mentisse no questionário? [...] Oras, o mar também sofreu esse impacto da lama [...]*”, dizia, com bastante frustração, a interlocutora naquela ocasião. Em face à fragilidade da situação em que ela se encontrava, eu não sabia muito bem o que dizer para a amiga e interlocutora naquele momento, apenas que seria necessário recorrer dessa decisão da Samarco, mesmo sabendo que não seria uma tarefa simples. Inconformada com a situação, Bianca e o seu marido buscaram ajuda jurídica particular e recorreram na justiça naquele mesmo ano. O direito para acessar o auxílio financeiro emergencial (AFE), até então negado pela Samarco Mineração, foi concedido pelo sistema de justiça no final daquele ano.

Com o rompimento da barragem de Fundão os moradores passaram a conviver com a crise deflagrada pela chegada da *lama* em seus territórios. Em face a essa complexa e dolorosa experiência com o desastre, chama a atenção a produção das incertezas decorrentes desse problema ambiental e o drama da invisibilidade social provocado pelos procedimentos adotados pela Samarco para a definição das vítimas. A situação de campo descrita anteriormente, infelizmente, não diz respeito apenas ao casal de amigos e interlocutores. De forma recorrente, testemunhei ao longo de todo o trabalho de campo (novembro de 2015 a novembro de 2019) situações similares vivenciadas por outros interlocutores no que se refere à invisibilidade deles enquanto atingidos pela barragem de rejeitos da Samarco. O problema também não é específico da vila de Regência e povoados situados nos arredores da sede da vila, ao contrário, sua ocorrência é observada ao longo de toda a bacia do rio Doce e nos territórios situados na costa litorânea do estado do Espírito Santo. No que se refere à vila de Regência, em um primeiro momento essa invisibilidade partiu da própria mineradora, na sequência do acordo realizado com o MPF. Em face aos desdobramentos institucionais do caso em tela, que institui novos atores em campo, a Fundação Renova assume a responsabilidade pelo cadastro, tornando-se então responsável por mais essa violação de direitos imposta às vítimas do desastre, nas ações observadas através da execução do Programa de Levantamento e de Cadastramento dos Impactados (PLCI).

Entre as obrigações da Samarco decorrentes do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA), assinado entre os Ministérios Públicos Federal (MPF/ES), do Trabalho (MPT/ES) e do Estado do Espírito Santo (MPES) no dia 15 de novembro, e também o termo do aditivo assinado no dia 4 de dezembro, esteve previsto a elaboração de um “*plano de identificação, manutenção de renda e amparo de todas as pessoas que exerciam atividades laborativas vinculadas ao Rio Doce, seus afluentes e respectivas margens, bem como lagos, lagoas e águas marinhas atingidas pelo impacto do rompimento das barragens, e que estejam impedidas de exercer em sua plenitude essas atividades laborativas*”. Nota-se de imediato que o documento que balizou a ação relacionou o dano do rompimento da barragem à atividade laboral, mas não restringiu o dano econômico apenas ao uso do Rio Doce. Logo as pessoas cujas atividades laborais estivessem de alguma forma relacionadas com os ambientes destacados (*afluentes e respectivas margens bem como lagos, lagoas e águas marinhas*) também deveriam se enquadrar desde esse primeiro momento na política de auxílio financeiro emergencial preconizada no primeiro aditivo ao TCSA.

Essa era a situação da Eliana, que tinha as suas atividades econômicas vinculadas às águas marinhas. Não obstante três meses de espera, foi classificada pela Renova como *ausente de perfil* para acessar o *auxílio subsistência mensal*, que ficou conhecido localmente como o *Cartão da Samarco ou benefício da Samarco*. E desde então iniciou uma disputa judicial para garantir os seus direitos frente ao rompimento da barragem de Fundão. Outros moradores não tiveram a mesma oportunidade de acessar individualmente o sistema de justiça e ainda aguardam o reconhecimento enquanto atingido e o recebimento deste cartão que foi previsto, inicialmente, como medida emergencial no âmbito do TCSA.

Nesse primeiro momento, o não reconhecimento pela Samarco enquanto atingido acarretava a impossibilidade de acessar o *auxílio subsistência mensal*, direito previsto e garantido no aditivo ao TCSA, assinado entre os MPF' e as empresas. Com caráter emergencial, o objetivo do aditivo foi garantir uma renda mínima e emergencial a determinados segmentos sociais que foram afetados pelo rompimento da barragem de Fundão. A esses segmentos sociais, a procuradora, durante a reunião pública realizada na vila de Regência, explicou que, “*a Samarco deverá conceder aos trabalhadores um auxílio subsistência mensal no valor de um salário-mínimo, com correção na mesma data e nos mesmos índices do salário mínimo, com o aumento de 20% do valor previsto por cada cônjuge, companheiro e filhos, independentemente de ser ou não o trabalhador segurado no INSS*”⁵⁵.

O aditivo assinado também prevê que a empresa deverá realizar a entrega de uma cesta básica mensal, via crédito em cartão de débito pessoal no valor correspondente ao divulgado mensalmente pelo Dieese nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (de acordo com a localidade da pessoa beneficiada)⁵⁶. Para a garantia plena desses dois direitos, previstos e acordados no aditivo, a Samarco deveria identificar os moradores atingidos e garantir o amparo emergencial mencionado. No que se refere a essa comprovação para a identificação dessa situação de vítima, o aditivo prevê quatro possibilidades: “*a) pescadores com documentação; b) pescadores sem documentação, mas que possam comprovar a atividade de forma escrita; c) trabalhador na atividade de extração de areia e pedras ao longo do rio Doce; d) pequeno produtor rural (como meio de subsistência)*”, e deixa em aberto uma quinta possibilidade de identificação dessas vítimas: “*e) demais trabalhadores que se enquadrem*

⁵⁵ Nessa situação a empresa também fica responsável pelo recolhimento da contribuição previdenciária e imposto de renda, decorrentes dos pagamentos efetuados.

⁵⁶ A data prevista para início da concessão do auxílio subsistência e da cesta básica foi definida a partir de 11/12/2015.

nas hipóteses previstas” (TCSA, 2015).

Sobre o assunto é importante considerar que essa construção de uma classificação de um *perfil* da vítima do desastre não advém de um exame da realidade em que a crise se instaura, tampouco apresenta um caráter neutro. Segundo Zhouri e colaboradores, “*o conhecimento a respeito das perdas e danos, suas modalidades e temporalidades de gestão por parte das instituições envolvidas implicam a produção de uma taxonomia que agrava tensões e consolida fissuras*” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 46). A definição usada no caso em tela é pautada por referências do Banco Mundial. Dentre as categorias mobilizadas, encontram-se as distinções propostas entre *deslocamento físico* e *deslocamento econômico*, sendo possível operacionalizar a partir de critérios relacionados à perda da moradia ou à perda de rendimentos em função da tragédia. (ZHOURI *et al.*, 2016, 2018). Ainda segundo os autores, essa distinção foi compreendida como um ponto de partida para a produção de um “*escalonamento das afetações em termos da gravidade e grau de emergência, bem como para reconhecimento das demandas a serem sucessivamente atendidas a partir de uma classificação e hierarquização das reivindicações*” (ZHOURI *et al.*, 2016, p. 58).

No caso da região da foz do rio Doce, o critério de *deslocamento econômico* pautou a definição da vítima desde o início. Não obstante, esse critério operacionalizado através da noção de perda de rendimentos em função da tragédia, também foi escalonado e promoveu fissuras ao longo do processo de reconhecimento dos moradores enquanto atingidos pelo desastre. Ou seja, em uma pequena vila cujas atividades econômicas estão relacionadas à pesca, agricultura e atividades turísticas, a Samarco introduziu primeiro um processo de cadastramento dos moradores para, posteriormente, identificar o *perfil de impactado* pela tragédia. O reconhecimento do perfil enquanto impactado permitia que as famílias recebessem as medidas emergenciais e de assistência que foram acordadas no primeiro aditivo ao TCSA através do cartão corporativo – doravante nomeado pelos interlocutores como “*cartão da Samarco*” ou mesmo “*cartão benefício*”.

Diante desse contexto de crise ambiental e vulnerabilidade vivenciada pelos moradores, a Samarco Mineração mobilizou esforços para promover tais distinções entre as vítimas. Para isso, contratou uma outra empresa para aplicar o questionário e coletar os dados dos moradores na região. Assim, a *Golder Associates Brasil Consultoria e Projetos Ltda*, empresa canadense, ficou responsável por realizar o cadastramento, organizar os dados e

fornecer para a Samarco essas informações sobre as famílias atingidas. A empresa canadense de consultoria contratou ainda uma terceira empresa, a Práxis, empresa de consultoria em Planejamento Urbano e Ambiental, com sede na cidade de Belo Horizonte, MG, para realizar o estudo nos trinta e sete municípios localizados às margens do rio Doce em Minas Gerais e no Espírito Santo, nomeado “*Cadastro das famílias afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão – Samarco*”. Na prática, os funcionários contratados pela Práxis foram a campo e fizeram o cadastro dos moradores na vila de Regência.

De acordo com informações contidas no site da Práxis, a empresa atuou em duas frentes de coleta e análise de dados sobre o rompimento da barragem de Fundão, no período de novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Por um lado, “*foram desenvolvidos Diagnósticos Socioeconômicos dos municípios através da coleta de dados secundários e entrevistas qualitativas com setores públicos e privados e associação/organizações sociais*”⁵⁷. Por outro lado, “*realizou o levantamento e cadastramento das famílias que tiveram suas atividades comprometidas pelo desastre*”. Ainda segundo a empresa mineira, “*as informações dos cadastros foram inseridas em uma plataforma online, gerida pela Samarco, para repasse do Cartão Benefício às famílias que tiveram seus ofícios comprometidos com o rompimento*”. Não obstante, os dados desse cadastramento e da plataforma online citados nunca foram disponibilizados ao público. Os dados dos moradores da vila de Regência, coletados ao longo desse período, se tornaram, portanto, propriedade da empresa.

Durante este período de novembro de 2015 a fevereiro de 2016, caracterizado pela campanha de campo da empresa, pesquisadores foram deslocados para a vila de Regência com a finalidade de efetuar o *levantamento e cadastramento das famílias que tiveram suas atividades comprometidas pelo desastre*. De início não ficou evidente para os moradores da vila de Regência quem seriam as pessoas e famílias que deveriam realizar o cadastramento e como isso seria feito. Na ocasião, muitos rumores circulavam na vila apontando para um suposto caráter restritivo do programa uma vez que circulavam informações que apenas o grupo dos pescadores teria direito a acessar o auxílio emergencial. Não tenho informações sobre o número de cadastros realizados na vila de Regência, mas através da interação com os interlocutores, identifiquei a dificuldade de muitos em conseguir realizar essa etapa do cadastro. Não houve uma descrição objetiva sobre como seria essa etapa. Nesse momento

⁵⁷ Informação disponível em: <http://praxisbh.com.br/projeto/projeto2>. Acessado em 10 de outubro de 2020.

reforçaram-se os rumores de que apenas os pescadores artesanais seriam o público do cadastro. Havia rumores ainda de que apenas pescadores cadastrados na associação local poderiam ser cadastrados, o que restringiria ainda mais o acesso ao programa. Essa situação gerou desconfiança entre os demais moradores que também foram afetados pela lama de rejeitos e potencializou fissuras internas na vila de Regência.

Diante das incertezas relacionadas à política em destaque, alguns interlocutores ficaram aguardando em suas residências com bastante expectativa a visita dos pesquisadores. Situação que contribuiu para agravar efeitos emocionais já registrados no período de espera pela lama, como ansiedade e preocupação. Não obstante, diante da delonga para a realização da visita, preocupados em não receber em suas residências a visita do pesquisador e, portanto, não terem a oportunidade de efetuar o cadastro da Samarco, outros interlocutores se deslocaram pelas ruas da vila em busca dos pesquisadores, como me relatou a interlocutora Eliana.

Antes da ligação telefônica, em março de 2016, informando sobre a negativa no *perfil de impactada*, conversei algumas vezes com Bianca, ainda na vila de Regência. As conversas eram realizadas em sua casa e lugares públicos quando havia algum tipo de interação sobre o desastre. Nesse período ela me contou, diversas vezes, sobre as dificuldades enfrentadas com a chegada da lama à vila de Regência e ao mesmo tempo, narrava sobre o início da sua busca pelo reconhecimento institucional enquanto atingida:

Para vir fazer esse cadastro eu tive que ligar para a moça do institucional – que é a Bianca – e eu pedi e perguntei: estou vendo muita gente fazer o cadastro, muitas pessoas que eu conheço já fizeram o cadastro e vocês não passaram na minha casa ainda. [...] A gente demorou cerca de 85 a 90 dias para conseguir que a Samarco fizesse um cadastro nosso aqui. Este cadastro, quando eles vieram fazer, eles só falaram que era um cadastro socioambiental, de impacto socioeconômico e ambiental, eu não entendi direito. Mas enfim, fizeram várias perguntas né, *normais sobre filho, tipo de moradia, a nossa fonte de renda né, mas não prometeram nada* (Eliana, entrevista realizada na vila de Regência, em fevereiro 2016).

O drama da moradora para ser reconhecida como atingida começou já neste período, enquanto a empresa Práxis esteve em campo fazendo o cadastro dos moradores afetados na vila de Regência, classificado pela mineradora como medida emergencial. A despeito do caráter de urgência da medida imposta pelo Ministério Público no TCSA, a dificuldade para conseguir efetuar o cadastro também foi manifestada por outros interlocutores nesse mesmo período. Não havia informações objetivas sobre a metodologia adotada pela Práxis para efetuar o

cadastro dos moradores. Apenas os rumores locais que apontavam para uma suposta preferência pelo grupo pesqueiro. Na ocasião dessa campanha de campo, apesar de morar na vila de Regência, nenhum pesquisador compareceu em minha residência para sondar o nosso interesse em preencher o cadastro em destaque.

Na casa ao lado, de um casal de amigos, a visita pela empresa Práxis só foi feita no mês de fevereiro e apenas após solicitação do morador. Cleiton e Fernanda são um casal jovem, com origem no município da Serra, e haviam se mudado para a vila havia cinco anos, depois de frequentarem a vila como turistas por algum tempo. Cleiton é surfista e na época trabalhava com consertos de pranchas e também como pescador. Fernanda fazia salgados e doces para vender aos moradores e turistas. Cleiton contou que na ocasião da visita, a pesquisadora pediu para ele *comprovar* o trabalho como pescador. Como não tinha a carteira de pesca, o morador precisou mostrar as redes de pesca e o freezer com o pescado para que ela pudesse fazer o registro fotográfico dos petrechos e do pescado. Mesmo diante do cadastro efetuado e do registro fotográfico com os petrechos pessoais utilizados durante a atividade pesqueira, o morador foi considerado *inelegível* na política e não recebeu o cartão com o auxílio emergencial.

A política referente ao auxílio emergencial tornou-se ainda mais complexa e conflituosa quando começou o processo de distribuição dos *cartões da Samarco* para aquelas pessoas que foram enfim classificadas como *elegíveis* à política do auxílio financeiro emergencial. A despeito da objetividade do dano na vila de Regência, a decisão pelo caráter elegível ou inelegível era praticada de forma unilateral pela própria mineradora. Nesse momento, os rumores sobre as injustiças praticadas pela mineradora cresciam. De maneira geral, os interlocutores evidenciavam certo medo e constrangimento ao falar sobre o assunto. Todavia muitos rumores apontavam para uma relação coordenada entre a mineradora e a associação de pesca local (ASPER) para a distribuição desse cartão corporativo. Nessa perspectiva, rumores apontavam que apenas os pescadores artesanais cadastrados na associação de pesca local teriam direito ao auxílio financeiro emergencial. Ademais, os rumores também apontavam que a própria associação de pesca local tinha poder para definir tal elegibilidade, através do envio prévio de lista com nomes dos pescadores aptos a receber o cartão.

Assim, a política referente ao auxílio emergencial gerou muito desconforto e insatisfação entre os interlocutores e demais moradores da vila de Regência. Em face à situação de

vulnerabilidade vivenciada, a limitação inicial, restringindo o cartão corporativo apenas a alguns pescadores, potencializou conflitos outrora existentes entre os moradores da vila e fez emergir novas disputas no território. A situação provocou certa cisão entre aqueles moradores que receberam cartão e aqueles que não receberam o cartão corporativo. Alguns interlocutores chamam a atenção para o enfraquecimento da luta frente à mineradora, já que muitos moradores passaram a se ocupar com intrigas entre eles para receber o cartão da Samarco, esquecendo que a responsável pela crise deflagrada na vila de Regência era a própria Samarco Mineração. Enquanto os moradores brigavam entre si, os funcionários da mineradora assistiam, confortavelmente, às intrigas entre os moradores, inclusive durante reuniões com a mineradora. É nesse sentido que os interlocutores passaram a fazer referência ao auxílio financeiro adjetivando-o como o “*maldito cartão da Samarco*”.

O verão de 2016 ficou marcado pela chegada da lama e por essas disputas em torno do cartão. Enquanto a mineradora, através das peças publicitárias alegava que estava “fazendo o que tinha que ser feito” e “escutando todos os lados”, os moradores da vila assistiam aos conflitos internos aumentarem em função desse tratamento desigual vivenciado com a política do auxílio emergencial. De um lado, o grupo de pescadores, especialmente aqueles membros da associação de pesca local, tinha o direito ao auxílio emergencial pago pela empresa, do outro lado, a maior parte da população era classificada como inelegível e tinha o mesmo direito negado pela mineradora apesar de sofrerem com os efeitos da chegada da lama em seu território.

A insatisfação social em relação ao protagonismo da empresa no processo de gestão da crise em curso na vila de Regência durou todo o período do verão de 2016. Período que coincidiu com a presença física dos funcionários da Samarco, que montaram um escritório na vila. Ao fim daquele verão, rumores sobre uma possível saída da Samarco da vila de Regência começaram a ganhar força. Até que em meados de abril eclodiu na vila o manifesto “*somos todos afetados*”. As insatisfações sociais que anteriormente estavam mais silenciosas tornaram-se mais barulhentas. Com o fim daquele verão e a assinatura de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta em março de 2016, rumores sobre a saída definitiva da vila dos funcionários da mineradora começaram a ganhar força na localidade. Em função disso, a sensação de frustração e abandono entre os interlocutores foi ampliada. Por um lado, passados quase cinco meses do rompimento da barragem, muitos moradores da vila não haviam sido sequer contemplados com o direito referente ao auxílio emergencial previsto no

TCSA. Por outro lado, a situação da água e a ausência de respostas acerca da contaminação no rio Doce também preocupava os interlocutores. Nesse período a vila estava sendo abastecida através de caminhões-pipas e rumores sobre a possível interrupção desse serviço por parte da mineradora também circularam na localidade. Era um momento de muita incerteza e descontentamento.

Durante alguns dias os moradores fecharam a entrada da vila de Regência, na perspectiva de impedir a saída dos funcionários da mineradora que ainda se encontravam alocados na vila e chamar a atenção pública para os problemas vivenciados na região da foz do rio Doce. Na ocasião, a tenda branca colocada na praça Caboclo Bernardo e que servia como posto de orientação e atendimento da Samarco Mineração, espaço oferecido pela mineradora para sanar as possíveis dúvidas dos moradores e que foi bastante criticado entre os interlocutores, foi retirada da praça e colocada na entrada da vila. O nome da Samarco foi retirado da tenda. No lugar, os manifestantes escreveram: “*Posto de atendimento dos afetados*”.

Naquela ocasião, os manifestantes reivindicavam que todos os moradores eram afetados pela lama de rejeitos carregada pelo leito do rio e que havia chegado até a foz do rio Doce. Sendo assim, o movimento exigia da mineradora o “*cartão para todos*”, já que até então era ela quem definia quem acessava ou não o direito a partir do cadastro realizado por suas terceirizadas. Diante da ausência de transparência durante esse processo de cadastramento e classificação dos moradores, os manifestantes exigiam a “*divulgação da listagem de beneficiários do cartão da Samarco*”.

Outros dois problemas vivenciados na vila de Regência nesse período de crise aguda e de *envolvimento estratégico* da mineradora também foram elencados pelos manifestantes: a ausência de diálogo com a mineradora foi um deles. Durante os dias seguintes à manifestação na entrada da vila, era comum observar cartazes com os dizeres “*a comunidade se representa*” em oposição às reuniões realizadas, exclusivamente, com os representantes de segmentos locais. Um segundo problema, evidenciado pelos manifestantes, engloba as incertezas em relação aos problemas ambientais decorrentes do desastre. Havia uma forte preocupação com a questão da água e a ausência de laudos sobre a qualidade da água do rio Doce, do mar e daquela fornecida pela mineradora, através dos caminhões-pipas. Havia a suspeita de que aquela água era captada de um poço, localizado próximo ao rio Doce. Sendo assim, os manifestantes também exigiam: a. captação de água potável de novo corpo hídrico

que não tivesse ligação como rio Doce, nem mesmo mediante barragem construída; b. mapeamento hidrogeológico urgente da foz do rio Doce; c. fornecimento de água mineral pela Samarco para toda a população. Por ora, seguem alguns registros da manifestação disponibilizados no Facebook, através do perfil “Regência lutando pelos seus direitos”⁵⁸.



Figura 23: Posto de atendimento dos afetados. Manifestação vila de Regência. Foto: autoria desconhecida. Imagens republicadas a partir do Facebook, através do perfil “Regência lutando pelos seus direitos”

⁵⁸ As fotos estão disponíveis em: https://www.facebook.com/associacoes.unidasderegencia/photos_of. Acessado em 10 de agosto de 2020.



Figura 24: Moradores manifestam-se contra a Samarco. Regência. Foto: autoria desconhecida. Imagens republicadas a partir do Facebook, através do perfil “Regência lutando pelos seus direitos”



Figura 25: Samarco, reconheça os direitos de todos! Regência. Foto: autoria desconhecida. Imagens republicadas a partir do Facebook, através do perfil “Regência lutando pelos seus direitos”



Figura 26: Samarco, assumo as suas responsabilidades! Regência. Foto: autoria desconhecida. Imagens republicadas a partir do Facebook, através do perfil “Regência lutando pelos seus direitos”.

A resposta da Samarco frente ao movimento “Somos todos afetados” que eclodiu na vila de Regência após o verão de 2016, foi a realização de um conjunto de reuniões entre a equipe de *diálogo com a comunidade* e os moradores interessados para discutir os pontos de reivindicações apresentados pelo movimento em destaque. É importante ressaltar ainda que as reuniões passaram a acontecer no auditório da Rebio de Comboios, espaço localizado a 7 km do centro da vila. As reuniões duraram alguns meses e, então, os funcionários da Samarco foram substituídos gradativamente pelos funcionários da Fundação Renova, instituição que passa a fazer parte das ações de administração da crise, a partir da homologação do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.

A situação na foz do rio Doce evidencia a processualidade da crise deflagrada com o rompimento da barragem de Fundão, pois paralelo às rupturas e à desestabilização produzidas com o anúncio e com a chegada da lama a foz do rio Doce, os moradores da vila também tiveram que aprender a interagir com um conjunto de ações burocráticas, administrativas e legais relacionadas com o caso em tela. De um dia para o outro os interlocutores apontam que tiveram que reunir uma quantidade de documentos que pudessem comprovar a vida que eles tinham antes da lama. Esses sujeitos passaram a disputar, portanto, o reconhecimento dos

danos sofridos e dos respectivos direitos, ao mesmo tempo em que buscavam reestabelecer as antigas condições de vida. Somam-se a esse doloroso processo de aprendizagem os demais efeitos do desastre no território. Sendo assim, as incertezas relacionadas à composição química dos rejeitos, à qualidade da água do rio e àquela que abastece a vila de Regência, à condição do pescado e dos alimentos produzidos naquela região persistiam no cotidiano dos interlocutores. Esse conjunto de incertezas é caracterizado pelos interlocutores como o *dano da dúvida*, processo que passa a ser vivenciado como uma insustentável rotina no território da foz. O assunto será abordado no próximo capítulo.

3.3. A celebração dos acordos

Completavam-se seis meses do rompimento da barragem de Fundão, quando o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) foi homologado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) através de uma audiência de conciliação realizada em 05 de maio de 2016. Na época eu estava participando de um seminário sobre o tema do desastre, na cidade de Mariana, MG. Um dos expositores era o Procurador da República de Minas Gerais que em sua apresentação expusera sobre o documento em destaque, questionando determinados vícios do processo. Enquanto ele tecia reflexões sobre o documento, foi anunciado no auditório a homologação do documento, causando perplexidade aos participantes e ao próprio procurador, que enfatizava a ausência da participação das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem na elaboração daquele acordo, entre outros problemas jurídicos apontados por ele. Douglas Krenak, representando o Povo Krenak, atingido pela Vale e agora pela Samarco, na cidade de Resplendor, MG, que também participava do evento enquanto palestrante, falou na sequência e também questionou a homologação do acordo: *“quero saber o que o meu povo pode fazer depois da assinatura deste acordo? Vai ter muita luta, porque o meu povo não vai aceitar acordo enfiado goela abaixo!”* Diante da situação, as entidades ali reunidas assinaram uma nota de repúdio frente à homologação do acordo.

Outras manifestações que apontavam o desacordo no que se refere à assinatura e posterior homologação do documento também foram corroboradas pela sociedade civil via movimentos sociais e entidades que integram o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e à Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a comunidade científica, sobretudo, professores e pesquisadores das Universidades Federais de Minas Gerais e do Espírito Santo, organizações

não governamentais como a Justiça Global e organizações civis, como o Fórum Capixaba em Defesa da bacia do rio Doce (FCDBRD)⁵⁹ e outras organizações e instituições, evidenciando, portanto, o caráter contraditório e o enorme descontentamento social com os arranjos institucionais e procedimento jurídico adotado para enfrentar a situação de crise deflagrada com o rompimento da barragem de Fundão.

O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta⁶⁰, doravante chamado de TTAC e também nomeado como “*acordão*” pelas pessoas atingidas, foi um documento celebrado entre as partes – o governo federal, os governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo, de um lado, e a Samarco, a Vale e a BHP Billiton de outro – e assinado em 02 de março de 2016. O dispositivo em questão, enquanto instrumento instituído pelo governo, prevê a criação de uma série de programas de “recuperação, mitigação, remediação e reparação, inclusive indenização, pelos impactos socioambientais e socioeconômicos, quando possível, causados pelo rompimento da barragem, bem como prestação de assistência social aos impactados” (BRASIL, 2016a, p. 3). O documento detalha que serão ao todo quarenta e um programas, estruturados em dois eixos distintos, sendo um socioeconômico e outro socioambiental. O montante financeiro destinado para a recuperação, 20 milhões de reais, também ficou previamente definido no documento (BRASIL, 2016a).

O desenho institucional do acordo prevê que os programas serão elaborados e executados por um terceiro ente, representado por uma “fundação de direito privado, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, a ser instituída pela Samarco e pelas Acionistas com o objetivo de elaborar e executar todas as medidas previstas” (BRASIL, 2016a, p. 12), no caso a Fundação Renova, que foi criada posteriormente. O acordo previa também a formação de um sistema de governança a ser estabelecido a partir da criação de um *Comitê Interfederativo (CIF)* – constituído por instituições do Estado⁶¹, além do Comitê de Bacias⁶² e presidido por

⁵⁹ Fórum criado em 16 de novembro de 2015, a partir da reunião de 72 entidades e pessoas independentes, para a construção de um espaço plural e democrático de participação e de mobilização permanente na defesa da bacia do Rio Doce e das populações atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão (DIAS, 2017, p. 559).

⁶⁰ O acordo foi desenhado no âmbito da ação civil pública de número 0069758-61.2015.4.01.3400, proposta pela União, estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como por diversas autarquias, em face das empresas responsáveis pelo desastre/crime.

⁶¹ Segundo ZORZAL e SILVA; CAYRES; SOUZA (2019, p. 475), a representatividade das instituições dos Estados ocorreria da seguinte forma: i. Poder Executivo Federal - dois representantes do Ministério do Meio Ambiente (Ibama e ANA) e dois do Governo Federal (Casa Civil e Secretaria de Governo); ii. Poder Executivo Estadual – Dois representantes do estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir); dois representantes do estado do Espírito Santo – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

um dos representantes indicados pelo Ministério do Meio Ambiente. Esse comitê seria responsável por orientar, supervisionar, validar e fiscalizar as ações realizadas pela fundação privada. Ademais, estava previsto também nesse desenho institucional, a criação de um *Painel Consultivo de Especialistas* que deveria ser acionado em caso de possíveis divergências entre a fundação e o CIF, antes de recorrer a instâncias judiciais. (BRASIL, 2016a). Também foram criadas, posteriormente, onze Câmaras Técnicas temáticas com a função de auxiliar o CIF no desempenho de suas funções.

Como já mencionado, o acordo foi severamente criticado pelas pessoas atingidas, movimentos sociais e pesquisadores e contestado judicialmente pelo Ministério Público Federal. Dentre as razões, a ausência de participação efetiva dos atingidos nas negociações. Com efeito, nem o arranjo institucional desenhado pelo TTAC, nem os programas ali estabelecidos foram discutidos com os atingidos, ainda que reconhecesse o dever de assegurar aos *impactados* a participação nos programas e projetos desdobrados do acordo.

Diante dessas “alegalidades” (GUDYNAS, 2016) identificadas no instrumento jurídico instituído pelo governo, no mesmo dia da assinatura do TTAC, o Ministério Público Federal, emitiu uma nota pública repudiando o acordo e sinalizando a ausência de participação das populações atingidas, entre outros agravos. Na sequência, em 28 de abril de 2016, ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, solicitando a impugnação do documento e o valor de 155 milhões de reais para a reparação de danos ambientais e socioeconômicos das comunidades atingidas.

A despeito dos questionamentos apresentados pelo MPF, o acordo foi homologado dois meses depois da sua assinatura. Na audiência de conciliação, realizada em Brasília, as partes ajustaram algumas cláusulas do acordo e, sem mais delongas, considerando a *busca da pacificação social*, a desembargadora [Coordenadora-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon] confirmou o TTAC, definindo sua abrangência, inclusive para eventuais futuras ações relacionadas ao desastre (SERRA, 2018, p. 264). Na ata de homologação do acordo, é corroborada a premissa institucional de que a “autocomposição

(Seama) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (Sedurb); iii. Poder Executivo municipal – Dois representantes dos municípios de Minas Gerais – Mariana e Rio Doce –, um representante dos municípios do Espírito Santo – Linhares. Chamo a atenção ainda para o fato de que nesse primeiro desenho institucional, a representação do poder municipal seria feita por um ator político já envolvido no conflito entre a empresa União Engenharia e os moradores ribeirinhos da fazenda Entre Rios.

⁶² Um representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Doce – CBH-Doce.

(acordo) é a forma mais célere e efetiva para resolução da controvérsia, sobretudo com a complexidade do maior desastre ambiental do país” (SistCon, ATA DE AUDIÊNCIA, 2016, p. 4)⁶³.

Em 16 de maio de 2016, a Procuradoria-Geral da República pediu a nulidade da homologação do acordo para 5ª Turma do TRF1, questionando o pretendido alcance do pacto. Na argumentação da instituição em destaque, o TTAC não protegia os direitos coletivos afetados e não garantia uma reparação adequada. A representação do MPF junto ao STJ também recorreu contra a homologação em 02 de junho de 2016, apresentando uma linha semelhante de argumentação. Questões de trâmite processual também foram trazidas pelas petições⁶⁴.

Em 30 de junho de 2016 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) comunicou a suspensão do acordo, inicialmente em caráter liminar, a pedido do MPF que havia entrado com o pedido para a anulação, dez dias após a data de sua homologação. Conforme avalia Lopes (2016), a interpretação da ministra que proferiu a decisão apontava para a necessidade de que “outros atores se manifestassem nos autos, tais como os municípios atingidos e associações representantes de interesses envolvidos na questão” (LOPES, 2016, p. 379), evidenciando portanto, a necessidade de “ampliar o debate para a solução negociada da controvérsia por meio da realização de audiências públicas, com a participação de cidadãos, da sociedade civil organizada, da comunidade científica e dos representantes dos interesses locais envolvidos” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2016, *apud*. LOPES, 2016, p. 380). Na sequência da trama jurídica, o acordo foi anulado em caráter definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça em agosto de 2016. A audiência de conciliação foi realizada no dia 13 de setembro de 2016, na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Não obstante, a despeito da decisão de nulidade do acordo, a Fundação Renova foi criada, em 30 de junho de 2016, e passou a atuar ilegalmente (GUDYNAS, 2016) nos territórios atingidos pela lama, como foi o caso da Vila de Regência e dos povoados adjacentes.

Nesse ínterim, iniciou-se uma etapa de reformulação e negociação do TTAC, dessa vez com a Força-Tarefa do MP⁶⁵ participando das discussões. Foi discutida a necessidade de elaborar

⁶³ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ata-audiencia-homologacao-acordo.pdf>. Acessado em: 11 de agosto de 2020.

⁶⁴ Sobre o imbróglgio jurídico em torno da homologação e posterior suspensão do documento, ver Serra (2018, p. 264-280).

⁶⁵ A Força-Tarefa Rio Doce foi formada logo após o rompimento da barragem de Fundão, em 13 de novembro

um novo acordo que incluísse dessa vez a participação das pessoas atingidas. O processo mobilizou novos agentes e reestruturou relações de poder entre órgãos públicos, instituições de justiça, sociedade civil, universidades e movimentos sociais. Essa etapa de negociação ensejou um Termo de Acordo Preliminar (TAP) entre o MP, a Samarco e as suas acionistas, que previa a contratação de peritos e assistentes técnicos para subsidiar a Força-Tarefa na elaboração de diagnósticos dos danos socioambientais e socioeconômicos, necessário para a concretização de um acordo final (BRASIL, 2017 a). Ou seja, apesar das críticas anteriores, a “nova solução” dada ao processo foi “a construção de uma nova proposta negociada para a resolução das demandas cíveis que envolvem o processo mediante a pactuação de um acordo final entre as partes, nesse caso, Ministérios Públicos e empresas responsáveis pelo desastre” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 43).

O TAP foi assinado em 18 de janeiro de 2017 e designou quatro organizações com campos de atuação distintos para atuar na tarefa da elaboração de diagnósticos sobre o desastre, no intuito de subsidiar o MPF. Essas organizações são: i. LACTEC, para o diagnóstico socioambiental; ii. INTEGRATIO, para o diagnóstico socioeconômico e assistência aos atingidos; iii. RAMBOLL, para a avaliação e monitoramento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica; iv. BANCO MUNDIAL, ou outra entidade definida pelas partes, para coordenação dos trabalhos e consultoria ao MPF. Ficou definido às empresas o custeio integral das atividades a serem realizadas pelos *experts* e a contratação do serviço (BRASIL, 2017a). A definição da INTEGRATIO como organização responsável pelo diagnóstico socioeconômico e pela assistência técnica aos atingidos não agradou a população atingida que, mais uma vez, não teve a oportunidade de se manifestar na etapa de elaboração do novo acordo (ROLAND *et al.*, 2018). Diante das críticas, o TAP foi, então, homologado parcialmente, em 16 de março de 2017. Na ocasião, apenas as tratativas do eixo socioambiental foram acordadas entre as partes e, portanto, homologadas.

de 2015, composta por sete procuradores da República, para atuar na investigação dos danos causados pelo rompimento das barragens Fundão e Santarém, da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais. A portaria que institui a equipe de trabalho é a 953/2015 e foi assinada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Na época a força-tarefa era composta por: Gabriela Saraiva de Azevedo, da Procuradoria da República no Município de Viçosa (MG); Eduardo Henrique Aguiar, da Procuradoria da República no Município de Ipatinga (MG); Bruno Costa Magalhães, da Procuradoria da República no Município de Governador Valadares (MG); Walquiria Imamura Picoli, da Procuradoria da República no Município de São Mateus (ES); Jorge Munhós de Souza, da Procuradoria da República no Município Colatina (ES); José Adércio Sampaio, da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais (MG); e Eduardo Santos de Oliveira, da Procuradoria da República no Município de Campos dos Goytacazes (RJ). Fonte: MPF. MPF cria força-tarefa para investigar danos causados pelo rompimento de barragens em MG, 13 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-cria-forca-tarefa-para-investigar-danos-causados-pelo-rompimento>

Em face às diversas manifestações contrárias por parte dos atingidos e demais agentes sociais organizados, o MPF “organizou um grupo de trabalho, convidando alguns atores da sociedade civil que estivessem de alguma forma envolvidos com o caso do rompimento da barragem, tais como movimentos sociais, grupos religiosos e acadêmicos, entre outros” (ROLAND *et al.*, 2018, p. 5) para discutir o eixo socioeconômico. Esse grupo de trabalho iniciou, portanto, sucessivas reuniões, realizadas na sede do Ministério Público Federal, na cidade de Belo Horizonte. Quando entrei no doutorado e mudei para a capital mineira, a fim de iniciar as disciplinas no Programa de Pós-graduação em Antropologia na UFMG, a trama jurídica em torno do caso estava exatamente neste ponto. O grupo de pesquisa com o qual passei a colaborar, junto com outros grupos de pesquisa de outras universidades federais e movimentos sociais, participou de algumas reuniões organizadas pelo MPF. Nesse período, recém-chegada ao grupo, participei de uma reunião a convite de uma professora. Sobre essa reunião específica lembro que as discussões aconteciam de forma impetuosa. Em linhas gerais não havia um consenso entre os agentes. De um lado, professores e cientistas do campo das ciências humanas apontavam as contrariedades daquela proposta de negociação com as empresas, evidenciando que não se tratava de uma situação de conflitos ambientais decorrentes de alguma etapa do licenciamento ambiental, mas de uma situação de desastre no qual houve, no mínimo a negligência das empresas, conforme já apontavam os laudos periciais. Pessoas perderam a vida, outras perderam as suas residências e um vale inteiro perdeu as condições materiais e simbólicas para a manutenção das suas estratégias e modos de vida. Diante dessa situação, indagavam: “*nós estamos condenados a um acordo?*” O representante do movimento social ali presente também questionava a noção de negociação, que centraliza as discussões. Para ele, era necessário ter um corte mínimo nessa etapa de negociação com as empresas, pois, segundo ele: “*não era possível negociar direitos*”. Entre os representantes da Força Tarefa, também não havia consenso sobre as negociações. Mas de maneira geral, os operadores do direito buscavam encontrar um meio termo nas considerações e reivindicações apresentadas pelo grupo, enfatizando que, “*se pedirmos muito as empresas não vão aceitar, não podemos perder de vista que isso é um acordo.*”⁶⁶

⁶⁶ Durante os meses posteriores aconteceram algumas outras reuniões. Não obstante, diante da proposta irredutível da Força-Tarefa em estabelecer um novo acordo, sem a participação das pessoas atingidas e da ausência de inclusão das contradições apontados pelos experts naquelas ocasiões, alguns agentes foram desagregando as contribuições e optando por não mais participarem daquele processo, em face a não concordância com o modelo de solução que estava sendo adotado pelos operadores de direito.

Após alguns meses de intensas negociações entre a Força-Tarefa e as empresas, em novembro de 2017, o MPF, no tocante ao eixo socioeconômico, propôs um termo aditivo ao TAP, estabelecendo uma reformulação do sistema de diagnóstico de danos socioeconômicos, prevendo, inclusive,

a contratação de assessorias também para os atingidos, de modo que possam participar de modo informado da gestão e controle social das ações de recuperação, das audiências públicas previstas no acordo anterior, bem como do processo de consultaprévia aos povos indígenas e comunidades tradicionais (MPF, 2018, p. 4).

Assim, ficou definida a contratação de duas organizações nesse aditivo: para atuar como perito responsável pelo diagnóstico socioeconômico, a Fundação Getúlio Vargas (FGV); e para auxiliar o processo de escolha das assessorias técnicas independentes para os atingidos e as atingidas, foi escolhido o Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH).

Ao Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH), por meio do Programa Rio Doce, coube viabilizar “o processo de credenciamento das organizações sem fins lucrativos que tenham interesse em funcionar como Assessorias Técnicas para os atingidos, além de garantir que as comunidades atingidas ao longo de toda a região façam, elas próprias, a escolha de suas Assessorias Técnicas” (FBDH – SITE). A organização atuou ao longo de toda a bacia do Rio Doce, de Mariana (MG) até o litoral do Espírito Santo.

Durante as atividades de campo, em janeiro de 2018, deparei-me com uma pequena equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH) percorrendo a região da foz do rio Doce. Na vila de Regência, a equipe se reuniu com lideranças locais e atores-chaves, entre eles os presidentes das associações, representante do Projeto Tamar, da REBio de Comboios, lideranças de movimentos sociais e outras organizações que emergiram na vila em face às mobilizações no contexto da *lama*. Na ocasião, além dessas visitas direcionadas a atores-chaves no processo, o FBDH também realizou uma reunião com a Comissão de Atingidos da Foz do rio Doce⁶⁷. As interações sociais protagonizadas pela organização faziam parte das “atividades preliminares de levantamento de dados e pesquisas de campo na região, com o objetivo de formatar uma proposta de trabalho a partir de suas pesquisas iniciais” (FBDH – SITE). Com uma equipe ampliada, as ações do FBDH permaneceram ao longo do ano de 2018. No segundo semestre daquele mesmo ano, foi aberto o processo público de credenciamento para as organizações sem fins lucrativos que tivessem interesse em apresentar

⁶⁷ A Comissão de atingidos da foz do rio Doce foi criada em 2017.

uma proposta para realizar, no âmbito do Programa rio Doce, a assessoria técnica aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão⁶⁸.

Havia uma expectativa de que as negociações acerca do tema da governança, no caso o acordo final, somente ocorressem quando cada território atingido dispusesse efetivamente dessas assessorias técnicas para participar de forma qualificada do processo. Não obstante, o processo foi mais uma vez atropelado e a contratação dessas assessorias técnicas ainda estava sendo apresentada e discutida com as populações e comunidades atingidas, quando iniciaram-se as discussões em torno da nova arquitetura institucional da governança. Sendo assim, “o trâmite judicial da ação civil pública proposta pelo MPF levou a que se entabulasse negociação acerca da chamada governança, paralelamente ao processo de contratação das assessorias aos atingidos” (MPF, 2018, p. 5). Dito isso, torna-se importante salientar que esse atropelamento da participação das pessoas atingidas no processo de discussão da governança provocou, principalmente, no

movimento social organizado e na comunidade acadêmica que acompanha o caso, sérios questionamentos acerca de sua legitimidade e oportunidade, visto que revela uma profunda assimetria de poder entre os atingidos e as demais partes em repetir a mesma e seminal falha do TTAC, não contar com a participação dos atingidos (MPF, 2018, p. 5).

Enquanto desdobramento desse processo, o TAC Governança (TAC Gov) é assinado em 25 de junho de 2018. Dois meses depois, tanto o Aditivo ao TAP com o TAC Gov são homologados em decisão judicial, realizada na 12ª Vara de Belo Horizonte em de 31 de agosto de 2018. Em virtude dessa homologação, a *ACP “dos 155 bi”* foi suspensa por dois anos e o TAC Gov

⁶⁸ Ao todo, foram abertos 18 editais públicos para garantir a assessoria técnica em 18 territorialidades atingidas ao longo do vale do rio Doce. Entre o fim de 2018 e meados de 2019, atingidos e atingidas, incluindo povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, escolheram diretamente e de forma autônoma as suas Assessorias Técnicas. Em outubro de 2019, o juiz da 12ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte, homologou as escolhas realizadas nos territórios, reconhecendo a legitimidade do processo de escuta das pessoas atingidas realizado pelo Fundo Brasil. Desde então, a Força Tarefa Rio Doce e as entidades sem fins lucrativos escolhidas para atuarem como assessoria independente dos atingidos, acompanhadas pelo Fundo Brasil, permaneceram em negociação com as empresas e a Fundação Renova. No entanto, não foi possível alcançar um consenso entre empresas e entidades escolhidas. A situação foi levada, pelas empresas, ao juízo da 12ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte, que intercedeu no processo, incluindo uma perícia judicial, uma auditoria finalística, a ser realizada no território por uma entidade, até então ausente no desenho institucional outrora criado no âmbito do termo aditivo ao TAP, além de diminuir o escopo metodológico inicialmente previsto no trabalho a ser desempenhado pelas assessorias. De maneira geral, até a conclusão deste trabalho, apenas duas assessorias técnicas foram implementadas em dois territórios: a Terra Indígena Krenak, em Minas Gerais, e a Comunidade Quilombola de Degredo, no Espírito Santo, além das outras três assessorias técnicas já implementadas no âmbito de outros processos e desenhos institucionais. As três últimas todas implementadas nos territórios atingidos no estado de Minas Gerais: Mariana, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado. Ou seja, no estado do Espírito Santo, exceto a Comunidade Quilombola de Degredo, todo o território atingido não teve o direito garantido no que se refere à atuação da assessoria técnica independente, escolhidas pelas próprias territorialidades.

passou a substituir legalmente o antigo *acordão*, o TTAC (BRASIL, 2018). No que se refere à decisão judicial supracitada é relevante trazer à tona que a homologação do TAC-Gov. foi realizada com a inclusão de uma cláusula nova pelo então juiz da 12ª Vara responsável pelo caso em questão que, *sem nunca ter pisado nos territórios*, interveio no acordo incluindo “ressalvas judiciais vedando a contratação de assessorias técnicas cujas as entidades tenham participação de pessoas ligadas a agremiações partidárias, ONGs e movimentos sociais/religiosos na execução do trabalho” (PODER JUDICIÁRIO, Ata de homologação, 2018). A inclusão da cláusula nova foi inserida unilateralmente pelo magistrado, pois não havia sido acordada previamente entre a Força-Tarefa e os advogados das corporações rés no processo, que na ocasião assinaram o termo.

Na ocasião foi feita uma mobilização em frente à 12ª Vara de Belo Horizonte, com a participação de atingidos e atingidas, organizados no Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), denunciando, mais uma vez, a ausência das vítimas no processo de “*negociação do crime*”. Apesar de reconhecerem nesse novo acordo a garantia da contratação de assessorias técnicas como uma conquista dos atingidos e atingidas, o movimento social em destaque denunciava na época que, as empresas estariam se aproveitando da “*negociação do TAC Governança pra tentar legitimar a Fundação Renova e suas ações, inserindo a participação minoritária dos atingidos em algumas instâncias decisórias. Isso indica que a coerção e a cooptação, formas de incidência já muito utilizadas pelas empresas criminosas, devem ser ainda mais fortes nos territórios, na Bacia e em outras esferas de poder*” (MAB, 2018). Sendo assim, eles reivindicavam o protagonismo no processo de reparação de suas vidas e do ambiente em que vivem, exigindo *a participação plena em cada etapa dos processos e decisões que lhes digam respeito, com acesso total às informações* (MAB, 2018).

Em linhas gerais, o TAC Gov altera o processo de governança estabelecido no TTAC, adotando uma nova arquitetura institucional para a administração do desastre em curso. Nesse sentido, ocorre uma reestruturação do sistema de governança instituído outrora no vale do rio Doce, com a introdução de novos elementos de controle e fiscalização da Fundação Renova e com a criação de espaços para a participação dos atingidos e atingidas, prevendo ainda que, em um prazo de dois anos, houvesse a possibilidade de uma “*repactuação*” dos programas socioambientais e socioeconômicos criados pelo TTAC, no intuito de garantir a reparação integral (BRASIL, 2018). Dito isso, é importante reiterar que alguns desses programas já haviam sido implementados, unilateralmente, pela Fundação Renova, “que já não era apenas

uma ideia no papel, mas sim um ator que havia se estabelecido efetivamente por cerca de dois anos, até o momento, no território” (MELENDI; LOPO, 2018).

Diante do exposto, torna-se importante apontar que no transcorrer de três anos, recorte temporal estabelecido para as análises de campo, pouco foi efetivamente resolvido com relação ao desastre da mineração no vale do rio Doce. Enquanto os efeitos do desastre eram vivenciados no território, especialmente—a partir da *produção das incertezas* acerca da contaminação da água do rio e do mar, soluções administrativas permaneciam sendo discutidas distante dos territórios. No âmbito judicial—as tratativas em busca de soluções negociadas prevaleceram na discussão, sempre mediante a justificativa da celeridade do processo. Através de várias negociações, chegou-se ao TAC Gov., que, “em certos aspectos, mais institucionaliza a mobilização popular do que estimula a participação da sociedade na construção de ações de reparação, mitigação e compensação” (MILANEZ *et al.*, 2018). Avançando na discussão, segundo Zhouri e colaboradores, nas sucessivas tratativas em busca de soluções negociadas, que ocorrem sob o manto da “*harmonização coerciva*” (NADER, 1994), observadas no caso em tela, “escamoteia-se a discussão acerca do modelo de desenvolvimento adotado, da multiplicação e reprodução dos riscos envolvidos nas atividades econômicas priorizadas e das responsabilidades dos agentes corporativos na profusão de incertezas e danos” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 44).

Dessa forma, o exame desses arranjos institucionais e corporativos adotados para administrar o desastre da mineração ao longo da bacia do rio Doce, coloca em xeque a justificativa da celeridade no atendimento às vítimas do desastre e revela uma tendência à despolitização do debate (ZHOURI *et al.*, 2018), além de impor um controle corporativo ao processo, que coloca em risco a garantia dos direitos das vítimas à justa reparação e a reconstrução dos seus modos de vida. *Por ora, seguem alguns apontamentos sobre as tecnologias de gestão de conflitos descritas nesta seção.*

3.3.1. Apontamentos sobre as tecnologias de resolução de conflitos ambientais

Desde o final da década de 1980, no contexto de crise do modelo nacional desenvolvimentista, propostas liberalizantes foram adotadas dentro e fora dos espaços governamentais. O discurso ideológico da modernização e da racionalização do Estado impulsionaram essas reformas. Nesse contexto também se observa um conjunto de reformas

no sistema de justiça (VIEGAS; PINTO; GARZON, 2014). Tais reformas estão relacionadas à busca por “métodos e instrumentos alternativos para ‘solução’ de conflitos, com o intuito de se proporcionar, como o próprio termo ‘alternativo’ sugere, novas formas de tratamento de conflito que não propriamente pela via judicial”(VIEGAS; PINTO; GARZON, 2014, p. 02). O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), principal instrumento adotado como resposta para gerir a crise no vale do rio Doce, deriva dessa forma de tratamento do conflito que busca o consenso, ou seja, dessa *ideologia da harmonia* (NADER, 1994).

Essas iniciativas, que estimulam meios não judiciais para solucionar disputas e promover acordos almejando o consenso em detrimento do confronto, são identificadas já na década de 1960 nos países centrais. A antropóloga Laura Nader (1994) aponta para as origens da chamada *Alternative Dispute Resolution (ADR)*, traduzido como *Resolução Alternativa de Disputa*, em resposta aos movimentos de reivindicação de direitos civis, ambientais, do consumidor, das mulheres, dentre outros, que emergiram nos Estados Unidos, em meados da década de 1960. Na época, tais movimentos tiveram efetivos protagonismos na arena pública daquele país, mas sucumbiram nos anos posteriores com a *utilização de um modelo legal de harmonia ou estilos conciliatórios como parte de uma política de pacificação* (NADER, 1994, p. 1). Nessa perspectiva da pacificação, a autora relata o protagonismo do Supremo Tribunal dos Estados Unidos, no processo de contenção da politização crescente da sociedade norte-americana, através da difusão dessas práticas chamadas ADR. Para Nader:

A ADR engloba programas que enfatizam meios não judiciais para lidar com disputas. O enfoque, geralmente, volta-se para a mediação e a arbitragem. Esta veio a ser conhecida como justiça informal. Uma justiça que promoveu o acordo, mais que vencer ou perder, que substituiu o confronto pela harmonia e pelo consenso, a guerra pela paz, as soluções vencer ou vencer (NADER, 1994, p.3)

No campo ambiental a adoção dessas práticas que visavam deslocar a antiga visão “vencer ou perder” para uma perspectiva de “equilíbrio de interesses” também foram observadas nos Estados Unidos. Como um caso exemplar desse modelo legal de harmonia para a resolução de conflitos ambientais, Acsehrad e Bezerra (2010) apontam os embates em torno da definição da localização de aterros sanitários no país, que deveriam ser negociados entre empreendedor e comunidade, a partir da supervisão e assistência de uma entidade estadual. Identifica-se portanto, um processo de transformação cultural da sociedade norte-americana, cuja preocupação com a justiça será deslocada para preocupação com a harmonia e a eficiência, dado o engajamento de diversos atores sociais, políticos e econômicos nesse projeto

harmonizador (NADER, 1994; ACSELRAD; BEZERRA, 2010).

Essas práticas extrajudiciais de resolução de conflitos orientados pelo “*modelo da harmonia*” como *técnica de pacificação* intensificaram-se e internacionalizaram-se na década de 1990, acompanhando reconfiguração na geopolítica mundial. Para Nader (1994), há uma relação entre o aumento do poder dos países periféricos, que vinham obtendo vitórias no Tribunal Internacional e a internacionalização dessas formas de mediação de conflitos. Assim o campo ambiental, através da disputa pelos rios internacionais enquanto recursos hídricos, aparece como marco da internacionalização dessa ideologia (NADER, 1994; ACSELRAD; BEZERRA, 2010).

No contexto descrito, essa técnica de pacificação também passou a fazer parte da retórica das grandes agências e organizações internacionais e intensificou-se principalmente a partir do Consenso de Washington, formulado em 1989 (ZUCARELLI, 2018). O Banco Mundial publicou em 1996 o documento técnico chamado O Setor Judiciário na América Latina, que discute os elementos para uma reforma no Poder Judiciário, “com vistas a adequar o próprio Poder Judiciário aos imperativos do crescimento econômico, centrados na prática do livre mercado” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p.38). Para atender a esses objetivos, o documento recomendava exatamente os mecanismos alternativos de resolução de conflitos, para evitar a judicialização e promover de forma mais célere supostas soluções negociadas.

Seguindo as orientações das reformas político-econômicas neoliberais no Brasil, a abordagem privilegiando os mecanismos de resolução consensual em detrimento da via judicial é identificada no campo do direito brasileiro desde 1980, com notáveis iniciativas na década seguinte. A Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/1998) é considerada um marco de referência para a celebração de “termo de compromisso” como instrumento extrajudicial (BEZERRA, 2007; ACSELRAD; BEZERRA, 2010; VIÉGAS; PINTO; GARSON, 2014). Segundo Abelha (2004 *apud* VIÉGAS; PINTO; GARSON, 2014, p. 4), a ideia de se “legitimar” órgãos públicos à propositura de compromissos de ajustamento deveu-se à concepção de que entes com personalidade jurídica (como o Ibama, o Procon, o Ministério Público etc.) “são aqueles que lidam direta e diariamente com a realidade dos direitos da sociedade, experimentando todos os dias, em concreto, a necessidade de pacificação social pela via extrajudicial”.

Nessa perspectiva, os Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) são instrumentos

orientados à solução extrajudicial de conflitos, almejando, portanto, as técnicas de negociação e pacificação do conflito. Segundo Viegas (2007, p. 28) os TACs são utilizados para propor soluções aos conflitos “*de maneira alternativa à propositura de Ação Civil Pública [...], porque evita a burocratização do processo judicial*”, possibilitando a flexibilização e a adequação de cada caso. O instrumento passa a ser inserido no escopo da Lei de Crimes Ambientais através da Medida Provisória nº 2.163-41, de 23 de agosto de 2001, que acrescentou o artigo 79-A a esta lei, disciplinando a celebração de termos de compromisso pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) (VIÉGAS, PINTO; GARSON, 2014).

Desde então identifica-se a intensificação e a prevalência dessas práticas no campo ambiental brasileiro⁶⁹ (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) possibilitando inclusive a formação de um subcampo, o campo da “resolução negociada” (VIEGAS, 2007). Enquanto o campo ambiental pode ser definido através da disputa pelos atributos relacionados ao território, o “sub-campo da resolução negociada seria caracterizado pelo fato de que nele certos atores apresentam-se como dotados de autoridade para dirimir litígios, contribuindo, conseqüentemente, para uma reconfiguração relativa das regras do jogo vigentes no campo ambiental” (VIEGAS, 2007, p. 24). No Brasil, a intensificação da adoção dessas práticas de resolução de conflitos fundamentadas na “conciliação” e “harmonia” é concomitante ao período de *boom das commodities*, entre 2002 e 2011, quando grandes projetos de mineração se multiplicaram e foram acompanhados pela proliferação de conflitos ambientais (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Com relação aos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Acselrad e Bezerra (2010) chamam a atenção para o fato de que esses mecanismos de resolução negociada “são usualmente simbolizados como formas de obter o consenso a maneira de Termos de Acordo e não de instrumento de garantia da legislação e de concepções de justiça social” (ACSELRAD e BEZERRA, 2010, p. 55). Ou seja, o que está em jogo não é uma discussão sobre direitos, mas passa pela maior ou menor capacidade que os sujeitos, partes litigantes, possuem de barganhar seus interesses. Nesse sentido, quando os conflitos envolvem atores sociais em

⁶⁹ De acordo com ACSELRAD (2004) e ZHOURI; LASCHEFSKI (2010), a construção de tal termo é elaborada a partir da noção de “campo de poder”, definido por Pierre Bourdieu, que representa um espaço de relações de força entre diferentes tipos de capital e agentes, com poderes de coerção diversos. Nas obras do autorem questão, podem ser encontradas discussões sobre os campos “literários”, “políticos” e “jurídicos”. Em face à densidade e diversidade da obra do autor, maiores esclarecimentos podem ser feitos em BOURDIEU, 2011a; 2011b)

situações assimétricas de poder, “a resolução de conflitos pode operar como uma tecnologia da desmobilização social” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p. 55).

Zucarelli (2018, 2021), durante a sua investigação sobre as formas de gestão e de resolução de conflitos, a partir de dois casos envolvendo a atividade de extração de minério de ferro no Brasil: o licenciamento ambiental do complexo Minas-Rio e o desastre da Samarco, evidencia a existência das mesmas práticas institucionais e a ocorrência de estratégias corporativas similares para gerir e solucionar os conflitos ambientais, que perpassam o licenciamento da atividade minerária e o desastre na mineração. Os casos analisados ainda estão em processos de desdobramentos, mas o que prevalece até o momento é a prevenção das disputas, a partir da construção de acordos entre as “partes litigantes”. As respostas adotadas para administrar a crise no contexto analisado colocam “em curso um efetivo controle sobre a aplicação do Direito e a extensão dos direitos dos atingidos com repercussões sobre suas possibilidades de atuação política” (ZUCARELLI, 2021, p. 296). Tal controle é exercido por meio da adoção das tecnologias sociais de gestão, supostamente implementadas para promover soluções céleres e legitimadas aos danos oriundos dos desastres e dos licenciamentos. O autor organiza essas tecnologias a partir de dois eixos. De um lado, ele aponta o eixo estrutural,

com mudanças significativas de organização e gestão burocrática, contando com a destituição, readaptação e/ ou criação de agências, organismos institucionais executivos e judiciários, além dos remanejamentos de funcionários e de suas funções. Incluo ainda neste eixo as flexibilizações legislativas que, sob o manto da modernização, facilitam os licenciamentos em prol dos empreendimentos e regridem em direitos socioambientais conquistados por movimentos sociais, principalmente nas décadas de 1980 e 1990; (ZUCARELLI, 2021, p. 219).

Por outro lado, ele traz um segundo eixo, chamado de processual, no qual:

[...] temos a construção de instrumentos que contribuem para elegibilidade, controle e pacificação social, tais como: definição de categorias, cadastramento, mediação, conciliação, arbitragem, termos de acordos, enfim, procedimentos que engendram a captura da crítica para o diálogo harmonioso com vistas à gestão e à resolução pacífica de conflitos (ZUCARELLI, 2021, p. 219).

Essas tecnologias sociais de gestão partem do pressuposto de que, através da cooperação, os dois lados da disputa teriam vantagens significativas com a assinatura de acordos. Contudo, conforme evidenciado por Zucarelli (2018, 2021), diante de um ambiente assimétrico, que configura o campo ambiental, a utilização desses mecanismos que transformam réus e vítimas em “partes interessadas” do processo torna-se questionável. Além das críticas já apresentadas a esse *modelo legal de harmonia como técnica de pacificação*, torna-se relevante reiterar ainda que no caso do rompimento de barragem não estamos falando de uma situação de

conflitos ambientais, decorrentes do processo de licenciamento ambiental de um determinado empreendimento. Conforme argumentam Zhouri e colaboradores (2018), é um equívoco classificar o ocorrido como *conflito ambiental*; ao contrário disso, o caso em tela evidencia uma situação de *desastre sociotécnico*. O termo é mobilizado pelos autores em destaque para “*ênfatisar um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico*”. Os autores evidenciam, assim, as “falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 41). Na oportunidade, os autores destacam ainda que o rompimento da barragem de Fundão evidenciou de forma assustadora o contexto crítico já denunciado outrora no que se refere ao processo de *flexibilização do licenciamento ambiental* e portanto, não deve ser tratado como um caso isolado ou meramente um *acidente*, como sugerem os agentes corporativos e determinados agentes do estado para caracterizar a situação de crise em destaque. Em face à situação, torna-se contraditório transformar réus e vítimas em “*partes interessadas no processo*”.

Outro ponto que chama a atenção quando analisamos as tratativas dadas ao caso em tela é o processo de privatização do desastre. De maneira geral, Santos e Milanez (2018, p. 136), ao analisar o caso, apontam para a existência de “um salto do paradigma da regulação fraca para a autorregulação”, através da combinação e substituição entre padrões público e privado de regulação no que se refere ao contexto das políticas nacionais para o licenciamento ambiental e para a reparação ambiental. No caso analisado, o “acompanhamento e auditoria das ações de recuperação e compensação ambiental resultantes do desastre foram transferidos para uma fundação privada e as empresas de consultoria por ela contratadas” (SANTOS; MILANEZ, 2018, p. 145).

Frente aos eventos catastróficos cujos efeitos não podem ser negados, as respostas das corporações envolve a “gestão de crise” (BENSON; KIRSCH, 2010), a partir de uma suposta responsabilidade social empresarial. A criação de um fundo foi apresentada inicialmente como uma solução inovadora para o problema deflagrado no vale do rio Doce⁷⁰, porém a criação da Fundação da Renova evidenciou a privatização do desastre, seguindo uma tendência global vinculada ao avanço e aprofundamento do neoliberalismo (SANTOS; MILANEZ, 2018). Assim, a presença de fundações em setores que causam danos sociais e

⁷⁰ Ver Serra (2018).

ambientais como o da mineração tem sido uma prática recorrente. No entanto, a existência de fundações dedicadas exclusivamente a funções de compensação não era identificada até o final da década de 2000 (MELENDI; LOPO, 20021, p. 211). Em face a essa estratégia corporativa adotada, é relevante compreendermos as práticas de atuação da fundação no contexto do desastre.

3.3.2. A renovação do desastre

O tratamento institucional dado ao desastre no vale do rio Doce, engendrado com o rompimento da barragem de Fundão, mobilizou novos agentes e reestruturou relações de poder em diferentes escalas. De acordo com ZUCARELLI (2018, p. 230) a governança instituída “reverbera nos territórios, nas estratégias de vida dos seus moradores e impõe uma obrigatoriedade de construção de participação disfarçada de facultativa”. Para o autor, a mediação do conflito pressupõe em seus princípios a voluntariedade de ambas as partes. No entanto, essa suposta voluntariedade da empresa mascara determinados dispositivos corporativos com a função de administrar a crise e as críticas que emergem nos territórios em função da sua própria atuação (ZUCARELLI, 2018).

Retomando para os acontecimentos na vila de Regência, após a eclosão do movimento “*somos todos afetados*” em abril, e quatro dias após a homologação do TTAC, em 09 de maio de 2016, a Samarco Mineração S.A. convocou uma reunião pública na sede da vila com a finalidade de apresentar aos moradores os novos procedimentos adotados para a gestão do desastre, no caso, o TTAC e o desenho institucional da governança. O convite foi feito por meio de cartazes espalhados em lugares-chave na vila como restaurantes, associação de moradores, posto de saúde e o centro ecológico. A reunião aconteceu no auditório da Associação de Moradores (AMOR), situado no centro da vila de Regência, em frente ao campo de futebol. A reunião contou com a participação de muitos moradores e o auditório não comportou a lotação, sendo preciso que algumas pessoas assistissem à reunião pelo lado de fora, através das janelas. Dito isso, é preciso considerar que conduzir reuniões em ambientes abertos e com ampla participação dos moradores atingidos não era uma prática recorrente da Samarco na vila de Regência até então.

Através de uma projeção na parede da associação, os funcionários da Samarco apresentaram o TTAC e deram destaque para a criação de uma fundação privada para gerir os danos causados

pelo rompimento da barragem de Fundão. O desenho institucional da governança foi apresentado através de um organograma representando o Comitê Interfederativo – CIF – que seria então, criado para controlar e fiscalizar as atividades da fundação. Ao longo da reunião observei que, apesar de não aprovarem e não confiarem nas medidas adotadas para a gestão do desastre, os procedimentos adotados não causaram a mesma perplexidade observada no seminário em Mariana. Não obstante, um ponto que provocou bastante indignação aos moradores foi a descrição dos atores políticos que iriam compor a representação dentro do Sistema CIF. Entre eles, destaco a representação do poder municipal de Linhares, que seria feita por um ator político já envolvido no conflito entre a empresa União Engenharia e os moradores ribeirinhos da fazenda Entre Rios. O anúncio desse nome gerou uma reação de repulsa entre os moradores.

Já no cotidiano da vila, os novos arranjos institucionais não provocaram mudanças imediatas. De certa forma, a transição entre a presença física da Samarco e a chegada de um novo agente no território – no caso, a Fundação Renova – para gerenciar a crise já estava sendo orquestrada pela mineradora nos meses anteriores à homologação do acordo. Nesse sentido os rumores que circularam pela vila ao longo dos meses de março e abril já apontavam para a saída da empresa. Em abril, enquanto o MPF questionava a assinatura do acordo e lançava mão de uma ação civil pública, eclodiu o movimento “*cartão para todos*” evidenciando e corroborando a insatisfação pública frente aos procedimentos adotados para a gestão da crise na região da foz do rio Doce.

A despeito da decisão de nulidade do TTAC, a Fundação Renova foi criada em 30 de junho de 2016, e passou a atuar *alegalmente* (GUDYNAS, 2016) nos territórios atingidos pela lama, como foi o caso da Vila de Regência e dos povoados adjacentes. Em nota pública a Samarco Mineração comunicou sobre a suspensão da homologação: “a decisão não afeta as obrigações contidas no acordo, que continuaram sendo integralmente cumpridas, inclusive no que diz respeito à instituição da fundação de direito privado prevista no documento” (SAMARCO, 2016). Dessa forma as análises sobre o caso a partir de um contexto mais amplo, apontavam para uma intensa disputa no âmbito judicial, marcado pela complexidade e dinamicidade das ações, enquanto ao observarmos o cotidiano na vila de Regência, a Fundação Renova foi gradualmente substituindo a mineradora e se impondo enquanto um novo agente de poder na localidade.

A inserção da Fundação Renova no território da foz sul do rio Doce será observada a partir de agosto de 2016, quando os interlocutores passam a comentar jocosamente que determinados ex-funcionários da Samarco agora passaram a trabalhar para a tal Fundação Renova. Os comentários eram feitos pelos interlocutores de forma debochada no sentido de evidenciar que se havia alterado o uniforme, o nome da instituição, todavia, os funcionários eram os mesmos. Ou seja, quais eram as garantias de mudanças no processo de reparação? Qual tipo de autonomia a fundação tinha, tendo em vista que parte dos funcionários eram os mesmos da mineradora? Com o tempo, não só os funcionários foram se mostrando os mesmos, mas o próprio *modus operandi* da Fundação Renova foi se mostrando equivalente às estratégias da Samarco, já mobilizadas anteriormente naquele território. Contudo, nesse novo contexto produzido pela inserção desse arranjo institucional, foi imposto o discurso de uma suposta independência, autonomia e neutralidade da fundação em relação às empresas responsáveis pela barragem colapsada.

Nesse novo arranjo institucional criado pelo TTAC, a Fundação Renova teria a função de implementar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução referentes às regiões afetadas pelo desastre. Ao todo foram quarenta e um programas divididos em dois módulos, sendo um socioambiental e o outro socioeconômico. As interações realizadas em campo na região da foz sul do rio Doce me permitem examinar as ações que integram o eixo socioeconômico no gerenciamento da crise. Sendo assim, no período de dois anos de atuação da Fundação Renova na vila de Regência, destacam-se cinco programas desse eixo que foram implementados ou parcialmente implementados pela fundação na sede e zona rural da vila de Regência: 1. Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social; 2. Programa de Levantamento e Cadastro dos impactados (PLCI); 3. Auxílio Financeiro Emergencial (AFE); Programa de Indenização Média (PIM); 5. Programa de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

De imediato, o que causou algum tipo de dinamicidade e repulsa à presença da Fundação Renova no território da foz do rio Doce, foram as ações referentes ao Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) e à distribuição do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE). Dentro de *uma lógica empresarial de definição daqueles que são atingidos* (ZHOURI et al., 2018), o programa em destaque apresentava como principal objetivo realizar, através de um *cadastro individualizado*, a identificação dos “danos das pessoas físicas e jurídicas, famílias e comunidades impactadas pelo rompimento da barragem

nas áreas em que se constatarem impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais” (SYNERGIA, s/d. p. 03).

Apesar de se tratar de uma atividade de pesquisa para a identificação das pessoas atingidas, o escopo territorial de aplicação desse programa já estava previamente definido pelo TTAC e foi assumido, sem nenhuma alteração pelo PLCI. No caso, a área de abrangência para a realização do cadastro foram as “localidades e comunidades adjacentes à calha do Rio Doce, Rio do Carmo, Rio Gualaxo do Norte Córrego Santarém e as áreas estuarinas, costeiras e marinhas impactadas” (SYNERGIA, s/d., p. 2). Ao todo, o levantamento seria feito em trinta e cinco municípios no estado mineiro e cinco no estado capixaba, incluindo Linhares. Nota-se uma relação prévia entre o percurso da *lama* e a política adotada para identificar os atingidos e os danos sofridos (ZHOURI *et al.*, 2018). Para a executar o programa, a Samarco contratou a Synergia⁷¹, uma empresa de consultoria ambiental que ficou encarregada de realizar: i. o levantamento e o dimensionamento dos danos, assim como a identificação e o cadastramento das vítimas, através do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI), ii. definir quais pessoas teriam o direito ao Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) e, posteriormente, iii. quais pessoas teriam o direito indenização final, que seria realizada através do Programa de Indenização Mediada (PIM), que na ocasião, ainda seria apresentado aos moradores.

Já no segundo semestre de 2016, a equipe da Synergia passou a circular no território da foz sul do rio Doce para fazer visitas técnicas às famílias atingidas. O objetivo das visitas era aplicar o *cadastro integrado*, instrumento quantitativo de pesquisa vinculado ao Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) e elaborado pela empresa em destaque. A dinâmica de introdução desses novos pesquisadores no território ampliou as expectativas dos moradores em torno das medidas adotadas para administrar a crise vivenciada na vila de Regência e como consequência ampliou o sofrimento social.

Com a inserção da Synergia nos territórios, todos os moradores que já haviam realizado o cadastro com a empresa Práxis durante a fase emergencial tiveram que refazer os cadastros, que foram reelaborados pela Synergia e passou a ser denominado *cadastro integrado*.

⁷¹ A empresa foi fundada em 2007 e atualmente opera no território nacional e no continente africano. Possui sede em São Paulo, uma filial no Rio de Janeiro e outra em Moçambique. Entre alguns clientes da empresa estão alguns empreendedores do setor da mineração, como a Vale, a Manabi, a Anglo América e a própria Samarco.

Procedimento que ampliou as angústias no cotidiano dos atingidos e produziu novas vulnerabilidades no território. Na ocasião não havia a divulgação de informações sobre quem poderia responder ao instrumento de pesquisa e qual a ordem de aplicação dos cadastros. Este fato trouxe muitas dúvidas acerca de quais famílias teriam acesso ao programa, e a ausência de informações, ou mesmo informações desconstruídas sobre o suposto agendamento prévio fizeram com que muitas famílias alterassem suas rotinas para não se ausentar de casa ao longo do dia, perdendo a oportunidade de fazer o seu cadastro. Inicialmente, o padrão de aplicação do cadastro foi por núcleo familiar atingido, ou seja, apenas um integrante do núcleo familiar deveria responder ao instrumento de pesquisa. A empresa orientava que o cadastro deveria ser respondido pelo “provedor econômico principal”. Procedimento que excluiu os demais membros da família, geralmente as mulheres e os jovens, que foram condicionados a situação de dependentes desse “provedor econômico principal”⁷².

Foi durante este período, o segundo semestre de 2016, que pude acompanhar junto a outros dois pesquisadores, a aplicação do “cadastro integrado” em uma família ribeirinha, residente à época em Entre Rios⁷³. O convite partiu da própria família, que se mostrava bastante receosa quanto à assinatura do termo de consentimento. O entrevistado, que não sabia ler, enfatizou que não havia recebido nenhuma orientação prévia sobre como proceder diante do cadastro e da assinatura do termo de consentimento. Quando chegamos à residência da família, dois pesquisadores da Synergia já estavam sentados na sala e pareciam aguardar a autorização do morador para iniciar o procedimento. No mesmo cômodo ainda estavam o casal de ribeirinhos posicionados em cadeiras ao redor da mesa e os dois filhos, a nora e os netos, sendo que alguns em pé e outros sentados no chão da sala. Alguns vizinhos também apareceram na porta da casa para observar o procedimento em questão.

Em linhas gerais a aplicação do instrumento de pesquisa com a família de ribeirinhos foi longa e bastante angustiante. Além de perguntas um tanto quanto dúbias sobre produção rural e a atividade pesqueira, a marcação temporal imposta pela empresa era bem marcante, com a expressão “na data do evento” presente em quase todas as perguntas. Essa marcação temporal dificultava o registro das dinâmicas estabelecidas pela família com a produção da horta, a criação dos animais, a pesca no rio e os demais afazeres domésticos. As perguntas eram

⁷² A situação descrita só foi alterada ao longo do processo com a intervenção da Força-Tarefa.

⁷³ Na ocasião a equipe de pesquisadores em destaque integrava o Grupo de Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES (GEPPEDES), vinculado ao departamento de Ciências Sociais da UFES. A descrição dessa interação social durante a aplicação do cadastro também foi registrada em parceria com IZOTON (2018).

lidas de um tablet pelos funcionários da Synergia e, na sua quase totalidade, as perguntas eram objetivas e exigiam como resposta um ligeiro sim ou não do entrevistado, evidenciando a simplificação da complexa realidade vivida pela família no território e acarretando, por vezes, a dificuldade em respondê-las (LEONARDO; IZOTON, 2018).

Ademais, a quantidade de documentos solicitados pela equipe da Synergia à família em destaque também chamou a atenção durante o procedimento em questão. Em cima da mesa da sala do casal de ribeirinhos, onde a família estava reunida junto aos pesquisadores, era possível visualizar os documentos pessoais que foram solicitados pelos funcionários da Synergia, ao longo da entrevista: certidões de nascimento dos filhos e netos, identidades de todos os membros da família e CPF. Documentos relacionados à residência também foram solicitados: comprovante de residência, contas de energia, de água, nota fiscal referente à compra de material de construção para a reforma na casa. Também documentos relacionados à saúde da família: exames, receituários médicos e até mesmo caixas de remédios eram solicitados pelos entrevistadores da Synergia às vítimas do desastre. Toda a documentação apresentada pelos moradores era imediatamente anexada ao cadastro pelos funcionários, através de uma fotografia com o auxílio do tablet. Não obstante, quando determinado documento não era localizado, não era possível anexar ao cadastro e o fato causava certo constrangimento e trazia mais incertezas para os moradores.



Figura 27: Aplicação do cadastro integrado pela Synergia, com família Ribeirinha na foz do Rio Doce.
Foto:Flávia Amboss.

Conforme relatado em outro trabalho, a interação que presenciamos entre a família de ribeirinhos e os funcionários da Synergia foi angustiante também para nós, pesquisadores e amigos do casal, “pois evidenciava o deslocamento das responsabilidades sobre o desastre, que, naquele momento, pareciam recair sobre o casal de ribeirinhos, como se estes estivessem tentando ludibriar as empresas” (LEONARDO; IZOTON, 2018, p. 171). A cada resposta do casal evidenciando um problema ou um dano sofrido em função da chegada da *lama* em seu território, os pesquisadores exigiam uma “comprovação” via algum tipo de documento. Diante dessa condição de comprovar o que estava sendo relatado, imposta pelos funcionários, o clima da interação entre funcionários da Synergia e a família de ribeirinhos ficava ainda mais tenso, especialmente quando o casal não possuía ou não conseguia localizar de forma ágil o documento solicitado.

Segundo a Fundação Renova e a Synergia, o *cadastro integrado*, realizado mediante aplicação de formulário de pesquisa quantitativo, “consiste em um instrumento único para coleta de dados, composto por módulos temáticos para atender as especificidades de cada público-alvo” (SYNERGIA, S/D, p. 6). A ação do cadastro integrado consiste em visitas domiciliares,

em que uma equipe de funcionários da Synergia – geralmente em dupla – visita às famílias atingidas. Apesar da complexidade do caso e dos danos multidimensionais dele decorrentes, o perfil desejado dessa equipe inclui estudantes de nível superior em áreas de humanas (SYNERGIA, S/D, p. 12). Durante a visita técnica, a família deve responder a um extenso e cansativo questionário quantitativo, organizado em 33 módulos ou blocos de perguntas que abordam variados temas ou públicos-alvo, conforme relatado durante a visita à família ribeirinha de Entre Rios. Em sua versão impressa, o questionário apresenta aproximadamente 500 páginas (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 51). São objetivos específicos desse processo de cadastramento:

- i) Traçar o **perfil socioeconômico e cultural** de todas as famílias impactadas pelo acidente da barragem; ii) Proceder ao levantamento das perdas e danos das famílias; iii) Identificar as relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre a população impactada no município; iv) Fornecer dados da população impactada para aplicação dos programas de reparação socioeconômicos e ambientais (SYNERGIA, S/D, p. 4).

Ao longo dos anos, o instrumento de pesquisa sofreu alterações. O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), a partir de uma equipe interdisciplinar, fez uma análise criteriosa da versão do questionário apresentada em julho de 2016, ainda assinada pela Samarco. Versão que foi utilizada na região da foz do rio Doce. O documento analisado “compreende a elaboração de uma base de dados quantitativos sobre perdas e danos identificados para orientar estratégias gerais relativas à formulação e execução dos programas socioeconômicos destinados a região afetada” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 51). É importante destacar que a linguagem utilizada no instrumento cadastral é a mesma linguagem utilizada no TTAC. Assim, categorias como “evento”, “na data do evento”, “impactado” também foram adotadas no instrumento de pesquisa. A Synergia e a Fundação Renova não se preocuparam em alterar a linguagem utilizada no TTAC, que na época era alvo de críticas, negociações e novas tratativas jurídicas. De acordo com a avaliação do GESTA, esse instrumento, a partir da adoção de categorias e classificações próprias do campo empresarial, especialmente aquelas adotadas no universo do licenciamento ambiental, reforça “o controle da empresa sobre a definição e reconhecimento dos efeitos do desastre e, conseqüentemente, sobre quem é considerado *impactado* pelo rompimento da barragem, resultando em uma concepção subjacente de *atingidos inelégíveis*” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 52, grifo nosso).

Entre as inadequações e as insuficiências apontadas pela equipe do Gesta sobre o instrumento cadastral, destaco que ele foi construído “a partir de uma perspectiva urbana e também

empresarial agroindustrial alheia às dimensões próprias do universo rural”, como é o caso dos “pequenos produtores, agricultores familiares, camponeses, pescadores artesanais, grupos tradicionais e étnicos localizados ao longo da bacia do rio Doce” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 52). Em face a essa perspectiva patrimonialista adotada na elaboração do cadastro, categorias próprias do universo dos entrevistados sobre as atividades econômicas, por exemplo, atividades de caráter informal, tais como diaristas, barqueiros, pedreiros, manicures, cozinheiras e pescadores sem registro geral da atividade (RGP) não foram incorporadas ou foram parcialmente incorporadas ao instrumento, acarretando um processo de invisibilidade das diversas *estratégias de vida* empregadas pelos sujeitos e famílias atingidas ao longo dos anos no território da foz sul do rio doce e o cerceamento dos direitos enquanto atingidos pelo desastre.

Essa noção de *estratégias de vida*, cunhada por BEBBINGTON (2011), permite uma compreensão ampliada sobre as dinâmicas da vida social e cultural nos territórios. A categoria de análise não se limita ao exame das condições materiais para a afluência do grupo social. Através de um resgate do cotidiano desses grupos, é possível compreender os diferentes modos de vida, a partir de rotinas de subsistências, das práticas econômicas, das *territorialidades e das estruturas de relações sociais e condições ecológicas que sustentam a vida em sociedade*. Ou seja, esse olhar mais apurado para a rotina dos grupos sociais permite compreender as estratégias implementadas por eles para criar condições de trabalho e garantir a reprodução familiar, mesmo em condições adversas como aquelas impostas pelas transformações capitalistas no território. Ao longo dos anos, conforme relatado no primeiro capítulo, o território da foz sul do rio Doce passou por transformações capitalistas no território que impuseram novas relações entre os sujeitos e a natureza. Não obstante, o cadastro por ser um instrumento elaborado através de uma concepção patrimonialista, não permite avaliar e considerar essas adequações sociais e de reprodução cultural.

Em face a esse olhar mais apurado para o cotidiano, a perspectiva do tempo adotada no instrumento cadastral da Syergia, centrada “*na data do evento*”, também impõe limitações para a compreensão das dinâmicas da vida social e cultural que foram comprometidas pelo desastre, bem como pelos efeitos processuais da crise em curso no rio Doce e na costa litorânea do Espírito Santo. Nesse aspecto, trabalhos anteriores sobre desastres no Brasil já apontam para esse problema cronológico nas concepções meramente administrativas do desastre. Valencio (2014) e Silva (2010) apontam para a experiência processual em relação às

consequências e danos provocados pelo desastre. Para as autoras, os desastres são compreendidos como acontecimentos coletivos trágicos que causam perdas e danos súbitos, desorganizando de forma multidimensional e severa as rotinas, as estratégias e os modos de vida de uma determinada comunidade que sofre com o acontecimento trágico. Sendo assim, os desastres devem ser considerados como uma “crise social associada a um acontecimento físico devastador e um tempo social” (VALENCIO, 2014, p. 3633), que não corresponde ao tempo cronológico oficial relacionado a manifestação física do acontecimento trágico.

Diante do exposto, Zhouri e colaboradores argumentam pela insuficiência e inadequação do instrumento cadastral como método utilizado para identificar as perdas e os danos que são experimentados de uma ordem multidimensional (ZHOURI *et. al.*, 2018, p. 57). Entre os argumentos já expostos, os autores salientam ainda que:

ao Cadastro escapa a apreensão das afetações sobre as formas de organização social que permanecem invisibilizadas, assim como as diferenças constituídas no plano coletivo, em especial, os efeitos do desastre sobre as redes de interação, trabalho e reciprocidade e sobre a formação de identidades sociais e culturais. Essas limitações contribuem para a desarticulação dos grupos locais e para a multiplicação de dificuldades no tocante à reposição das condições de sua reprodução sociocultural. A obliteração da esfera coletiva de existência ignora ainda a contribuição do desastre no aprofundamento de tensões existentes, na possível geração de conflitos sociais e nas práticas de discriminação/estigmatização impostas às vítimas (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 57).

A despeito das críticas apontadas, o cadastro integrado foi utilizado como principal instrumento para identificação dos danos sofridos e das pessoas atingidas ao longo da bacia do rio Doce, inclusive na região da foz do rio Doce. Apenas no município de Mariana, MG, o instrumento foi reformulado através do apoio técnico da assessoria independente. Com efeito, esse conjunto de limitações e inadequações para identificação das vítimas e dos danos presentes no instrumento cadastral, corroboraram para a ampliação das vulnerabilidades e a produção das incertezas sobre os desastres nos lugares em que ele foi utilizado como instrumento principal. Muitos atingidos na região da foz do rio Doce, que apresentavam estratégias de vida diversas – pedreiro, ajudante de pedreiro, cozinheira, diarista e pescadores sem registro – tiveram como resposta ao cadastro realizado a *ausência de perfil* e com isso, foram classificados de imediato como *atingidos inelegíveis* para as políticas assistencialistas, como o *auxílio financeiro emergencial (AFE)* e indenizatórias, como o *Programa de Indenização Mediada (PIM)*.

Para além do que foi observado no território, o relatório da Ramboll (2019), que passou a atuar como *expert* do Ministério Público após a homologação do TAP, aponta para uma “razoável exclusão de pessoas atingidas, em especial em estado de vulnerabilidade” ao longo de toda a bacia do rio Doce, tendo em vista os critérios de elegibilidade no processo de análise adotado no instrumento cadastral. Logo, “os critérios assumidos de perda de renda e renda abaixo de meio salário-mínimo para dar celeridade na identificação de pessoas e famílias [...] esbarram no procedimento do cadastro e critérios de elegibilidade que notoriamente não permite uma forma célere e participativa de atendimento” (RAMBOLL, 2019, p. 122). É importante ressaltar ainda, que os critérios de elegibilidade adotados no cadastro não são evidentes, “o que se tem é um conjunto de critérios difusos, porém formais, cujo objetivo é a reparação final do dano ocorrido” (RAMBOLL, 2019, p. 124).

Na prática o que se observa é o descompasso em relação ao tratamento dado às coletividades atingidas, uma vez que num mesmo território o atingido pode ser considerado elegível ou não pela Fundação Renova. Ou seja, vizinhos, e até mesmo dentro da mesma família, um atingido é considerado elegível e o outro, não. Situação que agrava e provoca novos conflitos entre os moradores na região da foz do rio Doce. As críticas são diversas em relação aos critérios utilizados para a definição da elegibilidade. Os interlocutores falam em “*privilégios para alguns e outros não*” (LEONARDO *et al.*, 2017, p. 79). No cotidiano da vila são identificadas diversas ações que questionam essa política de invisibilidade protagonizada pela Fundação Renova e a própria legitimidade da fundação no território. Situações que vão desde denúncias durante as audiências públicas aos relatos dirigidos aos pesquisadores no âmbito privado e às manifestações de caráter diverso, por exemplo, faixas e camisetas com frases que questionam a atuação das empresas e da Fundação Renova (Figuras 28 e 29). Situações de resistências cotidianas que se assemelham ao que Scott (2000) identificou em seus estudos sobre grupos camponeses indianos como “*resistência silenciosa*” ou “*arma dos fracos*”.



Figura 28: Camisa feita pelos moradores para participar do trio Fubica, em Regência, no mês de junho/2016.
Foto: autor desconhecido.



Figura 29: Faixa colocada por morador na entrada da sua residência, 13 de outubro de 2018.
Foto: Flávia Amboss.

Mesmo diante de toda a burocracia imposta pela Fundação Renova ao longo do processo de cadastramento e elegibilidade do atingido, durante todo o período que compreende o trabalho de campo, ouvi relatos de situações em que a pessoa deveria receber o cartão e não recebe, ou sobre pessoas que nem moram em Regência e recebem o cartão. São relatos proferidos em ambientes públicos e privados. Para alguns interlocutores a relação entre os moradores da vila de Regência e povoados adjacentes, após a chegada da lama, passou a ser pautada e mantida pelo critério de ter recebido ou não o *cartão da Samarco* – com o auxílio financeiro emergencial (AFE). As situações desencadeadas pelo *cartão da Samarco* desestabilizaram pessoas, famílias e grupos sociais, contribuindo com mais danos de ordem psicoemocional nos atingidos e agravamento do *sofrimento social* experimentado coletivamente (DAS; KLEINMAN; LOCK, 1996).

Para além dos programas já expostos, a Fundação Renova também ficou responsável pelo Programa *Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PCPDCS)*. Em linhas gerais, o PCPDCS foi estabelecido a partir da criação de espaços de comunicação e interação com a comunidade. Enquanto programa ele foi sistematizado apenas em 2018. Mas algumas ações pontuais acerca do conteúdo e práticas propostas para esse eixo foram executadas ao longo do processo. Logo no primeiro semestre de atuação, a Fundação Renova deu continuidade às reuniões com os representantes das diversas associações existentes na localidade. Ou seja, manteve o formato de interação estabelecido anteriormente pela Samarco e que já havia causado repulsa e conflitos entre os moradores.

Sobre as ações do PCPDCS, a Fundação Renova explica em relatório que, de início, *“principalmente no que tange à atuação do diálogo social, configurou-se como um programa isolado dos demais, sem transversalidade e com foco em si mesmo”* (RENOVA, 2021, p. 5). Sobre essas ações de interações sociais realizadas no início da sua atuação, a fundação explica ainda que: *“Não cabe aqui nenhum julgamento de valor sobre essa estruturação, que cumpriu um papel importante naquele momento inicial e que vem evoluindo à medida que a própria Fundação e seu modelo de governança amadurecem”* (RENOVA, 2021, p. 5). O programa foi se estruturando a partir de 2017, quando *“foi criada uma gerência de engajamento, que iniciou um trabalho de reposicionamento e reconfiguração da atuação do diálogo social da Fundação”* (RENOVA, 2021, p. 5). Basicamente, funcionários dessa gerência percorriam os territórios realizando reuniões com as lideranças setorizadas. Além de não resolver concretamente os problemas apresentados pelos atingidos, nesses espaços os funcionários da

fundação buscavam demonstrar sentimentos humanitários sobre a tragédia, mas sempre enfatizam que o “pior já passou”, direcionando as ações para uma suposta normalidade na vida cotidiana das pessoas atingidas (LEONARDO *et al.*, 2017, p. 83).

Além dessas interações em formato de reuniões com representantes de associações, a fundação também criou e disponibilizou uma central 0800 de atendimento à população e, posteriormente, alugou um espaço físico para montar uma sede da fundação na vila de Regência. Também criou um site para divulgação das iniciativas da fundação e, posteriormente, um jornal local. Não obstante, as críticas em relação a central 0800 e demais formas de atendimento sempre foram constantes.

Outra prática exercida pela Fundação Renova que chamou a atenção no período estudado foi a realização e patrocínio de festas/eventos na vila de Regência, ações que integram o Programa de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer. Segundo a Fundação Renova, o objetivo geral do programa é *“fortalecer as políticas públicas de gestão da Cultura, Turismo, Lazer e Esporte através de um apoio técnico e material das estruturas necessárias para um melhor desenvolvimento dessas atividades na região impactada. Ainda segundo a fundação, é a partir de um diagnóstico de impacto do rompimento na área de abrangência socioeconômica, que as medidas são elaboradas de acordo com o grau de severidade sofrido por cada localidade”*. (RENOVA, 2019, p. 113). Coube a Futura Consultoria e Pesquisa, empresa capixaba, a realização do diagnóstico para o Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, nos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Aracruz (Barra do Riacho), Linhares (Regência e Povoação), no estado do Espírito Santo, e nos municípios de Resplendor, Itueta e Aimorés, no estado de Minas Gerais (FUTURA, 2017).

Na prática, o programa consiste em patrocinar festas e campeonato de surf na região da foz sul do rio Doce. Em relação às festas, destaca-se o Projeto Verão, com a contratação de artistas locais e nacionais para se apresentarem no palco principal da vila de Regência e o patrocínio das festas já tradicionais no calendário anual da vila de Regência, como é o caso da Festa do Caboclo Benardo, em junho, e a Fincada e Retirada do Mastro de São Benedito, que acontecem respectivamente em novembro e janeiro de cada ano. As festas são organizadas pelas Associações de Moradores, de Comércio e Congo local. Em 2018, a Fundação Renova patrocinou o Circuito Tríplice Coroa Quebra Onda de Surf, nas praias de Pontal do Ipiranga, Povoação e Regência, em Linhares, que integrou parte do circuito capixaba e do circuito

brasileiro de surf, organizado pela Associação de Surf de Linhares.

Conforme exposto, os mecanismos adotados para a gestão do desastre no vale do Rio Doce tiveram pouca efetividade na vida dos interlocutores e desencadearam uma nova frente de avanço dos problemas ensejados com lama. Durante o período de imbróglis jurídicos em torno da resposta ao desastre através dos instrumentos pautados na ideologia da *harmonia coerciva* (NADER 1994), notou-se a continuidade de um *engajamento estratégico* das empresas, via Fundação Renova, nos territórios atingidos. Ou seja, enquanto se discutia a elaboração de um novo acordo no rio Doce, a Fundação Renova atuava de forma deliberada nos territórios, exercendo poder e contribuindo para a desarticulação dos grupos locais.

Sendo assim, os dispositivos adotados no contexto de gestão do desastre trouxeram novos desafios nas territorialidades e contribuiriam para agravar o *sofrimento social* dos atingidos (DAS, KLEINMAN; LOCK, 1996) ao permitir que as empresas, através da Fundação Renova, mesmo atuando *alegalmente* (GUDYNAS, 2016), “interferissem no processo de definição de ações de reparação e indenizações, fato que corrobora para assegurar os interesses das empresas em detrimento dos direitos dos atingidos” (ZHOURI, et. al., 2018, p. 2018). Dessa forma, os mecanismos adotados pela Fundação contribuem para um *esvaziamento do político* (RANCIÈRE, 2018). Ademais, a Fundação Renova também atuou no processo de construção e proliferação da dúvida, através da produção de laudos e divulgação de informações sobre qualidade da água, aspecto que será tratado no próximo capítulo.

Capítulo 4

A produção local das incertezas e o insustentável *dano da dúvida*

4.1. Puxando o fio: descrevendo algumas situações em campo

I. “*Era piquenique que a gente fazia lá no rio*” (situação 1)

Encontrei Ana na sua casa para tomar um café e conversar sobre a pesquisa. Ela marcou comigo no final da tarde, assim teria tempo para fazer as tarefas domésticas e ainda realizar a sua caminhada diária na praia, disse-me ao telefone. Quando a lama chegou à foz do rio Doce, Ana ficou quase três meses sem caminhar na praia pois não se sentia bem *caminhando ao lado de um rio morto*, explicou. Mas com o passar dos meses, sua rotina foi gradualmente retornando a uma suposta normalidade. Mesmo assim ela explica que *antes da lama* ela caminhava e *sentia a energia do rio, sentia os seres que viviam lá. Mas hoje é um vazio enorme. É um rio morto, né, minha filha!* Ana veio do estado da Bahia e, na ocasião daquela conversa, já morava há mais de quinze anos na vila de Regência. Moravam ela e o marido, nativo da vila, em uma casa simples com varanda e quintal, onde plantavam flores, hortaliças e algumas ervas.

Logo quando cheguei a sua casa fui recebida com um delicioso bolo e um café fresquinho. Fazia onze meses do rompimento da barragem e, na ocasião, a nossa relação ainda estava sendo construída. Expliquei sobre a pesquisa que estava realizando. Conversamos na mesa da sala. O marido um pouco mais ressabiado, ficou sentado de longe observando nossa conversa. Na oportunidade, fez algumas intervenções esporádicas, especialmente quando tocamos no

assunto do “*maldito cartão*”, adjetivo dado pelo próprio Marcos durante aquela conversa, referindo-se ao *auxílio financeiro emergencial* concedido pela Samarco por determinação das instituições de justiça envolvidas no caso. O “reconhecimento enquanto atingido” ou *perfil elegível*, nos termos da empresa, permite que as famílias acessem as medidas emergenciais e assistencialistas – *auxílio emergencial* – acordadas no Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA) e no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). No entanto, até a ocasião daquela conversa, ele e a esposa não haviam sido considerados *elegíveis* pelas políticas de cadastramento e de reconhecimento da Samarco Mineração e, posteriormente, da Fundação Renova⁷⁴. Por esse motivo, não recebiam nenhum tipo de *auxílio financeiro emergencial*. Ou seja, desde a chegada da lama, estavam enfrentando sozinhos todas as dificuldades emocionais e financeiras deflagradas com o desastre em curso na vila de Regência.

Além da perda financeira provocada pela interrupção abrupta das atividades econômicas na vila, os gastos domésticos aumentaram naquele período em função do consumo de água mineral e da alimentação, provocada pela substituição do pescado por outra proteína animal, conforme explicou o casal. A saúde da família também estava comprometida e a intervenção via medicamentos controlados já era uma realidade. Nesse contexto de perdas, Ana relatou que a emergência e o prolongamento de sentimentos como frustração, tristeza e decepção estavam contribuindo com o adoecimento mental dela e de outras pessoas na vila de Regência. Na ocasião, ela explicou que o que ainda a segurava em pé era a fé em Deus e a luta contra as injustiças que estavam acontecendo na vila.

Diante dessa difícil realidade, seu Marcos estava muito enfurecido com os procedimentos adotados pela empresa para cadastrar os moradores atingidos e fornecer o auxílio emergencial: a empresa falou que nós não temos perfil. Mas ela não conhece a realidade daqui. Ele explicou que o serviço de pedreiro, atividade que era exercida por ele, não ia bem na vila depois dessa tragédia. Com medo da lama e sem dinheiro, as pessoas pararam de construir e de reformar as suas casas e os estabelecimentos comerciais. Ele reclamava que não tinha mais serviço na vila. Situação semelhante enfrentava a esposa, Ana, que fazia de tudo um pouco: vendia salgados, limpava as casas e os quintais das residências de veraneio e dos

⁷⁴ Entre 2015 e 2019 foram mapeadas em campo dois procedimentos para cadastro das pessoas atingidas, um controlado pela Samarco Mineração, através da empresa Práxis, no contexto vigente do Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA) e o outro coordenado pela Fundação Renova, realizado pela empresa de consultoria Synergia, já no contexto do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

turistas, limpava peixe e descascava camarão. Assim como o marido, ela também viu a sua renda desaparecer em função da falta de serviço provocada por um cotidiano abruptamente alterado após a *chegada da lama*. Apesar de toda a dificuldade enfrentada pelo casal, Ana se mostrou forte durante toda a conversa. Ela acreditava, com muita fé, que em breve a situação financeira da sua família melhoraria, pois ambos seriam reconhecidos como *atingidos*. Todavia, naquela ocasião ela não esperava que a negação do reconhecimento institucional, ou seja, a condição de *inelegibilidade* da sua família, iria prolongar-se no tempo, ampliando o seu sofrimento.

A situação relatada ao longo desta conversa não era exclusiva do casal. Pelo contrário, o que se viu ao longo deste período na bacia do rio Doce foi uma disputa em torno da definição autorizada de “atingido” (ZHOURI *et al.*, 2016). Segundo Zhouri *et al.* (2016), a empresa Samarco, pautada por referências do Banco Mundial, operacionalizou uma definição baseada na distinção entre *deslocamento físico* e *deslocamento econômico*. Diante dessa distinção, foi operacionalizado pela empresa um processo de “escalamento das afetações em torno da gravidade e grau de emergência, bem como para o reconhecimento das demandas a serem sucessivamente atendidas pela empresa a partir de uma classificação e hierarquização das reivindicações” (ZHOURI *et al.*, 2016, p. 58). Na foz do rio Doce, a definição de atingido adotada pela empresa, perpassou pela construção de um *perfil do impactado* cuja *atividade econômica principal* precisava estar vinculada *diretamente ao rio Doce*. Sendo assim, todo um conjunto de atividades econômicas praticadas na vila de Regência e povoados arredores foram excluídas e invisibilizadas no decorrer dos procedimentos administrativos, adotados pela empresa, em relação à gestão do desastre.

Ao longo da conversa, as alterações impostas pelo desastre também foram acionadas pelo casal a partir da existência de *outros vínculos* com água (ALMEIDA, 2013), para além do econômico. São vínculos que permitem situar historicamente e culturalmente (LASCHEFSKI; OLIVEIRA; ZHOURI, 2011), a foz do rio Doce enquanto um território produtor de saberes e fazeres próprios, manifestados nas estratégias de vida adotadas pelos nativos da região. Nesse sentido, o vínculo afetivo emerge com um elemento constitutivo e integrador entre os moradores e as águas fluviais e marinhas. Além das dificuldades financeiras do casal, Ana chamou a atenção, durante a conversa, para os prejuízos nos momentos de lazer da família e na sociabilidade entre a vizinhança. O casal contou que antes da chegada da lama era comum os momentos de lazer na beira do rio com os amigos e

parentes. O filho e os netos, que moravam em município próximo, curtiam as férias, os feriados e os finais de semana na vila de Regência. Nessas ocasiões, o casal recebia os familiares em sua casa e faziam piquenique na beira do rio Doce. Enquanto Ana contava sobre os momentos alegres com a família na beira do rio, Seu Marcos correu para o quintal e trouxe uma espécie de panela de ferro preta, bem grande. Enquanto ele segurava a panela, Ana explicou, com bastante entusiasmo, que era uma *chapa da família cozinhar na beira da praia, do mar e do rio*, inclusive pediu que eu fotografasse o utensílio culinário. O casal explicou que quando os filhos e os netos iam para Regência, os almoços em família eram realizados nas ilhas no interior do rio Doce. Ana preparava tudo: *fazia farofa, levava frutas, levava água... as crianças adoravam vim para cá*, lembra Ana. O marido e o filho pescavam o peixe no rio, ela fazia o arroz e fritava o peixe na chapa: *eu e minhas netas, era arroz e peixe. Era piquenique que a gente fazia nesse rio! Agora acabou, né.*



Figura 30: Ana com a chapa e a panela para fazer arroz com peixe durante os piqueniques à beira do Rio Doce. Outubro de 2016. Foto: Flávia Amboss



Figura 31: Fotos tiradas a pedido do seu Marcos: na da direita, Marcos mostra a base para acender o fogo nos almoços familiares que ocorriam nas ilhas no interior do Rio Doce e, na esquerda, são varas para pescar usados por Marcos em momentos de lazer com as netas que vinham visitar a família em finais de semana e durante as férias. Outubro de 2016. Autoria de Flávia Amboss.

II. Vamos lá que eu te mostro essa lama no fundo (situação 2)

Já estava há alguns dias conversando com Geraldo e sua esposa, quando ele nos convidou para um “*passaio*” de barco, ao longo do rio Doce: *vamos lá, eu te mostro essa lama no fundo do rio*. O que ele chamou de “*passaio*”, teve caráter de “*trabalho de campo*”, guiado pelo pescador, a partir das práticas de conhecimento empíricos locais. Era primeiro de fevereiro do ano de 2017, uma manhã bastante ensolarada, quando saímos cedo do porto dos pescadores em direção à Ilha dos Patos, ao norte da vila de Regência. Fomos em cinco pessoas⁷⁵, no seu bote motorizado. Geraldo, pescador antigo na vila de Regência, chamava a nossa atenção para a contradição entre o discurso da *potabilidade da água*, na época disseminado pela Samarco, através de constantes propagandas e a presença permanente da *lama com os rejeitos da mineração no fundo do rio Doce*.

Enquanto acertava o motor para dar partida no barco, o pescador explicou que a lama não era visível na superfície da água, mas ela *permanecia no fundo do rio*, assim, era preciso *apertar*

⁷⁵ Junto comigo estavam os pesquisadores João Paulo Lyrio Izoton e Bianca de Jesus, ambos sociólogos, que integravam a equipe do GEPEDES no ano de 2016 e 2017. Também nos acompanhou durante todo o percurso, a esposa do Geraldo, que, infelizmente, faleceu um tempo depois.

o fundo do rio para ver o material com os rejeitos da mineração se movimentar no interior da água. Ao longo do percurso, Geraldo fez algumas vezes esse movimento, utilizando a ponta do remo na tentativa de evidenciar o problema que ele nos narrava. Nas águas mais rasas, quando ele cutucava a terra no fundo do rio, uma espécie de névoa de coloração marrom alaranjada se deslocava do fundo em direção à superfície da água. Na tentativa de diferenciar a lama da Samarco com a própria lama do rio, Geraldo explicou a nossa equipe que era preciso ficar atenta à coloração: *a lama da barragem tem essa cor laranja, esse laranja Samarco, né. Enquanto que a lama do rio é quase um marrom.*

O pescador relatou que um dos problemas vivenciados e já identificados com a permanência da lama naquela região estava relacionado à antecipação do processo de deterioração do motor dos barcos, especialmente os motores dos botes menores, como era o caso da sua embarcação. Ele explicou que nas áreas navegáveis, porém, com menos água, próximo aos *barrancos de areia que se formam ao longo do rio Doce*, a lama, que ficou depositada no fundo do rio, penetrava nos motores desses botes, quando os pescadores tentam navegar nessas áreas. Para ele, o contato do motor do barco com a lama causava o deterioramento mais rápido das embarcações.

De início, quando saímos com o barco e ainda estávamos nas águas próximas ao porto dos pescadores, a tonalidade da água na superfície ainda era clara. No entanto, enquanto Geraldo guiava o bote e adentrava o rio em direção a Povoação, era possível ver parte da vegetação bem seca, com uma aparência de apodrecer ou mesmo morrendo, sobretudo a vegetação mais fina, chamada de *Aninga*, pelo pescador. Ele explicou que a *Aninga* (*Montrichardia linifera*, nome científico) era uma vegetação que cresce em ambiente aquático e era uma espécie muito comum na região, conforme era possível identificar na beira das dezenas de pequenas ilhas que se formam ao longo da foz do rio Doce. As folhas e frutos dessa planta fazem parte da dieta dos peixes e tartarugas. No entanto, a vegetação da várzea estava ficando seca em função da falta de oxigenação da terra, que ficou seca com a sedimentação da lama com os rejeitos da mineração no fundo e nas margens do rio Doce.

Navegamos cerca de vinte minutos e chegamos à Ilha dos Patos. Enquanto o grupo descia do barco, Geraldo explicava que aquela ilha sempre foi frequentada por moradores e turistas da vila de Regência: era um espaço de lazer nosso aqui, a gente vinha, parava o barco, tomava banho, fazia um churrasco com a família, com os amigos, as crianças brincavam aqui tudo

mas, agora tá assim, essa lama boiando, essa cor escura. Ninguém se diverte mais aqui. Ao longo da caminhada que fizemos ao redor de toda a ilha, o pescador explicou que além da espuma com a coloração amarelada, visível na beira da água e próximo à vegetação, a água também apresentava uma aparência oleosa e tonalidade alaranjada. Ademais, quando cavamos a areia na beira da água, ao fundo, encontramos pedaços em formatos de pequenos blocos de lama. Geraldo explicou que era a lama da Samarco e que ela já estava sedimentada no fundo. A seguir, compartilho algumas fotografias realizadas durante a situação de campo na foz do rio Doce, conduzida pelo pescador.



Figura 32: Rejeitos de mineração sedimentados nas margens e fundo do rio Doce. Janeiro de 2017.

Foto: Flávia Amboss



Figura 33: Imagens feitas ao longo da travessia no rio Doce, com o auxílio de bote motorizado, entre Regência e Ilha dos Patos, em 01 de fevereiro de 2017. Atividade de campo conduzida pelo pescador. Nesta sequência é possível ver o tom alaranjado da água e a lama sedimentada no solo. Arquivo pessoal.

III. *Se eu pensar nisso todo dia, eu não vivo mais!* (Situação 3)

Após um ano morando em Belo Horizonte para cumprir os créditos presenciais no doutorado, decidi passar a maior parte do verão de 2018 na vila de Regência. Na ocasião fiquei hospedada na casa que meu companheiro dividia com outros quatro amigos, situada em uma rua bastante movimentada na vila. Da varanda da casa era possível observar diariamente os caminhões-pipa passando pela rua de chão batido e seguindo em direção a cisterna central situada na extremidade oposta à entrada da vila, próxima da igreja Católica. Os caminhões-pipa que trazem a água supostamente da sede de Linhares transitavam durante o dia e a noite. A incômoda poeira provocada pela locomoção dos caminhões-pipa em uma rua de chão

batido, invadia a nossa residência, além do incômodo sonoro provocado pelo barulho dos motores dos caminhões que contrastava com os cantos dos passarinhos e os latidos dos cachorros, os sons habituais da rua.



Figura 34: Caminhão-pipa abastecendo o distrito de Regência, município de Linhares, no estado do Espírito Santo. À esquerda, o caminhão passando na rua em frente a nossa casa e à direita, o caminhão-pipa abastecendo a cisterna central da vila. Foto: Flávia Amboss. Registro realizado durante trabalho de campo, em janeiro de 2019

Nesse período em que estive na vila, lembro que as reclamações em relação à água que chegava até a torneira da nossa residência, bem como da residência de outros interlocutores, eram frequentes. Além da rotineira falta de água ao longo do dia, o cheiro e a coloração da água também preocupavam os moradores. Na nossa residência, a água mineral engarrafada permanecia como um item indispensável, mesmo dois anos após a *chegada da lama*. Na época o produto era adquirido nos estabelecimentos comerciais na vila, no valor de seis reais a unidade (com vinte litros) e consumíamos em média quatro galões de água por semana. Ao longo dos dias que passei na vila, observei que além de beber a água, os moradores da casa também tinham o hábito de cozinhar determinados alimentos com a água mineral engarrafada, evidenciando o descontentamento e a preocupação com a água disponibilizada pelo SAAE da região. Todavia, não era viável financeiramente cozinhar todos os alimentos com a água mineral engarrafada e, por isso, em nossa casa priorizávamos determinados alimentos em

detrimento de outros. Não havia uma fixação da regra sobre quais alimentos eu deveria cozinhar com a água mineral ou com a água da torneira. A escolha era feita por morador, no momento da preparação de cada alimento. Na tentativa de saber como deveria proceder, indaguei uma das moradoras da casa sobre qual água deveria usar para cozinhar o macarrão. Ela me alertou que *não era para pensar nisso todo dia. Alertou-me ainda para a necessidade de prestar atenção na coloração da água e então decidir o que fazer*. Não havia uma regra fixa ou uma orientação específica, de toda forma, no que se refere à separação entre os alimentos que seriam cozinhados com a água mineral ou com a água da torneira; lembro que aqueles que ficavam menos tempo no fogo e absorviam toda a água do cozimento, por exemplo, o arroz e o feijão, geralmente eram cozidos com água mineral. Já o café era coado sempre com a água mineral. O gasto com água mineral era considerado alto para os moradores. E até a ocasião daquele trabalho de campo, nenhum morador da casa havia sido classificado como *elegível* pela Fundação Renova e, portanto, não tinham direitos garantidos sobre as medidas emergenciais e assistencialistas acordadas no TCSA e TTAC.

Naquele verão de 2018, observei que a opção pelo uso da água mineral engarrafada para beber e cozinhar determinados alimentos não era exclusividade da casa em que eu estava, ao contrário, tornou-se um hábito entre aqueles moradores que possuíam uma condição financeira que permitisse tal escolha. Por outro lado, os moradores que não dispunham de recursos financeiros equivalentes priorizavam o uso da água mineral apenas para beber, e cozinhavam os alimentos com a água da torneira. Destaca-se ainda, aquele grupo de moradores que consumiam exclusivamente a água fornecida pelo SAAE por não ter condições financeiras que permitissem esse gasto. Apesar das diferenças econômicas que determinavam o consumo do produto, a desconfiança em relação à água fornecida pelo SAAE era geral. Apenas nos povoados adjacentes à vila de Regência, como era o caso da comunidade indígena de Areal e a comunidade ribeirinha de Entre Rios, onde outrora a água provinha exclusivamente de poços artesianos, a Samarco, através da Fundação Renova, disponibilizava galões de água mineral àquelas famílias cadastradas. Medida acordada com as instituições de justiça, através do TCSA. A água dos poços artesianos era utilizada nos serviços domésticos dentro da casa e também na parte externa, como molhar as plantas e a dessedentação de animais que viviam no quintal (cachorros, gatos, galinhas, porcos).

Já era o terceiro verão com a lama da Samarco. Apesar do tempo que havia se passado, não havia respostas concretas para a pergunta: a água do rio Doce está ou não própria para a captação, consumo e banho? Diante da ausência de respostas concretas, o dia a dia dos interlocutores evidenciava a qualidade duvidosa daquela água e a vulnerabilidade a que estavam expostos. A higiene pessoal e os afazeres domésticos eram feitos cotidianamente, independentes da existência e da publicidade de laudos sobre a qualidade da água fornecida pelo SAAE. A dúvida passou a ser um problema e também uma rotina naquele cotidiano. No entanto, pensar nela todos os dias, era motivo de sofrimento entre os interlocutores. Conviver com a dúvida e o medo tornou-se, portanto, uma difícil rotina na vida dos moradores na vila de Regência e povoados adjacentes.

Às preocupações com o consumo humano somam-se as preocupações referentes ao uso da água para atividades de lazer e prática de esportes: aos poucos as atividades interrompidas no rio e no mar foram sendo retomadas, embora rodeadas de grandes dúvidas. Na praia, onde não havia mais comunicado oficial de impedimento para o banho de mar, já era possível ver um número maior de banhistas e surfistas na água. Diante da situação, um grupo de surfistas, preocupados com o risco de mergulharem em uma água contaminada, iniciou uma campanha virtual exposta através da *hashtag*: “#surfsemlaudo”. O uso da *hashtag* em destaque aparece em faixas, cartazes e *cards* virtuais além de nas reuniões públicas que aconteciam na vila, nos eventos de surf e nas entrevistas jornalísticas às quais alguns interlocutores eram submetidos. A função da *hashtag* era denunciar a situação de descaso e a negligência que estava sendo vivenciada na vila de Regência, especialmente com o grupo de surfistas, diante da ausência de informações e laudos sobre a qualidade da água.

No verão de 2018, a coloração da água do rio Doce, na sua foz, assustava os moradores e os turistas que visitavam a região. Na altura do porto dos pescadores era possível visualizar a coloração laranja que predominava no rio. Na ocasião, fiz uma nova travessia pelo rio, dessa vez em direção ao distrito de Povoação, situado ao norte da foz do rio Doce, para acompanhar uma reunião. No percurso até o outro lado do rio, a intensidade da coloração laranja na água ficava ainda mais intensa. Indaguei ao pescador que conduzia a embarcação sobre a coloração da água. Sem manifestar surpresa com aquela paisagem laranja, ele explicou que a coloração forte da água era em função do ciclo anual de chuvas na cabeceira do rio Doce. Explicou que,

o período do verão é chuvoso nessa região, assim, os rejeitos que permanecem no leito do rio Doce descem em direção ao oceano. Todo ano era assim, desde o rompimento da barragem, e, para eles, a situação observada naquele verão iria prolongar-se em vários outros períodos chuvosos.



Figura 35: Foz do rio Doce, travessia em direção ao distrito de Povoação. Janeiro de 2018, Arquivo pessoal.

A novidade daquele verão foi a abertura para os moradores e os turistas do acesso à praia no interior da Reserva Biológica (REBIO) de Comboios na altura da sede regional do Projeto Tamar, distante cerca de sete quilômetros da desembocadura do rio Doce e da sede da vila de Regência. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Rebio de Comboios é classificada no conjunto de UC de proteção integral, sendo que a categoria da Reserva Biológica

tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais (Artigo 10º da Lei do SNUC).

Para cumprir com seus objetivos previstos no SNUC, o espaço sempre foi fechado para o uso recreativo dos moradores e turistas na área da praia. Na Rebio de Comboios era permitida apenas a visitação, limitando a circulação das pessoas ao espaço físico da sede do Projeto Tamar, onde estão os tanques de tartarugas marinhas, o auditório e demais espaços para a realização de atividades com caráter de educação ambiental e/ou divulgação das ações de preservação do projeto em destaque. Ao longo da Rebio, o uso da praia sempre foi restrito.

Apesar disso, segundo o Plano de Manejo atualizado em dezembro de 2018, *“desde a sua criação, a REBIO convive com praticantes do surfe, banhistas e pescadores esportivos, que utilizaram, ao longo do tempo, cinco acessos de pedestres à praia que cortam a REBIO de Comboios, com extensões que variam de 100 a 500m”*, espaços chamados localmente de *points*.

Com o acesso liberado à praia através da portaria principal da Rebio e com as condições duvidosas da água na altura da foz do rio Doce, um fluxo grande de moradores e turistas passaram a frequentar a praia no interior da reserva, entrando pela portaria principal da Rebio, onde também estava localizada a sede do Projeto Tamar. Nesse período em que estive em campo, também frequentei a praia nesse ponto específico, com amigos da vila. A água do mar tinha uma aparência mais clara, embora as tradicionais piscinas que se formam na areia da região apresentassem uma coloração laranja, bem intensa. Inclusive, para chegar até o mar, era preciso atravessar uma dessas piscinas com a coloração alaranjada. Para frequentar a praia no interior da Rebio, a gente utilizava condução própria, pois não havia nenhum tipo de transporte público que promovesse o deslocamento dos moradores até a sede da reserva. Sendo assim, diante da ausência de um transporte público e da condição financeira compatível com o gasto de combustível para deslocar-se com o transporte próprio, muitos moradores permaneceram frequentando a praia da vila, localizada mais próximo à desembocadura do rio Doce.



Figura 36: Fotos superiores: Praia de Regência, próximo à desembocadura do rio e estaca na areia marcando a existência de um ninho com ovos de tartaruga. Janeiro de 2018. Arquivo pessoal. Fotos inferiores: Praia situada no interior da Rebio de Comboios, frequentada por moradores e turistas durante o período de janeiro de 2018. Arquivo pessoal.

--- // ---

As três situações de campo descritas permitem refletir sobre o contexto da crise processual vivenciado no território da foz sul do rio Doce: um drama em que as narrativas sobre a presença e permanência da lama, a composição dos rejeitos, a contaminação da água, dos peixes, da terra, as medidas emergenciais, indenizatórias e compensatórias, e sobre a causalidade da ocorrência de doenças relacionadas ao desastre revelam um contexto processual de disputa tecido ao longo dos anos (SILVA, 2017). Enquanto disputas são realizadas no âmbito institucional da gestão do desastre, os relatos dos interlocutores e as distintas experiências do campo testemunham as transformações na paisagem e nas relações sociais que estruturam os modos de ser e viver na região.

O testemunho da situação vivenciada pelos interlocutores pode então, ser compreendida como uma situação de *deslocamento in situ* (FELDMAN, *et al.*, 2003), que ocorre mesmo sem o desenraizamento físico dos moradores na foz do rio Doce, mas a partir da precarização das condições de vida naquele território, em especial as suas condições de vulnerabilidade e risco. Zhouri e colaboradores, ao fazerem uma análise dos deslocamentos das comunidades ribeirinhas localizadas à jusante da barragem de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, explicam que esse tipo de deslocamento compulsório, está relacionado

às relações de inclusão e exclusão a partir das quais as pessoas perdem acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social, incluindo, recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade, confiança e parentesco (ZHOURI *et al.*, 2013, p. 3).

É diante dessa paisagem devastada na foz do rio Doce, desenraizada dos modos de ser e viver construídos outrora, que os interlocutores vão buscando construir novos mundos e retomando a rotina como o fio condutor da vida. O tempo assume papel decisivo nesse processo, bem como adquire a capacidade de confrontar-se continuamente com o desastre (DAS, 2020; VIANNA, 2020). Conforme evidenciam as experiências de campo descritas, a lama – com os rejeitos da mineração – permanece na foz do rio Doce e basta um ciclo de chuva para a tonalidade da água evocar risco novamente e voltar a amedrontar os interlocutores. Sendo assim, é com o passar do tempo, que a experiência dolorosa do desastre vai sendo renovada nos fazeres ordinários, à medida em que as situações de risco e de vulnerabilidade permanecem impostas àquele cotidiano. O que se observa nesse processo é que, por um lado, faltam informações confiáveis sobre a qualidade da água para o uso humano e recreativo, e por outro lado, sobram testemunhos locais das alterações indesejáveis no ambiente. Os afazeres do dia a dia são então retomados, pela necessidade e pela vontade de continuar vivendo, mas sobre eles paira a inconstância da dúvida. É nessa proposta teórico-metodológica da *descida ao ordinário* (DAS, 2020) que nos deparamos com a dúvida enquanto um novo elemento nesse contexto. Junto ao trabalho do tempo, ela é capaz de curar e abrir feridas.

E é nesse sentido que a dúvida se transforma, portanto, em uma experiência de dor e *sofrimento social*. (DAS *et al.*, 1996). O conceito mobilizado pelos autores em destaque contribui para a compreensão de que as dores e as aflições vividas por determinados grupos sociais em situações críticas não devem ser vistas como resultados exclusivos da contingência e infortúnios, ao contrário, consistem em experiências produzidas no interior da ordem social (DAS *et al.*, 1996; ZHOURI *et al.*, 2016). Dessa forma, o sofrimento social resulta “daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais” (DAS *et al.*, 1996, p. 9). No caso observado, a dúvida é construída e mobilizada no contexto de gestão do desastre, a partir dos dispositivos institucionais, burocráticos e técnicos, bem como a partir da configuração de diversas estratégias corporativas. Com o passar do tempo, o suposto debate técnico em torno da toxicidade da *lama* permanece, impondo aos atingidos da foz do rio Doce, uma vida de incertezas sobre as possibilidades da contaminação do território em que vivem e dos seus próprios corpos.

Um caso famoso acontecido no Brasil e que merece registro, o desastre radiológico envolvendo o Césio-137 em Goiânia, também suscita reflexões sobre as disputas engendradas em torno da definição das vítimas. A antropóloga Telma Camargo da Silva, que tomou esse desastre como tema de pesquisa (SILVA, 2017) e se debruça sobre o caso há algumas décadas; aponta um conjunto de disputas em torno do evento trágico: a nomeação do evento, a definição do tempo de duração – situado oficialmente em 1987 – e em relação aos efeitos e às vítimas do desastre, cujo registro oficial contempla quatro óbitos e pouco mais de duas centenas de pessoas atingidas pela radiação da fonte de Césio-137 (IAEA, 1988 *apud*. TEIXEIRA, 2021). Mais de três décadas após a data oficial do evento, a quantidade de pessoas afetadas e reconhecidas como vítimas pelo Estado segue sendo objeto de contestações. A própria equipe de policiais e bombeiros que atuou no caso, mobilizados pelas instituições governamentais e que também foram expostos aos efeitos da radiação sofrendo consequências posteriores, não foram registrados como pessoas diretamente atingidas (SILVA, 2004). Nesse contexto de disputa sobre o desastre, formas diferentes de conhecimento são articuladas:

por um lado, o saber perito nuclear fundamentado na premissa de objetividade de doses de radiação e usado para controle do número de pessoas afetadas e na definição da temporalidade do desastre; de outro, as experiências e narrativas das pessoas que vivenciariam o cotidiano da cidade contaminada indicando um evento que transborda os limites temporais e espaciais definidos pelo Estado a partir das narrativas produzidas pelo sistema perito biomédico-nuclear (SILVA, 2017, p. 19).

Nessa definição técnica e administrativa sobre o reconhecimento da vítima, o sofrimento e as rupturas provocadas no cotidiano das pessoas pela experiência da contaminação radioativa só existe, portanto, se definível e apropriável como “*sofrimento métrico*” (SILVA, 2010). Refiro-me aqui ao sofrimento demonstrável pelos mostradores, diagnósticos, laudos e exames. Ao contrário dessa perspectiva numérica e estritamente biomédica, as análises que partem da perspectiva do *sofrimento social*, abarca os “aspectos sociais-culturais que engendram o sofrimento dos atingidos” (SILVA, 2010, p.5). Para Zhouri e colaboradores (2016),

tais aspectos se relacionam não apenas aos processos físicos de exposição, vazamentos ou emissões, mas à intersecção entre esses eventos e o modo com os grupos afetados reagem a eles, às formas de interlocução que lhe são exigidas, por um lado, e, por outro, ao modo como as agências corporativas e públicas respondem institucionalmente às suas demandas, submetendo-as a uma inflexão técnica que promove a desautorização de suas narrativas (ZHOURI *et al.*, 2016, p. 57).

Sendo assim, é mediante o testemunho dessa dor, tecida no cotidiano dos interlocutores, que busco compreender neste capítulo como a dúvida passa, então, a ser construída e mobilizada como um novo elemento no cotidiano dos interlocutores e capaz de produzir o *sofrimento social*. Como as empresas e o estado respondem às demandas dos atingidos? Ao longo da pesquisa foi possível mapear algumas estratégias corporativas distintas, porém complementares, com o intuito de promover a *manufatura dessas incertezas* (BENSON; KIRSCH, 2010; KIRSCH, 2014) na região da foz sul do rio Doce.

Benson e Kirsch (2010a) – que trabalham com o conceito de “*indústrias danosas*” (*harm industries*), para se referir às “empresas capitalistas cujas práticas têm um pressuposto destrutivo ou danoso às pessoas e ao meio ambiente: o dano é parte ou parcela de seu funcionamento normal” (BENSON; KIRSCH, 2010, p. 1) – trazem reflexões importantes sobre os procedimentos corporativos para responder às demandas sociais. Os autores apresentam evidências de um padrão no comportamento dessas empresas ao tentarem responder aos questionamentos que recebem. Para tanto, identificam três fases nestas respostas: a negação, o reconhecimento e acomodação, e o envolvimento estratégico.

4.2. A negação do dano pela Samarco e os embates criados em torno das pesquisas

Com o rompimento da barragem de Fundão, a *avalanche de lama* seguiu, de forma

descontrolada e violenta, uma viagem de quase 600 km, que durou 21 dias, passando pelos rios Gualaxo do Norte, Ribeirão do Carmo, Piranga e Doce, até chegar ao Oceano Atlântico, no litoral do Espírito Santo. Nesse ínterim, matas ciliares foram destruídas, nascentes e brejos foram soterrados, animais foram mortos e arrastados, plantações e pastos foram encobertos pela *avalanche de lama* que varria tudo o que via pela frente.

De imediato, já no dia seguinte ao rompimento da barragem, a Samarco Mineração anunciou, publicamente, que havia colocado “*em ação, juntamente com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e outras instituições competentes, todas as ações previstas no seu Plano de Ação Emergencial de Barragens – validado pelos órgãos competentes*” (SAMARCO, 2015) e afirmou também que o rejeito não oferecia risco à saúde da população. A declaração foi feita pelo então diretor-presidente da empresa, Ricardo Vescovi, através de um vídeo institucional, com pouco menos de dois minutos, que circulou ao público em geral através de veículos de comunicação distintos e também no site da empresa, acompanhado de nota oficial elaborada pela própria corporação: “*O rejeito é inerte. Ele é composto, em sua maior parte, por sílica (areia) proveniente do beneficiamento do minério de ferro e não apresenta nenhum elemento químico que seja danoso à saúde*” (SAMARCO, 2015)⁷⁶. Ainda nessa divulgação institucional, além de prometer “*transparência*” nas ações, o diretor-presidente disse *desconhecer as causas do “acidente”, a “extensão do ocorrido” e o número de vítimas*.

Ao contrário das declarações da empresa, o que se observava nos municípios e povoados atingidos era um total descontrole em relação à dinâmica da *onda de lama* que avançava nos territórios e a insuficiência, ou até mesmo ausência de qualquer tipo de procedimento emergencial. Cristina Serra (2018), ao longo de sua investigação jornalística, aponta que os próprios moradores de Bento Rodrigues, sobreviventes da tragédia, tiveram que auxiliar no dia da tragédia a equipe de resgate dos bombeiros na abertura de estradas que estavam cobertas por uma densa camada de lama e indicar os caminhos mais curtos para alcançar os sobreviventes que estavam isolados nos subdistritos devastados. Com o avanço das investigações sobre o caso, evidenciou-se que “a empresa sequer tinha um plano de emergência com medidas básicas, como sirenes nos povoados situados nos vales abaixo, à jusante, da barragem” (SERRA, 2018, p. 83), conforme declarado pelo então diretor-

⁷⁶ Página eletrônica da empresa, disponível em: <https://www.samarco.com/plano-emergencial-de-barragens/>
Acessado em 25/01/2022

presidente.

À medida que a *onda de lama* avançava pelo leito do rio Doce, a coloração da água no rio era drasticamente alterada. O nível de *turbidez* era tão alto que impediu qualquer processo de tratamento da água naquele momento. Por onde a lama passou, o limite legal de 100 NTU – unidade de medida da turbidez – foi amplamente excedido (SERRA, 2018, p. 44). Muitas cidades e povoados tiveram o abastecimento de água interrompido. Com as torneiras secas, algumas cidades quase entram em colapso, com reflexos inclusive na segurança pública. Governador Valadares, em MG, e Colatina, no ES, são exemplos de municípios que registraram conflitos entre os moradores em virtude da ausência de água potável, sendo necessária a intervenção do exército em determinadas situações (SERRA, 2018; ZUCARELLI; LEONARDO, 2020). Apesar do tempo que a *lama* levou para percorrer o leito do rio Doce, a mobilização da empresa, dos municípios e da defesa civil, no estado do Espírito Santo, foi insuficiente para não comprometer a violação de direitos básicos da população, como o direito à água potável, por exemplo. Nesse sentido, a intervenção do MPF foi fundamental para garantir que a empresa cumprisse a sua responsabilidade em fornecer água mineral aos moradores nos municípios e povoados afetados.

A crise que se desdobrava com o evento catastrófico assustava a população no médio e baixo rio Doce, que acompanhavam atônitos, na beira do rio Doce os primeiros efeitos da tragédia no curso hídrico: a alta turbidez da água, a destruição da vegetação e a mortandade dos animais. O rio Doce ficou irreconhecível: “ele foi o portador de toda a carga de rejeitos, entulho e destroços até deparar-se com o barramento da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves” (SERRA, 2018, p. 44) que resistiu ao impacto da avalanche e segurou parte da carga de detritos. A partir desse ponto, parte do material e entulho foram contidos provisoriamente pelo barramento da usina. Pouca informação direcionada ao público circulava sobre essa ação. Segundo SERRA (2018, p. 249), chegou-se a cogitar a possibilidade de a UHC segurar a lama por um período mais longo de tempo, na tentativa de evitar que ela alcançasse o mar. Mas havia dúvidas sobre a capacidade técnica desse procedimento. Ademais, o derramamento de rejeitos continuava na barragem de Fundão e havia o temor de mais uma tragédia, caso a UHE Candonga não resistisse à massa de rejeitos retida no barramento e um novo rompimento acontecesse. Daquele ponto em diante, ainda com bastante densidade, pelas margens do rio Doce, até encontrar o mar no litoral capixaba, em 21 de novembro de 2015.

Nesse ínterim, na vila de Regência foi montada uma operação nas margens do rio Doce, supostamente para conter o acesso da lama ao mar e proteger a vegetação na beira do rio e a vegetação de restinga da região da foz do rio Doce. A operação coordenada pela empresa OceanPact não foi eficiente para conter a *lama*, que facilmente atravessou a barreira de contenção instalada, conforme foi possível observar no dia da chegada da lama à foz. Segundo o laudo da Polícia Federal (n° 248/2016 – SETEC/SR/DPF/BA), “foi possível verificar que as boias de contenção não surtiram o efeito desejado para barrar o avanço da pluma, restando constatado que a turbidez da água em ambos os lados das boias era elevada” (apud SERRA, 2018, p.47).

Na ocasião da chegada da lama à foz, o rio, que antes estava com uma coloração esverdeada, ficou alaranjado, com a passagem da *pluma de rejeitos* alterando a turbidez da água. Bolhas formando uma espécie de espuma desciam o rio e estacionavam na vegetação das margens. A água do mar ficou nitidamente dividida em duas colorações, tendo em vista a dinâmica de diluição do material carregado. Uma mancha alaranjada formou-se no oceano Atlântico. Neste momento o carregamento dos rejeitos não apresentava violência similar àquela verificada na cabeceira do rio, pois parte do material foi contido no barramento da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, na divisa dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (MG)⁷⁷. Mesmo assim, na região do baixo rio doce, a turbidez da água era alta e muitos animais também foram encontrados mortos, entre eles várias espécies de peixes, aves e cobras. A empresa BIOMA, contratada pela Samarco, foi responsável por recolher esses animais no trecho entre Aimorés (MG) e Linhares (ES), conforme aponta a Nota técnica n°28/2015/CEPTA/DIBIO/ICMBio – *Impactos provocados pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da SAMARCO MINERADORA S.A na biodiversidade aquática da bacia do Rio Doce*. Entre os dias 16 e 23 de novembro, “foram contabilizados 7. 410 carcaças de peixe de 21 espécies entre a UHEs de Aimorés e Mascarenhas, sendo que a maior quantidade foi observada no lago da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas” (Nota Técnica n°28/2015/CEPTA/DIBIO/ICMBio, fls, 5). SILVA (2018) chama a atenção para o fato de o documento técnico não fazer “referência à forma com que a empresa trabalhou, há somente o relato de mortandade em Regência e a ausência do quantitativo para a vila” (SILVA, 2018, p.

⁷⁷ Junto com a densa camada de lama que descia pelo rio Doce, entulhos, vegetações arrancadas, carcaças de animais e restos mortais foram contidos no barramento da usina, inclusive, evitando que estes últimos, arrastados pela violência da lama, continuasse a viagem em direção ao Oceano Atlântico. A situação era dramática. SERRA (2018) conta que um dos trabalhadores desaparecidos teve o corpo encontrado, sete dias após o rompimento da barragem, no lago da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Ao todo cinco corpos foram encontrados no interior desse lago.

97). Mas, durante o trabalho de campo na vila de Regência, alguns pescadores, que na época prestavam serviço para Ocean Pact, relataram que ficaram incumbidos dessa delicada tarefa de retirar os animais mortos. Na ocasião da conversa, realizada dois anos após o ocorrido, os pescadores não souberam dizer ao certo quantos animais foram encontrados mortos naquele período pois tão rápido eles eram encontrados, eram enterrados pelos próprios pescadores, nas ilhas situadas no interior do rio Doce e próximo à praia de Povoação (Anotações pessoais de campo, janeiro e fevereiro de 2017).

Diante da crise deflagrada pelo colapso da barragem de Fundão, um contexto de incertezas e insegurança foi produzido sobre a composição química dos rejeitos, a qualidade da água e os efeitos disso para a população. Nesse sentido, uma corrida por coletas e análises da água do rio foi realizada por um conjunto heterogêneo de instituições, como órgãos públicos estaduais e federais, ONGs, universidades, pesquisadores independentes e a própria empresa⁷⁸. No primeiro período em que estive em campo na vila de Regência, entre novembro de 2015 e março de 2016, antes da assinatura do TTAC, era possível observar diariamente grupos distintos de pesquisadores fazendo a coleta da água, da fauna e da flora encontrada na região. Essa situação se prolongaria nos anos posteriores em função dos arranjos institucionais adotados no caso.

Apesar da intensa movimentação de pesquisadores os resultados das análises não eram apresentados publicamente na vila, e poucas informações sobre a composição química dos rejeitos eram disponibilizadas à população local de forma ampla e elucidativa. Muitos laudos, relatórios e notas técnicas foram produzidos naquele período, por diferentes instituições e de diversas áreas do conhecimento. Concomitantemente à profusão de laudos, verificou-se a indisponibilidade dos resultados de tais pesquisas para a maioria da população. E quando disponíveis, não dialogavam com a comunidade e não atendiam a demanda propositiva (SILVA; TORRES, 2018). Na oportunidade, ressalta-se que parte desse material foi disponibilizado em sítios eletrônicos específicos. No entanto, para acessar e compreender tais documentos era necessário respectivamente um domínio com o uso de ferramentas tecnológicas e um conhecimento prévio em torno da linguagem específica e dos termos técnicos utilizados nesses documentos científicos. A ausência desse repertório técnico e

⁷⁸ Sobre o assunto ver a dissertação de Bianca Silva (2018): “A lama que rolou de cima: alguns desdobramentos sociopolíticos e sociotécnicos sobre as águas do rio Doce e do Oceano Atlântico, após o rompimento da barragem de Fundão, MG”. A autora analisa as práticas de conhecimento técnico-científico, construídas no contexto do desastre crime no rio Doce, entre 2015 e 2017.

tecnológico, observado entre a população leiga, contribuiria posteriormente para a proliferação da dúvida sobre a composição química dos rejeitos e sobre a qualidade da água do rio Doce. Ressalta-se que as pesquisas eram feitas na região da foz do rio Doce, mas os resultados não chegavam na mesma proporção. Quando disponíveis, os dados gerados a partir das pesquisas eram pouco elucidativos e/ou não dialogavam com as demandas apresentadas pela população local.

SILVA (2018), que analisou as práticas de conhecimento tecnocientífico construídas no contexto do desastre no rio Doce entre 2015 e 2017, apresenta um questionamento importante sobre caráter das *controvérsias científicas* que supostamente dominariam o debate em torno da técnica e dos procedimentos administrativos sobre o desastre (SILVA, 2018). Ela destaca que parte desses laudos e documentos científicos produzidos no período analisado “*não apresentavam conclusões que possam ser discutidas enquanto resultados que respondam às demandas dos atingidos, fazendo apenas com que novas pesquisas sejam estimuladas*” (SILVA, 2018, p. 93). Dito de outra forma, a autora enfatiza que não havia necessariamente o embate acerca dos resultados, mas as recomendações das pesquisas apontavam sempre para o horizonte de novos monitoramentos. Dessa forma, questionamentos aparentemente simples não eram plenamente respondidos à população na mesma proporção em que as pesquisas eram realizadas. Os questionamentos sobre a qualidade da água e do alimento permanecem sem respostas e sem alternativas, ampliando o sofrimento provocado por um contexto de incertezas.

De maneira geral, as possíveis explicações sobre a toxicidade de metais encontrados na água do rio foram traduzidas pelos moradores e interlocutores a partir da leitura das ações proibitivas no território, protagonizadas pelos agentes institucionais responsáveis. De imediato todas as atividades relacionadas às águas do rio e do mar foram interrompidas. A pesca e a navegação foram proibidas. E as praias no município de Linhares foram interditadas. Durante um longo período, o abastecimento de água na vila de Regência e povoados adjacentes foi realizado exclusivamente através de caminhão-pipa. Diante dessa situação, houve muita preocupação, por parte dos moradores, com a qualidade da sua água e do seu alimento. As famílias que apresentavam condições financeiras favoráveis, fizeram (e ainda fazem) uso de água mineral para o consumo humano (beber e alimentação). Todavia com o passar dos anos algumas atividades foram retornando ao cotidiano dos moradores. Nesse contexto de incertezas, a proibição da pesca permanece no ambiente marinho e torna-se um elemento importante nessa

dinâmica, enquanto o uso da água do rio Doce passa a ser flexibilizado.

Através dos veículos de comunicação era possível verificar que essa movimentação de pesquisadores em busca da coleta e análise da água ocorreu de forma similar em outras cidades e povoados atingidos pela *onda de lama*. O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) apresentou relatório logo nos primeiros dias após o rompimento da barragem (Relatório Técnico nº 17/11/2015), antes mesmo da lama chegar à foz, constatando a presença de metais como arsênio, cádmio, chumbo, cromo, níquel, mercúrio, cobre, ferro, manganês e alumínio, em valores acima do limite permitido pelas agências de regulamentação, em vários pontos de monitoramento (apud SERRA, 2018, p.47). Diante das afirmações da Samarco de que o rejeito depositado na barragem de Fundão era composto apenas por óxido de ferro e sílica e da garantia de que somente a empresa fazia uso daquela barragem⁷⁹, o IGAM, explicou que a presença de metais pesados constatado nos monitoramentos da pluma “pode ser devido ao revolvimento de grande volume de material de fundo ocasionado pelo deslocamento da pluma de rejeitos, o que pode ser causa da ressuspensão dos materiais que haviam sido depositados por longos períodos no leito do rio Doce” (IGAM apud SERRA, 2018, p. 48). O documento também salientava que não havia controle sobre “quando as condições do rio Doce retornarão à normalidade, devido às proporções do impacto causado pelo evento e a possibilidade de novos revolvimentos ocasionados por fatores externos, tais como a ocorrência de chuvas na bacia” (IGAM apud SERRA, 2018, p. 48).

Ademais, também de forma imediata, amostras de água também foram coletadas e analisadas a pedido do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) dos municípios de Baixo Guandu, ES, e Governador Valadares, MG, após o rompimento. As análises em destaque evidenciaram a presença de substâncias tóxicas à saúde humana, sendo que o primeiro laudo aponta a presença de elementos como arsênio, chumbo, cromo, zinco, bário e manganês, entre outros metais, com níveis muito acima do recomendável; e o segundo atesta uma quantidade de ferro, manganês e alumínio muito acima do tolerável para o tratamento de água e posterior uso humano do recurso (TOMMASI Analítica, 2015).

No litoral capixaba, o ambiente marinho também foi alvo de pesquisas e embates em torno dos seus desdobramentos. A demanda da pesquisa partiu do Governo do Estado do Espírito

⁷⁹ Todavia, com o andamento das investigações, foi comprovado que a Vale também fazia uso da barragem de Fundão (SERRA, 2018).

Santo que solicitou, através dos Ministérios da Defesa e do Meio Ambiente e Recursos Hídricos o apoio da Marinha do Brasil, “a qual disponibilizou o Navio de Pesquisas Hidroceanográfico Vital de Oliveira – NpqHo - (H-39) e uma equipe pluri-institucional de pesquisadores para realizar uma expedição de caracterização preliminar dos danos causados na área” (MARINHA DO BRASIL, 2016, p. 01). O objetivo da expedição foi verificar os impactos oceanográficos na fauna e flora da foz do Rio Doce e áreas marítimas adjacentes para que órgãos de diferentes esferas do governo desenvolvessem ações de recuperação da área. No período em que o navio esteve em missão, entre vinte e seis de novembro e cinco de dezembro de 2015, próximo à foz do Rio Doce era possível avistá-lo da praia “e disso emergiram algumas incertezas e discussões sobre os trabalhos realizados por parte dos moradores”, conforme lembrado por SILVA (2018, p. 107), durante o trabalho de campo realizado em sua companhia. Na ocasião, foi relatado que o navio precisava manter uma distância da *pluma de rejeitos* que permanecia na região da foz do rio Doce⁸⁰. O fato provocou indagações, entre alguns interlocutores “*se o navio da marinha não pode entrar nessa lama, imagina nós, moradores, tendo contato com essa água?*” (*Anotações de caderno de campo, dezembro de 2015*).

Os resultados apresentados no relatório de Análise dos Dados Coletados por meio do NpqHo Vital De Oliveira, durante o levantamento ambiental em Regência/ES, descrevem um cenário baseado em análise preliminar da área afetada, em um curto período de tempo. Foi detectada grande quantidade de sedimentos na área abrangida pela pesquisa, proveniente de fonte alóctone ao rio. Esses sedimentos apresentam uma dinâmica específica, baseada em três comportamentos distintos:

Os dados de MPS e sedimento superficial aqui apresentados mostram que o material que chega do rio se divide em 3 comportamentos distintos: um sedimento denso floculado que se deposita junto à foz; uma pluma junto ao fundo; e outra pluma de sedimento fino e de longo alcance que flutua na superfície (“pluma flutuante”). As duas plumas podem apresentar padrões de dispersão diferenciados no mesmo ponto, sugerindo que as forçantes que ditam a dispersão são diferentes. Isto é, pontos em que a superfície mostrou-se límpida apresentaram uma pluma junto ao fundo e pontos em que apresentaram esta pluma flutuante não necessariamente tiveram uma pluma junto ao fundo. Este comportamento foi variável de um dia para outro, indicando uma mudança rápida e drástica de direcionamento de dispersão das plumas (MARINHA DO BRASIL, 2016, p. 16).

⁸⁰ Segundo informações coletadas através de jornal local: “as amostras de água e sedimentos foram retiradas da foz do Rio Doce em duas estações oceanográficas de trabalho, com o auxílio de um bote do navio, em diferentes profundidades, uma a 10 metros e outra a 20 metros”. (G1/ES, 28/11/2015, publicado em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/navio-da-marinha-comeca-analisar-materiais-coletados-no-es.html>. (Último acesso em 18/01/2021).

Não foi identificada qualquer alteração que caracterizasse perigo à navegação. Sobre a composição da pluma de rejeitos, o relatório aponta que

[...] dentre os elementos metálicos identificados nas plumas três ocorreram em concentração acima do limite estabelecido pela resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para águas salinas do tipo I – Arsênio, Manganês e Selênio. Dois deles – Manganês e Selênio – ocorreram em alta concentração em amostras provenientes do Rio Doce, além do Chumbo. Esses metais podem ter sérios impactos, contudo, pouco conhecidos sobre os organismos marinhos. (MARINHA DO BRASIL, 2016, s/p.).

Como observação técnica e assuntos de interesse do conselho, o documento destaca que, “i. A dinâmica da pluma na superfície é diferente daquela no fundo; ii. A extensão (área) da pluma de superfície é maior do que aquela da pluma de fundo; iii. A dispersão das plumas é complexa e influenciada pelos ventos, correntes, marés, batimetria, vazão do rio e dinâmica de mesoescala; iv. As partículas que estão em suspensão na água são finas, entre 0.45 e 5 milésimo de milímetro” (MARINHA DO BRASIL, 2016, p. 34). No que se refere a sugestões para futuros trabalhos na área pelos demais órgãos competentes, “sugere-se que qualquer trabalho realizado na região em estudo seja precedido de uma avaliação das condições meteorológicas reinantes na área” (MARINHA DO BRASIL, 2016, p. 34). Por fim, o documento enfatiza que a pesquisa possui caráter preliminar e recomenda o acompanhamento das questões pelos órgãos públicos competentes.

Em relação aos desdobramentos dessa pesquisa, torna-se relevante destacar que no início de abril, 2016, foi feito o pedido de sigilo pelo período de cinco anos sobre as informações do relatório, limitando o acesso apenas à União⁸¹. A condição de sigilo ao Relatório da Marinha do Brasil veio a público após denúncia feita pelo Fórum Capixaba de Entidades em Defesa da Bacia do Rio Doce, que solicitou à Marinha do Brasil o acesso ao resultado das pesquisas, no entanto, o retorno do órgão vinculado à União foi negativo. Foi necessário que o Fórum Capixaba de Entidades em Defesa da Bacia do Rio Doce e a organização não-governamental (ONG) Transparência Capixaba acionassem a Justiça para conseguir acesso ao relatório, que, na ocasião, já estava em posse do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA). Por meio de nota, o IEMA informou que recebeu o documento com os resultados da pesquisa, porém, destacou o caráter reservado do documento. Ainda segundo o órgão estadual, através de

⁸¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/04/marinha-coloca-relatorio-da-lama-do-rio-doce-sob-sigilo-por-5-anos.html>. Acessado em: 26/01/2022.

declaração disponibilizada por veículo de comunicação local⁸², os resultados das pesquisas obtidos até aquele momento foram apresentados através de seminário realizado com pesquisadores da Ufes e de outras universidades do país e representantes do Iema, Tamar, ICMBio e Ibama. A informação sobre a condição sigilosa dos dados, que circulou ao público capixaba, através dos meios de comunicação provocou sentimentos de desconfiança com as instituições em destaque e ampliou a insegurança dos moradores atingidos. Na vila de Regência, a informação sobre o sigilo circulou acompanhada de muita preocupação pelos interlocutores. De maneira geral, a interpretação local sobre o pedido de sigilo foi relacionada ao fato de a área estar certamente contaminada.

A pesquisa contou com a participação das seguintes instituições: Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES) e Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) (MARINHA DO BRASIL, 2016, p. 01). O relatório não destaca quais grupos ou laboratórios dessas instituições universitárias integraram de fato a pesquisa, mas destaca os nomes dos pesquisadores (e o departamento no qual cada um atuava) que embarcaram na expedição. O trabalho de SILVA (2018), evidencia que dentre esses pesquisadores que participaram da expedição que culminou no relatório estão alguns dos que realizaram posteriormente o relatório consolidado da REDE UFES Rio Doce⁸³. Para a autora, esse mapeamento dos atores científicos envolvidos em distintas pesquisas, evidenciando a relação entre eles e as supostas redes de pesquisas criadas neste contexto, tornou possível a constatação de que não “estavam sendo travadas (pelo menos até então) controvérsias científicas. Antes, existiam pesquisadores mais próximos e menos próximos” (SILVA, 2018, p. 109).

Após esse embate em torno do sigilo dos resultados proveniente de pesquisas realizadas com o suporte técnico do Navio de Pesquisas Hidroceanográfico Vital de Oliveira (H-39) na região, a atuação do órgão estadual de meio ambiente (IEMA) foi alvo de novos questionamentos por parte da sociedade civil organizada, tendo em vista o processo de contratação de recursos humanos para atuar no contexto do desastre do rio Doce. Presenciei

⁸² Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/04/marinha-coloca-relatorio-da-lama-do-rio-doce-sob-sigilo-por-5-anos.html>. (Último acesso em 18/01/2021).

⁸³ Monitoramento da Influência da Pluma do Rio Doce Após o Rompimento da Barragem de Rejeitos em Mariana/MG – Novembro de 2015: Processamento, Interpretação e Consolidação de Dados.

em uma Audiência Pública realizada na ALES em junho de 2016 a denúncia de que o IEMA havia contratado cerca de trinta profissionais, em regime de designação temporária, para atuar no caso e esses profissionais relataram a necessidade de assinatura de um termo de confidencialidade das informações coletadas referente a um período de dez anos.

Na ocasião da audiência, a resposta do então secretário de meio ambiente foi a seguinte: *“eu não participei da assinatura do contrato dos DT’s, tô na secretaria desde o final de abril, eles já estavam lá, a minha equipe tá dando a informação que essa questão da confidencialidade, ela foi assinada conforme prevê a Lei 146 do Servidor Público”*. E continuou, *“O fato é, que nada que nós produzimos é documento sigiloso, todos os nossos documentos são públicos, e eles vão ter acesso por todos, quem quiser e quem tiver interesse, ok?”* (Secretário Estadual de Meio Ambiente, 29/06/2016). Na sequência o representante do fórum das entidades em defesa do Rio Doce, entidade que solicitou a audiência em questão, informou que a situação dos DTs e o termo de sigilo era ciência do fórum e que já haviam feito uma denúncia sobre o fato e acrescentou: *“temos só essa cobrança pra que o governo não opere para a situação toda se tornar uma caixa-preta, inviolável. Mas, tudo seja colocado à sociedade”* (Vitor César Zilli Noronha, representante do Fórum em Defesa da Bacia do rio Doce, audiência pública em 29/06/2016).

4.3. Espaços destinados ao diálogo: disciplinamento e poucas respostas elucidativas

Nesta seção apresento duas situações sociais de cunho ritualizado, no intuito de agregá-las ao debate em torno da gestão das afetações e da promoção das incertezas. As situações foram vivenciadas ao longo do ano de 2016 quando pude acompanhar duas audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) sobre o contexto estudado: (1) a primeira em junho de 2016; e (2) a segunda em dezembro de 2016.

I. Situação 1: [29 de junho de 2016, Assembleia Legislativa do Espírito Santo].

Cheguei ao prédio da Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo e na portaria, sem solicitar informações prévias, já fui direcionada para o plenário onde aconteceria a audiência com o tema *“O desastre ambiental em Mariana e suas consequências causadas pela Samarco”*. Após percorrer alguns corredores do prédio da assembleia, cheguei ao plenário

indicado. No corredor que dava acesso ao plenário, já era visível uma pequena aglomeração de pessoas aguardando o início da sessão. Nesse momento encontrei alguns amigos da universidade, moradores de diversos municípios atingidos como Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Aracruz, e interlocutores da vila de Regência e povoados adjacentes. Parei e conversei brevemente com alguns interlocutores sobre as nossas impressões e as expectativas com aquela audiência. Dentro do plenário também estava cheio.

Pouco tempo após minha acomodação, iniciou-se o rito de composição da mesa. Nesse momento já se encontravam presentes à mesa dois deputados: Rafael Favatto (Patriota/ES), na época Presidente da Comissão de Proteção e Meio Ambiente e Defesa dos Animais, e Josias da Vitória, na época representante da Frente Parlamentar pró Rio Doce. As demais autoridades foram convidadas a compor a mesa, nesta ordem: (i) o Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da seccional Espírito Santo, seção Espírito Santo, Dra. Simone Silveira, (ii) o Procurador-Geral do estado do Espírito Santo, Dr. Rodrigo Rabello Vieira, (iii) o representante da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DP/ES), Dr. Felipe Vieira, (iv) o representante do Fórum das Entidades em Defesa do Rio Doce, Vitor César Zilli Noronha, (v) o Gerente-Geral da Samarco, Sr. Alexandre Souto, (iv) o Secretário de Meio Ambiente do governo do Estado do Espírito Santo, Sr. Aladim Cerqueira, (vii) o Promotor de Justiça da Décima Segunda Promotoria de Justiça Cível de Vitória e Coordenador de Meio Ambiente e Urbanismo da Região Metropolitana, Dr. Marcelo Lemos Vieira. E por fim, após a reprodução sonora do Hino Nacional, também foi convidado a compor a mesa (viii) o Gerente de Recursos Naturais do IEMA, no Espírito Santo, Fabiano Zamprogno Novelli. Nesta fase introdutória, durante a apresentação da mesa, o Gerente-Geral da Samarco, o Secretário de Meio Ambiente do governo do Estado do Espírito Santo e Gerente de Recursos Naturais do IEMA foram recebidos com intensas vaias e gritos poucos amistosos das pessoas que estavam no plenário. As intervenções sonoras partiram de diversas partes do plenário, não sendo possível identificar um grupo específico como protagonista da ação. A manifestação evidenciava o descontentamento das pessoas atingidas, presentes naquela sessão, com a empresa e os órgãos ambientais, sinalizando uma nítida insatisfação com as práticas que vinham sendo adotadas por essas instituições.

Seguindo o protocolo, a primeira fala da mesa foi do deputado Rafael Favatto, presidente da Comissão de Proteção e Meio Ambiente e Defesa dos Animais. O deputado rapidamente agradeceu a presença de todos e usou parte do tempo da sua fala para questionar as

intervenções e manifestações das pessoas atingidas e demais presentes no plenário:

Eu sei da insatisfação de cada um com a situação, com tudo, mas se a gente não seguir o trabalho, né, [...] as manifestações não ajudam, as vezes elas atrapalham o trabalho, porque a gente tá aqui num ambiente pra criar um diálogo e é isso que nós queremos sair daqui, com soluções e proposições para resolver, né, o crime ambiental que foi ocorrido (Deputado – Presidente da Comissão de Proteção e Meio ambiente e Defesa dos Animais da ALES, 29/06/2016, grifo nosso).

Na oportunidade ele também destacou o objetivo da reunião no sentido de *promover o diálogo com a sociedade*, integrando *todas as partes envolvidas* para, então, achar uma *solução viável para todas as áreas*:

*[...] esse é o nosso desafio de hoje: um **diálogo com a sociedade** né, essa, essa reunião foi fruto de um primeiro debate que eu fui visitar o fórum [em defesa do rio Doce] e de lá surgiu a necessidade de fazer uma audiência pública aonde a Assembleia pudesse chamar a sociedade civil, chamar as entidades, chamar o governo do estado, chamar a defensoria pública, chamar a empresa, né, **todas as partes envolvidas para que, em conjunto, achasse uma solução viável para todas as áreas.** (Deputado – Presidente da Comissão de Proteção e Meio Ambiente e Defesa dos Animais da ALES, 29/06/2016, grifo nosso).*

E continua questionando as intervenções da população atingida, através das vaias e gritos, para manifestar o descontentamento com a situação vivenciada nesse que seria o espaço, sugerido pelo próprio deputado, privilegiado para estabelecer o diálogo com a sociedade: “*Então as manifestações, assim, a gente acha que são importantes, mas, nós precisamos dar seguimento no trabalho, né [...]*” (Deputado – Presidente da Comissão de Proteção e Meio ambiente e Defesa dos Animais da ALES, 29/06/2016). Observa-se que a noção de *diálogo com a sociedade* é apresentada de forma unilateral, com o deputado priorizando a construção do consenso entre as “*partes envolvidas*”. Sobre o assunto é importante destacar que ao longo da audiência a noção de *diálogo entre as partes envolvidas* vai sendo construída atrelada à noção de consenso.

Em seguida, o deputado Josias da Vitória, representante da Frente Parlamentar pró Rio Doce, cumprimentou todos os presentes e utilizou a oportunidade para fazer um breve resgate sobre a atuação da ALES, até aquele momento, no que se refere ao contexto do desastre. Destacou as visitas técnicas, as reuniões, as audiências públicas realizadas nas localidades atingidas com o intuito de, nas palavras do deputado, “*encontrar caminhos para amenizar o sofrimento das pessoas*”.

Só lembrando a todos os presentes, essa é a Assembleia Legislativa do Estado do

Espírito Santo, essa é a casa que recebe a população, né, que acolheu uma manifestação do fórum Rio Doce [...] aproveitem a oportunidade da grande maioria dos parlamentares, que aqueles que não estiverem aqui, talvez por conflito de agendas, eles possam estar com seus assessores para que os senhores possam passar o sentimento, as dificuldades, problemas vivenciados, desde a data de cinco de novembro até aqui que foi criada uma comissão nesta casa e eu tive a oportunidade de presidir apoiado pelos nossos parlamentares, né, com o sentimento da grande maioria dos senhores, talvez não tão profundo porque alguns vivem exclusivamente da pesca, vivem do Rio Doce e tiveram nas suas famílias uma dificuldade tremenda que não dá pra se medir, mas nós vivemos aqui a angústia, o sentimento dessas pessoas, andamos em todos esses municípios, distritos até Mariana, fizemos dezenas e dezenas de audiências públicas aqui, avisando na TV Assembleia, nos veículos de comunicações para que nós possamos, pudéssemos, naquela época encontrar caminhos para amenizar o sofrimento das pessoas (Deputado – Representante da Frente Parlamentar Pró Rio Doce, 29/06/2016).

O deputado continua sua fala ressaltando que o período no qual a instituição se deslocou até os territórios foi fundamental para que ela pudesse conhecer a realidade vivida pelas pessoas atingidas e com isso pudesse adotar medidas que fossem condizentes com as demandas locais. Todavia os conhecimentos advindos do território são colocados numa ordem que se aproxima de certa depreciação, pelo próprio deputado.

[...] e olha, eu quero só aqui no início dessa manifestação falar, para vocês que, muitas pessoas, às vezes sem posição social, SEM CULTURA, como muitos tem aqui neste parlamento e em tantas instituições, me deram ideias extremamente importantes para aproveitar, que essa casa aqui pudesse colaborar e comprar algumas brigas emergenciais naquela época como foi a distribuição de águas, a distribuição de mantimentos, que nós precisamos tanto, principalmente na cidade que eu moro, Colatina, que valeu muito a pena ouvir a sociedade (Deputado – Representante da Frente Parlamentar Pró Rio Doce, 29/06/2016).

Na sequência, adotando a mesma estratégia do deputado anterior de evitar o dissenso, o deputado também questionou a finalidade das intervenções sonoras, identificadas entre vaias e gritos, ao longo da reunião.

Portanto, a minha sugestão é que vocês possam aproveitar muito essa audiência, de maneira que ela possa ser resolutiva, construtiva e propositiva. Porque a manifestação, a gente sabe que, ela é muito importante e todos aqui podem se manifestar, mas, que vocês possam se manifestar, principalmente, pensando num resultado que a gente possa encontrar. Porque, da minha parte, não tem nenhum doutor aqui pra saber o caminho que a gente possa percorrer, mas, não tem NINGUÉM melhor que a gente que possa ouvir de quem tá vivenciando esse problema, portanto é a minha sugestão e eu acredito que a gente possa ter uma boa e grande audiência pública (Deputado – Representante da Frente Parlamentar Pró Rio Doce, 29/06/2016).

Percebe-se que esse momento introdutório da interação ritualizada foi utilizado pelos parlamentares para introduzir o tema da audiência pública e disciplinar os atingidos presentes naquela ocasião e que, segundo eles, deveriam estabelecer um diálogo entre todas as partes

envolvidas no processo. Sendo assim, ambas as partes questionaram os repertórios adotados pelos atingidos para manifestar o descontentamento com a situação vivenciada.

Continuando com a descrição da audiência pública, o representante do Fórum das Entidades em Defesa do Rio Doce foi convidado a se manifestar. De imediato, o representante do Fórum solicitou que sua oratória fosse antecedida pela manifestação do representante da Samarco. Prontamente, a solicitação foi negada pelo presidente da sessão, que justificou a sua decisão alegando atendimento ao protocolo previsto pela casa. No caso, foi o Fórum em Defesa do Rio Doce quem solicitou a audiência, portanto, deveria ser a primeira instituição a discursar. O impasse criou certo constrangimento entre a mesa e o plenário. O recurso das vaias foi novamente utilizado, desta vez para evidenciar o descontentamento das pessoas no plenário com a decisão do presidente da sessão. Houve ainda uma pequena discussão sobre a ordem das apresentações, que levou alguns minutos da audiência. Com a solicitação negada, o representante do fórum das entidades em defesa do Rio Doce dirigiu-se ao espaço destinado à oratória.

Vitor Noronha, na situação de representante do fórum, destacou que passados sete meses da tragédia, a entidade que ele representava já havia tido a oportunidade de se manifestar em duas organizações internacionais, como era o caso da Organização das Nações Unidas (ONU) e na Organização dos Estados Americanos (OEA), mas ainda não havia tido espaço naquela casa. Agradeceu a oportunidade, porém lamentou que a solicitação feita sobre a representação dos fóruns locais na mesa desta sessão não houvesse sido atendida pelo presidente da sessão. Na oportunidade, ele explicou que o Fórum das Entidades em defesa do Rio Doce contava, na época, com oitenta entidades, que integravam áreas como os direitos humanos, o ambiental, além de movimentos sociais, igrejas, órgãos de classe e tantos outros técnicos, cientistas, juristas e voluntários, que se auto-organizam, acompanhados dos fóruns locais, a fim de garantir o controle social daquilo que vem sendo feito pelas empresas e pelos estados. Os fóruns locais são organizações formadas por moradores e entidades atingidas pelos rejeitos. Nesse sentido, a participação de um representante de cada fórum local seria imprescindível para a qualidade daquela audiência pública, pois garantiria uma representatividade local dos territórios atingidos pelo rompimento da barragem. Situação que foi negada pela presidência da sessão.

No decorrer da sua fala, Vitor, argumentou ainda que o princípio das ações realizadas pelo fórum, segue a premissa de que *“não foi acidente. Trata-se de um crime para nós atingidos. É uma afronta se referir a esse crime como tragédia ou como acidente”*. No intuito de confirmar essa afirmação, listou uma dezena de argumentos, inclusive denúncias já apontadas em relatório da Polícia Federal, que corroboram a interpretação de que houve um conjunto de falhas, que apontam, no mínimo, para a negligência da empresa no que se refere à segurança da barragem de Fundão. Dito isso, acrescentou que o *“fórum repudia o acordo assinado e já homologado em juízo, de forma absolutamente ilegal”* [Faz referência aqui ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC – também chamado “Acordão”]. E, antes de finalizar, apresentou as pautas de reivindicação, trazidas pelo fórum, a essa audiência pública. Vitor encerrou sua fala com fortes aplausos das pessoas presentes no plenário.

Na sequência, foi a vez do Gerente-Geral da Samarco. Durante toda a sua apresentação, vaias e gritos explicitavam o descontentamento daqueles que assistiam à apresentação. A despeito da reação dos atingidos e apresentando bastante calma para a situação que não aparentava ser amistosa, o Gerente-Geral da Samarco introduziu a sua apresentação agradecendo o espaço disponibilizado pela ALES, para que a empresa pudesse estabelecer um diálogo com a sociedade: *“[...] a gente tem buscado todos os espaços possíveis pra dialogar com a sociedade, esse é um espaço importante”*. Em seguida, introduziu um pedido de desculpas direcionado a todas *“aquelas pessoas que, nesse momento, vivem uma realidade muito difícil”* (Gerente-Geral da Samarco Mineração, 29/06/2016). Sua estratégia segue um padrão verificado no conjunto de respostas protagonizados pelos diferentes agentes que representam a empresa em distintos espaços de interação com os atingidos: reconhece o problema como um *acidente*, pede desculpa *àquelas pessoas que estão sofrendo* e garante que será feito um trabalho para garantir a *condição anterior à ocorrência do acidente*.

Eu sou empregado da Samarco há vinte anos, e venho pedir desculpa em meu nome, em nome de todas as pessoas, que nesse momento, vivem uma realidade muito difícil. A gente solidariza com todos vocês. A gente reconhece que os impactos causados pelo rompimento da nossa barragem, no dia cinco de novembro, têm um tamanho enorme, tem uma complexidade imensa. E estamos aqui nos comprometendo em fazer todo o possível pra poder minimizar esses impactos, pra poder trabalhar nas esferas social, econômica, ambiental e, ao final de todo esse processo, assegurar que cada pessoa impactada por este acidente tenha reestabelecido seu modo de vida, sua dignidade, sua condição anterior à ocorrência do acidente (Gerente-Geral da Samarco, Transcrição da Audiência Pública, em 29/06/2016).

Na sequência da apresentação, o Gerente-Geral da Samarco seguiu com uso de um

equipamento multimídia para projetar em tela o que ele chamou de “*perfil do acidente*”. Nos slides que foram projetados havia uma série de mapas e fotos que ilustravam a tragédia deflagrada com o rompimento da barragem. Nos slides organizados pela corporação era possível ver o mapa e imagens do município de Mariana, do rio Doce e da hidrelétrica de Risoleta Neves (Candonga). Sobre Candonga, o Gerente-Geral informou que a estrutura da hidrelétrica conseguiu conter “*noventa por cento, mais ou menos, do material que foi liberado da barragem*”.

Alegando que a Samarco não mediu esforços para *mitigar os impactos*, ele classificou como *momentâneo o impacto causado na qualidade da água* e, inclusive, também classificou de *momentâneo o impacto causado na vida daquelas pessoas que exerciam atividades econômicas no rio Doce*. Nesse ínterim, as intervenções dos atingidos, através de vaias e gritos, foram ainda mais barulhentas. Enquanto o funcionário falava sobre esse *aspecto momentâneo do impactos*, as pessoas atingidas questionavam, aos gritos, a afirmação de que os impactos teriam um caráter transitório. Apesar das manifestações, o Gerente-Geral continuou explanando. Até que a sua fala foi interrompida por uma atingida, que do plenário e sem o uso de microfone, levantou-se da cadeira e gritou: “*o rio tá morto*” e seguiu falando, aos gritos, que “*muitos pesquisadores já afirmaram que o tempo de recuperação desse rio será longo. Vocês estão mentindo!*” A mulher foi advertida pelo presidente da mesa, novamente contrário às intervenções das pessoas atingidas, alegando que estas não condiziam com aquele espaço de diálogo.

Passada a advertência, o Gerente-Geral da Samarco adentrou no assunto relacionado ao TTAC, acordo extrajudicial assinado entre as empresas, a União e as demais instituições do Estado:

[...] foi assinado um termo de ajustamento de conduta. O governo federal, o governo dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais entraram com ação civil pública e essa ação foi discutida com as empresas, com a Samarco e suas acionistas né, e, por fim identificou-se que a melhor solução, né, pra esses impactos visto que é muita coisa, são muitas entidades, há muitas decisões conflitantes, dificuldades de se alinhar aos planejamentos, alinhar as ações, é, criar um termo como um ponto de partida para todas as ações que seriam desenvolvidas era uma etapa fundamental (Gerente-Geral da Samarco, Transcrição da Audiência Pública, em 29/06/2016).

Ele destaca a legalidade do processo e o compromisso da Samarco e suas acionistas:

Então esse acordo ele foi assinado, foi homologado pela justiça trazendo sim, um caráter de legalidade pra esse acordo e tem um ponto muito importante, esse termo

de ajustamento de conduta é um compromisso da Samarco e suas acionistas em reparar todos os impactos, não existe, qualquer relação desse compromisso com a retomada das atividades da empresa. (Gerente-Geral da Samarco, Transcrição da Audiência Pública, em 29/06/2016).

Ainda sobre o assunto do TTAC, ele rebate as críticas feitas anteriormente pelo representante do Fórum das Entidades em Defesa do Rio Doce, comentando que não haveria teto de gastos para as atividades de reparação, e sim, *“uma parcela do financiamento que diz respeito a ações compensatórias, mas a reparação integral dos danos está preservada”*. Em seguida, o restante do tempo e mais alguns minutos extras, que foram disponibilizados pelo presidente da mesa, foram utilizados pelo Gerente-Geral da Samarco para apresentar os quarenta e dois programas socioambientais e socioeconômicos previstos no acordo⁸⁴, a criação de uma fundação de direito privado (Fundação Renova) para gerir todos os programas previstos e também destacar o modelo de participação previsto no Comitê Interfederativo (CIF), alegando *o compromisso da Samarco com a democratização e a transparência em todo o processo.*

Na sequência da audiência pública, o presidente da mesa convidou o Subprocurador Geral, Dr. Luís Henrique Miguel Pavan, que falou em nome da Procuradoria-Geral da União. Durante quinze minutos, o subprocurador endossou as palavras do Gerente-Geral da Samarco, arguindo sobre a legitimidade do acordo, o TTAC. Para isso, ele ressaltou a experiência jurídica das pessoas envolvidas na elaboração do TTAC ao adotarem tal dispositivo. Reproduzo aqui a justificativa apresentada pelo subprocurador para elaboração e assinatura do acordo em questão:

*E porque discutir o acordo, eu acho que esse é um ponto que os senhores têm que saber. Porque isso é uma questão de experiência jurídica, que se nós adotássemos o caminho tradicional, que é entrar com uma ação civil pública, esperar a decisão do judiciário pra tratar de um tema tão complexo que tem vertentes sociais, econômicas, ambientais, essa ação, **com base na nossa experiência, nas ações que nós já tratamos do tema, é coisa pra décadas, ou seja, a gente ia pegar, ia ficar discutindo no judiciário e não íamos ter nenhuma garantia, pelo menos, mínima pra poder com base nisso daí a gente poder tratar dessa recuperação, dessa compensação e dessa mitigação por essa série de danos, né. Então ao longo dos meses, né, de janeiro e fevereiro foi feito esse acordo judicial.** (Subprocurador, representando a Procuradoria-Geral da União, Transcrição da Audiência Pública, em 29/06/2016).*

Em relação aos convidados para compor a mesa nesta audiência Pública, ainda foram

⁸⁴ Em outro trabalho, realizado em coautoria, outra pesquisadora destacou que, enquanto o representante da Samarco anunciava os programas socioambiental e socioeconômico previstos no acordo, ilustrações dessas futuras iniciativas eram projetadas em tela: *“como muitas das iniciativas que estariam para ser realizadas do rio Doce estavam ilustradas em slides com imagens de confecção virtual, via ferramentas de software de edição e apresentação, as mesmas deram um caráter hiper-real à apresentação, e ouviam-se interjeições jocosas, como a de que “vai virar um clube” (CREADO et al., 2017, p. 259).*

realizadas três falas: (1) o representante da OAB, (2) o Subdefensor Público Geral do estado do Espírito Santo e (3) o prefeito da cidade de Linhares, Guerino Zanon. Somente após todas essas manifestações das autoridades que estavam compondo a mesa, o espaço foi aberto para o debate e a participação dos atingidos e atingidas e demais pessoas presentes naquela sessão.

No momento de abrir as inscrições para intervenções do público presente, houve cerca de duas dezenas de manifestações de diferentes agentes: representantes de organizações não governamentais (ONGs), ambientalistas, pessoas atingidas de diversos municípios e povoados do estado do Espírito Santo, representantes de fóruns e associações locais, surfistas atingidos, entre outros. Cada intervenção tinha o limite de três minutos. Para sistematizar a descrição desse espaço ritualizado de interação, organizei os conteúdos desse conjunto de intervenções em cinco grupos temáticos: (1) questionamentos em torno das classificações sobre o rompimento da barragem: *acidente x crime*; (2) conflitos relacionados aos dispositivos adotados pela empresa nos territórios, incluindo o cadastramento das pessoas atingidas e o auxílio emergencial; (3) questionamentos sobre a limitação da categoria *impactado* adotada pela empresa (que invisibilizou uma grande quantidade de grupos afetados, entre eles, como destacado na ocasião, os moradores do litoral norte do estado do Espírito Santo, bem como toda a cadeia produtiva da pesca artesanal – beneficiamento e comercialização – e os trabalhadores que vivem do turismo e comércio nas áreas afetadas, todos invisibilizados pela empresa); (4) descontentamento em relação às ações protagonizadas pelos órgãos ambientais, resgatando o histórico de atuação desses órgãos, por vezes mais próximos dos grandes empreendimentos em detrimento das populações afetadas; (5) conflitos sobre a qualidade da água, tanto do rio Doce quanto aquela disponibilizada para o consumo humano, que provocava a insegurança e vulnerabilidade dos atingidos e dos territórios afetados. Tendo em vista o objetivo deste capítulo, na sequência, vou me deter ao conteúdo do último grupo.

Durante a sessão os atingidos trouxeram suas experiências sobre as mudanças socioambientais em seus respectivos territórios, por exemplo, as alterações no comportamento da fauna e flora local, as dúvidas sobre doenças e mortes que acometem os moradores das regiões atingidas, como o aparecimento de dermatites diversas, doenças estomacais e intestinais, entre outras. Reproduzo aqui alguns trechos dessas manifestações:

[...] é necessário a gente revisar o conceito de atingidos. [...] durante a primavera eo verão predominavam o vento nordeste, a ondulação leste, a pluma, e

visualmente a lama ela permanecia na foz do Rio Doce. Entrou o outono e o inverno, predominam-se as ondulações sul e o vento sul, então, assim, **existem várias denúncias das populações do norte, das comunidades pescadoras, coletoras do Norte, desde o Pontal do Ipiranga, Uruçuquara, Barra Seca, Barra Nova, Guriri. Denúncias de mortandade de peixes, de mariscos se comportando de forma muito estranha, a partir do conhecimento que aquelas pessoas têm daquele meio ambiente, e, é notório, a galera do surf também pode descrever isso muito bem e assim, a presença da lama da Samarco no norte do estado do Espírito Santo [...]** Então, assim, há uma necessidade de lançar luz ao norte do estado a essas comunidades que estão aqui representadas e a gente precisa de uma força tarefa das entidades responsáveis pra de fato avaliar essa conjuntura, pra gente poder dizer inclusive né, que de fato essas populações elas devem ser incluídas nas preocupações tanto das políticas públicas, quanto da Samarco. **A Samarco, ela precisa se fazer presente no norte da cidade de Linhares. Há uma presença muito tímida, existem alguns cartões que foram distribuídos, mas eles, a Samarco não tem noção e nem os entes públicos do que está acontecendo no norte do Espírito Santo!** (Atingido de Regência, sociólogo, surfista e ativista na Foz do Rio Doce, 29/06/2016).

Eu venho aqui denunciar o absurdo da atual situação do abastecimento público de água no nosso município, Colatina. [...] para além do problema da escassez, tão noticiado nos últimos tempos, soma-se o problema da contaminação. **A imensa maioria do povo pobre e trabalhador do município, enquanto eu, né, me incluo, cuja a renda familiar não permite a compra de água mineral, creches, escolas e hospitais servem-se de água contaminada para a satisfação da necessidade, das necessidades diárias.** A perfuração desordenada de poços fragiliza inúmeras estruturas trazendo à tona sério problema de ocupação de solo urbano. [...] **As únicas análises realizadas e disponibilizadas pelo Sanear são financiadas pela empresa criminosa, a Samarco, ((aplausos)) e não constam, nestas análises laudos toxicológicos que comprovem a não existência de metais pesados cujos efeitos cumulativos em nossos organismos são nefastos.** As obras de captação alternativa de água para o município estão paradas e mesmo que estivesse a plena operação a análise séria dos afluentes do Doce não indica a possibilidade de abastecimento imediato a partir deles pois encontram secos e sujos [...]. Exigimos o retorno do fornecimento de água mineral à população do município de Colatina e que seja feito de maneira séria, via compensação financeira ou logística factiva às necessidades da população evitando enormes transtornos. Repudiamos veemente a atuação do prefeito do município de Colatina ((aplausos)) e presidente do Comitê da Bacia do Doce, [...] absolutamente todos os movimentos desse senhor ocupando cargos de tão extrema importância para a defesa dos interesses dos atingidos caracterizam-se pela defesa desavergonhada dos interesses da empresa criminosa, a Samarco.((aplausos e ovações)) (Atingida de Colatina, 29/06/2016).

Antes o nosso mar era chamado de Caribe capixaba, hoje o nosso mar é o mar de lama, de rejeito e de doenças, porque metais pesados traz doença, nossos peixes estão com câncer, estão totalmente feridos, peixes nojentos, doentes, certo? Nós não temos dignidade, nós não temos trabalho digno que é o nosso...nosso trabalho de buscar o peixe no mar, nós não temos uma comunidade alegre e satisfeita porque nossa comunidade hoje vive na violência, vive no descaso e no acaso, num marasmo porque não tem serviço, **recebendo uma miséria da Samarco, que esse dinheiro que a Samarco dá não supre as necessidades dos pescadores, das pessoas que vivem da pesca.** A doença está tomando conta das pessoas. Queremos dizer também que pescador não é só aquele que vai pro mar buscar o peixe no barco, é aquele que beneficia o peixe, é aquele que vende o peixe, é aquele que come o peixe, certo? É o banhista que usa nossa praia que hoje em dia não temos mais, então quero dizer aqui senhores e senhores que estão aqui representando, cadê a consciência de vocês? (Pescadora atingida da Barra do Riacho, Aracruz, 29/06/2016).

Algumas intervenções também foram protagonizadas por moradores de Regência e povoados adjacentes, como foi o caso de Areal, que estavam presentes na ocasião da audiência pública:

Eu sou moradora da vila de Regência. Para quem não conhece é uma vila de pescadores e voltada também para o turismo. Regência, antes era uma vila voltada para a pesca, onde se retirava o sustento para o pescador e para a sua família e os demais, porque não era somente o pescador que era voltado a pesca, tinha pessoas que, indiretamente, dependia desse pescado, que hoje não se pode mais utilizar e nem ir até ao rio ou ao mar para buscar. A qualidade da nossa água foi embora. Nós estamos recebendo uma água que a gente não sabe a procedência. A água que está chegando às nossas torneiras é de coloração escura, preta, como uma borra de café, quando não chega fedendo a ferrugem e amarelada, como disse a colega, cor de fanta, laranja, e nós não temos resposta de onde essa água vem. E quem é que vai utilizá-la? Eu? Eu compro a minha água, porque eu não confio nela, mas é aquele que não pode, da onde que ele vai tirar [dinheiro] pra não consumir essa água? Ele vai beber e os problemas estão sendo gerados (Atingida de Regência, Linhares, 29/06/2016).

*Eu vim aqui representando a comunidade de Areal, que fica próximo a Regência. Já foi falado muito sobre a catástrofe, o crime. Venho ressaltar que **nossa comunidade é uma comunidade familiar, ela vive direta e indiretamente também com a pesca, ela fica a menos de quinhentos metros do Rio Doce e rodeado por lagoas, essas lagoas, né, somam um total de sete, [sendo que] duas, as principais delas, foram contaminadas pela lama, os rejeitos, da Samarco.** Ressaltando a pergunta sobre o perfil, gostaria de saber que raio de perfil é esse que todo mundo quer saber, que a Samarco quer pra poder ser beneficiado com o cartão... ((palmas)) e nessa lama, que chegou à comunidade contaminando lagoas e rios, acabou acontecendo algo pior, os nossos lençóis freáticos também foram contaminados e até agora não tivemos retorno nenhum de uma solução definitiva, gente! O que vai acontecer com a gente recebendo esse tipo de veneno? Porque não só adultos consomem ela, crianças também. Temos que pensar no futuro, o que vai acontecer com a gente, na nossa comunidade, tanto pequeno como comunidade grande, queremos sim uma resposta já e a gente quer pelo menos sair com ela definitiva aqui hoje. (Atingido de Areal, distrito de Regência, Linhares, 29/06/2016).*

Após a rodada de intervenções, seguindo a ritualidade da ocasião, foi aberto um espaço para os integrantes da mesa responderem aos comentários e às indagações realizadas pelos atingidos e atingidas. Nesse momento o representante do Fórum endossou os questionamentos realizados pelos demais atingidos, enquanto o Gerente-Geral da Samarco tentou, com pouca aprovação de público presente, tecer comentários sobre os questionamentos apresentados. Na sequência deterei a atenção aos comentários do Gerente-Geral da Samarco.

Em relação ao abastecimento de água em Colatina, que depende exclusivamente do rio Doce, o Gerente-Geral da Samarco afirmou que “os laudos apontam para a potabilidade da água”, mas, sem mencionar quais laudos. Também enfatizou que a questão foi amplamente discutida com a “Justiça, Ministério Público, órgãos locais, quando houve a suspensão do fornecimento de água em Colatina, já havia uma quantidade enorme de laudos atestando, de

acordo com todas as portarias, de acordo com toda a legislação, a potabilidade da água”.

Ainda sobre os laudos, explicou que a relação entre a Samarco e os laboratórios era exclusivamente econômica, negando qualquer tipo de interferência da empresa:

“A respeito da contaminação, a gente tem executado testes: na água, nos peixes, nos mariscos é verdade sim que todos os custos estão sendo pagos pela empresa, essa é uma imposição dos órgãos que a gente acha correta porque não seria justo que o dinheiro público arcasse com um problema causado pelo, eh, rompimento da nossa barragem. Um ponto que eu queria colocar é que todos os laboratórios, eh, são certificados e que os resultados são entregues e são submetidos aos órgãos públicos. O que, o que nós estamos fazendo é por orientação dos órgãos públicos, pagando essas despesas, o que é justo, isso não implica de forma nenhuma que nós estamos contratando quem a gente quer, tampouco influenciando qualquer tipo de resultado a respeito desses laudos.” (Gerente-Geral da Samarco, Audiência Pública em 29/06/2016).

Na ocasião da audiência, diferente de Colatina, a comunidade de Regência permanecia com o seu abastecimento de água realizado através de caminhão-pipa, uma ação controlada pela Samarco. Conforme relatado pela moradora da vila, por vezes, essa água apresentava coloração (variando entre o tom amarelo, laranja e preto), bem como cheiro e gosto ruins. A procedência dessa água era um questionamento feito cotidianamente pelos interlocutores, desde o início dessa ação e foi ressaltado também pela moradora durante aquela audiência. Em resposta, o Gerente-Geral da Samarco comentou que: *“eu estive em Regência na sexta-feira passada, conversei com algumas pessoas, e a informação que eu tenho é que a água de Regência tava vindo de Linhares”*, mas continuou não informando a procedência, apenas assumindo um compromisso de buscar tal informação: *“vou procurar averiguar qual que é a fonte de fornecimento para Regência pra gente tentar identificar”*. Além de não informar a procedência, a estratégia do Gerente-Geral da Samarco foi relacionar os problemas pretéritos da vila com a água: *Regência tem um problema histórico com água, porque com a redução do nível do Rio Doce, mesmo antes do rompimento da barragem, havia já uma entrada de água salgada [...] é um problema antigo [e] o fornecimento por pipa é de longa data*. Em relação ao povoado de Areal, adjacente à vila de Regência, o Gerente-Geral da Samarco não negou as denúncias de contaminação nas lagoas e no lençol freático, apenas limitou-se a dizer:

“vamos buscar uma aproximação com a comunidade, escutar sobre a qualidade da água de lençol, quer dizer, levar todas as informações que a gente tem, nos aproximarmos também das dificuldades que a população de lá vem enfrentando, é pra tentar identificar quais são as dificuldades e buscar uma solução” (Gerente-Geral da Samarco, 29/06/2016).

Sobre o monitoramento e a qualidade da água do oceano, afirmou que *não houve alteração importante na água*, enfatizando a tese sobre a combinação areia e sílica como composição predominante do material depositado na barragem e carregado pelo leito do rio Doce. Segundo ele, essa composição não apresenta risco à saúde humana. Contudo, contradizendo em partes a primeira afirmação, confirmou existir algum problema com a passagem da pluma, o que ele classificou como temporário. Além disso, ele indicou um agente causador externo, no caso, o fenômeno da *ressuspensão de materiais que estavam no fundo do rio durante a passagem da pluma*, responsável pela *alteração temporária* nas águas do rio e do mar. Uma notória tentativa de minimizar os efeitos da tragédia, negar qualquer tipo denexo causal e reduzir as responsabilidades da Samarco no litoral capixaba:

“A gente tá fazendo esses monitoramentos no mar também, eh, dentro dos testes que nós realizamos na água do oceano não houve, eh, nenhum tipo de alteração importante na água do oceano, a respeito da... composição do material que saiu da barragem da Samarco é um material cerca de 80% é areia, é sílica, 19% ferro e quase 1% alumínio. Então, o que houve foi uma ressuspensão de materiais que estavam no fundo do rio durante a passagem da pluma e aí sim houve uma alteração temporária de vários parâmetros. Eu...eu gostaria de... de reforçar que todas essas informações estão disponíveis nos órgãos públicos, todos os dados são públicos e a empresa, como eu disse, ela tá é viabilizando a realização desses testes, ela não responde diretamente, ela não qualifica... essas informações, os órgãos públicos, as autoridades competentes é que tão se encarregando dessas análises, e de proibir ou de liberar a pesca, isso não é uma atribuição da empresa” (Gerente-Geral da Samarco, 29/06/2016).

Seguindo com a mesma estratégia de negar qualquer tipo denexo causal, o Gerente-Geral da Samarco, afirmou que o tempo entre o *acidente* e a audiência era pequeno para correlacionar qualquer evidência entre o acidente e *alterações imediatas de saúde*.

É, a respeito das doenças né, conforme eu comentei existe um programa, e eu tô evidentemente tomando todas as notas pra levar pra organização e pra compartilhar com todos a respeito dessas preocupações. É precisamos sim monitorar. E sobre isso não temos nenhuma evidência de que haja alteração, até porque o período é curto, é falar em alterações imediatas de saúde nos parece estranho nesse momento, mas nós vamos verificar, vamos acompanhar absolutamente tudo que está sendo manifestado aqui. (Gerente-Geral da Samarco, 29/06/2016).

De fato, a temporalidade é um elemento caro para as investigações científicas. Não se faz Ciência sem empiria, teoria e muito estudo. E, por isso mesmo, o tempo da Ciência é diferente do tempo das interações e das demandas sociais. Nem sempre é possível dar respostas rápidas aos apelos sociais, quando se precisa fazer uma investigação científica. Mas veja a estratégia adotada pelo Gerente-Geral da Samarco no caso: ele aciona o pequeno intervalo de tempo,

entre o evento catastrófico e o momento da audiência, para negar qualquer evidência em relação ao processo de adoecimento nos territórios, denunciado pelos atingidos e atingidas durante a audiência. No entanto, ele desconsidera o mesmo elemento, a temporalidade, na ocasião em que ele afirma sobre a potabilidade da água para o consumo humano. Enquanto as pessoas atingidas alegam que a água que chega até as suas torneiras possui aparência duvidosa, apresentando cheiro ruim e coloração alaranjada, ele afirma que está tudo bem, pois ela já passou por testagem. Ou seja, nesta última situação, o princípio da precaução, outro elemento caro no processo científico, é desconsiderado. Sendo assim, a estratégia adotada pela empresa é considerar a temporalidade curta para correlacionar com os efeitos à saúde, mas não há a mesma preocupação para garantir que não há nenhum risco à saúde humana.

II. Situação 2. [30 de novembro de 2016, Assembleia Legislativa do Espírito Santo].

A segunda situação também traz reflexões através de interações realizadas em um espaço ritualizado. Trata-se da audiência pública realizada em 30 novembro de 2016, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo que contou com a participação do professor pesquisador, que integrou a expedição do Navio de Pesquisas Hidroceanográfico Vital de Oliveira (H-39), no início daquele mesmo ano. Na ocasião, ele apresentou resultados preliminares sobre a presença de metais no oceano e nos animais.

Da mesma forma que na audiência anterior, os deputados também fizeram falas introdutórias na mesa. As apresentações foram feitas pelo representante do Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do rio Doce e o especialista. De maneira geral, o representante do fórum trouxe a reflexão sobre a importância de nomear o ocorrido como crime, questionou o acordo e também trouxe questões sobre as incertezas que pairavam sobre as condições das águas e dos alimentos, localizadas e produzidos, respectivamente, ao longo da bacia do Rio Doce.

Na sequência das apresentações, foi a vez do especialista. Na oportunidade ele explicou sobre o tema e discorreu sobre os aspectos metodológicos da pesquisa que estava sendo realizada por uma equipe ampliada e coordenada por ele. Até a ocasião, duas expedições haviam sido realizadas, sendo a primeira de janeiro a fevereiro de 2016 e a segunda em abril de 2016. Explicou que na definição dos pontos de coleta das análises priorizou a zona costeira: abrangeu de Abrolhos, no estado da Bahia, a Guarapari, ES, e especialmente, a região da foz do rio Doce. O objetivo central era *“avaliar os possíveis impactos que o rompimento da*

barragem e toda a chegada da lama pode ter causado em termos de análise ecotoxicológica”. Também ressaltou que um segundo momento seria avaliar “*os possíveis impactos sobre pesca e sobre os recursos pesqueiros.*” O especialista também tocou no tema sobre o financiamento da pesquisa, explicando que as duas primeiras expedições foram realizadas com financiamento público, sem mencionar exatamente quais órgãos foram responsáveis, e explicou que estava prevista a continuação da pesquisa, ou seja, novas expedições, a partir de financiamento via Fundação Renova. Não vou me deter aqui à descrição densa da apresentação do professor sobre os resultados da pesquisa⁸⁵, mas de forma resumida, ele apontou que houve uma alteração da concentração de contaminação, entre a primeira expedição e a segunda. Os elementos que apresentavam níveis acima do permitido pelas agências de regulação foram o arsênio, o cádmio, o chumbo e o mercúrio. Já as espécies marinhas analisadas que apresentaram maiores concentrações desses elementos foram o roncadour, o linguado, o peroá e o camarão rosa. Sendo que, na primeira expedição, mais de 60% das amostras apresentavam níveis de contaminação superiores ao permitido. Na segunda expedição, os níveis das amostras mostram redução, especialmente para os elementos chumbo e arsênio.

Finalizada a apresentação do professor, foi aberta a oportunidade de uma rodada de perguntas a serem realizadas pelas pessoas presentes naquela ocasião. De maneira geral, as perguntas foram sobre as incertezas em torno da qualidade da água e do pescado nas áreas atingidas. A relação entre a proibição da pesca e a contaminação do pescado também foi levantada na ocasião. Além disso, o processo de adoecimento das pessoas atingidas também foi relatado nessa ocasião, especialmente aqueles relacionados a doenças na pele e ao adoecimento mental.

Um pescador atingido de Barra Nova, região ao norte da foz do rio Doce, área onde a pesca não estava proibida, questionou que não se sentia confortável *vendendo um peixe contaminado [...] a gente vê que ele não tá bom*. Além disso, apontou para as dermatites diversas que estão aparecendo na pele das crianças e dos trabalhadores do mar. Outra

⁸⁵ Uma descrição mais profunda sobre a apresentação do professor pode ser encontrada em: CREADO, E; SILVA, B; TRIGUEIRO, A; LEONARDO, F. Práticas de ser, conhecer, pensar e escrever: incertezas e disputas sobre as condições das águas na foz do rio Doce no pós-rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco (2017). Além disso, a consolidação dos dados apresentados preliminarmente na oportunidade daquela audiência, foi apresentado posteriormente, relatório: “[Monitoramento da Influência da Pluma do Rio Doce Após o Rompimento da Barragem de Rejeitos em Mariana/MG – Novembro de 2015: Processamento, Interpretação e Consolidação de Dados](#)”, disponível online. Último acesso: 23 de nov. de 2021.

pescadora, também atingida do norte da foz do rio Doce, relatou que não consegue mais vender o pescado, *porque os peixes lá estão contaminados e todos os consumidores estão com medo de comprar os peixes*. Uma outra pescadora, atingida da Barra do Riacho, relatou sua desconfiança com a água e enfatizou a necessidade de comprar água mineral para beber e cozinhar. Ela também questionou o fato de a audiência pública acontecer na cidade de Vitória e não nos territórios atingidos e, provocativamente, convidou o professor para fazer essa mesma apresentação na Barra do Riacho e ao final, comer uma moqueca por lá. Do interior do estado, um morador atingido de Colatina também ressaltou as incertezas com a qualidade da água, disponibilizada pela autarquia municipal, responsável por tratar a água do rio Doce e fornecer aos moradores. Ele salientou que a Fundação Renova esclarece que a água está própria para ser tratada, *mas como confiar em um laudo produzido pela própria empresa?* Outro morador da região salientou a relação entre o ciclo chuvoso e a turbidez da água, argumentando sobre o caráter processual da crise: *toda vez que chover vai ter esse impacto novamente*.

O professor rebateu a rodada de perguntas e relatos, defendendo-se do argumento de que teria dito que a água ou o peixe não estariam contaminados e por isso, poderiam ser consumidos. Ressaltou que para tecer uma afirmação dessa, seria necessária a realização de estudos na área da saúde, para acompanhar o ser humano e a dieta alimentar dele, saber com que frequência aquele alimento é ingerido, entre outros aspectos, sendo que nesse assunto só um cientista da área da saúde poderia contribuir. Aspecto semelhante foi apontado para a relação entre a balneabilidade das praias e o adoecimento das pessoas, provado por doenças de pele. Sobre a toxicidade dos sedimentos, ele também ressaltou que não faz esse tipo de análise. Por fim, explicou que a área de proibição da pesca no ambiente marinho foi almejada como decisão do poder público, *a partir da sensibilidade da área e não devido à possível contaminação da região*. A divulgação das pesquisas com os dados que apontam a existência de substâncias com níveis acima do permitido pelas agências reguladoras apenas reforçou a decisão da justiça, mas a depender dos próximos resultados essa área de proibição pode ser expandida ou reduzida.

4.4. As estratégias corporativas para limitar as responsabilidades da empresa e a construção local das incertezas

Desde o rompimento da barragem de Fundão, observa-se que a Samarco Mineração e,

posteriormente, a Fundação Renova, buscam limitar a responsabilidade corporativa no alcance das afetações e dos danos provocados nos territórios atingidos. A primeira ação da empresa nesse sentido foi logo em seguida ao colapso da barragem, quando tentou relacionar um suposto tremor de terra com a ideia de *acidente*, se eximindo de qualquer responsabilidade pelo rompimento. Na sequência, demarcam-se as inúmeras declarações da empresa de que o material despejado no ambiente não causava danos à saúde humana. Nesse intuito mencionado, identificam-se outras ações corporativas que se diluem ao longo do complexo processo de *administração do desastre*. Nesta seção reuni algumas dessas ações que foram identificadas na região entre 2015 e 2019. A saber: (1) a limitação do alcance territorial do dano no litoral capixaba e as disputas via os arranjos institucionais da governança; (2) disputas em torno da proibição da pesca na área estuarina e a comercialização do pescado. O conjunto dessas ações corrobora uma estratégia corporativa no intuito de limitar as responsabilidades e com isso constrói a produção das incertezas.

4.4.1 A limitação do alcance territorial do dano no litoral capixaba e as disputas via os arranjos institucionais da governança

Na seção anterior apresentei parte da descrição de uma Audiência Pública realizada na ALES, no dia 29 de junho de 2016. Na ocasião, alguns moradores da foz do rio Doce e, sobretudo ao norte dela, relataram suas experiências em relação às transformações socioambientais e socioeconômicas em seus territórios, em decorrência da tragédia que atingiu a região. São relatos que denunciam o efeito da *lama* provocado no litoral capixaba e evidenciam a ampliação do dano e do quantitativo de pessoas e grupos atingidos. Seguem alguns trechos dessas manifestações:

Eu sou pescadora e represento também os pescadores e as pescadoras, as marisqueiras e os as catadoras de peixes e eu tenho uma pergunta pra fazer pra Samarco e pro seu Vitor. A nossa região, ela foi atingida ((faz gestos com as mãos de aspas)) e não atingida ao mesmo tempo pela Samarco, assim ela fala, entendeu? o

que aconteceu lá no início, quando houve o derramamento do rejeito foi que a coloração da água virou cor de fanta, entendeu? Mas a Samarco e a prefeitura no início chegaram lá e colocaram as placas indicativas interditando as praias e os rios. E o que aconteceu com o pescador? Quem é que vai comer um peixe com praia e rio interditado? Quem é que entra e toma banho num lugar desse? Alguém vai lá? Eu convido vocês lá pra visitarem lá as nossas praias pra verem a situação. A lama, tá em cima das pedras onde tão as ostras, as ostras elas tão se abrindo, tão saindo água, os moluscos eles tão vindo dos habitats do fundo do oceano e tão dando no rio, são milhares que tão mortos em cima da areia. Eu gostaria de uma resposta sobre isso. nós estamos lá com vários pescadores cheios de feridas, cheios, eu preciso que vocês compareçam lá. Então eu gostaria de saber, entendeu, como é que o pescador vai vender o peixe dele, como é que ele vai viver lá, porque ele tá vivendo de doações (Atingida de São Mateus, 29/06/2016).

[...] é necessário a gente revisar o conceito de atingidos. [...] durante a primavera e overão predominavam o vento nordeste, a ondulação leste, a pluma, e visualmente a lama ela permanecia na foz do Rio Doce. Entrou o outono e o inverno, predominam-se as ondulações sul e o vento sul, então, assim, existem várias denúncias das populações do norte, das comunidades pescadoras, coletoras do Norte, desde o Pontal do Ipiranga, Uruçuquara, Barra Seca, Barra Nova, Guriri. Denúncias de mortandade de peixes, de mariscos se comportando de forma muito estranha, à partir daquele conhecimento daquelas pessoas têm daquele meio ambiente, e, é notório, a galera do surf também pode descrever isso muito bem e assim, a presença da lama da Samarco no norte do estado do Espírito Santo [...] Então, assim, há uma necessidade de lançar luz ao norte do estado a essas comunidades que estão aqui representadas e a gente precisa de uma força tarefa das entidades responsáveis pra de fato avaliar essa conjuntura, pra gente poder dizer inclusive né, que de fato essas populações elas devem ser incluídas nas preocupações tanto das políticas públicas, quanto da Samarco. A Samarco, ela precisa se fazer presente no norte da cidade de Linhares. Há uma presença muito tímida, existem alguns cartões que foram distribuídos, mas eles, a Samarco não tem noção e nem os entes públicos do que está acontecendo no norte do Espírito Santo! (Atingido de Regência, surfista e ativista na Foz do Rio Doce, 29/06/2016).

A lama com os rejeitos da mineração quando atingiu o oceano Atlântico apresentou um comportamento dinâmico, se deslocando para o norte ou para o sul, dependendo das condições ambientais. Inicialmente, a mancha de rejeitos se dirigiu para o sul. Mas, com a mudança dos ventos, seguiu também para o norte do Espírito Santo. Apesar dessa dinâmica observada em torno da lama no oceano atlântico, a Samarco Mineração, desde o princípio negou o avanço geográfico da pluma para além da região da foz do rio Doce e acionou um conjunto de dispositivos burocráticos e técnicos para evitar o reconhecimento dos danos e dos atingidos para além da calha do rio Doce.

As ações classificadas como emergenciais, como o *cadastro das pessoas atingidas* e o *auxílio financeiro emergencial*, foram limitadas aos territórios situados na calha do rio Doce e aos grupos específicos de atingidos que possuíam atividade econômica comprovadamente ligada ao rio. Essa foi a estratégia adotada pela empresa e que se prolongou no tempo, a partir do avanço dos arranjos institucionais no caso. Posteriormente, com a assinatura do TTAC e a emergência da Fundação Renova como um novo agente neste contexto de gestão do desastre, a estratégia de limitar o recorte territorial do dano permaneceu. A implementação de alguns programas socioambientais e socioeconômicos, previstos no TTCA, por parte da Fundação Renova, seguiu o mesmo procedimento adotado inicialmente pela empresa e limitou-se a atender no litoral apenas as comunidades adjacentes ao rio Doce, no caso Regência e Povoação. Sendo assim, as comunidades pesqueiras e marisqueiras situadas nos municípios de Aracruz (ao sul da foz), São Mateus e Conceição da Barra (ambas ao norte da foz) ficaram excluídas desse processo de reconhecimento, ampliando portanto a situação de

vulnerabilidade em que esses sujeitos viviam.

Em função desse comportamento limitante e excludente da empresa e da fundação, todo um conjunto de sujeitos historicamente subalternizados – que podem ser classificados como trabalhadores do mar e do mangue, por exemplo, pescadores, marisqueiras, catadores de mariscos e caranguejos - situado nos territórios ao norte e ao sul da foz do rio Doce, foram invisibilizados e excluídos das ações corporativas adotadas para *gerenciar o desastre*. São sujeitos que tiveram seus direitos – em relação à reparação, compensação e indenização – sistematicamente violados pelas corporações e pela Fundação Renova.

Diante desta situação de crise e invisibilidade no litoral, iniciou-se um confronto entre diferentes atores. Com o passar dos meses, os moradores atingidos nessas áreas, inicialmente excluídas do processo de reconhecimento, passaram a denunciar as alterações socioambientais e socioeconômicas observadas em decorrência da chegada da lama com os rejeitos da mineração em seus respectivos territórios. A denúncia desses moradores foi endossada pela atuação de movimentos sociais, como foi o caso do Fórum de Entidades em defesa do rio Doce e do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Este último não tinha até então atuação no estado do Espírito Santo. Com o rompimento da barragem de Fundão, passa a atuar inicialmente de forma descentralizada, reconhecendo os territórios afetados e interagindo com os sujeitos atingidos em diferentes povoados no litoral norte do Espírito Santo, especialmente aqueles invisibilizados do processo de reconhecimento institucional, onde a empresa não havia ainda atuado e/ou iniciado qualquer tipo de relação. Também interagiu com outros movimentos sociais já atuantes no estado e com uma complexa rede de atores institucionais que foi se formando no entorno das ações de *gestão e governança do desastre*. Entre eles, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública do estado do Espírito Santo, e os órgãos estaduais de meio ambiente. Torna-se relevante considerar nesse contexto que a atuação do MAB, que conta com um conjunto de estratégias de ações disruptivas, como manifestações de rua, ocupação de prédios públicos e privados, barricada e/ou fechamento de vias e trilhos, participação em audiências públicas e ação cível (ARAÚJO, 2019) foi fundamental no processo de visibilizar os efeitos da lama no litoral capixaba para além da calha do rio Doce, chamando a atenção para a complexidade do dano que estava posto no estado.

Enquanto isso, o monitoramento feito pelos órgãos ambientais, inclusive aquele realizado através do Navio de Pesquisas Hidroceanográfico Vital de Oliveira (H-39) e outros realizados nos meses subsequentes, feitos pelo ICMBio, evidenciaram que a camada de *lama* carregada pelo leito do rio Doce, quando chegou ao oceano atlântico se desdobrou em três manchas, com concentrações distintas cada uma, sendo que a mais densa permaneceu na foz do rio Doce, em Regência e Povoação. Outra, mais leve, se manteve na superfície e percorreu, no sentido norte, uma distância no oceano ainda maior, alcançando, em meados de 2016, a região de Abrolhos, no estado vizinho (BA) distante mais de 200 quilômetros da foz. Uma outra, com uma camada média de concentração, seguiu no sentido sul e atingiu duas unidades marinhas de conservação no litoral de Aracruz: a APA Costa das Algas e o Refúgio da Vida Silvestre, atingindo ainda os municípios de Fundão e Serra no litoral capixaba. Esses dados de monitoramento no ambiente marinho corroboram a denúncia feita pelos próprios moradores situados nessas áreas ao sul e ao norte da foz do rio Doce, que mesmo sofrendo com os efeitos da lama, foram desde o início excluídos de todas as medidas negociadas no contexto emergencial para a *administração do desastre* e, posteriormente, daquelas medidas adotadas já no contexto de *governança no rio Doce*.

A situação de negligência com as comunidades situadas ao norte e ao sul da foz do rio Doce prolongou-se no tempo. Passado mais de um ano da chegada da lama ao mar no litoral do Espírito Santo, foi publicada em 17 de fevereiro de 2017 uma nota técnica que reconheceu as comunidades pesqueiras ao norte e ao sul da foz do rio Doce enquanto comunidades pesqueiras atingidas pela pluma de rejeitos. Refiro-me à Nota Técnica nº 3/2017 – “*Identificação da área atingida pela pluma de rejeitos da Samarco e das principais comunidades pesqueiras existentes na mesma*”, produzida pela Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (DIBIO/ICMBio), em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (~~DIBIO~~/ICMBio), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)⁸⁶, já no âmbito do *sistema de governança* implantado no rio Doce.

O documento em questão corrobora as denúncias dos sujeitos atingidos que vivem ao norte e ao sul da foz do rio Doce. Os técnicos que assinam a nota afirmam que a lama atingiu todo o

⁸⁶ A Nota Técnica foi publicada no contexto da governança, promovido pelo Comitê Interfederativo (CIF), implementado para administrar o desastre no rio Doce. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/NT_CTAMAR_03_2017.pdf. Último acesso em: 23/01/2021.

litoral do estado do Espírito Santo, estendendo-se desde a divisa com o Rio de Janeiro até o sul da Bahia, incluindo área do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Sendo que a parte mais preocupante, ou seja, a região onde os rejeitos foram identificados de forma mais densa, compreende a região entre o município da Serra/ES e a divisa com o estado da Bahia. Diante da situação descrita, a nota apontava como conclusões e recomendações:

5.1. A partir das metodologias de visualização por sobrevoo e de imagens de satélite podemos afirmar que a pluma sedimentar atingiu com diferentes intensidades e concentrações toda a região costeira do estado do Espírito Santo, sendo que a área compreendida entre o município de Serra e a divisa com o estado da Bahia foi a mais atingida, pela presença frequente da mesma.

5.2. Assim, de diferentes formas, todas as comunidades pesqueiras localizadas na área abrangida pela pluma de rejeitos, ou que realizam atividade de pesca nesta área, foram atingidas. As principais comunidades pesqueiras identificadas foram: Nova Almeida, de Rio Preto a Barra do Sahy, Barra do Riacho, Regência, Povoação, Degredo, Pontal do Ipiranga, Barra Seca e Barra Nova. Não se considera aqui as embarcações oriundas da Grande Vitória, do sul do ES, e de Conceição da Barra, que atuam na área de proibição de pesca.

5.4. Devido a limitação dos dados sistematizados disponíveis, e do prazo para elaboração da referida Nota Técnica, esta não descarta a possibilidade de que outras comunidades além daquelas indicadas nesse documento possam ter sido atingidas pela pluma. Assim, outras comunidades poderão vir a ser indicadas, até por outras instituições, desde que outros dados não utilizados nesse momento indiquem que elas foram atingidas pela pluma.

5.6. Ainda não há previsão para que os efeitos da pluma de rejeitos decorrente do rompimento da barragem de Fundão cessem sobre a região. Desde 21/11/2015 até o presente momento a foz do Rio Doce segue aportando continuamente no mar os rejeitos de barragem, em concentrações e vazões variadas. A calha do rio ainda continua preenchida com a lama do rejeito, que dependendo da vazão do rio mais ou menos rejeitos são carreados até a foz, e daí para o ambiente marinho, onde dependendo das condições ambientais poderá se deslocar para o norte ou para o sul. Além do que vem sendo aportado continuamente pelo Rio Doce, a pluma sedimentar que já está presente no mar e que se depositou no fundo oceânico, em processos de ressacas e fortes correntes geradas pelas frentes frias, pode ser remobilizada de uma região para outra de acordo com as condições ambientais, sendo necessário acompanhamento contínuo da mesma e portanto, as informações aqui relatadas podem ser alteradas (Nota Técnica nº 3/2017, 17 de fevereiro de 2017).

Apesar do reconhecimento via nota técnica elaborada por órgãos ambientais, as comunidades pesqueiras situadas ao norte e ao sul da foz do rio Doce permaneceram negligenciadas de todas as medidas previstas para a reparação no contexto de gestão do desastre, protagonizadas pela Fundação Renova. Dando seguimento ao embate, a Nota Técnica nº 3/2017 – *“Identificação da área atingida pela pluma de rejeitos da Samarco e das principais comunidades pesqueiras existentes na mesma”* – resultou, três meses depois, na Deliberação Nº 58/2017 – que *elencas áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas como área de*

abrangência socioeconômica nos termos da cláusula I, VI e VIII do TTAC” - elaborada pelo Comitê Interfederativo (CIF), já no âmbito do sistema de governança, principal encaminhamento adotado como medida para *administrar* o desastre no rio Doce. Conforme o documento:

1. considera-se como “áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas” como impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão as comunidades localizadas a partir de Nova Almeida à Conceição da Barra, dentre as quais, mas não se limitando: Urussuquara – São Mateus; Barra Nova Norte – São Mateus; Campo Grande – São Mateus; Barra Nova Sul – São Mateus; Barra Nova Norte – São Mateus; Nativo – São Mateus; Fazenda Ponta – São Mateus; São Miguel – São Mateus; Gameleira – São Mateus; Ferrugem – São Mateus; Pontal do Ipiranga – Linhares; Barra Seca – Linhares; Regência – Linhares; Povoação – Linhares; Degredo – Linhares; Portal de Santa Cruz – Aracruz; Itaparica – Aracruz; Santa Cruz – Aracruz; Mar Azul – Aracruz; Vila do Riacho – Aracruz; Rio Preto a Barra do Sahy – Aracruz; Nova Almeida – Serra.
2. A Fundação Renova deverá dar início ao Programa Levantamento e de Cadastro dos Impactados nestas comunidades, no prazo máximo de trinta dias a partir da data de aprovação dessa deliberação, com o objetivo de averiguar os impactos socioeconômicos advindos do desastre e direcionar os programas socioeconômicos a estas comunidades, quando couber.
3. A Fundação Renova deverá apresentar, na 13ª Reunião Ordinária deste Comitê Interfederativo, em abril de 2017, cronograma das ações previstas do Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados para as comunidades supracitadas
4. Esta deliberação não descarta a possibilidade de que impactos ambientais socioeconômicos em outras comunidades possam ser identificados no futuro (Deliberação CIF N° 58/2017, 31 de março de 2017).

A deliberação do CIF exigia, portanto, o reconhecimento imediato das comunidades situadas ao norte e ao sul da foz do Rio Doce como atingidas, o que implicaria o cadastramento imediato das pessoas atingidas nessas comunidades, através do Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados (PLCI) e posterior concessão do auxílio emergencial. Na época a medida foi bastante comemorada entre os atingidos das regiões específicas que seriam reconhecidas e demais atingidos organizados em movimentos sociais e nos fóruns locais de atingidos.

O cumprimento pela Fundação Renova das medidas exigidas na deliberação CIF N° 58/2017, fundamentada pela Nota Técnica n° 3/2017, não foi imediato e muito menos integral. Os prazos previstos na deliberação não foram cumpridos pela Fundação. Iniciou-se um período de postergação, por parte da Fundação Renova, no que se refere ao reconhecimento do litoral do Espírito Santo e os devidos encaminhamentos burocráticos em decorrência deste

reconhecimento. Segundo Guimarães (2017)⁸⁷, “*após quatro meses de descumprimento da deliberação pela fundação, o CIF, em benefício dos interesses empresariais, se restringe a notificar a entidade em vez da devida multa, em respeito às comunidades*” até aquele momento desassistidas de forma integral pelas medidas previstas no contexto de gestão do desastre, inclusive aquelas de caráter emergencial. Nesse contexto de postergação, o não cumprimento da Deliberação n° 58 por parte da Fundação Renova resultou na elaboração de uma nova deliberação. Assim, a Deliberação n° 93, de 04 de agosto de 2017, comunica o descumprimento da Deliberação CIF N° 58 e demanda ações de divulgação e cadastramento das áreas impactadas. O embate em relação ao cumprimento das deliberações CIF N° 58 e 93 se prolongaram e a Fundação Renova não cumpriu com as determinações impostas, evidenciando as dificuldades de efetivação do sistema de governança. Ainda assim ela não sofria maiores penalidades. Dessa forma, Guimarães (2017) ressalta que “*a deliberação, que gerou grandes expectativas nas comunidades do norte e sul da foz, serviu exclusivamente para conter os processos de resistência até então efervescentes*” naquelas comunidades.

Em 2019, dois anos após a primeira Deliberação N° 58, de acordo com o monitoramento realizado pela Rambol (expert do MPF) e apresentado no “*Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do rio Doce*” (dezembro de 2018 a março de 2019), a Fundação Renova ainda não havia efetivado o reconhecimento do litoral do Espírito Santo. Desde então a situação de embate entre a Fundação Renova e os membros do CIF vem se arrastando dentro dos arranjos institucionais da governança. Enquanto isso, as pessoas atingidas no litoral do Espírito Santo sofrem com as alterações socioambientais e socioeconômicas nos territórios provocadas pela camada de rejeitos que atingiu o litoral do ES e a negligência da Fundação Renova no que se refere à aplicação dos programas socioeconômicos inclusive os de caráter emergencial.

Já no primeiro semestre de 2020, em meio à situação de crise deflagrada pela pandemia provocada pela Covid-19, as mineradoras (Samarco, Vale e BHP Billiton) resolveram contestar judicialmente o reconhecimento das áreas ao norte da foz do rio Doce como atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. No documento, as mineradoras solicitam a suspensão da obrigatoriedade de contratação das assessorias técnicas (ATs) para as comunidades localizadas em áreas estuarinas, costeiras e marinhas do litoral norte do Espírito

⁸⁷ <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572739-rio-doce-a-farsa-da-recuperacao>. Último acesso em 4 de abril de 2022.

Santo - São Mateus e Conceição da Barra. A contestação feita na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG pode afetar negativamente todas as comunidades e categorias profissionais reconhecidas como atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão depois de março de 2016, visto que no pedido judicializado, as empresas alegam necessidade de conclusão dos estudos em andamento pela Fundação Renova para validar a inclusão dessas comunidades reconhecidas pela Deliberação Nº 58/2017 no conjunto das demais localidades afetadas pelo rompimento da barragem, já reconhecidas pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) de 2016.

4.4.2. Disputas em torno da proibição da pesca na área estuarina e a comercialização do pescado

Com o rompimento da barragem e o carreamento dos rejeitos ao longo do rio Doce, os sedimentos oriundos da instalação rompida chegaram ao litoral do Espírito Santo e passaram a afetar a região estuarina e marítima da Foz do Rio Doce. A partir desse momento, a *lama*, também chamada de *pluma* – pelos agentes da tecnociência – formada pelo material carreado, passou a se deslocar conforme as correntes climáticas, espalhando por diversas regiões marinhas localizadas nessa costa. Em virtude do ocorrido, a atividade da pesca ficou, temporariamente, interrompida ao longo do rio Doce. A interrupção momentânea coincidiu com o período de defeso no rio Doce. Posteriormente, a atividade da pesca foi liberada no rio Doce, mas a proibição permaneceu na região estuarina e costeira nos anos seguintes. Nesta seção a questão principal é apresentar os conflitos sobre a proibição da atividade pesqueira no ambiente marinho e os dispositivos mobilizados pela Samarco e Fundação Renova no intuito de proliferar as incertezas sobre a contaminação.

Segundo SILVA e TORRES (2018), no que se refere ao desenho institucional da proibição da pesca, o ponto de partida foi a Ação Civil Pública (ACP) encaminhada pelo Ministério Público Federal e pela procuradoria da República dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – Força Tarefa rio Doce, “que apresentava uma construção cronológica do processo, apontamento das medidas da proibição e a documentação que deu base para a interrupção da atividade pesqueira” (SILVA; TORRES, 2018, p. 188). As autoras pontuam que nesse documento foi identificada a primeira demarcação em relação à área de proibição de pesca, cuja área de abrangência na região da foz era 30 (trinta) metros de profundidade. O documento aborda questões que extrapolam o limite da pesca no que diz respeito à foz do rio

Doce, inclusive abrange os impactos identificados nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Outra Ação Civil Pública (ACP) (0002571-13.2016.4.02.5004) foi encaminhada pelo Ministério Público Federal em 03 de fevereiro de 2016, com pedido de antecipação dos efeitos de tutela em face de Samarco Mineração S/A (SAMARCO), UNIÃO, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Estado do Espírito Santo, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), com pedido de liminar para que a atividade da pesca, de qualquer natureza, exceto aquela destinada à pesquisa científica, fosse imediatamente proibida na região da Foz do Rio Doce, entre a Barra do Riacho, em Aracruz, até Degredo/Ipiranguinha, em Linhares, dentro dos 25 (vinte e cinco metros) metros de profundidade (Decisão, ACP, 2016, p. 9). Como será apresentado aqui, no desenrolar da mesma ação, vai haver a proposta de redução da proibição da área de pesca para até 20 metros de profundidade, em maio do mesmo ano.

No que se refere ao desdobramento, daremos destaque à última ACP, pois concentra os impactos identificados no estado do Espírito Santo. No caso, a medida tinha o objetivo de preservar a saúde da população que consome os pescados da região e a sobrevivência das espécies já impactadas pelos rejeitos de mineração provenientes do rompimento da barragem da Samarco. No documento encaminhado à Justiça, ressalta-se a relevância do ecossistema em questão e a importância da sua biodiversidade para a manutenção dos ciclos vitais e sobrevivência das diferentes espécies que habitam aquela região. Além disso, a interdição da pesca respeitaria o princípio da precaução, uma vez que garantiria a conclusão dos trabalhos técnicos que buscam diagnosticar os impactos da lama no mar e a possível contaminação dos recursos pesqueiros. Outro ponto relevante da ação é a ampliação do escopo do desastre, pois o seu objeto extrapola a área tida como afetada, até então circunscrita à foz do rio Doce.

O MPF requereu ainda que a União, o Estado do Espírito Santo, o Ibama, o ICMBio e o Iema fossem obrigados a adotar todas as medidas necessárias para proibir e fiscalizar, pelo tempo necessário à conclusão das análises técnicas, a pesca de qualquer natureza na região. Para isso foi proposto aos órgãos públicos a criação de um grupo de trabalho visando a fiscalização das medidas de proibição da pesca na região; a elaboração e apresentação de um plano de trabalho e cronograma de fiscalização; e a ampla divulgação em seus sites e na mídia, acompanhado da

Samarco, sobre a proibição da pesca, que segue sem data para retorno.

No que se refere à empresa responsável pela barragem rompida, o MPF pede o custeio das operações de fiscalização a serem promovidas pelos órgãos públicos e a identificação e cadastramento dos pescadores impactados pela proibição da pesca para o pagamento de auxílio subsistência, conforme previsto no Termo de Compromisso Socioambiental, já firmado entre a empresa e o Ministério Público. Também consta na ação o pedido para a Samarco indenizar os danos e lucros cessantes comprovadamente demonstrados por pescadores durante o período de interdição da pesca.

A decisão da Vara Federal de Linhares considerou que “*Os efeitos da pesca sobre a saúde das pessoas (que consumirão os camarões e peixes capturados) e sobre o meio ambiente marinho são, ainda, desconhecidos, mostrando-se razoável, neste momento, restringir aquela atividade econômica, para evitar danos que, conquanto incertos, são, ao menos, potenciais*” (Decisão ACP 2016, p. 10). Assim decidiu-se pela antecipação liminar dos efeitos de tutela, ou seja, o pedido foi acatado pela Justiça Federal, em 22 de fevereiro de 2016. Não obstante, alguns pontos foram indeferidos pela Justiça. Entre eles o pedido para obrigar a mineradora a custear as operações de fiscalização a serem promovidas pelos órgãos públicos e a identificar e cadastrar os pescadores impactados pela proibição da pesca para o pagamento de auxílio subsistência, conforme previsto no Termo de Compromisso Socioambiental, já firmado entre a empresa e o Ministério Público. Segundo a procuradora da República que integrava a Força Tarefa do MPF na época: “*A interdição da pesca, neste caso, só está sendo necessária em virtude da contínua deposição de rejeitos de mineração no meio ambiente [...] Trata-se de hipótese muito clara da aplicação do princípio do poluidor-pagador*” (MPF, 2016)⁸⁸.

Nesse ínterim, os primeiros resultados de monitoramento no ambiente marinho foram coletados, analisados e, posteriormente, apresentados. Trata-se do relatório de Análise dos Dados Coletados por meio do NpqHo Vital De Oliveira, durante o levantamento ambiental em Regência/ES. Na ocasião, houve um *seminário de avaliação do impacto da pluma de rejeitos da Samarco nos ambientes costeiros e marinhos (Espírito Santo e sul da Bahia)*”, realizado em Vitória/ES, nos dias 15 e 16 de março de 2016, com a participação dos

⁸⁸ MP/ES. MPF obtém decisão que proíbe pesca na Foz do Rio Doce por conta da lama da Samarco, 2016. Online. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/mpf-obtem-decisao-que-proibe-pesca-na-foz-do-rio-doce-por-counta-da-lama-da-samarco>
Último acesso em: 18/12/2021.

representantes das autarquias do Ministério do Meio Ambiente (ICMbio, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas, Área de Conservação Ambiental Costa das Algas, Refúgio da Vida Silvestre de Santa Cruz, Reserva Biológica de Comboios). Após o seminário, foi elaborada a Nota Técnica n. 006/2-16 CONJUNTA – CENTRO TAMAR/APA COSTA DAS ALGAS/REBIO DE COMBOIOS/RVS DE SANTA CRUZ, relativo ao “*relato das informações apresentadas pelos pesquisadores da UFES e FURG quanto a contaminação de organismos marinhos na costa capixaba e suas implicações na proibição de pesca de camarão e demais recursos pesqueiros na região marinha próxima à foz do rio Doce (Aracruz e Linhares)*”. Dito isso, ressalta-se que nesse período, a divulgação do resultado da pesquisa supracitada foi inicialmente negado para a sociedade civil, conforme descrito na segunda seção deste mesmo capítulo, gerando um desconforto coletivo e ampliando a sensação de incerteza da população no que se refere à contaminação da água na região.

Diante da divulgação desse estudo preliminar, cujas amostras foram coletadas em períodos distintos, a saber: “i) primeira campanha, a bordo do Navio Vital de Oliveira, realizada entre 25/11/15 e 04/12/15 (período agudo após a chegada da pluma de sedimentos na foz do rio Doce); ii) segunda campanha, a bordo do Navio Soloney Moura, entre 27/01/16 e 03/02/16; outras campanhas realizadas independentemente pela UFES” e da elaboração da Nota Técnica n. 006/2-16 CONJUNTA – CENTRO TAMAR/APA COSTA DAS ALGAS/REBIO DE COMBOIOS/RVS DE SANTA CRUZ, o MPF expediu recomendação, em 31 de março de 2016, para a ampliação da área de proibição de pesca na Foz do Rio Doce.

Na sequência dos fatos, a Samarco apresentou contestação à decisão da Vara Federal de Linhares, sustentando dois pontos principais: a “*necessidade de remessa dos autos ao Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte*” e a “*improcedência do pedido de proibição da pesca*”. Sobre o segundo argumento, a empresa ressaltou que “*o pleito não tem amparo em parecer da ANVISA*” e garantiu que os resultados de monitoramentos realizados por ela não demonstravam contaminação no ambiente e nas espécies aquáticas: “*a passagem da pluma de turbidez não resultou em contaminação de peixes, no que diz respeito aos metais chumbo, arsênio, níquel, cobre, zinco, mercúrio e cádmio*”; e também “*não houve a contaminação de camarões, peixes e ostras na região da Barra do Riacho, Barra Nova, Barra Seca, Regência interior do Rio Doce e Santa Cruz*”. Por fim, alegou que um estudo realizado pelo especialista Dr. Anthony Wong, médico toxicologista e doutor em medicina pela USP, apontou que:

- i) “[...] os níveis de metais que estiveram ligeiramente acima da normalidade não são considerados perigosos ou tóxicos e são provenientes da poluição humana e de atividades de agricultura na região”, não se relacionando aos rejeitos oriundos do acidente; ii) “[...] a qualidade dos peixes usados na alimentação não deve sofrer alterações em razão do acidente, visto que os particulados decorrentes do derramamento da lama da barragem não contêm quantidade nem concentrações suficientes para causar intoxicação humana” (ACP, Vara Federal de Linhares, 2016, p.2).

Enquanto isso, a Anvisa informou, por e-mail, que não tinha competência para assumir tal responsabilidade solicitada nos autos, alegando que a responsabilidade pela fiscalização dos pescados “nas etapas iniciais da cadeia produtiva é do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados”, enquanto “nas etapas posteriores, isto é, nas casas atacadistas e nos estabelecimentos varejistas, a fiscalização dos pescados cabe aos órgãos de saúde pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (ACP, Vara Federal de Linhares, 2016, p. 5).

Já a União, apresentou contestação sustentando que seria improcedente sua condenação para, por meio da Marinha do Brasil, fiscalizar o cumprimento de decisão judicial sobre a interdição/proibição da pesca, considerando o que já havia sido levado aos autos por meio do Ofício n. 90/CEPES-MB, da Capitania dos Portos do Espírito Santo, “[...] *não faz parte do nosso rol de deveres e obrigações promover quaisquer fiscalizações de atividades pesqueiras e, conseqüentemente, elaborar planos de trabalho contendo relatórios e cronogramas acerca de tal temática*” (ACP, Vara Federal de Linhares, 2016, p. 5).

Também se manifestou na ocasião, a Federação das Colônias e Associações dos Pescadores e Aquicultores do Espírito Santo (FECOPES) que solicitou a possibilidade para intervir na ACP, como assistente litisconsorcial, nos termos do art. 124 do CPC/2015. A Federação solicitou a “redução da profundidade de pesca para 15 (quinze) metros, possibilitando que os representados possam contribuir para subsistência própria e de sua família” (ACP, Vara Federal de Linhares, 2016, p. 5).

Em 25 de maio de 2016, a Vara Federal de Linhares deferiu, portanto, novas decisões sobre ACP (0002571-13.2016.4.02.5004), entre elas: i. indeferiu o pleito formulado pela SAMARCO de remessa do feito ao Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte; ii. deferiu o pedido de revisão da tutela provisória a fim de readequar o limite de proibição/interdição da pesca para 20 (vinte) metros de profundidade, dentro dos limites anteriormente já definidos.

O imbróglio jurídico, social e científico sobre a situação da proibição da pesca estava apenas começando. Diante de um cenário de medo e incerteza, engendrado pelas alterações no ambiente, a exemplo da turbidez da água e da mortandade dos peixes, a notícia da proibição da pesca no ambiente costeiro foi por um lado, traduzida como um reforço às perspectivas que argumentavam para um cenário da contaminação na foz do rio Doce. Por outro lado, as incertezas sobre o desenho da proibição da pesca permitiram que alguns interlocutores na foz do rio Doce questionassem as possíveis outras fontes de contaminantes, especialmente água para o consumo humano e para o uso recreativo e esportivo no ambiente marinho e fluvial. Ou seja, o argumento que foi se construindo entre os interlocutores era: se a pesca estava proibida, por que as atividades no rio e no mar não estão? É seguro usar a praia e o rio para atividades recreativas e esportivas? Como é possível irrigar os alimentos com a água do rio? Como é possível utilizar a água do rio para tratamento e posterior consumo humano? Enfim, muitas dúvidas e poucas respostas concretas.

A situação de incertezas no cotidiano dos moradores da foz do rio Doce vai se prolongando no tempo e a atividade da pesca permanece proibida. A vontade pela vida segue pulsando no plano ordinário e as atividades vão gradualmente retomando seu curso. Sendo assim, o retorno gradual das atividades cotidianas vai sendo verificado também nesse setor. Ao longo das atividades de campo, no período entre 2015 e 2019, era possível observar através de uma simples caminhada pelas ruas da vila de Regência, de um passeio pela areia da praia ou até mesmo de uma ida desprentensiva ao porto dos pescadores, o aumento no entorno da atividade pesqueira, apesar da sua proibição. Apesar do movimento descrito, há de se considerar que não era uma atitude homogênea entre os moradores da região. Muitos continuavam apresentando receios em relação à ingestão do pescado. No grupo referente àqueles sujeitos que não pescavam e não consumiam o peixe, observava-se uma predominância de mulheres.

Nesse ínterim, rumores sobre a possibilidade da criação de uma nova reserva na região da foz do rio Doce ganhavam força na comunidade. Depois de um retorno a campo em julho de 2016, o assunto sobre a suposta reserva passou a sobressair nos diálogos com os interlocutores. Após quatro meses de deslocamento físico da vila de Regência, retomei as atividades em campo, para a pesquisa realizada no âmbito dos projetos do Greenpeace e do GEPPEDES. Nesse período, eu buscava uma reaproximação com os interlocutores na tentativa de entender os efeitos da lama no território. É nesse momento que o assunto da reserva ganha fôlego. Diante de algumas conversas informais, realizadas com alguns

interlocutores, o assunto aparecia como um desdobramento da lama naquele território: quando a reserva chegar aqui, vai ser igual Caravelas, Canavieira [no estado da Bahia]. Regência vai ser abandonada. Eu não fico aqui com essa reserva. Indaguei a interlocutora a qual reserva ela estava se referindo, sua resposta foi: é o projeto do [nome suprimido], esse projeto existe desde 2002. Agora ele conseguiu colocar o projetinho dele nesse acordo da Samarco com o governo (Moradora atingida de Regência, outubro de 2016).

Nesse sentido as interpretações locais sobre a proibição da pesca na foz do rio Doce começaram a ser narradas não só como uma ampliação das incertezas em relação à contaminação daquela região, mas também como um mecanismo para possibilitar a criação e a implementação de mais uma reserva ambiental na região da foz do rio Doce. O tema da *reserva* não é novo naquela região. Em outro trabalho, apontei para esse cenário de criação de uma unidade de conservação na região e os conflitos decorrentes entre os pescadores locais e as instituições pró-reserva (LEONARDO, 2014). De lá para cá, o debate tomou novos contornos. As discussões sobre a criação de uma unidade de conservação envolvem atualmente atritos entre os moradores da vila e povoados adjacentes, no caso os ribeirinhos da comunidade de Entre Rios e os indígenas da “Aldeia Areal”, que vivenciaram recentemente o processo de autoidentificação enquanto povos e comunidades tradicionais.

Sendo assim considero que há um embate acerca da configuração de mais uma unidade de conservação na região da foz do rio Doce. Por isso, torna-se necessária uma investigação com mais atenção para a compreensão dos meandros dessa disputa. Apesar do cenário de conflito, que envolve a relutância de parte dos moradores, especialmente os pescadores artesanais, na criação dessa reserva, os arranjos institucionais no contexto de gestão do desastre contribuem para a sua criação, especialmente dentro do discurso de *governança*.

Em 2019, uma nova disputa reviveu os conflitos envolvendo a proibição de pesca na região na área estuarina e litoral do Espírito Santo. Em 03 de junho do ano citado, é publicada no site da Fundação Renova⁸⁹, principal veículo de comunicação da fundação, a notícia de que a Agência Nacional de vigilância Sanitária (ANVISA), através de nota técnica, havia atestado a “*segurança do consumo do pescado do rio Doce*”, afirmando ainda que, “*segundo agência,*

⁸⁹ em nota técnica, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deu parecer favorável ao consumo de peixes e crustáceos provenientes da Bacia do Rio Doce e da “Anvisa atesta segurança do consumo do pescado do rio Doce”, disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/release/anvisa-atesta-seguranca-do-consumo-do-pescado-do-rio-doce/>. Último acesso em: 22/12/2021.

limite diário de 200 gramas de peixe para adultos e 50 gramas para crianças não representa risco à saúde humana”. No site da Fundação Renova, o texto comunicativo informava ainda que:

região costeira, desde que respeitados os limites diários de até 200 gramas de peixe para adultos e jovens acima de 10 anos (ou 1,4 kg por semana) e de até 50 gramas para crianças até 10 anos e gestantes (ou 350 gramas semanais). Esses foram os parâmetros considerados seguros para o consumo, por representarem risco mínimo à saúde (FUNDAÇÃO RENOVA, Sítio eletrônico, 2019).

Alegando que a análise que culminou com a Nota Técnica da Anvisa partiu de uma solicitação do Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura (GT – Pesca), que integra o Comitê Interfederativo (CIF), a Fundação Renova faz algumas considerações sobre os dados fornecidos a Anvisa para a elaboração da Nota Técnica:

Para subsidiar a análise, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Renova e universidades (como a Universidade Federal do Rio Grande – FURG) enviaram dados brutos e analisados de amostras coletadas de Mariana até a foz do rio Doce e ao longo da região costeira, de Guarapari (ES) a Abrolhos (BA), incluindo afluentes e trechos não atingidos pelo rejeito da barragem de Fundão. Entre novembro e dezembro de 2018, a Anvisa recebeu 11 mil resultados analisados, abrangendo 76 espécies diferentes de peixes, quatro de camarões e uma de lagosta. As análises investigaram a presença de 12 elementos (entre metais e metaloides) nos pescados da região afetada: cádmio, cromo, cobre, chumbo, ferro, manganês, mercúrio, arsênio, alumínio, níquel, prata e zinco (FUNDAÇÃO RENOVA, Sítio eletrônico, 2019).

A notícia foi replicada e divulgada no mesmo dia através de meios de comunicação como um grande jornal eletrônico de circulação diária⁹⁰, engendrando uma abrangente repercussão social e técnico-institucional sobre o caso. De imediato, a matéria do jornal foi muito compartilhada em diversos canais das redes sociais, como grupos de WhatsApp e Facebook, com a participação dos atingidos, ampliando ainda mais a abrangência da circulação da referida informação. Já no que se refere aos desdobramentos técnico-institucionais, quatro dias depois do compartilhamento da informação pela Fundação Renova, as instituições do Sistema de Justiça que atuam em defesa das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, no caso os Ministérios Públicos e Defensorias Públicas, emitiram nota pública conjunta contestando a veracidade da informação divulgada no site da Fundação Renova e veiculada pela imprensa. Segundo as instituições dos sistemas de Justiça supracitados, a Nota Técnica 08/2019, apresentada pela Anvisa, em 22 de maio de 2019, não atestava a segurança do consumo do pescado do Rio Doce. Além disso, alegou-se que a informação da forma como

⁹⁰ “Anvisa atesta segurança do consumo do pescado do Rio Doce, diz Renova”, disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/anvisa-atesta-seguranca-do-consumo-do-pescado-do-rio-doce-diz-renova-0619>. Último acesso: 22/12/2021.

foi apresentada, abordava apenas de forma seletiva e pontual algumas conclusões da referida Nota Técnica da Anvisa, cabendo, portanto, alguns esclarecimentos à população afetada pelo desastre ambiental ocorrido na bacia do rio Doce:

- Inicialmente, cabe esclarecer que o objetivo da Nota Técnica é estimar o risco à saúde humana, decorrente da ingestão de metais, por meio de consumo de pescados originários de regiões afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão/MG. Não obstante, sua validação ainda não seguiu todos os trâmites internos da ANVISA para produzir legalmente os seus efeitos.
- A Nota Técnica em questão está sob avaliação dos *experts* contratados pelo Ministério Público Federal, de modo a confirmar a referida informação e averiguar a base de dados e metodologia empregada para se chegar a qualquer conclusão (MPF e DPU, Nota Pública, 7 de junho de 2019).

De toda forma, antes mesmo da avaliação dos *experts*, as instituições de justiça já manifestaram o descompasso da suposta informação com o princípio da precaução e da saúde coletiva, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade com uma hipotética futura contaminação, agravando, assim, a situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade imposta aos atingidos pelo desastre no vale do rio Doce:

- Mesmo assim, o Ministério Público e a Defensoria Pública entendem que tal recomendação está em manifesto **descompasso com o princípio da precaução**, que impõe cautela redobrada para qualquer situação de incerteza científica e que envolva a saúde da população e seus reflexos nas futuras gerações e ao meio ambiente.
- Ademais, a sugestão de controle da ingestão de pescado **transfere o ônus da contaminação da Bacia do Rio Doce para as comunidades atingidas**, acarretando o agravamento da situação de insegurança alimentar, uma vez que não é crível que tais comunidades, pelo seu modo de vida, realizem tal controle de modo efetivo. (MPF e DPU, Nota Pública, 7 de junho de 2019).

A nota pública das instituições de justiça também tecia críticas à postura da Fundação Renova em divulgar informações *descontextualizadas da Anvisa*, considerando que a mera “*divulgação em sítios eletrônicos não cumpre a obrigação dos atores envolvidos com a divulgação de tão importante informação de forma clara e transparente*”. Alertava ainda para uma possível contribuição da Fundação Renova para o aumento da desinformação e ao incentivo à desconfiança das pessoas atingidas acerca do processo de reparação e, por isso, adotariam as medidas cabíveis. Por fim, as instituições afirmam na nota que:

As conclusões da Nota Técnica, na verdade, reforçam a existência de um quadro crônico de contaminação do pescado na Bacia do Rio Doce que, mesmo que demande mais estudos, atesta a imperiosa necessidade da continuidade de todos os programas socioeconômicos em andamento pela Fundação Renova, bem como a

urgente expansão de seu fornecimento àquelas comunidades que ainda não foram contempladas. (MPF e DPU, Nota Pública, 7 de junho de 2019).

Na sequência as instituições de justiça se reuniram com a ANVISA. A reunião também contou com a participação dos órgãos ambientais do Estado, AGERH, dos representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e das assessorias técnicas contratadas pelo Ministério Público Federal. A reunião resultou na elaboração e divulgação de uma nova nota pública, assinada também pelos órgãos ambientais e Anvisa, considerando que a Nota Técnica n. 08/2019, emitida pela Anvisa, foi meramente informativa aos técnicos que ainda conduzem os estudos pertinentes. Sendo assim, não poderia, em hipótese alguma, ter sido usada para incentivar o retorno das atividades pesqueiras, o consumo de pescado ou a eventual interrupção dos programas socioeconômicos executados pela Fundação Renova.

Por se tratar de um desastre em curso, os conflitos decorrentes sobre o caso permanecem em constante movimento e essa dinamicidade do campo dificulta inclusive o processo de análise do material produzido e da escrita da etnografia. Destarte, na ocasião da escrita deste trabalho, os conflitos em torno da proibição da pesca permanecem. No que se refere à disputa judicial, de um lado, a empresa Samarco Mineração busca o fim dessa proibição, enquanto do outro lado, o MPF, subsidiado pelos órgãos ambientais IBAMA e ICMbio, bem como pelo corpo técnico de especialistas, que assessoram os operadores do direito em questão, não só discordam com o fim da proibição, mas recomendam a ampliação da área de proibição da atividade pesqueira no ambiente marinho, especialmente na foz do rio Doce. Diante do imbróglcio criado, naquele mesmo ano a Samarco Mineração entrou com pedido de suspensão da proibição da pesca – aquele que tramita na 1ª Vara Federal de Linhares – alegando redução da contaminação da água do Rio Doce e do litoral capixaba. O pedido resultou em uma audiência de conciliação no âmbito da ação civil pública proposta pelo MPF, em 2016 e que culminou na decisão liminar de 22 de fevereiro de 2016, conforme descrito no início da sessão.

Situação de campo: [26 de novembro de 2019, 1ª Vara Federal de Linhares].

No dia anterior, 25 de novembro, fui sondada pelo meu companheiro e também integrante do MAB, sobre o interesse em participar da *audiência para definir a liberação da pesca na área estuarina*. Prontamente, demonstrei interesse. Naquele dia procurei alguma informação sobre a audiência na internet, no entanto, minhas buscas não foram bem-sucedidas. No dia da

audiência, cheguei à 1ª Vara Federal de Linhares sozinha. Logo na entrada foi preciso abrir a bolsa para averiguação, ação realizada por uma vigilante e, em seguida, passar pelo detector de metais. Ainda na parte inferior do prédio, entreguei meu documento de identidade à recepcionista, que realizou meu cadastro. Comigo havia ainda cerca de cinco homens, todos vestindo ternos de cores escuras, exceto dois rapazes (mais tarde descobri que um era o tradutor de um pesquisador estrangeiro, que participou da audiência como depoente, levado pela BHP Billiton e o outro era funcionário da Ramboll, *expert* do Ministério Público. Os outros três eram advogados das mineradoras).

Na fila era possível escutar a conversa dos advogados das mineradoras que chegaram depois de mim comentando que aquela audiência estava mais cheia que as anteriores. Realizei o meu cadastro e recebi um crachá de visitante da audiência, na cor laranja. Em seguida o vigilante informou que eu deveria me dirigir para a sala 101 e me explicou como chegar. Como o espaço da audiência estava supostamente com a lotação cheia, fomos direcionados, com exceção dos advogados, para uma outra sala de espera. Só adentrariam o espaço da audiência os depoentes e na hora prevista para suas respectivas falas. Os advogados entraram. Questionei sobre a impossibilidade de assistir à audiência. Após algumas tentativas frustradas de adentrar a sala da audiência, um funcionário liberou a minha entrada e a do pesquisador da Ramboll, colocando um banco de três lugares no interior da sala. É interessante que após a nossa entrada, foram colocados ainda, em momentos distintos, mais dois bancos com três lugares cada. Situação que fragiliza o argumento inicial de que a sala estava com a sua lotação máxima. Entrei na sala às 14h30min, cerca de uma hora e meia após o início estipulado para começar a audiência. Não havia pescadores e demais pessoas atingidas pelo derrame de rejeitos no vale do rio Doce, exceto um representante do MAB.

Entre os depoentes convidados pela Samarco Mineração, estava o médico e professor do Centro de Assistência Toxicológica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Anthony Wong⁹¹. O professor foi convidado para fazer uma apresentação técnica a partir da leitura do Relatório de Consolidação de Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), realizado pelas empresas Ambios e Tecnohidro, a partir

⁹¹ O médico faleceu em janeiro de 2021. Ele estava internado desde dezembro de 2020, em virtude de uma úlcera gástrica e uma hemorragia digestiva. O médico ficou conhecido nacionalmente, durante o ano de 2020, após manifestações públicas defendendo medicamentos como a hidroxicloroquina como tratamento para a Sars-cov-2 e também criticar o isolamento social como medida adotada para o combate da pandemia provocada pela Covid-19.

das pesquisas realizadas em áreas rurais dos municípios de Mariana e Barra Longa (MG) e no município de Linhares (ES). É importante destacar que Wong não fez nenhum estudo *in lócus* sobre o comportamento do material derramado no rio Doce para apresentar na audiência. O que ele fez naquela ocasião foi apresentar e comentar sobre algumas características das substâncias químicas apontadas no relatório em destaque, no caso: Arsênio, Cádmiio, Níquel, Chumbo, Mercúrio e Ferro. Ao longo da sua apresentação, o médico projetou slides em inglês, e explanou sobre as características de cada substância química citada, sobre as concentrações permitidas pelas legislações vigentes, os limites gerais para intoxicação humana e as diversas fontes de exposição que estão presentes no nosso cotidiano. Ressalto que ao longo de toda a apresentação do professor, houve uma tentativa de naturalizar a existência desses metais no cotidiano, inclusive, colocando em questionamento os potenciais riscos à saúde humana associados a eles. Como exemplo do relato, trago um trecho da explanação do professor quando ele fala sobre o elemento Arsênio:

[...] o que nós temos de ingestão diária de arsênio, em tudo que nós temos, água, leite, pão... aliás saiu um artigo de um autor mineiro em colaboração com autores americanos, sobre a ingestão de arsênio na dieta brasileira. E, justamente, a maior fonte de arsênio na dieta brasileira é no feijão, junto com o arroz. Então, de qualquer forma nós ingerimos 25 a 33 microgramas de arsênio por dia, através de água ou alimentos. Cronicamente nós estamos expostos... a água nossa aqui tem 01 a 039 de arsênio por líquido de água. E isso não leva a alterações de saúde. [...] Então, é importante lembrar que nós temos várias fontes de arsênio. É usado como medicamento, para tratar, por exemplo, leishmaniose. [...] Então, é importante lembrar que o arsênio orgânico é relativamente baixo em toxicidade quando comparado às formas inorgânicas, seja equivalente, seja tetravalente. [...] então, o que nós temos no nosso corpo é justamente o arsênio quando faz estudos em animais sobre a presença de arsênio, é muito importante distinguir o que é a forma orgânica e inorgânica [...] (Anthony Wong, professor médico do Centro de Assistência Toxicológica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 26 de novembro de 2019).

De maneira geral a apresentação do médico foi longa e com bastante nomenclatura técnica. Todavia, os elementos químicos mencionados pelo professor foram abordados por ele de forma genérica, sem atentar para as especificidades do local, no caso a região da foz do rio Doce. O professor explicou que não havia feito pesquisa *in lócus* e por isso não poderia falar da região diretamente. Ao término da sua explanação, o juiz da 1ª Vara Federal de Linhares agradeceu e colocou o especialista à disposição para responder às perguntas das partes presentes.

Na oportunidade um dos advogados da Samarco foi o primeiro a perguntar. Caracterizou a apresentação como muito rica e muito técnica e pediu a opinião do especialista sobre a

possibilidade de contaminação humana levando em consideração sua expertise em bioacumulação e as análises dos dados que estão disponíveis nos relatórios produzidos pelos *experts* e disponibilizados pela Samarco. Em resposta ao advogado da Samarco, o especialista respondeu que não entende os níveis de metais apresentados nos estudos técnicos como um impedimento para a atividade pesqueira na região, pois na sua avaliação, ficar sem trabalhar seria um risco ainda maior de adquirir uma doença. Ademais, ressaltou que os níveis apresentados nos relatórios de pesquisa analisados por ele eram baixos quando comparados a outros lugares.

Na sequência, João Marcos, representando a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DP/ES) perguntou se o professor teve a oportunidade de acompanhar algum estudo sobre as dinâmicas dos metais no organismo de pessoas que foram afetadas pelo desastre. O especialista respondeu que não teve essa oportunidade. Por outro lado, mencionou que teve a oportunidade de acompanhar casos específicos em outros lugares: em Cubatão, no estado de São Paulo e em Seveso, na Itália. Falando sobre a experiência particular de Seveso, ressaltou que o acidente em uma fábrica local liberou toxinas diversas no ambiente e por isso a população foi deslocada da região, no entanto o gado se manteve no mesmo lugar. Segundo a análise do médico, enquanto os deslocamentos humanos geraram uma série de efeitos sociais, a exemplo de desagregações familiares, o gado que ficou na região não morreu nem foi contaminado. O especialista finalizou essa história, resgatando a categoria resiliência no que se refere à natureza. Na oportunidade ele ressaltou que *“a resiliência da natureza é muito maior do que a nossa e isso deve ser levado em consideração na tomada de decisões sobre riscos”*.

Dando continuidade às explanações de especialistas o juiz convidou o professor e pesquisador Adalto Bianchini para prestar depoimento. Adalto é professor Titular do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e integra a Rede Rio Doce Mar, que atende a uma cooperação técnica científica para o caso do rio Doce. De maneira geral, o professor salientou que os dados que seriam apresentados por ele na ocasião daquela audiência centralizavam-se no aspecto da avaliação das condições do pescado. Contudo ressaltou que a pesquisa desenvolvida pela Rede Rio Doce Mar é mais ampla e engloba outros aspectos da vida marinha. Antes de adentrar na apresentação dos dados da pesquisa, Adalto fez um preâmbulo questionando algumas falas e afirmações proferidas pelos especialistas anteriores. Entre as críticas, destaco que ele pontuou que seria um erro generalizar o

comportamento das substâncias sem levar em consideração as especificidades da bacia do rio Doce, conforme a postura adotada pelo médico e professor Anthony Wong. Também problematizou sobre as considerações feitas em relação à sobrevida dos metais, cuja pergunta que deve ser feita, segundo Bianchini, é: *o que determinados metais podem provocar no ser humano durante o tempo em que eles permanecem no nosso organismo?* As considerações do professor causaram certo incômodo e constrangimentos visíveis nos outros especialistas e nas pessoas que estavam situadas do lado esquerdo da sala, que basicamente, estavam representando os interesses das empresas mineradoras.

Em seguida iniciou sua exposição trazendo dados sobre a pesquisa *in loco* realizada na região da foz do rio Doce. Durante a sua apresentação também utilizou slides com mapas, gráficos e tabelas com os resultados da pesquisa. Na oportunidade o professor explicou *“há quatro anos vêm fazendo o monitoramento ecotoxicológico de uma área de influência entre Abrolhos e Vitória”*. E ele explicou que nesse período foram realizadas expedições caracterizadas por dois diferentes ciclos, a saber: ciclo ICMBio – antes do acordo técnico – e expedições caracterizadas por ciclo Renova – já no âmbito da Rede Rio Doce Mar. Também teve o cuidado de explicar que as análises apresentadas naquela exposição eram referentes aos dados coletados em duas estações: i) estação seca – set/out – 2018; e ii) estação chuvosa – jan/fev – 2019. Enquanto apresentava esses aspectos metodológicos sobre a pesquisa, o professor foi educadamente interrompido pelo juiz, que solicitou o foco da explanação no ambiente marinho, explicando que este ambiente era o objetivo da ação que estava sendo discutida na audiência.

A partir de tabelas e gráficos o professor apresentou dados e explanou sobre amostras não conformes de camarão e peixes no período chuvoso para cádmio, arsênio, e alguns outros metais. Falou que mercúrio não tem sido um problema encontrado. Sobre a saúde humana, disse que não tem capacidade técnica para falar muita coisa, não está no âmbito da sua especialização, mas é necessário entender que todos esses metais encontrados nas amostras, com a liberação da pesca, vão entrar em contato com o organismo humano e por isso precisa de estudos para compreender o que isso pode acarretar para a saúde das populações. Suas conclusões apontaram para a ampliação da área de proibição da pesca, tanto na direção norte, quanto na direção sul, que estão fora da jurisprudência do juiz em questão, como para o interior do oceano, falando em 40 metros de fundo.

A audiência judicial terminou sem a decisão imediata da justiça. Ambas as partes ficaram responsáveis por enviar o material apresentado e debatido para o juízo a fim de que se pudesse tomar a decisão. Na decisão, a justiça reforçou que a Nota Técnica N.08/2019, emitida pela Anvisa, não garantia a segurança para a volta da pesca, se valendo, portanto, do princípio da precaução para negar a solicitação feita pela Samarco Mineração.

As situações de campo descritas evidenciam as estratégias corporativas de engajamento nos territórios (BENSON; KIRSCH, 2010) a fim de “produzir as incertezas” no contexto de gestão do desastre. Nas situações analisadas, tanto as empresas como a Fundação Renova trabalham no intuito de fabricar as incertezas em diversos espaços: no cotidiano dos atingidos, nas audiências públicas e nos espaços de disputa técnico-científica. Para isso elas utilizam-se de táticas de negação das denúncias – que são feitas tanto por sujeitos atingidos, como especialistas da área – a partir da contratação de laudos alternativos ou mesmo do simples questionamento de pesquisas realizadas por instituições autônomas e qualificadas, mesmo não apresentando contra laudos que corroborem o seu entendimento sobre a suposta qualidade da água e do pescado, como vimos ao longo deste capítulo. Dessa forma, o dano da dúvida emerge como mais um problema imposto ao cotidiano – severamente alterado com a chegada e permanência da lama – daqueles sujeitos que vivem na foz sul do rio Doce.

Considerações finais

Esta tese tratou sobre o *desastre sociotécnico* (ZHOURI *et al.*, 2018) deflagrado com o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineração de ferro. A barragem de minério rompida em Mariana, MG, em 05 de novembro de 2015, era de propriedade da empresa Samarco Mineração S.A., uma *joint-venture* entre a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. Foram 40 milhões de metros cúbicos de resíduos minerários que, carregados pelo rio Doce, percorreram 600 km até a sua foz, localizada no estado do Espírito Santo. A situação elencada deflagrou uma crise (ainda em curso) em diversos municípios e povoados atingidos nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Por meio da etnografia, que enfatizou uma abordagem relacionada à variação de escala (REVEL, 2007), procurou-se descrever e examinar os procedimentos administrativos adotados no contexto do desastre da Samarco (Vale e BHP Billiton) no rio Doce, protagonizados tanto por agentes corporativos quanto por agentes públicos, enfatizando as “tecnologias dedicadas à gestão da crise e suas afetações” (ZHOURI *et al.*, 2018; ZUCARELLI, 2018) entre os moradores atingidos, em uma região litorânea do município de Linhares, onde o rio Doce deságua no Oceano Atlântico, no estado do Espírito Santo.

Entre o dia do rompimento da barragem de Fundão e a chegada dos rejeitos até a foz do rio Doce transcorreram dezesseis dias. Com a notícia do rompimento da barragem, o cotidiano dos moradores na pacata vila de Regência foi drasticamente abalado. Foi no dia 21 de novembro de 2015 que a lama chegou na vila de Regência Augusta. Ao passar pela foz do rio Doce, ela espalhou-se por todo o litoral capixaba, chegando ao extremo sul da Bahia e ao extremo norte do Rio de Janeiro. Desde então, a lama permanece no ambiente estuarino da foz do rio Doce, junto com os demais agenciamentos provocados por ela naquele território. A cada novo ciclo anual de chuvas, geralmente concentradas no período do verão, a coloração da água no ambiente fluvial e marinho é novamente alterada. A turbidez da água aumenta e retoma o tom alaranjado que marca a sua dolorosa presença em um cotidiano cronicamente devastado.

A situação elencada foi compreendida neste trabalho como um *momento crítico* – termo associado à categoria analítica *eventos críticos* (DAS, 1996, 2020) - na vida dos moradores na foz sul do rio Doce, engendrando mudanças abruptas no cotidiano desta localidade, mesmo antes de os *rejeitos* atingirem suas imediações (CREADO *et al.*, 2016; LEONARDO *et al.*, 2017). Para Das (1996, 2020) esses “eventos” engendram inúmeras possibilidades de ordenamento do cotidiano. Sendo assim o trabalho enfocou a descrição e o exame das transformações no cotidiano da vila de Regência e povoados adjacentes a partir das transformações e interações provocadas pela *chegada da lama* e agravadas pela gestão burocrática do desastre.

Ao longo do texto buscou-se ressaltar que o tratamento institucional adotado no contexto de gestão do desastre, protagonizado por agentes públicos e corporativos, contribui com o agravamento do processo de sofrimento social (DAS; KLEINMAN; LOCK, 1996) observado no território. De um lado, a situação é identificada através das “estratégias corporativas de engajamento” (BENSON; KIRSCH, 2010) que foram mapeadas na vila de Regência e povoados adjacentes, e que incluem: i. o controle da crítica; ii. o controle que se realiza sobre a definição das pessoas atingidas; e iii. a produção de incertezas, identificadas através da negação do dano e das denúncias a partir da contratação de laudos alternativos e da limitação das responsabilidades em relação aos danos produzidos. Essas estratégias são verificadas em momentos distintos do processo de reparação, mas se perpetuam enquanto modos de ação que provocam e agravam o sofrimento dos atingidos.

Conforme evidenciado ao longo do trabalho, as ações para gerenciar a crise em curso na foz sul do rio Doce são marcadas desde o início pelo *envolvimento estratégico* (BENSON; KIRSCH, 2010) da mineradora na região. O primeiro momento desse envolvimento estratégico compreende o intervalo de tempo entre novembro de 2015 e abril de 2016, após a assinatura do Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar e seu aditivo (TCSA). No período em destaque, funcionários da Samarco e de outras empresas contratadas pela mineradora deslocaram-se de forma permanente para a vila de Regência e passaram a atuar diretamente na região. Nessa primeira fase de atuação estratégica, as práticas e os dispositivos adotados pela corporação foram: (1) contratação da mão de obra local, no caso os próprios pescadores artesanais, para executar as ações de mitigação em relação a chegada dos rejeitos à

foz do rio Doce; (2) diálogo seletivo com a comunidade, a partir da priorização de lideranças já estabelecidas previamente no território; (3) realização de um cadastro dos moradores e a definição unilateral do *perfil de impactados* naquele território, excluindo determinados grupos de moradores dos direitos assistenciais garantidos previamente em acordo preliminar com as instituições de justiça envolvidas no caso.

A presença desses trabalhadores “outsiders” na vila e os procedimentos administrativos adotados pela corporação neste período colaboraram para a redução das críticas em relação aos efeitos do desastre naquela região, deflagraram conflitos internos e agravaram o “sofrimento social” (DAS; KLEINMAN; LOCK, 1996), imposto às pessoas atingidas na foz sul do rio Doce. Ademais, é preciso considerar ainda que ao longo de todo o período em que a mineradora esteve atuando na vila, ela trabalhou no sentido de negar ou minimizar os efeitos do desastre na região, através de campanhas publicitárias que constantemente afirmavam o caráter inerte do material despejado no rio Doce.

Por outro lado, os agentes públicos também adotaram medidas que durante a sua execução nos territórios engendraram mais sofrimento social. Trata-se do uso das tecnologias com uma abordagem resolutiva centrada na consensualidade que foram priorizadas no contexto analisado. Entre as “tecnologias adotadas para o gerenciamento dessa crise” destaca-se neste trabalho os acordos extrajudiciais que produziram um desenho institucional de governança ao longo do vale do rio Doce. A partir de sua configuração, esses acordos são entendidos como dispositivos centrais, mobilizados pelas instituições de justiça junto à empresa e suas acionistas para fornecer respostas e administrar a crise nos territórios. O expediente utilizado prioriza, portanto, uma abordagem resolutiva, centrada na consensualidade, ou seja, na “ideologia da harmonia” (NADER, 1994). Em linhas gerais, parte-se do pressuposto de que através da cooperação, os dois lados da disputa teriam vantagens significativas. Assim as vítimas e as empresas réis no processo são transformadas em ‘partes interessadas’. Todavia o que se observa é uma assimetria enorme de poder entre as partes. O acionamento desses dispositivos justifica-se pela necessidade de tornar mais célere a tramitação do processo de responsabilização dos agentes corporativos envolvidos, bem como promover a devida reparação às pessoas atingidas. Apesar dos elogios ao método consensual, na prática a operacionalização dessas tecnologias de resolução de conflitos nos territórios não pode ser

descrita exatamente como bem-sucedida, ao menos não da perspectiva dos interlocutores deste trabalho.

No transcorrer do tempo, acordos foram celebrados e dinâmicas foram impostas ao processo de gestão do desastre criando inclusive um sistema próprio de governança, e uma fundação de direito privado para gerenciar a crise em curso, no caso a Fundação Renova. Esta última foi criada no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Acordo este que foi severamente questionado pelas instituições de justiça, sociedade civil e pessoas atingidas e anulado ao longo do processo. No seu lugar, iniciaram-se as tratativas para a negociação de um novo acordo para a resolução das demandas cíveis que envolvem o processo mediante a pactuação de um acordo final envolvendo as instituições de justiça – através da Força-Tarefa Rio Doce – e as empresas responsáveis pelo desastre. O processo que culminou com as assinaturas do TAP, Aditivo ao TAP e TAC GOV, não foram harmônicas na sua elaboração e nem céleres para a resolução do conflito. Para piorar, o que conseguiu ser acordado nos instrumentos jurídicos em destaque não foi sequer cumprido pelas empresas nos territórios, como por exemplo a ausência da contratação das assessorias técnicas independentes para auxiliar a participação qualificada dos atingidos de todo esse processo.

Sendo assim, e por meio de uma etnografia que enfatizou uma abordagem relacionada à variação de escala (REVEL, 2007) identifiquei ao longo da pesquisa um grande descompasso entre as propostas elencadas no âmbito da negociação entre as instituições de justiça e as empresas, e a operacionalização dessas práticas no território. Enquanto se discutia um novo acordo para o rio Doce, que incluísse de fato a participação das pessoas atingidas no processo de reparação, o que se observava na região da foz sul do rio Doce era cada vez mais inserção e enraizamento da Fundação Renova enquanto ente responsável pelo controle do processo de reparação. Ou seja, o terceiro ente, criado no âmbito do TTAC não foi excluído junto à anulação do primeiro acordo.

Ao longo do texto foi evidenciado que a Fundação Renova se insere, portanto, enquanto um agente que controla o processo de reparação, substituindo a mineradora nessa atuação com as populações atingidas. De imediato, a sua inserção no território é vista pelos moradores na vila de Regência e povoados adjacentes como uma continuidade da Samarco Mineração. Além dos

dispositivos adotados pela Fundação Renova se assemelharem àquele conjunto de estratégias operacionalizadas pela mineradora na vila, alguns funcionários da mineradora que atuavam no território também se mantiveram em funções na fundação privada. A Fundação Renova torna-se, portanto, responsável por executar as medidas de reparação e compensação e será responsável pelo agravamento do sofrimento social das vítimas (DAS; KLEINMAN; LOCK, 1996) no território da foz sul do rio Doce.

Entre as diversas atuações da Fundação Renova que são questionáveis no território, priorizei duas dinâmicas que contribuem para o agravamento do sofrimento social dos interlocutores na vila de Regência e povoados adjacentes: (1) o cadastro dos atingidos e a definição unilateral de elegibilidade; (2) a produção das incertezas. Na primeira situação destaca-se o controle da Fundação Renova no processo de identificação e mensuração dos danos sofridos pelas vítimas. Ela é responsável pela definição dos atingidos elegíveis e não elegíveis às políticas de compensação, reparação e indenização previstas. As críticas são diversas em relação aos critérios, que não são públicos, utilizados para a definição da *elegibilidade dos impactados*. Os interlocutores falam em “*privilégios para alguns e outros não*”. Nesta posição de controle, por vezes ela é apontada pelos interlocutores como um agente provocador de inimizades e conflitos internos na comunidade, contribuindo com a desestruturação política, econômica e cultural nos territórios.

Outra prática protagonizada pela Fundação Renova que agrava o sofrimento social dos atingidos na foz sul do rio Doce é a produção das incertezas em relação à situação da água na região. Ao longo da tese, evidenciei alguns caminhos percorridos pela empresa e, na sequência, pela Fundação Renova, no intuito de negar ou minimizar os danos causados na vila de Regência e no litoral capixaba. Nesse sentido as estratégias corporativas observadas foram a negação das denúncias a partir da contratação de laudos alternativos, ou mesmo forjando interpretações que não condizem com as análises apresentadas em laudos de terceiros, campanhas publicitárias para divulgar potabilidade da água, bem como a promoção de compensações e reparações pontuais e subdimensionadas com o patrocínio de festas e campeonatos de surfe na tentativa de mostrar uma *volta à normalidade* na região da foz do rio Doce. Diante do exposto, o *dano da dúvida* emerge como mais um problema imposto ao

cotidiano – severamente alterado com a chegada e permanência da lama – daqueles sujeitos que vivem na foz sul do rio Doce.

Dessa forma, com a chegada da *lama da Samarco* e o transcorrer do tempo, os múltiplos efeitos do desastre não cessaram; pelo contrário, tiveram seus efeitos ampliados na vida dos interlocutores residentes na foz do rio Doce, que passaram a conviver com a presença física da *lama* e com os procedimentos administrativos adotados no contexto de gestão do desastre. Com efeito, em virtude da permanência da *lama*, a crise passa a ser experimentada no cotidiano daquela comunidade através de um sentimento de descontrole e perda da ordem social, da estabilidade econômica e da segurança hídrica e alimentar, outrora vivenciada naquela região. Em face à precarização das condições de vida vivenciadas na foz sul do rio Doce, em especial dadas as suas condições de vulnerabilidade e risco, identifica-se um processo de deslocamento compulsório, classificado como deslocamento *in situ* (FELDMAN *et al.*, 2003).

A vivência desse desastre rememora, portanto, um passado marcado por outra espécie de *violência lenta* (NIXON, 2011) manifestado na região, quando as ações de cunho desenvolvimentista e conservacionistas na região aparecem nos relatos dos interlocutores. Os relatos colhidos ao longo da pesquisa acabam tendo um tom, obviamente, de denúncia acerca da situação vivenciada naquela região. A expressão “imprensados no tempo da crise”, escolhida para dar título a este trabalho, é portanto resgatada desse passado rememorado no contexto de gestão do desastre. A situação evidencia, portanto, a experiência da “crise como contexto” (VIGH, 2008) no cotidiano dos moradores situados na foz sul do rio Doce.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, H; BEZERRA, G. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K., (Orgs.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ACSELRAD, Henri. Mediação e negociação de conflitos ambientais. In: VIÉGAS, Rodrigo; PINTO, Raquel; GARSON, Luiz. **Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Fase e Etern/Ippur., 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. - Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Caipora e outros conflitos ontológicos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013. Online. Acessado em: 12 de novembro de 2021.

ANAYA, Felisa. **De “Encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”**: As reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

ANAYA, Felisa. "Vazanteiros em movimento": o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciênc. saúde coletiva** 19 (10), Out 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/StVYfWNSWMMjxqbTXfBKQKG/>. Acessado em 23/01/2022.

ANAYA, Felisa; FELICIANO, Pedro Henrique. ESPIRITO SANTO, Mário. O território e os conflitos entre os povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação. **Anais do VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais**. Montes Claros, MG, 24 a 27 de setembro de 2019.

ARAÚJO, Alexander Fonseca de. **Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) no Espírito Santo**: emergência e interações de redes sociais no contexto do Desastre no Rio Doce. (Anais) IV Seminário de Ciências Sociais – PGCS UFES. 05 a 08 de novembro de 2019, UFES, Vitória – ES.

BARRETO FILHO, H. Preenchendo o buraco da rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. **Boletim Rede Amazônia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 1. p. 117- 123, 2002.

BARRETO FILHO, H. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das**

sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. Disponível em: <http://www.iieb.org.br/arquivos/artigo_henyo.pdf>. Acesso em: dez. 2006

BARRIOS, Roberto. What does catastrophe reveal for whom? The Anthropology of crisis and disasters at the onset of the Anthropocene. **Annual Review of Anthropology**, 2017, 46:151-166.

BEBBINGTON, Anthony et al. Movimientos sociales, lazos transnacionales y desarrollo territorial rural en zonas de influencia minera: Cajamarca-Perú y Cotacachi-Ecuador. In: BEBBINGTON, A. (ed.) **Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: IEP: CEPES, p.163-230, 2007a.

BEBBINGTON, Anthony. Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial en zonas mineras. In: BEBBINGTON, A. (ed.) **Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: IEP: CEPES, p.23-46, 2007b.

BENSON, Peter & KIRSCH, Stuart. Capitalism and Politics of Resignation. **Current Anthropology**, vol. 51(4), p.459-486, 2010.

BEZERRA, Gustavo. Análise crítica dos discursos e práticas da “Resolução Negociada” de conflitos ambientais na América Latina. **Anais do 12º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, UFPA, Belém, 2007.

BICALHO, Charlene. S. **Além da superfície: impactos do desenvolvimento na pesca artesanal de Regência Augusta-ES**. 2012. 109 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo – PPGAdm/UFES, Espírito Santo, 2012.

BICALHO, Charlene. S.; TRIGUEIRO, Aline; KNOX, Winifred; BEHR, Ricardo. Movimento das águas caboclas: Narrativa visual, cotidiano e ruptura na comunidade pesqueira de Regência Augusta-ES. **CADECS**. vº2; nº1; 2014.

BIS DOS SANTOS, Leonardo. **De ação de governo à política de Estado: O caso das áreas protegidas no estado do Espírito Santo, entre 1940 e 2000**. Jundiaí, São Paulo: PACO EDITORIAL, 2017.

BITTENCOURT, G. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 15º ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução: Maria Correa., 11º ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2011.

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental**. Brasil, século XXI. 2011. 509 f. Tese 166 Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco (doutorado em Antropologia Social) -

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011

BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

COELHO, A. L. N. Bacia Hidrográfica do rio Doce (MG/ES): Uma análise socioambiental integrada. **Geografares**, n° 7, 2009.

CREADO, E; LEONARDO, F; TRIGUEIRO, A; ZANETTI, D. Modos de olhar, contar e viver: a chegada da “lama da Samarco” na foz do rio Doce, em Regência Augusta (ES), como um evento crítico. In: **Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, Impactos e ações sobre a destruição**. MILANEZ; LOSEKANN (org). Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.

CREADO, E; SILVA, B; TRIGUEIRO, A; LEONARDO, F. Práticas de ser, conhecer, pensar e escrever: incertezas e disputas sobre as condições das águas na foz do rio Doce no pós-rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco. **Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia** – ISSN: 2358-5684. 2017.

DAS, V; KLEINMAN, A.; LOCK, M. Introduction. **Daedalus, Special Issue on Social Suffering**, v. 125, n. 1, p. XI-XX, 1996.

Das, Venna. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Delhi: Oxford University Press, 1998.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cad. Pagu** [online]. 2011, n.37 [cited 2017-08-22], pp.9-41. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104

DAS, Veena. **Vida e Palavras: A violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DIAS, Thais H. Análise da pré-execução do Programa de Indenização Mediada e a tutela adequada dos direitos coletivos *lato sensu*. **Anais do II Congresso de Processo Civil Internacional**, Vitória, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

DORNELAS, R. et al. Ações Cíveis Públicas e Termo de Ajustamento de Conduta no caso do desastre ambiental da Samarco: Considerações a partir do observatório de ações judiciais. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org.). **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.

ESTERCI, Neide; FERNANDEZ, Annelise. O legado conservacionista em questão. **Revista Pós-Ciências Sociais**. v. 6, n° 12, 2009.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FAVRET-SAAD, Jeanne. Ser Afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n°13, p. 155-161, 2005.

FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. **Moving targets: displacement, impoverishment, and development**. *International Social Science Journal*, 55: 7–13. 2003

FERREIRA, S. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Planície Costeira do Rio Doce, seus Povos e Comunidades Tradicionais: modo de vida, identidade, territorialidade e resistência. In: TEIXEIRA e TEIXEIRA (Org.) **Uma paisagem, um ambiente, um lugar, um território cultural: A planície costeira do rio Doce na perspectiva da educação ambiental**. 1° Ed. São Mateus: Espírito Santo, Marcos Teixeira, 2020.

FONTINELLI, Davi. **Santa Tartaruga! Invenções e mudanças ontológicas no litoral norte do Espírito Santo**. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Vitória, ES, 2016.

FRANCO, J L A.; DRUMMOND, J A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, J L A; DUTRA e SILVA, S; DRUMMOND, J A; TAVARES, G G. (Orgs.) **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012

GIFFONI, Raquel Pinto. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In.: CAAP – Centro Andino de Acción Popular; CLAES – Centro Latinoamericano de Ecología Social (orgs.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP y CLAES, 2009. p. 187-225.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, N° 237, enero-febrero de 2012.

GUDYNAS, Eduardo. Extrativismos em America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (ORG.) **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

HERCULANO, Sirlene. Do Desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, Mirian (org.) **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

JUSTIÇA GLOBAL. **Vale de Lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão**. Online. Acesso em: 15 nov 2016.

KIRSCH, Stuart. **Mining capitalism: the relationship between corporations and their critics**. Oakland, California University of California Press. 2014.

KIRSCH, Stuart. Lost Worlds: Environmental Disaster, “Culture Loss,” and the Law. **Current Anthropology**, Vol. 42, No. 2 (April 2001), pp. 167-198.

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. A pesca artesanal no litoral do Espírito Santo. In: KNOX, W; TRIGUEIRO, A. (Org.) **Saberes, Narrativas e conflitos na pesca artesanal**. Vitória: Edufes, 2015.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEONARDO, Flávia. A. M. **Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental: o caso da pesca artesanal e a configuração de um cenário de injustiça ambiental em Regência Augusta (ES)**. 2014. UFES. Dissertação.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. Relatório de pesquisa. GEPEDES. 2017.

LEONARDO, Flávia. A. M; IZOTON, João Paulo, L. “Nós não estamos lidando com lambaris, estamos lidando com tubarões”: Sobre os efeitos e os desdobramentos institucionais do desastre da mineração na foz do rio Doce. In: **Vidas de Rio e de Mar: Pesca, Desenvolvimento e Ambientalismo**. CREADO, TRIGUEIRO, TORRES (org). Vitória: ProeEx, 2018.

LI, Tania Murray. **The will to improve: governmentality, development and the practice of politics**. Duke University Press, Durham, 2007.

LIMA, Maryellen Milena. **“AQUI NÃO É O NOSSO LUGAR”**: Efeitos socioambientais, a vida provisória e o processo de (re)construção de Paracatu de Baixo, Mariana/MG. 2018. UFMG. Monografia.

LOPES, Raphaela de Araujo Lima. Caso do desastre socioambiental da Samarco: os desafios para a responsabilização de empresas por violações de direitos humanos. In: **Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, Impactos e ações sobre a destruição**. MILANEZ; LOSEKANN (org). Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.

LOSEKKAN, Cristiana. Não Foi acidente! O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1ed. Marabá: Iguana, ABA, 2018.

LOSEKANN, C. VELVOET, R. O Neoextrativismo vista através dos megaempreendimentos de infraestrutura: as zonas de sacrifícios no Espírito Santo. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (ORG.) *Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Annablume, 2016.

MANSUR, et al.. Antes fosse mais leve a carga: Introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/VALE/BHP BILLITON. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ VALE/BHP BILLITON**. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016.

McCORMICK. **Rumo ao paraíso: A história do movimento ambientalista**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1992.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios Imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. Dissertação (Mestrado) em História. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória, 2007.

MARSHALL, Judith. Rompimentos de barragens de rejeitos no Brasil e no Canadá: uma análise do comportamento corporativo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 5, n. 1, pp. 27-46.

MARTINEZ-ALIER, J. **Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTEI, U. & NADER, L. **Pilhagem: Quando o Estado de Direito é ilegal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MEDEIROS, C. et al. Mitos no Desengajamento Moral: Retóricas da Samarco em um Crime Corporativo. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, art. 4, pp. 70-91, janeiro/fevereiro, 2018.

MELENDI, L; LOPO, R. Fundação Renova como forma corporativa: Estratégias empresariais e arranjos institucionais no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton no Rio Doce, Mariana(MG). **AMBIENTES**. Volume 3, Número 2, 2021, pp. 206-250.

MILANEZ, B; SANTOS, R.S.P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, 2013, 19:119-148.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C.; CARNEIRO, K. ROLAND, M. Bacia do rio Doce: Três anos de desastre. **Le Monde: Diplomatique** – Brasil, edição 137, 30 de novembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/tres-anos-de-desastre/>. Acessado em: 12/09/2021.

NADER, Laura. Harmonia Coerciva: A economia política dos modelos jurídicos. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. V. 9, n.26, São Paulo, out. 1994.

NIXON, Rob. **Slow violence and the environmentalism of the poor**. Harvard University Press, 2011.

OLIVER-SMITH, Anthony. What is a disaster? Anthropological Perspectives on a Persistent Question. In: A. Oliver-Smith and S. Hoffman (eds) *The Angry Earth. Disaster in Anthropological Perspective*. Routledge, 1999.

OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Susanna. Introduction – Why Anthropologists should study disasters? In: HOFFMAN, S. & OLIVER-SMITH, A. (eds) **Catastrophe and Culture: the Anthropology of disaster**. Santa Fé: School of American Research Press, 2002.

OLIVEIRA, Raquel, Santos Teixeira. A Crise como contexto no médio Jequitinhonha. Sobre perícia e política. **Rede de Estudos Rurais: Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações**. Dossiê 3. 2012.

OLIVEIRA, Raquel, Santos Teixeira. A lama e suas marcas: neoextrativismo e seus efeitos em um contexto de desastre. *Perfiles Económicos* Nº5, Julio, 2018, pp. 77-103.

OLIVEIRA, Raquel, Santos Teixeira. ZUCARELLI, Marcos Cristiano. A gestão dos conflitos e seus efeitos políticos: Apontamentos de pesquisa sobre mineração no Espinhaço, Minas Gerais. **Revista Antropolítica**, nº 49, Niterói, p.42-71, 2 quadri, 2021.

PORTUGUES, A. P. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira do rio Doce (ES) entre 1989-2015. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, Ituiutaba, v. 10, n. 1, p. 77-93, jan./jun. 2019. Página | 77

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-277.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of World-Systems Research**, v. 2, p. 342.386, Summer/Fall 2000.

RANCIÈRE, Jaques. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes, São Paulo: Editora 34, 2º ed, 2018.

REIS, Regina Lúcia Paiva Rabello. **Caboclo Bernardo: História e cultura na barra do rio Doce**. Linhares, Espírito Santo: Unilinhares, 2003.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 15, Nº 45, 2010, p. 434-444.

ROCHA, Haroldo. COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo – 1850/1930**. Vitória: UFES/NEP/COPLAN/IJSN/GERES, 1983

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a**

transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991

ROLAND, M C.; FARIA JÚNIOR, L C S.; MANSOLDO, F; SENRA, L M.; FERREIRA, L. Negociação em contextos de violações de Direitos Humanos por empresas: Uma breve análise dos mecanismos de solução negociada à luz do caso do rompimento da barragem de Fundão. In: POEMAS (Org.) **Rompimento da Barragem de Fundão Dossiê TAC Governança.** Nº 1, Vº 2, 2018.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración em América Latina. **Nueva Sociedad**, nº244, marzo-abril de 2013.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** São Paulo: Elefante, 2019.

SALDANHA, Miguel. **Do sistema tripolar GTP – geossistema, território e paisagem à geografia transversal e de travessias: uma abordagem geográfica do distrito de Regência Augusta – Linhares (ES).** Dissertação (Mestrado) em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, 2018.

SANTOS, Rodrigo S.P.; WANDERLEY, Luiz Jardim. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ VALE/BHP BILLITON.** Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016.

SANTOS; MILANEZ, 2018. A construção do desastre e a privatização da regulação mineral: reflexões a partir do caso Vale do Rio doce. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** 1ed. Marabá: iGuana, ABA, 2018, p. 28-64.

SANTOS, Ana Flávia; FERREIRA, Luciana; PENNA, Vinicus. Impactos supostos, violências reais: A construção da legalidade na implantação do Projeto Minas-Rio. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** 1ed. Marabá: iGuana, ABA, 2018, p. 181-226.

SCOTT, J. C., Menezes, M. A. de, & Guerra, L. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 21(1), 10-31. 2000. <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. 290 p

SCOTT, Parry. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. IN: Andréa Zhouri (org.) **Desenvolvimento, Reconhecimento de direitos e conflitos territoriais,** Brasília: ABA, 2013.

SILVA, Telma Camargo da. “As fronteiras das lembranças: memória corporificada, construção de identidades e purificação simbólica no caso de desastre radioativo”. **Vivência**, nº 28, 2005, p. 57-73.

SILVA, Telma Camargo da. Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. **Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto, Belém, Pará, Brasil, 2010.

SILVA, Telma Camargo da. Silêncios Da Dor: Enfoque Geracional E Agência No Caso Do Desastre Radioativo De Goiânia, Brasil. **Iberoamericana** – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies, 46(1), 2017, pp. 17–29.

SILVA, B.; TORRES, C. A alimentação enquanto relação visceral com o pescado na vila de Regência e algumas pontuações sobre os seus desvios pós-lama da Samarco. In: CREADO, TRIGUEIRO, TORRES (org.). **Vidas de Rio e de Mar: Pesca, Desenvolvimento e Ambientalismo**. Vitória: ProeEx, 2018.

SILVA, Bianca de Jesus. 2017. "A lama que rolou de cima": alguns desdobramentos sociopolíticos e sociotécnicos sobre as águas do rio Doce e do Oceano Atlântico na região da Foz, após o rompimento da barragem de Fundão-MG. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Vitória, ES, 2017.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

SUASSUNA, Dulce. **Um olhar sobre políticas ambientais: O projeto Tamar**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VALENCIO, N. Vivência de um desastre: Uma análise sociológica das dimensões políticas e psicossociais envolvidas no colapso de barragens. In: VALENCIO, N., et al., **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, p.176-196, 2009.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde Social**. São Paulo, V.19, n.4, p.748-762, 2010.

_____. Desastres: Tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, 19 (9):3631-3644, 2014a

_____. Dos desastres Recorrentes aos desastres à estreita. In: ZHOURI, A. E VALENCIO, N. (Orgs.) **Formas de matar, de morrer e de resistir**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2014b.

VALIM, Hauley S.; **Religião E Etnicidade: O Herói Caboclo Bernardo E A Construção Da Identidade Étnica Na Vila De Regência Augusta** – ES. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião-UMESP – Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, 2008.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

VIANNA, A. Vidas, palavras e alguns outros traçados: Lendo Veena Das. Ensaio bibliográfico. *MANA* 26(3): 1-20, 2020 – <http://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n3a205>

VIEGAS, 2007. As resoluções de conflito ambiental na esfera pública brasileira: uma análise crítica. **Confluências** – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. VOL. 9, Nº 2, 2007 – PP. 23 A 49. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34325/19726>. Acessado em: 23/11/2021.

VIEGAS, R. N., PINTO, R. G., GARZONI, L.F.N. **Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2014.

VIGH, H. Crisis and Chronicity: Anthropological Perspectives on Continuous Conflict and Decline. *Ethnos*, [S.L.] v. 73 n. 1, p. 5-24, 2008.

VILELA, Juliene Silva. **É sempre bom olhar para todos os lados**: Depoimento dos atingidos pelo desastre de Mariana-MG e a construção de discurso pró-mineração em campanha da Samarco. 2020. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Minas Gerais, 2020.

TEIXEIRA, João Luiz da Cunha. A História Indígena na Planície Costeira do Rio Doce. In: TEIXEIRA e TEIXEIRA (Org.) **Uma paisagem, um ambiente: um lugar, um território cultural: A planície costeira do rio Doce na perspectiva da educação ambiental**. 1º Ed. São Mateus: Espírito Santo, Marcos Teixeira, 2020.

TAUSSING, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: editora Unesp, 2010.

TORRES, Clara C. A.; CREADO, E. S. J.; CAMPOS, A. C.; FREITAS, P. L. T. Repertórios em rede: O caso da mobilização de duas espécies de tartarugas marinhas em uma ação civil pública. **Vivência: Revista de Antropologia**, nº 49, 2017.

TORRES, Clara C. A.; CREADO, E. S. J.; CARVALHO, Jerônimo Amaral. Orquídeas versus tartarugas marinhas: tentando narrar simultaneamente conflitos aparentes e ocultos. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 4, n. 1, 2016. pp. 86-108

TRIGUEIRO, A. e KNOX, W. **Imagens da Pesca Artesanal no Espírito Santo**. Vitória, ES: Editora GM, 2013.

WOLF, Eric. Trabalho de campo e teoria. In: BIANCO, Bela Feldman e RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ed. Unicamp, p.345-360, 2003

ZHOURI, Andréa. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability – Desafios para a

governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 23 n. 68, p.97-107, outubro/2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (ORG.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, A; LASCHEFSKI, K. A supressão da vazante e o início do vazio: a água e a insegurança administrada no vale do Jequitinhonha-MG. **Anuário Antropológico**, n 2, 2011. Online. Acesso em: 19 de abril de 2019.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, R; MOTTA, L. Deslocamentos Múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento: urbanização e barragens em face aos lugares. XXXI **LASA, Washington D.C – EUA, 9 May-1st June, 2013**. Painel: Deslocamentos e desigualdades no Capitalismo Global Contemporâneo.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M. C.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. F. M. O desastre de Mariana: Colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (Org.). **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016a, p. 45-65.

ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E. Introdução. ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E. (ORG.) **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016b.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M. C.; MAGALHAES, M.. O Desastre do Rio Doce: entre políticas de reparação e a gestão das afetações. ZHOURI, Andréa. (Org.). **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1ed. Marabá: iGuana, ABA, 2018, p. 28-64.

ZORZAL, M. Trajetória político- institucional recente no ES. In: Instituto dos Santos Neves. **O Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, ES, 2010.

ZORZAL E SILVA. et al. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: O caso da barragem de Fundão, MG. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** vol.19 no.2 Porto Alegre: May/Aug.2019. Epub Sep16, 2019.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Efeitos institucionais e políticos dos processos de mediação de conflitos. In: B. Milanez & C. Losekann. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p.311-335, 2016.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco [tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais; 2018.

ZUCARELLI, Marcos; LEONARDO, Flávia A. M. Acordos coercivos e a dissolução do direito à água na governança do desastre. In: SANT'ANA JÚNIOR, H A.; RIGOTTO, R M. **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. 1ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2020.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama histórico de Linhares**. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1941.

Documentos Técnicos, Reportagens de Referência e Documentários

AGAZETA. (2015a) Projeto Tamar retira ninhos de tartarugas do Rio Doce para evitar contato com a lama. Jornal A gazeta. 07 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2015/11/projeto-tamar-retira-ninhos-de-tartarugas-do-rio-doce-para-evitar-contato-com-a-lama-1013913975.html>. Consultado em 12 jan. 2020.

AGAZETA. (2015b) Projeto Tamar retira ninhos de tartaruga do Rio Doce, no ES. Jornal A gazeta. 07 de novembro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/projeto-tamar-retira-ninhos-de-tartaruga-do-rio-doce-no-es.html>. Consultado em 12 jan. 2020.

AGAZETA. (2015c) Prefeitura de Linhares abre canal em Regência para passagem de lama, no Norte do ES. 9 nov 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4597187/>. Consultado em 22 de fev. de 2017.

AGAZETA. (2015d) Engenheiro afirma que barreiras para conter lama são ineficazes. 20 nov 2015. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2015/11/engenheiro-afirma-que-barreiras-para-conter-lama-sao-ineficazes-1013915310.html>. Consultado em 23 de setembro de 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Encarte especial sobre a bacia do rio Doce: Rompimento da barragem em Mariana, MG, Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Informe 2015, Brasília. Disponível em: www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/encarteriodoce_22_03_2016v2.pdf. Acesso em: 22 jan 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce: rompimento da Barragem em Mariana/MG. Brasília: Superintendência de Recursos Hídricos, 2016.

AQUINO, Yara. Lama da barragem chega ao mar. In: Tribuna do Norte. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lama-de-barragem-chega-ao-mar/330675>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. PORTARIA Nº 489 DE 17.12.2010 – DOU 20.12.2010 (Ministério do Meio Ambiente).

<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/portaria-foz-do-rio-doce.pdf>

BRASIL. Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), de 2 de março de 2016a. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cif/ttac>>. Acesso em 22/10/2021.

BRASIL. Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) entre Ministério Público Federal, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP, de 18 de janeiro de 2017a. Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco>> Acesso em 22/10/2021.

BRASIL. Termo Aditivo(ao TAP) entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP, de 16 de novembro de 2017b. Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/aditivo-tap>>. Acesso em 22/10/2021.

BRASIL. Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC Governança) entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, União Federal, Estado de Minas Gerais, Estado de Espírito Santo, Samarco Mineração S/A, Vale S/A, BHP Billiton Brasil Ltda. e Fundação Renova, de 25 de junho de 2018. Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca>>. Acesso em 22/10/2021.

BASTOS. Alex Cardoso. Monitoramento da influência da Pluma do Rio Doce após o rompimento da Barragem de Rejeitos em Mariana/MG – Novembro de 2015: Processamento, Interpretação e consolidação de dados. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Departamento de Oceanografia. Vitória, 2017. Disponível em:

https://crimideia.com.br/miniver/wp-content/uploads/2017/07/relatorio_consolidado_ufes_rio_doce-JULHO-2017.pdf. Consultado em: 12 de nov de 2021.

CEPEMAR. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para a Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 4D nas Áreas dos Campos de Golfinho, Canapu, Camarupim, Camarupim Norte, Peroá e Cangoá, na Bacia do Espírito Santo. Medidas Mitigadoras e Compensatórias e Projetos/Planos de Controle e Monitoramento. Relatório CPM RT 203/09. 2010.

FUTURA. Diagnóstico do turismo, cultura, esporte e lazer de Linhares. 2017. Disponível em: https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2021/07/linhares_es.pdf. Acessado em: 28 de fev 22.

GESTA. Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental. Belo Horizonte, 23 de novembro de 2016. Disponível em:

<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/02/GESTA-UFMG-Parecer-sobre-Cadastro-Integrado-do-PLCI-Samarco-Synergia.pdf> Acesso: 23 fev. 2022.

IBAMA. Plano de Manejo Reserva Biológica de Comboios – Fase 1. In: IBAMA, 1997.

INCAPER. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PROATER, 2020 – 2023. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Linhares.pdf>. Acessado em: 18 nov 2021

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. Nota Técnica nº 23/2017/TAMAR-Vitoria-ES/DIBIO/ICMBio. Monitoramento da Pluma de Sedimentos Proveniente da Barragem de Fundão. 25 set. 2017. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Rio_Doce/nota_tecnica_23_2017_Tamar_ICMBio_monitoramento_pluma.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. Plano de Manejo Reserva Biológica de Comboio, Dezembro de 2018. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Plano de Manejo da Rebio de Comboios.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/Plano_de_Manejo_da_Rebio_de_Comboios.pdf). Acesso em: 24 de novembro de 2021.

INSTITUTO PRÍSTINO. Análise Técnica Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão – Samarco Mineração S/A. Belo Horizonte, 21 de outubro de 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10776560-Instituto-pristino-ip-082-2013-belo-horizonte-21-de-outubro-de-2013.html>. Acesso em 08 jul. 2018.

JUSTIÇA GLOBAL. Vale de Lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. Online. Acesso em: 15 nov 2016.

LACRUZ, A; SILVA, B; SANCIO, L; XARÁ, T. SIMON, V. *"Imprensados - A Luta pelo Território Quilombola do Sapê do Norte"*, (DOCUMENTÁRIO) 2013.

MAB. (2018) Em novo acordo sobre o crime em Mariana, empresas criminosas seguem mandando. 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://mab.org.br/2018/06/28/em-novo-acordo-sobre-crime-em-mariana-empresas-criminosas-seguem-mandando/#> Online. Acesso em: 22 fev 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA).

MPF. MPF cria força-tarefa para investigar danos causados pelo rompimento de barragens em MG, 13 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-cria-forca-tarefa-para-investigar-danos-causados-pelo-rompimento>. Último acesso em: 25 fev. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Avaliação Participativa Rio Doce. Parecer Técnico, Nº 279/2018.

POEMAS. *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. Mimeo 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-acarga-vers%C3%A3o-final.pdf>>. Acessado em abril de 2019.

PODER JUDICIÁRIO, Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Ata de homologação.

05 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ata-audiencia-homologacao-acordo.pdf>. Acessado em: 11 de agosto de 2020.

RAMBOLL. Relatório de Monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para a restauração da bacia do rio doce. 2019. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/samarco_rel_ativ_mar2019_r_ev01_final. Acessado em: 04/12/2021.

RENOVA. Estatuto da Fundação Renova, 21pp, 28/06/2016. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/estatuto-registrado.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

RENOVA. *Relatório anual de atividades – Ano 2018*. Janeiro de 2019.

RENOVA. *PG-006 – Programa de Comunicação, participação, diálogo e controle social*. Maio de 2021. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/cif-deliberacao-506-21-anexo.pdf>. Acessado em: 04/12/2021.

SAMARCO. Composição de rejeitos não possui contaminantes. Disponível em: <<http://www.samarco.com/2015/11/27/composicao--de-rejeitos-nao-possui-contaminantes/>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

SAMARCO. 2015. Sítio eletrônico. Disponível em: <https://www.samarco.com/plano-emergencial-de-barragens/>. Consultado em: 25 de jan. 2022.

SAMARCO. Fazer o que deve ser feito: esse é o nosso compromisso. Relatório, dezembro de 2015.

SAMARCO. 2016. Posicionamento sobre a suspensão da homologação do Acordo. Sítio eletrônico. Disponível em: <https://www.samarco.com/posicionamento-sobre-a-suspensao-da-homologacao-do-acordo/> Consultado em: 25 de jan. 2022.

VOZ DA FOZ. Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova. Setembro de 2019. Edição 9. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/11/vozdafoze9simples.pdf>

VOZ DA FOZ N.3. Jornal das comunidades de Areal, Povoação, Entre Rios e Regência com a Fundação Renova. Maio de 2018. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/07/voz_da_foz_junho.pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2020.

ZANETI. D. *Últimos dias em Regência*. [documentário] 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Yd564T2M9V8>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

